UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A administração da justiça e o controle da criminalidade no Médio Sertão do São Francisco, 1830-1880.

Dimas José Batista

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Laima Mesgravis

**SÃO PAULO
2006**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A administração da justiça e o controle da criminalidade no Médio Sertão do São Francisco, 1830-1880.

Dimas José Batista

**SÃO PAULO
2006**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais Djanira Lopes de Moura e José Batista de Moura Sobrinho, à minha esposa Izabel Oliveira de Moraes e meus filhos João Pedro e Marcus Vinicius para recompensá-los, se é que seja possível, pela ausência e pelos meus variáveis estados de humor suportados com muita paciência e compreensão. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Há tantas pessoas a agradecer que, fatalmente, cometerei alguma injustiça. Uma tese é escrita individualmente, mas sempre será uma obra coletiva. Nos caminhos e descaminhos de sua elaboração foi imprescindível o apoio, a orientação generosa e sempre atenta de minha amiga, muito mais que orientadora, a professora Dra. Laima Mesgravis. Desde o primeiro momento ela acreditou na realização desta tese, foram horas e horas de inesquecíveis diálogos e reflexões sobre a história do Brasil e da justiça, ensinamentos impagáveis. Bom foi o mestre, o discípulo nem tanto.

Representaram uma contribuição imensa à confecção deste trabalho diretamente, a minha assistente de pesquisa, Clelma Rodrigues Martins e Filomena Luciene Cordeiro Reis, chefe da Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Universidade Estadual de Montes Claros em Minas Gerais, minhas amigas muito obrigado. Agradeço especialmente aos incentivos de Regina Célia Lima Caleiro e de Márcia Pereira da Silva que sempre reergueram minha auto-estima com palavras e gestos. Este trabalho é fruto da crença e dos estímulos de vocês. Quero agradecer ao meu “irmão” do peito Reverson Pantaleão, por todas as acolhidas na Vila dos Ingleses em São Paulo, jamais vou poder pagar seu carinho, sua fraternidade e sua amizade sincera, foi bom caminhar ao seu lado nesta jornada. Agradeço também a Mauricio Del Nero Jorge que sempre me conseguiu informações valiosas, e me guiou nas tortuosas ruas e vielas da grande metrópole, “Mau” você está guardado comigo onde quer que eu vá muito obrigado amigo.

É preciso agradecer às dicas, sugestões e os incentivos de alguns amigos novos e antigos. Quero agradecer ao amigo novo Tarcisio Rodrigues Botelho por disponibilizar a sua tese para mim, ela representou uma excelente contribuição a este estudo. A Eduardo França Paiva pelos textos de Roberto Borges Martins que, durante muito tempo, tive dificuldades em obter. Eduardo, curta muito Paris, você merece. Ao professor Luciano Galdino da Silva pelo livro sobre história demográfica de Minas Gerais com que me presenteou, oportunamente, um novo amigo. Aos amigos antigos Jonice dos Reis Procópio Morelli, Alysson Luiz Freitas de Jesus e a Ricardo Alexandre Ferreira por dicas e textos, e pela amizade é claro. Preciso dizer um muitíssimo obrigado à Valéria Monteiro que traduziu para mim alguns textos em inglês que, por estrita falta tempo, não tinha a agilidade para fazê-lo eu mesmo, Valéria muito obrigado. Ao professor Vasni de Almeida que acompanhou e leu os originais deste trabalho com uma paciência terrível, suportando os meus erros e a minha impaciência, Vasni serei sempre muito grato. Registro aqui um agradecimento especial a todas as pessoas que leram trechos avulsos deste estudo e sugeriram alguma modificação, de fundo ou de forma, sempre com a boa vontade em contribuir e ajudar na inteligibilidade do texto. Gostaria de registrar um agradecimento especial ao meu amigo “tocantinense” Aurivan de Castro que, pacientemente, tabulou e quantificou todas as tabelas e gráficos da tese, furti-lhe horas preciosas de

seu convívio familiar que foram cedidas com gentileza, serenidade e seriedade. Muitíssimo obrigado amigo.

Registro com satisfação, um distinto agradecimento ao meu amigo Braz Batista Vas, Coordenador do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Tocantins, pelo empenho com sempre militou por mim para conseguir a famigerada “flexibilização” e outras tantas gentilezas, sem as quais este trabalho virtualmente seria impossível. Braz valeu amigo. Estendo também um agradecimento a todos os meus colegas de Colegiado que souberam compreender e apoiar esta pesquisa.

Nunca é demais agradecer àqueles, que estando ao lado de um ausente, bem ou mal, sabem compreender as dificuldades de planejar, elaborar e escrever uma tese em família. Agradeço a Izabel Oliveira de Moraes, Bel, muito obrigado mesmo quando você ficou irritada comigo sabia o quanto era importante o que eu estava fazendo. A jornada está apenas começando, quero continuá-la ao seu lado tropeçando, caindo, levantando e caminhando com tranquilidade.

RESUMO

O poder judiciário ocupava, como ainda ocupa, uma posição privilegiada na estrutura de poder do Estado como executor de normas e leis, ou seja, estava encarregado de aplicar a lei e a justiça. Isto é, o poder judiciário era o poder do Estado que vigiava, controlava e punia ricos e pobres, senhores e escravos, brancos e mulatos, homens e mulheres; em suma, era uma extensão do Estado nos sertões do Brasil. Este é um estudo das práticas da justiça no médio sertão do Rio São Francisco, no qual procuramos evidenciar que se formou no norte de Minas Gerais durante o século XIX uma sociedade civil orientada por valores e normas de condutas que nem sempre correspondiam àquelas preconizadas pelo poder judiciário. Nele analisamos a estrutura e a organização do poder judiciário estudando processos-crime de homicídio perpetrados pelos moradores dessa região sãofranciscana. A cidade de Montes Claros e a microregião circunvizinha apresentou regularidades e padrões sócio-históricos comuns ao caipira do interior paulista, estudado com rigor e brilhantismo por Antonio Candido. Os crimes de homicídio praticados nesta região revelaram os limites e as possibilidades do “Império da Lei.” Ao interpretarmos as práticas criminais dos moradores da região constatamos, porém, que há diferenças importantes em relação ao caipira. O estudo assinala os aspectos similares e os dissonantes entre os dois tipos humanos dos sertões.

Apontamos também as continuidades, as permanências e as rupturas nas práticas de organização e funcionamento do poder judiciário. Neste estudo os agentes e seus procedimentos, as unidades prisionais e de reabilitação, os discursos dos gestores e administradores, enfim, vários aspectos de planejamento, administração e gestão da justiça são analisados. Por um lado, fazemos isso para mostrar o poder judiciário em ação, em movimento e em funcionamento. Por outro, o próprio funcionamento do poder explicita os seus limites, contradições e ambivalências. Todo esse processo ocultava o baixo nível de penetração do Estado em Montes Claros e região. É claro que a presença cada dia mais marcante do poder judiciário na vida cotidiana do sertanejo se tornaria uma realidade. Mas, a penetração do aparato da justiça na região engendrou momentos distintos entre 1830 e 1880. Procuramos destacar esses momentos e avaliar o grau de amadurecimento do ordenamento jurídico-político brasileiro e mineiro.

Discutimos as limitações das interpretações que opõem sociedade civil e Estado; e aquelas que opõem litoral e interior. Fizemos uma interpretação das áreas de sertão procurando não cair nas armadilhas que associam sertão à barbárie e litoral à civilização, interior à arcaico e litoral à civilização. Este estudo busca entender as conformações sócio-históricas e civilizacionais do Brasil. Ao apresentarmos essa versão da história da justiça no sertão norte-mineiro, durante o século XIX, pretendemos ir um pouco mais além, se alcançamos o intento, somente estudos e interpretações mais detalhadas poderão dizer.

ABSTRACT

The judicial power took up, as it still does, a privileged position in the State power structure as the executor of rules and laws, that is, it was in charge of putting law and justice into practice. Thus, the judicial power was effectively the State power that watched, controlled and punished the rich and the poor, masters and slaves, whites and mulattoes, men and women; to sum up, it was a branch of the State in the Brazilian sertões. The present thesis is a study of the practices of justice in the sertão in which we intend to emphasize that in the nineteenth century northern Minas Gerais a civil society, oriented by values and rules of conduct that did not always correspond to those commended by the judicial power, was formed.

We also analyze the structure and the organization of the judicial power through the study of homicide charges pressed by the inhabitants of São Francisco region. The city of Montes Claros and its surrounding microregion showed social and historical patterns as well as regularities usually associated with the *caipira* from the interior of São Paulo who, on his turn, has been rigorously and brilliantly studied by Antonio Cândido. The homicides committed in this region revealed the limits and possibilities of the “Empire of the Law”. As we interpret the criminal practices among the inhabitants of the formerly mentioned region we verify that there are significant differences in relation to the *caipira*. This study points out the similar and the dissonant aspects concerning these two human types of the sertões.

Also, we point out the continuities, permanences and ruptures in the practices of organization and functioning of the judicial power. Agents and their proceedings, prisons and reinstatement units and the discourse of the managers are analyzed, that is, the distinct aspects of the planning and the administration of justice. On the one hand, we aim at showing the judicial power put into full practice. On the other hand, the very running of power displays its limits, contradictions and ambivalences. The whole process hid the low level of penetration of the State in Montes Claros and surroundings. Obviously, the striking and evergrowing presence of the judicial power in the everyday life of the sertanejo would become a reality. However, the penetration the State apparatus in that region engendered distinct moments between 1830 and 1880 which we aim at highlighting and evaluating the level of maturity of the judicial and political ordinance in Brazil and Minas.

Finally, we discuss the restraints of the interpretations that oppose civil society against State, coast against interior. An interpretation of the sertão areas has been carried out avoiding the usual misleading comparisons that associate sertão with barbarism, interior with archaic and coast with civilization, since we assume that in order to understand the Brazilian social and historical conformation it is necessary to go beyond that. This study is our version of the history of justice in the

sertão of northern Minas in the nineteenth century. Only more detailed studies or interpretations will tell if it is appropriate or not.

PALAVRAS-CHAVE/KEY-WORDS(5)

Século XIX, Administração, Justiça, Controle da Criminalidade, Norte de Minas Gerais.
19th. Century, Administration, Justice, Criminality Control, North of Minas Gerais.

Sumário

Índice.....	p. 11
Índice Abreviaturas.....	p. 13
Índice de Tabelas.....	p. 14
Índices de Figuras.....	p. 15
Resumo.....	p. 06
Abstract.....	p. 07
Introdução.....	p.16
 Capítulo 1. O Estado, a “sociedade civil” e a justiça nas Comarcas do Sertão mineiro do médio São Francisco.....	p. 31
1.1. Os clássicos da teoria penal: trabalho e misericórdia, a filantropia penal	
1.2. O ordenamento jurídico brasileiro no século XIX: força, consenso e consentimento.	
1.3. A justiça fragilizada, os problemas da ordem civil.	
1.4. A responsabilidade do poder: indecisões e ambigüidades do judiciário.	
 Capítulo 2. A organização e a administração do poder judiciário: os limites do “Império da Lei”.....	p. 66
2.1. O problema da organização da ordem jurídica no Brasil do século XIX.	
2.2. A ordem em construção e os agentes locais: Juizado de Paz	
2.3. Os agentes da justiça: de juizes a oficiais de quarteirão.	
2.4. Juizes Municipais, Chefes de Polícia e Delegados: defensores da ordem.	
2.5. Os aparelhos da condenação: casas de correção, cadeias e prisões.	
2.6. Os mapas estatísticos das sessões do Tribunal do Júri: as ilusões da ordem.	
2.7. Os Ministros de Justiça e os Presidentes de Província: sustentáculos do Estado	
2.8. A segurança pública: questão social e razão de Estado?	
 Capítulo 3. Montes Claros de Formigas e região: o cenário.....	p. 106
3.1. A geografia do Sertão: o homem e a terra.	
3.2. Mercados locais e regionais: a economia no sertão norte-mineiro nos séculos XVIII e XIX	
3.3. A população no Brasil e em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.	
3.4. A população livre e cativa em Montes Claros e seus Termos.	

Capítulo 4. A justiça e os crimes no médio sertão do São Francisco, a eficácia da lei: homicídios de livres e escravos.....p. 138

4.1 Os sertanejos: simetrias e assimetrias sociais no universo do crime

4.2. A Justiça, o crime e a lei no sertão norte-mineiro: limites e possibilidades de análise.

4.3. O crime e os criminosos: tipologia e categoria social de análise.

4.4. Violência cotidiana, enredos de muitas histórias de livres e cativos.

4.5. Crimes planejados: emboscadas, tocaiais e encomendas.

4.6. As Testemunhas: o avanço da perícia criminal.

4.7. Solidariedade, conflito e consenso nas comarcas do sertão.

4.8. As armas e armadilhas do crime e da justiça.

Considerações finais.....p. 182

Fontes.....p. 185

Referências Bibliográficas.....p. 187

Anexos.....p. 199

Índice

Introdução.....	p. 16
Capítulo 1. O Estado, a “sociedade civil” e a justiça nas Comarcas do Sertão mineiro do médio São Francisco.....	p. 31
1.1. Os clássicos da teoria penal: trabalho e misericórdia, a filantropia penal	
1.2. O ordenamento jurídico brasileiro no século XIX: força, consenso e consentimento.	
1.3. A justiça fragilizada, os problemas da ordem civil.	
1.4. A responsabilidade do poder: indecisões e ambigüidades do judiciário.	
Capítulo 2. A organização e a administração do poder judiciário: os limites do “Império da Lei”.....	p. 66
2.1. O problema da organização da ordem jurídica no Brasil do século XIX.	
2.2. A ordem em construção e os agentes locais: Juizado de Paz	
2.3. Os agentes da justiça: de juizes a oficiais de quarteirão.	
2.4. Juizes Municipais, Chefes de Polícia e Delegados: defensores da ordem.	
2.5. Os aparelhos da condenação: casas de correção, cadeias e prisões.	
2.6. Os mapas estatísticos das sessões do Tribunal do Júri: as ilusões da ordem.	
2.7. Os Ministros de Justiça e os Presidentes de Província: sustentáculos do Estado	
2.8. A segurança pública: questão social e razão de Estado?	
Capítulo 3. Montes Claros de Formigas e região: o cenário.....	p. 106
3.1. A geografia do Sertão: o homem e a terra.	
3.2. Mercados locais e regionais: a economia no sertão norte-mineiro nos séculos XVIII e XIX	
3.3. A população no Brasil e em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.	
3.4. A população livre e cativa em Montes Claros e seus Termos.	
Capítulo 4. A justiça e os crimes no médio sertão do São Francisco, a eficácia da lei: homicídios de livres e escravos.....	p. 138
4.1 Os sertanejos: simetrias e assimetrias sociais no universo do crime	
4.2. A Justiça, o crime e a lei no sertão norte-mineiro: limites e possibilidades de análise.	
4.3. O crime e os criminosos: tipologia e categoria social de análise.	
4.4. Violência cotidiana, enredos de muitas histórias de livres e cativos.	
4.5. Crimes planejados: emboscadas, tocaiais e encomendas.	

- 4.6. As Testemunhas: o avanço da perícia criminal.
- 4.7. Solidariedade, conflito e consenso nas comarcas do sertão.
- 4.8. As armas e armadilhas do crime e da justiça.

Considerações finais.....	p. 182
Fontes.....	p. 185
Referências Bibliográficas.....	p. 187
Anexos.....	p. 199

Índice Abreviaturas

DPDOR – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da UNIMONTES

AFGC – Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves

APM – Arquivo Público Mineiro

RPP/MG – Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais

RMJI – Relatórios dos Ministros de Justiça do Império

CLIB – Coleção das Leis do Império do Brasil

CDGIB – Coleção das Decisões do Império do Brasil

Índice de tabelas

Tabela 1	Força Policial Militar de Minas Gerais, 1835-77	p. 86
Tabela 2	Numero dos Membros da Guarda Nacional de Minas Gerais em Serviço, 1836-58	p. 87
Tabela 3	Destacamentos da Guarda Nacional por Municipalidade, 1833, 1857	p. 87
Tabela 4	Crimes julgados nas Sessões dos Tribunais do Júri da Província de Minas Gerais, 1836-1845 e 1851-1855	p. 89
Tabela 5	Crimes julgados nas Sessões dos Tribunais do Júri da Província de Minas Gerais, 1865-1870	p. 90
Tabela 6	Exportações, Rio Pardo – Bovinos, 1815-1883	p. 118
Tabela 7	População de Distritos Seleccionados, 1838.	p. 134
Tabela 8	População de Distritos Seleccionados, 1872	p. 134
Tabela 9	Variáveis analisadas nos Processos-crimes de homicídio, réus, 1833-1873 - Montes Claros e região	p. 145
Tabela 10	Processos-crimes de homicídio, réus e vítimas, 1833-1873 - Montes Claros e região	p. 145
Tabela 11	Processos-crimes de homicídio sexo dos réus, 1833-1873 – Montes Claros e região	p. 146
Tabela 12	Status dos réus nos processos-crimes, 1833-1873	p. 146
Tabela 13	Estado civil dos réus nos Processos-crimes, 1830-1873	p. 147
Tabela 14	Faixa etária dos réus nos Processos-crimes, 1833-1873	p. 147
Tabela 15	Ocupações dos réus nos Processos-crimes, 1833-1873	p. 147
Tabela 16	Localidades onde ocorreram os homicídios, 1833-1873	p. 148
Tabela 17	Tipos de armas utilizadas pelos réus, processos-crimes 1833-1873	p. 149
Tabela 18	Sentenças proferidas contra os réus, processos-crimes 1833-1873	p. 149

Índice de Figuras

Mapa 1	Povoações Antigas do Norte de Minas Gerais, 1804.	p. 108
Mapa 2	Distritos do Norte de Minas e as Rotas de Comercio entre os séculos XVIII e XIX.	p. 136

Introdução

Este trabalho analisa os crimes de homicídio praticados, durante o século XIX, por homens pobres livres e escravos na região de Montes Claros, norte de Minas Gerais com o intuito básico de discutir a administração da justiça nesta região. Busca entender a atuação do poder judiciário na execução da justiça e os mecanismos de funcionamento do aparato jurídico durante o transcorrer dos processos criminais. Examina como a justiça condenava ou absolvía os envolvidos em crimes de morte, especialmente, como eram tratados livres e cativos no interior da trama judicial nos sertões do Brasil. Visa, essencialmente, compreender as permanências e rupturas ocorridas nas práticas da justiça no interior do Brasil e aquilatar em que medida o Estado nacional conseguiu se fazer valer por meio da ação judicial, tendo em vista que ao poder judiciário cabia mediar e conter os conflitos entre os membros da sociedade brasileira, prescrevendo os comportamentos aceitos e aqueles que eram julgados intoleráveis.

O território mineiro, fonte de eterna disputa política e econômica, pode ser dividido respectivamente em três grandes áreas de colonização, ocupação e povoamento, e estas áreas divergiam entre si, material e culturalmente, quanto à formação histórico-social. De modo geral, a Província de Minas Gerais e, especificamente, o norte da província forjou tipos humanos que se relacionaram com o meio ambiente quer no âmbito da agricultura, do comércio, do artesanato ou quaisquer outras atividades econômicas, de modo muito peculiar, configurando um espaço social complexo de convivência, onde viviam os grupos socialmente marginalizados pelo sistema escravista. O estudo da justiça, do crime e da criminalidade na região enquadra-se na crescente preocupação dos historiadores e cientistas sociais em conhecer as formas de organização, as relações e os processos de coexistência social dos grupos marginalizados das comunidades rurais escravistas e seus processos de interação com a ordem estabelecida.

Para captar toda a densidade social da vida sertaneja nesta localidade tivemos que precisar o que vem a ser as áreas de Sertão. As áreas, geralmente, denominadas sertão têm seu contraponto historiográfico e conceitual nas áreas litorâneas. A historiografia frequentemente associa as regiões/áreas de sertão à barbárie e as regiões/áreas de litoral à civilização. Essa visão dicotômica, presente em boa parte da literatura histórica do século XIX, e mesmo do século XX, não obstante a variabilidade dos termos em que é apresentada, requer uma revisão urgente. Essa dicotomia reduz a compreensão da história do Brasil e de suas regiões, e mais ainda, oculta um sempre renovado discurso elitista e conservador sobre a capacidade de autonomia das populações residentes no interior do país para contribuir efetivamente na construção de um projeto nacional. Ultrapassar essa visão

dicotômica entre sertão/litoral, civilização/barbárie, arcaico/moderno, enfim, a visão dos muitos e inconciliáveis “Brasis” é um passo inadiável para a compreensão do país.¹

O sertão tem sido entendido de duas formas principais pela historiografia brasileira: como meio físico e como espaço político-ideológico. Alguns autores focalizaram o sertão enfatizando o seu caráter físico como elemento determinante nas relações sociais. Outros analisaram o sertão como um espaço geopolítico de dominação econômica, ideológica e social. Estas duas concepções do sertão não são excludentes, às vezes, apresentam-se no discurso histórico e sociológico, acerca das áreas interioranas e afastadas do território, de modo complementar. Aqueles que enfocaram o sertão como meio físico predominante – geográfica, geológica, mesológica e climaticamente – geralmente, pendem para um determinismo geográfico, em que, o homem do campo, especialmente, o sertanejo estaria atado à natureza. O sertanejo se amoldaria à natureza muito mais do que a adaptaria aos seus interesses econômicos, políticos, ecológicos, ideológicos, culturais e sociais. Para esses autores a organização societária seria dependente e não interdependente da natureza, e isto resultaria em atraso, arcaísmo e formas tradicionais de exploração do meio ambiente. Sob essa ótica a integração pressupõe a submissão do sertanejo ao meio ambiente.²

A preocupação em estudar o processo de colonização e povoamento de extensas regiões do território brasileiro, “os desertos de homens”, pode ser verificada em autores fundadores da historiografia nacional.³ Podemos colher inúmeros exemplos na historiografia colonial brasileira deste tipo de enfoque sobre o sertão. A análise de João Capistrano de Abreu em seus *Capítulos de História Colonial*, com propriedade e, em conformidade com vários especialistas coloniais, evidencia que o devassamento de nosso território se dera em razão da exploração de riquezas minerais, do apresamento de escravos nativos e do comércio de gêneros alimentícios e das chamadas drogas do sertão. Estas foram as razões fundamentais para a colonização e o povoamento do sertão. Não havia uma atitude planejada de povoar com vistas ao estabelecimento de domicílio e de residência. Tais motivações para a penetração no sertão foram enfatizadas pela maioria dos estudiosos coloniais brasileiros e

¹ O sertão tem sido analisado sob diversas perspectivas. Para uma concepção historiográfica e ideológica do sertão confira: LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representações geográficas da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ: UCAM, 1999. Para uma concepção etimológica, ideológica e geográfica do termo sertão confira: SILVA, Moacir M. F. *A propósito da palavra sertão*. São Paulo: Boletim Geográfico, s/d.

² Um exemplo clássico de determinismo geográfico, ou, pelo menos, de construção desse imaginário acerca do sertão e das relações entre o sertanejo e a natureza, encontra-se na obra de CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* (Campanha de Canudos). São Paulo: Editora Martin Claret, 2005. pp. 120-121.

³ Acreditamos que é desnecessário mencionar para a discussão em foco uma extensa bibliografia. Basta para o entendimento da questão aludirmos a autores como: ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial* (1500-1800). 7. ed., rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro). Especialmente o capítulo – IX. O Sertão. pp. 127-205. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções* São Paulo: Brasiliense, 2000. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ilustração em cores de Cícero Dias, desenhos de Antonio Montenegro. 30. ed., Rio de Janeiro: Record, 1995. PRADO JUNIOR, Caio. 1907-1990. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

estrangeiros e, como decorrência desses empreendimentos “aventureiros”⁴, teria resultado uma população mestiça, pobre, errática, desconfiada e arredia, vivendo sempre nos limites da sobrevivência como salienta Capistrano: “os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram donos das sesmarias, mas escravos e prepostos.”⁵

A dependência e, em menor medida, a interdependência da natureza são elementos norteadores na narrativa dos analistas coloniais que estudaram o Brasil dos séculos XVI ao XIX. Claro que, o homem dos tempos coloniais, abandonado à sua própria sorte nos rigores da mata teria que recorrer aos meios ecológicos existentes ou disponíveis para a sua sobrevivência e dos seus, somente depois de garantida esta é que ele poderia se dedicar a produzir um excedente qualquer para o comércio, desde que houvesse como fazer escoar essa produção econômica excedente rumo aos centros consumidores. Tal não era o caso dos sertanejos, nem o objetivo dos sertanistas que desbravavam o sertão. A produção atendia ao estrito objetivo da empresa exploratória. Àqueles que se deixavam ficar restava o sistema de trocas, ou o cultivo das roças para o abastecimento das expedições oficiais ou particulares que demandavam ao sertão. As rotinas econômicas eram as mais simples possíveis. Capistrano de Abreu deixa isso bem claro quando trata da dieta alimentar, da moradia, da vestimenta e dos apetrechos de trabalho dos sertanejos.⁶

Realizaram-se muitas expedições oficiais e particulares ao interior do país, desde meados do século XVI. Muitas rotas terrestres e fluviais foram sendo abertas em busca de riquezas e, nestes caminhos, foram sendo semeados pousos que serviam para o abastecimento e suprimento das expedições, alguns se tornariam importantes arraiais, vilas e cidades com o avançar do povoamento. Essa foi a primeira experiência de fixação dos habitantes nos sertões do Brasil-Colônia. Na maioria dos autores que estudaram esses empreendimentos coloniais, nota-se que eles definem as expedições coloniais como exploratórias, de apresamento e guerreiras. Exceção feita ao trabalho de Sérgio Buarque de Holanda *Monções*. Neste ensaio sobre o processo de colonização da região sul do país o autor destaca o caráter comercial da empresa colonizadora, fazendo uma distinção fundamental entre as bandeiras e as monções⁷.

⁴ O termo aventureiro não é utilizado de modo pejorativo pela maioria dos estudiosos coloniais. Na narrativa de diversos autores assume um caráter laudatório, heróico, de bravura, destemor, honradez e coragem. Veja: LIMA JUNIOR, Augusto. 1889-1970. *A Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978; CALMON, Pedro. *História do Brasil*. vols. 1, 2 e 3. 4. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

⁵ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7. ed., rev., anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro), p. 153.

⁶ Idem, *ibidem*, pp. 153 e ss.

⁷ Sobre a distinção entre bandeiras e monções diz o autor: “Não é só o emprego de meios de locomoção diversos, é, também, e principalmente, o complexo de atitudes e comportamentos, determinados por cada um desses meios, o que fará compreender a distinção essencial entre a primitiva bandeira e a monção de povoado. Naquela, os rios constituem, efetivamente, obstáculos à marcha, e as embarcações são apenas o recurso ocasional do sertanista, utilizável onde a marcha se tornou impossível. Nas monções, ao contrário, a navegação, disciplinadora e cerceadora dos movimentos, é que se torna regra geral, e a marcha a pé, ou a cavalo, ou em carruagem(...) constitui exceção a regra. HOLANDA, S. B. de. *Monções*. op. cit. p. 72-73.

De qualquer modo, fosse por terra ou pelos rios as expedições assumiram quatro características fundamentais: explorar, apresar, guerrear e comercializar. A fase da mineração em Minas Gerais somente acentuou o ritmo de penetração no território promovendo sua ocupação, primeiramente, provisória e precária e, em seguida, de modo planejado e sistemático. É o que evidenciamos na historiografia colonial. Fosse a pé ou em canoas essa ocupação semeou ao longo de seus trajetos pequenos povoados com características muito semelhantes: abastecimento, repouso e suprimento para os viandantes. Logo, temos que concordar com Sergio Buarque de Holanda que, a empresa colonizadora realizada por via terrestre assim como por via fluvial, forjou um “complexo de atitudes e comportamentos, determinados por cada um desses meios” de locomoção. Forjaram tipos humanos característicos em cada região ocupada.⁸

O meio físico, nas comarcas do sertão, teria desempenhado um papel significativo na formação dos tipos humanos e de uma cultura sertaneja específica como se pretende demonstrar neste estudo. Ao que se sabe, a penetração no território mineiro foi realizada essencialmente por vias terrestres, fato que surpreende, pois a Capitania, depois Província possui grandes bacias hidrográficas. Foram bandeirantes e sertanistas baianos e paulistas os primeiros desbravadores do território mineiro. E, se é possível falar de uma cultura sertaneja forjada a partir desse tipo de penetração com suas vantagens e limitações, ela derivou de um processo de aprendizagem e adaptação de métodos largamente praticados pelos nativos do território, mas ela derivou essencialmente da inter-relação entre o meio ambiente e o homem, por tal razão é que este aspecto está sendo apreciado.⁹ A cobertura vegetal do território de Minas Gerais dos tempos coloniais ou da época imperial pode-se pressupor era bem mais exuberante do que aquela que hoje existe no Estado. Graças ao processo de devastação e degradação ambiental essa vegetação foi radicalmente modificada. Porém, a estrutura ecológica essencial permaneceu a mesma, ou seja, podemos encontrar cobrindo o território manchas de caatinga, mata atlântica e extensas faixas de cerrado. A região sãofranciscana, objeto deste estudo, e mais particularmente, Montes Claros e povoações circunvizinhas situam-se nas áreas de cerrado. A vida de seus habitantes e suas condições de alimentação, vestuário, habitação e convivência nesta área foram afetadas pelo relacionamento com esse meio ambiente.¹⁰

O solo, as bacias e micro-bacias hidrográficas, as estações climáticas e outros aspectos ligados ao meio ambiente afetaram a vida e as condições de vida dos sertanejos naquela região, impedindo ou facilitando seu processo de adaptação. As atividades produtivas ali desenvolvidas tiveram que se adequar a essas peculiaridades geográficas e ecológicas. E assim ocorreu. Tanto que

⁸ Idem, *ibidem*, p. 72.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

¹⁰ Neste sentido a dieta alimentar assumiu importância capital para a permanência no território. Quanto a esse aspecto confira ALMEIDA, Semírames Pedrosa de. *Frutas nativas do cerrado: caracterização físico-química e fonte potencial de nutrientes*. In SANO, Sueli Matiko, ALMEIDA, Semírames Pedrosa de. (Ed.) *Cerrado: ambiente e flora*. Planaltina/Brasília: EMBRAPA, 1998.

houve na região do médio São Francisco a exploração do salitre retirado do solo. Houve o aproveitamento de árvores e frutos nativos, uns para a fabricação das casas de adobe, outros para o enriquecimento da dieta alimentar do sertanejo, assim como o Rio São Francisco e seus afluentes forneciam pesca abundante aos moradores das localidades ribeirinhas. Em suma, a utilização dos recursos naturais tornou-se uma alternativa essencial para a permanência na região. Havia uma forte integração com o meio ambiente.

Por outro lado, durante o império a população brasileira crescera significativamente, mas o território continuava despovoado. Havia a necessidade de perpetuar o domínio sobre o território, mas agora sob uma nova conjuntura, a de formação do Estado nacional. O projeto, não de todo claro e bem definido, constituía não apenas em ocupar, mas fixar; povoar para constituir residência e domicílio. Era necessário assegurar a unidade territorial e política da nascente nação por meio de um povoamento estável, coibir ou limitar a fluidez e mobilidade espacial dos moradores das antigas capitanias, agora províncias. Visava-se fixar de modo mais exato possível os limites e as fronteiras do Brasil. Não apenas conhecer o sertão, mas mapeá-lo, circunscrevê-lo e dominá-lo por meio do povoamento fixo e estável. As inúmeras mudanças ocorridas na colônia para adequá-la à instalação de todo o aparato institucional trazido do Reino, são por demais conhecidas, façamos apenas um esboço rápido, para os fins a que nos propomos nesta introdução.

Com a chegada da Família Real ao Brasil seriam produzidas as condições necessárias para a superação do *exclusivismo colonial*¹¹, em parte, responsável pelo isolamento e abandono de extensas faixas do território do país consideradas pouco atrativas do ponto de vista fiscal, tributário e militar. Abertura, inovação e mudança caracterizam o período de 1808 a 1822. Foram criadas instituições administrativas, artísticas, científicas, financeiras. Facilitou-se a entrada de pessoas, bens e capitais estrangeiros. Expedições científicas foram encorajadas para o conhecimento e difusão das riquezas e potencialidades do país. Os testemunhos dos viajantes são os exemplos eloqüentes desse novo momento do Brasil. A elevação do Brasil à condição de Reino em 1815 assume importância capital para a compreensão desse momento de “modernização” da sociedade civil e das instituições existentes ao tempo da colônia. Era preciso dotar o reino de estruturas e infra-estruturas legais e legítimas para a imposição do poder do Estado, obviamente, esse processo profundamente denso não foi percebido e entendido da mesma maneira de norte a sul do país. A criação de instituições e de aparatos administrativos pré-estatais e estatais estava sujeita às injunções da vida concreta. As antigas capitanias, os seus mandatários e potentados ora aceitavam certas medidas político-administrativas,

¹¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o exclusivismo colonial e sua superação indicamos: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Herança Colonial – sua desagregação*. In HOLANDA, S. B. de. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*. Tomo II, vol. 1º., 6. ed., São Paulo: Difel, 1985; NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed., São Paulo: Hucitec, 1995; Para uma revisão da tese acerca do exclusivismo colonial ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ora a elas se opunham num intenso processo de conflito, negociação e acomodação. Os homens freqüentemente têm resistência à mudança de suas rotinas e hábitos longamente estabelecidos, como salientou Sérgio Buarque de Holanda, especialmente aqueles que se encontram mais deslocados das regiões de poder direto do Estado à época como os homens dos sertões do Brasil.¹²

O sertão assume um novo significado, se antes era o refúgio, o espaço de desregramento, o lugar ignorado, agora será o lócus, onde a lei e a ordem devem se fazer valer, pois todos os súditos do império pertencem a uma e mesma nação. Nesse contexto é que se torna compreensível a insistência dos agentes da burocracia do Estado em elaborar censos, listas nominativas e mapas de população, enfim, as estatísticas populacionais. Era preciso saber quantos eram, em que lugares domiciliavam e com o que se ocupavam os habitantes das províncias. Isso era imprescindível tanto para o controle social como para a formulação de políticas públicas de administração dos “cidadãos” do Império. Desta forma, o sertão passa a ser um espaço de dominação geopolítica. Nesta tarefa teria um papel fundamental o poder judiciário.

O sertão da época colonial e imperial que foi delineado pela historiografia apresenta alguns elementos constitutivos que permitem, por um lado, entrever permanências e mudanças no modo de organização e estruturação da vida no sertão brasileiro e, por outro, as especificidades que queremos demarcar. Neste estudo verificamos, entre outras coisas, em que medida as comunidades rurais ali conformadas se assemelhavam ou se distinguiam daquelas engendradas em áreas litorâneas, rurais e urbanas do Brasil da época. Embora não existam muitas pesquisas acerca de Montes Claros e região que focalizem como objeto específico de estudo a criminalidade e a justiça naquela área, e mesmo em áreas semelhantes, em que pudéssemos nos apoiar, este trabalho pretende fornecer uma contribuição empírica e historiográfica ao entendimento das relações sociais sertanejas.

Procuramos mapear o modo de vida e de organização social de parcela da população que vivia naquela localidade e que esteve envolvida com a justiça como réus, vítimas, testemunhas ou informantes em crimes de homicídio. Para isso, tivemos que caracterizar, definir e diferenciar, mesmo que em linhas gerais, a economia, a política, a cultura, a sociedade, os valores, os padrões e estruturas de sociabilidade da população rural que habitava essa vasta extensão do território da Província mineira. Os processos-crime nos permitiram penetrar o universo dos comportamentos, valores e atitudes, às vezes, surpreendentes dos grupos marginais da sociedade sertaneja norte-mineira.

Toda essa reflexão a respeito dos aspectos físicos e geopolíticos do meio ambiente serve para demonstrar que a penetração do aparelho judiciário, e indiretamente, do Estado e suas rotinas, valores e princípios passaram por adaptações e tiveram que responder às expectativas de uma realidade radicalmente diferente daquela pensada e forjada pelos agentes e funcionários da burocracia

¹² HOLANDA, S. B. de. Herança Colonial – sua desagregação. In HOLANDA, S. B. de. História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. Tomo II, vol. 1º., 6. ed., São Paulo: Difel, 1985.

do poder judiciário. Nos sertões, a estrutura e o funcionamento do poder de vigiar e punir, de controlar e coagir teria que se adequar a um modo de pensar, sentir e agir diverso daquele para o qual a lei e a justiça tinham sido projetadas. Os homens públicos do império, em particular, os agentes burocráticos da justiça tiveram que operar correções na aplicação das normas e leis às comarcas do sertão mineiro, se quisessem fazer valer os princípios fundamentais do ordenamento jurídico do Império. Por tais razões, os conceitos de local, de regional e de nacional passaram a ser reavaliados para os fins deste trabalho. Assim, historiograficamente, as comunidades isoladas geograficamente foram enfocadas em seus aspectos negativos a precariedade, o isolamento e a pobreza material eram entendidos, *a priori*, como ausência de civilização e de padrões de sociabilidade. Tais deficiências impediriam ou limitariam a integração das comunidades sertanejas aos processos mais amplos da sociedade brasileira.

Os dois objetivos primordiais dos homens públicos, durante o século XIX, eram povoar o território e consolidar a ordem. Ou seja, realizar um povoamento de modo ordeiro e civilizado. Esses objetivos enfrentaram muitos obstáculos para se realizar, especialmente em áreas como o termo de Montes Claros de Formigas, na comarca do Rio São Francisco. A instabilidade de residência e domicílio dos moradores, foi um dos sérios transtornos enfrentados para vigiar e controlar os comportamentos da população. Embora, esse não seja um estudo de população, somente é possível compreender o modelo de vida sertanejo a partir da fluidez e mobilidade espacial.¹³ Povoar, habitar e morar não possuíam os mesmos significados para homens e mulheres, livres e escravos, ricos e pobres nos sertões do médio São Francisco. Entre essas três dimensões de pertencimento há uma diferença sutil que tem sido pouco considerada nos estudos sobre os sertões. Então foi necessário precisar também essas dimensões de sociabilidade para compreender a vida e a organização social sertaneja naqueles confins.

Havia, segundo a pesquisadora Izabel Marson, uma forte disputa entre dois projetos políticos para o país, durante o século XIX. Os liberais realizaram algumas reformas no ordenamento jurídico com objetivos explícitos de descentralizar o poder político e administrativo fortalecendo cada vez mais a esfera local e regional. Por seu turno, os conservadores especialmente após a ascensão de Araújo Lima, em 1837, iriam imprimir um direcionamento político mais centralizado para a organização das instituições e do próprio Estado. Eles realizaram algumas reformas neste sentido como a Lei de 3 de dezembro de 1841 que reformou o Código do Processo Criminal diminuindo o poder dos juizes de paz.¹⁴

¹³ Para um excelente e sistemático estudo acerca da população da província de Minas Gerais confira: BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. População e nação no Brasil do século XIX. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. Especialmente a Parte II – De Províncias a Nação: os levantamentos censitários no Brasil do século XIX. pp. 75-78. Veja também o trabalho pioneiro de: COSTA, Iraci del Nero da. Populações Mineiras sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

¹⁴ Coleção das Leis do Império do Brasil. N°. 261. – Lei de 3 de Dezembro de 1841. – Reformando o Código do Processo Criminal, pp. 101-122.

Tanto o projeto liberal como o conservador visava modernizar o Brasil. A diferença estava no ritmo que cada projeto queria imprimir a essa modernização e aos processos civilizatórios. Enquanto para os liberais os juizes de paz e o júri eram considerados a pedra de toque do poder judiciário, pois permitiam uma maior autonomia na administração da justiça e uma interferência mais sensível da sociedade civil nos negócios judiciais, para os conservadores os mesmos eram vistos como viciosos e comprometidos com as oligarquias, as facções e os poderes dos coronéis locais. Os conservadores entendiam que os juizes paz eram despreparados, ineptos e que entravavam o aprimoramento da administração da justiça.¹⁵ Havia outros pontos controversos entre o projeto conservador e o liberal que iremos explorar com mais detalhes nos capítulos deste estudo.

A resposta dada pelas elites locais aos projetos modernizadores e civilizatórios de liberais e conservadores foi a sabotagem e a tentativa de desmontagem das novas instituições jurídicas. O juiz de paz – criação liberal – foi no transcurso do século tendo suas atribuições esvaziadas pela reação de outras instâncias de poder, principalmente pelos juizes municipais, pelos chefes e delegados de policia. Os juizes de direito e municipais – criação do projeto conservador – ao tentarem impor as normas civilizatórias do poder central foram desmoralizados agredidos e até mortos, o que, em alguns casos, também ocorreu com os juizes de paz. Em geral, nas duas situações as elites locais recorreram à cooptação pela pressão para garantir os cargos aos seus apaniguados – parentes, eleitores, clientes, amigos, etc – por meio do apoio eleitoral, nomeação para cargos públicos e inclusão nas famílias por meio de casamentos vantajosos. Dessa maneira, o ímpeto modernizador foi amenizado, diluído ou colocado a serviço dos interesses tradicionais com a exclusão ou quando muito com a participação marginal de outras classes sociais.

O estudo da atuação do poder judiciário numa comunidade rural destaca os elementos essenciais tanto da estrutura societária dessas comunidades como os elementos fundamentais para compreender a organização do poder judiciário na localidade, perceptíveis no curso de atos violentos. Levando em consideração que o poder judiciário, e toda a historiografia que trata do tema o confirma, exercia funções circunscritas ao controle, vigilância, repressão do “povo” e dos “cidadãos”, ou melhor, dos súditos do Império brasileiro. Estas funções institucionais já eram exercidas nos tempos coloniais e, por certo, não deixaram de ser exercidas pelo poder judiciário durante o Império tão somente se diversificaram e especializaram. Elas se transformaram vigorosamente no transcurso do século XIX, pode-se dizer que o judiciário passou por subseqüentes processos de rupturas e de evoluções.¹⁶

¹⁵ MARSON, Izabel Andrade. O império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

¹⁶ A natureza do bacharelismo brasileiro foi estudada por VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. O autor analisa a formação jurídica brasileira destacando predominância do academicismo, em detrimento do pragmatismo que imperava em outros países como os Estados Unidos da América do Norte. Traz um excelente resumo da evolução do ensino do Direito no Brasil e a importância que os magistrados tiveram nos rumos políticos do país.

Este trabalho demonstra as evoluções, rupturas, continuidades, descontinuidades e contradições do poder judiciário no Brasil, destacando os matizes que, os homens e mulheres socialmente marginalizados, foram assumindo para os dirigentes do Estado e para os agentes da justiça no país. Mostra que noções como justiça, lei, direito, crime, povo e “cidadania” tiveram que ser adaptadas às crescentes exigências sociais das “classes perigosas”. Evidencia que ocorreu uma inversão nas premissas do direito no transcorrer do século XIX. Entre a segunda metade o século XVIII e os anos de 1850, categorias sócio-históricas, ou conceitos como “povo” e “cidadão” e, mais extensivamente, “sociedade civil”, que apareciam submetidas aos interesses do Estado, e mais tarde, do Estado-nação, após 1830, nacional e internacionalmente, o direito sofre uma significativa mutação: aquelas categorias tornar-se-iam mais precisas, e particularmente, o Estado começaria a reconhecer as demandas sociais, da parcela pobre livre da população, e nalguns casos até da parcela liberta e cativa, sob pena de tornar-se obsoleto e ultrapassado.

Não obstante essas mudanças, houve grande dificuldade em aplicar a justiça, inspirada nos moldes liberais, predominantes na primeira metade do século XIX, na região em estudo. As dificuldades de acesso à justiça e o relativo isolamento da região possibilitaram a manutenção de padrões tradicionais e criaram códigos baseados nos costumes que se sustentavam em relações pessoais, em um forte sistema cornelístico local e em relações patrimonialistas. Isso implicava, às vezes, em baixos índices de punição e condenações dos delitos praticados na localidade fosse por homens livres ou cativos. Este fato é mais sensível quando se trata de assassinatos, tendo em vista que, supostamente, este seria o delito que mais despertaria a vigilância e a repressão por parte da justiça institucionalizada e uma sensível condenação social.

A imposição dos valores burgueses e liberais como *razão, ordem, nação, civilização e progresso* não penetraram na cultura local de modo incisivo, não foram introjectados pelos sertanejos do médio sertão do São Francisco exatamente como haviam sido idealizados. A análise e interpretação dos processos de homicídio revelaram a imperícia processual na montagem dos processos e a insuficiência de instrumentos para a imposição de princípios caros aos homens públicos do período como a racionalidade, o caráter abstrato da lei e a imparcialidade da justiça. Esses princípios fundadores do Estado moderno não conseguiram atingir a população sertaneja e se sobrepor ao *código do sertão*.¹⁷ evidenciando os limites do *Império da Lei*. Este estudo não pretende ser simplesmente mais uma narrativa da história dos vencidos. Ele verifica em que medida o Estado nacional, orquestrado pelas elites políticas, econômicas, administrativas e judiciárias, conseguiu ou não moldar

¹⁷ Segundo a pesquisadora Maria Sylvia de Carvalho Franco esse código implicava num caráter híbrido de manutenção de padrões tradicionais e de incorporação de valores modernizantes. Veja discussão mais adiante.

as atitudes e comportamentos da população aos interesses da “razão nacional”,¹⁸ em que medida obteve sucesso ou fracassou na modelagem do “povo” e do “cidadãos”. Ao abarcar o período regencial (1831-1840) e o segundo reinado (1840-1889) analisa as políticas modernizadoras das facções liberais e conservadoras que governaram o Brasil.

O trabalho discute a evolução do Direito, do ordenamento jurídico, nos moldes liberais, como princípio de manutenção da autoridade do Estado frente a uma sociedade tradicional. Mas, quando esse fenômeno: a evolução, as reformas internas do poder judiciário, não respondia às necessidades de conservação e imposição do próprio poder judiciário; ele colocava em funcionamento um outro fenômeno: a força. O poder judiciário utilizava-se de seus mecanismos tradicionais: a vigilância, o controle, a coerção e a repressão que, por meio do monopólio do uso legítimo da força, garantiam a autoridade do Estado. Obviamente, estamos diante de três estratégias básicas de manutenção do poder dos grupos/classes dominantes encastelados no Estado: a persuasão, o consenso e a força. Este estudo procura mostrar a dinâmica destas estratégias utilizadas pelos poderes judiciário e executivo. No entanto, essas não foram as únicas estratégias que o poderes judiciário e executivo utilizaram para a manutenção da ordem e da segurança pública. Os homens públicos do século XIX usaram e abusaram das reformas. No entanto, o que se observa é que em todos os planos reformistas do poder judiciário os vencidos tornaram-se o centro das atenções dos governantes e homens públicos do Império. Era necessário forjar a nação, posto que não existiria nação sem cidadãos. Procuramos mostrar essencialmente como o judiciário atuava para exercer as suas funções normalizadoras e regulatórias na sociedade norte-mineira.

Esta história lida com acomodações, conflitos e resistências de livres e escravos, que certamente não atuaram da mesma maneira, por isso, procuramos verificar como a justiça tratou cada grupo/classe socialmente marginalizada. Para conhecer e entender as condições de vida e de dominação dos grupos socialmente marginalizados escolhemos como caminho privilegiado a compreensão do poder judiciário e da criminalidade. A análise de fontes jurídicas, administrativas e parlamentares permitiram acompanhar um outro aspecto fundamental da montagem do Estado nacional e a constituição dos poderes estruturantes do Estado – o judiciário – e suas interdependências. Neste caminho evidenciamos que a “sociedade civil” servia ao Estado no século XIX e não o contrário, como ocorre hoje. A sociedade devia se adaptar ao Estado e não o Estado aos interesses e demandas da sociedade civil. Este é o primeiro fato relevante deste estudo.

Abordamos a problemática relação entre o poder judiciário e os elementos sociais marginalizados, partindo do princípio de que o Estado, a todo o tempo, procurou deixar bem claro o papel que lhes cabia na ordem social, ou seja, partindo da premissa de que Estado nacional brasileiro,

¹⁸ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª. Sessão da 5ª. Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Paulino José Soares de Sousa. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1843. p. 3.

clientelístico e patrimonial, tentou criar e organizar uma sociedade hierarquizada, mais extensivamente, buscou criar uma “sociedade civil” baseada na existência de uma suposta ordem natural nas relações sociais. O pacto social após a Independência do Brasil alterou-se, precária e provisoriamente, mas estruturalmente as relações de mando autoritárias perdurariam durante todo o século XIX afora, espalhando-se inclusive pelo seguinte, como se pode observar na atuação do judiciário durante a primeira fase República.¹⁹

Este estudo não é sobre a história do direito, nem tampouco das instituições ou órgãos do poder judiciário. Também não é uma história do poder executivo *stritu sensu*. No entanto, trata de alguns aspectos considerados fundamentais, tanto do primeiro como do segundo, que permitiram a compreensão da organização do Estado nacional. Não se trata de uma história do Estado-nação, mas é necessário ter em mente que era nesse período que se modelava a nova nação e o novo homem civil. Por um lado, esta investigação, trata dos crimes e da criminalidade praticada pelos moradores da região do médio sertão do São Francisco, no norte de Minas Gerais. Por outro, trata das práticas de contenção do crime e da violência entre os homens e mulheres sertanejos e engendra a compreensão *do modus vivendi e operandi* dos criminosos e suas práticas delituosas ocorridas naquela localidade e a atuação do poder judiciário como mediador dos conflitos. Em resumo, analisa o caráter mediador e repressor do poder judiciário diante dos confrontos sociais sertanejos.

Para compreensão desse universo peculiar é necessário analisar como o Estado, via judiciário, se impôs àquela população e como esses habitantes, objetivamente atingidos, sentiram o peso da máquina estatal na sua vida cotidiana. Mas é necessário que se diga que não nos ocupamos da história da vida cotidiana da população socialmente marginalizada do sertão norte-mineiro. Contudo, analisamos, em casos específicos, aspectos relacionados à vida cotidiana dessa população rural. Esta introdução procura deixar explícito que para compreender as mutações do Estado nacional brasileiro é necessário esmiuçarmos o funcionamento de um de seus poderes – o Judiciário – observando como ele atuava sobre a população de Montes Claros e região e como essa população atingida pela justiça relacionava-se com o avanço do Estado sobre suas vidas, enfim é necessário esmiuçarmos as relações entre o público e o privado na sociedade das comarcas do sertão.

Esta pesquisa assemelha-se muito mais com uma história do processo de dominação senhorial e estatal, uma história dos mecanismos de dominação da elite local e regional. Uma história das práticas de vigilância, controle, coerção e repressão dos grupos/classes socialmente marginalizadas. Escolhemos esse caminho para discutir a criminalidade. Ele não é o único, mas permite entrever as estratégias concretas e discursivas postas em prática para o exercer o domínio efetivo. Assemelha-se muito mais com a história dos embates entre facções e subgrupos de elite, e

¹⁹ RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Cor e Criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

entre a elite imperial e o denominado “povo”, e entre a elite dirigente e o informe “cidadão”. Por meio de diversos documentos oficiais legislativos, executivos, judiciários e administrativos penetramos neste universo de discursos sobre a ordem e a desordem, a civilização e a barbárie, a razão e desrazão, o povo e o cidadão.

O *corpus* documental compõe-se de vários materiais do legislativo, executivo e judiciário. Em relação ao material legislativo foram consultadas as *Coleções das Leis do Império do Brasil* e a *Coleção das Decisões do Governo do Império* de 1830 a 1880 disponíveis no site da Câmara dos Deputados, consultamos e analisamos os *Códigos Criminal de 1830* e de *Processo Criminal de 1832*, e a reforma realizada no código do processo em 1841 e em 1871. Para a análise do executivo recorremos aos *Relatórios dos Ministros de Justiça* e aos *Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais*, um volume expressivo de relatórios que abrangem de 1825 a 1880. Consultamos também aproximadamente 40 correspondências de juizes de paz, algumas da Câmara de São Romão e algumas de chefes de policia da Província. Um volume restrito de documentos da Câmara Municipal de Montes Claros também foi compulsado para esta pesquisa. Todo esse *corpus* legislativo e executivo permitiu uma abordagem do poder judiciário nos três níveis nacional, regional e local. Estas fontes foram analisadas qualitativamente, visto que muitas delas são discursivas, mas elas constituem-se em materiais subsidiários à investigação.

O *corpus* documental principal deste estudo são Processos Criminais que cobrem o período de 1832 a 1880. Foram analisados seletiva e qualitativamente aproximadamente 60 processos crimes, mas efetivamente foram quantificados 117 processos de homicídio referentes período de 1833-1873. Mesmo analisando qualitativamente sessenta processos não foram citados ou mencionados todos esses processos. Por um lado, porque a análise visou apreender as regularidades e padrões, por meio dos dados estatísticos e, por outro lado, a análise qualitativa visou apreender as singularidades e especificidades das práticas da justiça e da criminalidade na região norte de Minas Gerais. Ao buscarmos apreender esses “padrões, regularidades e especificidades” acreditamos que seria desnecessário, e se tornaria enfadonho, apresentar uma sucessão de casos, às vezes, muito semelhantes em sua essência. Com a análise deste material foi possível configurar o Estado nacional brasileiro.

Como falar do Estado sem falar de seus poderes, como falar das elites sem falar do povo, como falar de povo sem falar de cidadãos, como falar de Minas Gerais sem falar do Brasil, como falar de política sem falar de economia, cultura e sociedade? Esta é uma história social das práticas judiciárias e da construção do Estado nacional, mas é também a história de como os sujeitos históricos – elites, cidadãos e povo – consolidaram o que hoje nós chamamos de Brasil. Escolhemos analisar a sociedade de Minas Gerais porque essa era um das províncias mais populosas e influentes, bem representada junto ao governo central, província rica, politicamente importante para o Império,

culturalmente diversa, que forneceu inúmeros quadros políticos e administrativos para o *establishment*.²⁰

No entanto, a província de Minas Gerais não era homogênea geográfica, ideológica, cultural, administrativa, econômica e juridicamente ela estava dividida em zonas fronteiriças de poder. A diversidade emerge no estudo do controle da criminalidade e das práticas de administração da justiça em Montes Claros e região. Verificamos que as regiões sul e centro-sul da província mineira eram ricas e prósperas e que as regiões norte, noroeste e nordeste eram remediadas, pobres e abandonadas. Isso teve um impacto na forma de organização histórico-social, na forma de penetração e imposição do Estado-nação e seus valores nessas regiões da província de Minas Gerais. A maioria dos homens públicos que exerceram cargos e funções de Estado relevantes foi extraída da região sul, sudoeste, sudeste e centro-sul da província. Compreender que existiam, e ainda existem, várias Minas Gerais é o primeiro passo para entender a importância do papel desempenhado pelo judiciário naquela região e do problema que iremos aprofundar mais adiante.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. Estes capítulos estruturam-se em ordem crescente de complexidade. Partindo de problemas gerais sobre a organização do Estado nacional para aspectos mais específicos de organização do poder judiciário. Discutem o Estado no Brasil, em Minas e no norte de Minas Gerais. Discutem a violência de um modo geral até chegar ao crime e a criminalidade na região de Montes Claros. Analisam a criminalidade de modo amplo até chegar aos crimes de homicídio no médio sertão do São Francisco.

No Capítulo 1 – *O Estado, a “Sociedade Civil” e a Justiça nas Comarcas do Sertão mineiro do médio São Francisco* discutimos as concepções de Estado e sociedade dos cientistas políticos, antropólogos, sociólogos e historiadores que analisaram a formação, implantação, organização, consolidação e imposição do Estado nacional no país sob dois eixos principais: tradição e modernidade. Realizamos uma discussão historiográfica avaliando, em que medida, o Estado se impôs no território e perante a população. Procuramos demonstrar que a consolidação do Estado-nação no Brasil, apesar do projeto “saquarema”²¹, de sua tendência liberal-conservadora e burguesa não conseguiu fazer valer os seus princípios e premissas nas comarcas do sertão mineiro e, de um modo geral, nos sertões do Brasil. Demonstramos que as características da sociedade civil, do Estado e da criminalidade destoavam entre sul, centro e norte. Aqui destacamos conceitualmente os principais elementos constitutivos da sociedade civil, do Estado e da justiça na região. Abordamos os principais caracteres da justiça formal na região e suas práticas administrativas, com vistas a compreender a distância entre o ideal e o concreto na prática da justiça na sociedade mineira e norte-mineira.

²⁰ Veja: SISSON, S. A. Galeria dos brasileiros ilustres. 2v. Brasília: Senado Federal 1999. Aqui pode-se encontrar a trajetória dos principais políticos da Província mineira como o Marques de Paraná, Bernardo Pereira de Vasconcellos e tantos outros que provinham das regiões mais prósperas da província.

²¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

A seguir, no Capítulo 2 – *A organização e a administração do poder judiciário: os limites do “Império da Lei”* caracterizamos o crime e a criminalidade naquela região; apresentamos e discutimos as especificidades dos documentos judiciais, da Justiça, da Lei numa região dinâmica, embora isolada da Província de Minas Gerais. Traçamos uma série de distinções entre a justiça como prática e dever do Estado e como prática e costume dos poderosos locais. Em suma, discutimos o aparelho judiciário e como ele serviu de instrumento de dominação e controle social, embora nem sempre eficaz e organizado. Analisamos inclusive as tentativas de organização do ordenamento jurídico oitocentista, os aparelhos e órgãos de repressão e punição, a atuação dos agentes da justiça e os princípios de governabilidade buscados pelo poder judiciário.

O capítulo 3 – *Montes Claros de Formigas e região: o cenário* trata especificamente da sociedade norte-mineira, de Montes Claros e região e das práticas criminais ocorridas entre a aprovação do código criminal e a abolição da escravatura. Dividimos esta discussão em dois momentos: antes e depois do fim do tráfico internacional de escravos em 1850. Procuramos demonstrar quais as peculiaridades da localidade e região estudadas, as características geográficas, climáticas, agrárias, comerciais, econômicas, políticas, demográficas e sociais, em que se desenrolaram as práticas criminais dos grupos/classes socialmente marginalizadas do século XIX. Desenhamos um perfil esquemático, mas necessário dos moradores da região e seu modo de vida, evidenciando uma significativa diferença entre os moradores de zonas urbanas e rurais, camponeses e citadinos, caíças e sertanejos, enfim, mostramos que existia um modo de ser sertanejo que foi moldado e moldou a realidade agreste. Retomamos neste capítulo alguns aspectos essenciais do quadro sócio-histórico de formação do Estado nacional brasileiro para mostrar que, embora certos princípios e valores tenham sido preconizados pela burocracia estatal, eles não se encaixavam à realidade monteclarenses, e mais extensivamente, a região do médio São Francisco. Traçamos um quadro o mais detalhado possível da conformação social da região para distinguir as práticas criminais e de controle da criminalidade comum às zonas rurais daquelas ocorridas em zonas urbanas, para evidenciar que existia um modo de vida próprio e prevaleceram formas tradicionais de relações sociais na região.

No Capítulo 4 – *A justiça e os crimes no médio sertão do São Francisco, a eficácia da lei: homicídios de livres e cativos* exemplificamos tudo o que viemos demonstrando sobre o papel desempenhado pelo Judiciário e pelo Estado na região e o comportamento da população em contato com os tribunais. Apresentamos as fontes, em especial, as judiciais e executivas, as principais características dos “criminosos”, as armas utilizadas, as cenas dos crimes. Comentamos e analisamos incidentalmente a vida cotidiana, as práticas da justiça pública e privada, as formas de resistência ao controle exercido pelo Estado e pelos poderosos locais.

Avançamos neste capítulo muito mais com a certeza de que a implantação, formação, organização, consolidação e imposição do Estado nacional brasileiro naquela região não se assemelhavam à atuação do Estado em outras partes do país. Aproveitamos para mostrar, por meio dos processos-crimes, que os níveis de condenação eram muito aquém dos esperados pelos agentes da justiça e os almejados pelos administradores do governo imperial. Evidenciamos que a eficácia do poder judiciário em conter, os crimes e a criminalidade, nos momentos mais difíceis e instáveis da organização do Estado brasileiro ficara muito aquém do preconizado pelos homens públicos da época. Sintetizamos toda a discussão procurando demonstrar os obstáculos que o Estado e, especialmente, o poder judiciário enfrentaram para fazer valer as normas e leis, para impor o seu poder sobre a população sertaneja do médio sertão do São Francisco.

Capítulo 1 - O Estado, a “sociedade civil” e a justiça nas Comarcas do Sertão mineiro do médio São Francisco.

De acordo com esses doutrinadores, o Estado e suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. (Holanda, 1995, p.141)

Nesta discussão historiográfica abordamos alguns autores, nacionais e estrangeiros, que lidaram diretamente com a formação, constituição, natureza, organização e implantação do Estado e da nação no mundo ocidental, em geral e, em particular, no Brasil. No entanto, não pretendemos esgotar o assunto, tão somente buscamos traçar as linhas mestras de organização e constituição do Estado para que fique bem claro o tipo de Estado que foi construído no país à época do Império. Há uma sólida literatura que trata do tema. Neste momento, estabelecemos um diálogo com os clássicos da história política brasileira por duas razões: em primeiro lugar, para deixar bem claro que neste trabalho não discorremos nem nos concentramos em história política do império e, em segundo lugar, para que possamos demarcar as especificidades da discussão travada sobre a estrutura, organização e funcionamento do poder judiciário, um dos poderes constitutivos do Estado Imperial brasileiro.

É oportuno lembrar as palavras de Norberto Bobbio que marca as diferenças entre a “história das instituições políticas e a história das doutrinas políticas”, pois neste capítulo tratamos muito mais do primeiro tipo de história do que do segundo, sem prescindir das idéias e das doutrinas acerca do Estado e da nação, ao contrário, pretendemos deslindar o desempenho de um dos poderes do Estado e de suas instituições, órgãos e unidades componentes – o poder judiciário – sem descuidar que ele ancora-se em larga tradição ideológica. Assim, devemos ter sempre em mente a lição do eminente jurista italiano:

Hoje, a história das instituições não só se emancipou das história das doutrinas como também ampliou o estudo dos ordenamentos civis para bem além das formas jurídicas que os modelaram; dirige suas pesquisas para a análise do concreto funcionamento, num determinado período histórico, de um específico instituto, através dos documentos escritos, dos testemunhos dos atores, das avaliações dos contemporâneos, progredindo do estudo de um instituto fundamental como, por exemplo, o parlamento e suas vicissitudes nos diversos países, ao estudo de institutos particulares como o secretário de Estado, o superintendente, o gabinete secreto, etc., através dos quais torna-se possível descrever a passagem do Estado feudal à monarquia absoluta, ou a gradual formação do aparato administrativo, através do qual pode-se reconstruir o processo de formação do Estado moderno e contemporâneo.²²

²² BOBBIO, N. O conceito de sociedade civil. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.. p. 54.

A partir dessa reflexão surgem, então, três preocupações iniciais: o que vem a ser o Estado nacional, durante o século XIX, como os autores discutiram a formação do Estado no Brasil, e mais, como se organizou o poder judiciário no interior do ordenamento jurídico-político. O tema é polêmico e os autores o abordaram segundo perspectivas teóricas e metodológicas nem sempre consensuais, e as discrepâncias mais salientes mereceram aqui o comentário devido. Em linhas gerais, pode-se dizer que a formação do Estado nacional será problematizada a partir da compreensão da organização e da administração do poder judiciário no Brasil. Posto que, foram os membros do poder judiciário que corroboraram ou contestaram as medidas e atos legais emanados do poderes legislativo e executivo. Eram e, em certa medida, ainda são, os advogados, magistrados e juristas que questionavam os atos dos “representantes da nação”, que os culpabilizavam, que os isentavam ou os responsabilizavam pelas guerras, rebeliões ou qualquer outro problema que o Império enfrentasse, fossem eles de pequenas ou grandes proporções.

Entre os autores mais influentes que discutiram a implantação do Estado nacional no Brasil temos José Murilo de Carvalho. Este autor enfatiza que a homogeneidade da elite política brasileira possibilitou enfrentamento dos problemas de organização do ordenamento jurídico e de estruturação de sua burocracia, i.e, a elite política brasileira contou com esse fator unificador para a sua hegemonia, apesar das diferentes fases de implantação do Estado, das diversas composições e organizações dos grupos de poder existentes, durante o século XIX. O autor compara e discute a principal tese existente no campo de estudos políticos de formação do Estado na América Latina: a de unidade do Império brasileiro em contraposição com a de fragmentação dos países da América Espanhola.²³

José Murilo de Carvalho, assim como outros autores brasileiros, assenta suas reflexões em dois grandes analistas do Estado nacional no mundo europeu Benedict Anderson e Eric Hobsbawm.²⁴ Para Carvalho, a obra de implantação do Estado foi realizada pelas elites políticas e econômicas, as únicas capazes de executá-la e que detinham os recursos necessários para a concretização dessa obra. Por isso em seu *A construção da Ordem e Teatro das Sombras*, Carvalho procura mostrar que uma série de condições favoráveis facilitaram a hegemonia política da elite brasileira permitindo a construção do Estado segundo os moldes de paz, tranquilidade e ordem públicas. Mas, a pergunta ainda permanece: o que define e caracteriza um Estado e uma nação? E mais, o que seria um projeto nacional para os liberais e para os conservadores do período imperial? A resolução dessas duas questões, os especialistas admitem, é muito complexa. Mas uma coisa é certa: a

²³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1986.

²⁴ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. trad., Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. Veja também: HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

historiografia enfatiza que essas questões foram enfrentadas e parcialmente equacionadas pelas elites por meio de um processo de exclusão social, isto é, o povo ou as classes sociais não-proprietárias pouco teriam participado da efetivação do Estado nacional tanto na Europa como no Brasil.²⁵

A professora Izabel Marson opera um deslocamento neste debate ao discutir os acontecimentos da Revolução Praieira verificados em Pernambuco entre 1842-1855. O deslocamento se dá na medida em que procura demonstrar que o projeto de construção do Estado nacional brasileiro, intentado pelas forças liberais naquela província, visava incorporar, de modo conservador, as demandas e anseios das camadas mais pobres da sociedade pernambucana. Embora, como já dissemos, coloque em primeiro plano as disputas entre os membros da elite da província. A tentativa de incorporar as demandas sociais das classes/camadas/grupos marginais provocaram um turbilhão de agitações na sociedade pernambucana. Marson evidencia também as disputas internas entre as elites liberais e conservadoras demonstrando que do início ao término dos embates foram sendo construídas versões, nem sempre consensuais e muitas vezes contraditórias, acerca da participação de praieiros e defensores da ordem na consolidação do Estado.²⁶

Há um importante trabalho acerca da organização do Estado nacional brasileiro produzido por Raimundo Faoro: *Os donos do poder*²⁷ O autor procura construir um arcabouço teórico e metodológico para explicar a implantação de um Estado nacional particularista, patrimonial e clientelista no país, pontuando a sua obra com exemplos, fatos e acontecimentos que demonstram a tradição herdada de Portugal. Para Faoro as relações clientelísticas, patrimoniais e estamentais no Brasil configuraram e definiram a natureza do Estado brasileiro desde o período colonial. Essas relações podem ser caracterizadas como elementos constitutivos do Estado brasileiro. Embora, tenha apontado muitos aspectos importantes acerca da organização do Estado nacional, particularmente o aspecto clientelístico da política nacional, foi Maria Isaura Pereira de Queirós quem mais detalhadamente analisou as relações de mando e submissão entre as elites locais/regionais/nacionais e a população em geral.²⁸

O Estado no Brasil oitocentista para uns era considerado, como vimos, onipotente, onisciente e onipresente. O estamento burocrático seria a pedra de toque deste Estado centralizado que produziria a legislação e aplicaria as normas e leis aos membros da sociedade, tudo ordenando e regulando. Para outros, a estrutura burocrática do Estado imperial seria uma mera reprodução dos padrões e modelos portugueses, franceses, ingleses ou americanos. Ainda, para alguns, o Estado brasileiro teria promovido um processo de adaptação dos modelos estrangeiros às condições tropicais.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. op. cit. pp. 209-216

²⁶ MARSON, Izabel Andrade. *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²⁷ FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2 vols. 5. ed., Porto Alegre: Globo, 1979.

²⁸ QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

Procuramos verificar em que medida essas tipificações e paradigmas de Estado construídos pela historiografia compreendem as situações concretas de atuação do Estado no Brasil.

Raimundo Faoro desenha um Estado com as seguintes características: centralizado, burocrático, estamental, clientelístico e patrimonial. Um Estado nacional brasileiro todo-poderoso. Por outro lado, observamos que José Murilo de Carvalho fundamenta sua análise do Estado brasileiro em pressupostos mais flexíveis, embora considerando o Estado como um dos elementos ordenadores das relações sociais. Carvalho, entende o Estado nacional brasileiro como burocrático retardatário, herança colonial; clientelístico e patrimonial, com uma burocracia e seus agentes que vão progressivamente se tornando mais competentes e eficientes na gestão dos negócios do Estado. Ou seja, o Estado nacional brasileiro, não era e não teria, antes do final do século XIX, condições de uniformizar e aplicar todos os procedimentos organizacionais de gestão ao território brasileiro porque havia limites estruturais, de recursos e de competência técnica para esse projeto centralizador.²⁹

Keila Grinberg em *Liberata a lei da ambigüidade* situa a discussão travada acerca do Estado brasileiro em outro pólo, propondo uma interpretação em que, o Estado nacional brasileiro, não seria todo-poderoso, não seria apenas um importador de modelos, não seria também um Estado ausente que deixava à vontade e à iniciativa particular, à sociedade civil a condução e organização das relações sociais. O Estado nacional brasileiro comportava uma ambigüidade e convivia com ela adaptando-se e modelando-se de acordo com as situações concretas. Isto é, ora aceitava e aplicava os pressupostos agrário-escravistas, quando era necessário decidir um problema prático, por exemplo, as demandas por liberdade de escravos. Ora, não aceitava nem aplicava esses pressupostos. O Estado nacional brasileiro não seria um mero executor dos interesses da elite escravista e agrícola do país.³⁰

A partir de 1970 e 1980 há uma profunda revisão na análise do Estado nacional brasileiro. É perceptível que há historiografias do Estado nacional brasileiro. É perceptível também que há pontos de confluência e de divergência entre os inúmeros autores que escreveram acerca do tema. Estamos demonstrando os pontos de aproximação entre autores que, muitas vezes, não partem dos mesmos pressupostos, não utilizam os mesmos suportes teóricos e metodológicos. Um outro fato importante é que os estudos sobre o Estado nacional, especialmente, a partir de 1980 passaram a utilizar um conjunto de fontes, técnicas e métodos mais sofisticados, incorporando as contribuições da sociologia, da ciência política, da antropologia e da estatística para melhor compreender o Estado, seus órgãos e instituições.

Dois trabalhos pioneiros na discussão sobre o papel desempenhado pelo Estado, e naturalmente, sobre a sua organização e implantação no Brasil são os trabalhos de Suely Robles Reis de Queiróz e Maria Sylvia de Carvalho Franco. O primeiro se detém na questão da introdução, da

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. op. cit. pp. 214-215.

³⁰ GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade*, as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

formação e da utilização da mão-de-obra escrava em São Paulo, e é extremamente valioso para a compreensão do papel do Estado nacional brasileiro escravista. Queiróz caracteriza o sistema de exploração da mão-de-obra escrava evidenciando e provando o caráter repressivo e tutelador do Estado que, embora transigisse nas questões da exploração da mão-de-obra, foi um poderoso auxiliar da classe senhorial na extração da mais-valia absoluta e relativa potencial do trabalho escravo. Isto é, o Estado nacional brasileiro escravista foi, progressivamente, intervindo nessa relação, ainda que colaborasse e facilitasse a exploração dos escravos, fornecendo o aparato repressivo e de controle da mão-de-obra escrava. Mostra ainda que todo um aparelho legislativo nos três níveis – municipal, regional e central – foi sendo constituído para reprimir, controlar, vigiar e intimidar a escravaria. As posturas municipais, a legislação aprovada pela Assembléia Legislativa da Província e, sobretudo, as leis aprovadas pela Câmara e pelo Senado na Corte, foi uma das muitas formas que o Estado encontrou para colaborar com a manutenção do sistema escravista em São Paulo “a escravidão acompanharia as características vigentes em regiões mais antigas, visível a violência na legislação e na vida prática.”³¹

A análise de Queiroz vai descortinando os agentes e os mecanismos da repressão utilizados pelo Estado Imperial brasileiro. Este utilizou-se de capitães do mato, forças policiais, guarda nacional, e até do exército, para manter os escravos sob controle. A legislação ocupava um lugar de destaque, visto que ela fornecia legitimidade aos atos de repressão. Durante o século XIX há uma abundância de atos normativos e legais que visavam manter o controle da escravaria, porém deve-se registrar que nem sempre essas ações estatais tiveram ou atingiram o efeito desejado. Vale dizer, a mera existência da lei não implicava na sua efetiva aplicação. Tanto é assim que, a autora, procurou demonstrar que os escravos também reagiam e se insubordinavam, apesar e talvez, devido ao alto grau de violência do sistema, caracterizando o sistema repressivo estatal escravista da seguinte forma:

Qualquer infração que mesmo de leve pusesse em risco o sistema era punida com penas severas e procurava-se antecipá-la, impedir-lhe a concretização, através de legislação intimidativa. (...) Assim, o que se pode concluir é que a própria legislação, sendo altamente repressiva já caracterizava a violência de um sistema que na prática se mostraria ainda mais atuante.³²

A violência, o caráter repressor da legislação e da atuação de agentes estatais e paraestatais era um fenômeno inerente ao sistema de exploração escravista. Obviamente, os escravos, não todos, deram uma resposta à violência do Estado e à violência privada. A autora se detém nas reações dos cativos demonstrando que eles souberam encontrar mecanismos para resistir e afrontar o sistema escravista brasileiro. O trabalho de Queiróz foi um dos primeiros a destacar, entre nós, o

³¹ QUEIRÓZ, Suely R. Reis de. A escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília: INL, 1977. p. 49 e ss.

³² QUEIRÓZ, Suely R. Reis de. op. cit. pp. 49 e 57.

binômio resistência/acomodação. Embora a “acomodação” e a “insubmissão” assumissem, em sua análise da escravidão, um caráter de enfrentamento consciente e fosse, geralmente, uma resposta violenta e de rebeldia, e a acomodação envolvesse a idéia de “fingimento” devemos destacar que ela foi uma das primeiras a dizer que o escravo resiste mesmo quando não provoca ou entra em conflito aberto com o sistema escravista. Nas palavras da autora:

A ordem social que se estabeleceu no Brasil com a escravidão não permitiu o uso de técnicas sociais de distensão de emoções ou sentimentos e de soluções de conflitos que se baseassem no respeito à pessoa do escravo. A insatisfação provocada levaria a uma resposta em geral mais violenta do que se poderia supor numa sociedade escravista em que a repressão era ferozmente exercida.³³

Porém, é preciso dizer que as “emoções ou sentimentos” fizeram parte do cotidiano escravista, como alertou Ligia Bellini num misto de amor e interesse entre senhores e escravos, posto que se a historiografia recupera o caráter humano do escravo quando resiste, negocia ou acomoda-se, não seria possível negar que os sentimentos, emoções e a afetividade estivessem presentes nas relações sociais entre senhores e cativos, por mais antagônicas, hierarquizadas e violentas que elas fossem. Especialmente, se consideramos os avanços realizados pela historiografia da escravidão que tem se dedicado ao estudo das relações familiares de escravos e libertos nos últimos anos. Ou mesmo, os estudos que tem se debruçado sobre os testamentos e inventários de livres e libertos que evidenciam, nalguns casos, verdadeiras relações de afetividade entre senhores e escravos. De toda forma, o sistema escravista era a face mais cruel da exploração do homem pelo homem que obteve chancela do Estado, implicando ou não relações afetivo-emocionais.³⁴

Maria Sylvia de Carvalho Franco trouxe uma sofisticada contribuição para o entendimento do papel desempenhado pelo Estado nacional no Brasil. O seu estudo acerca dos grupos sociais intermediários sem posse – homens e mulheres pobres livres – e mesmo daqueles que tinham alguma propriedade – sitiantes, vendeiros, tropeiros, comerciantes – revelou inúmeros aspectos da forma de organização do Estado nacional brasileiro. Este estudo apresenta, para o nosso trabalho, um interesse especial, pois analisou fontes criminais, assim como Suely R. R de Queiroz. A análise feita por Carvalho Franco permite entender melhor a fisionomia que o Estado Imperial brasileiro foi adquirindo durante o século XIX. Seu livro *Homens livres na ordem escravocrata* analisa e interpreta o Estado como um poder “ausente-presente”, isto é, que somente se manifestava quando o sistema

³³ Idem, Ibidem. p. 128

³⁴ Para uma apreciação crítica das relações afetivas entre senhores e escravos, confira o ensaio de: BELLINI, Ligia. “Por amor e por interesse: a relação senhor/escravo em cartas de alforria.” In REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, pp. 73-86. E quanto aos estudos das relações familiares de escravos, livres e as fontes para seu estudo veja: SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; MARCILIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973; MATTOSO, Kátia Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX – Província do Império*. Salvador: SMEC, 1978, entre outros.

social escravista corria algum risco de desagregação, caso contrário, imperaria a vontade e os interesses dos potentados locais e a participação dos grupos marginais nas decisões de Estado era mínima.³⁵

Maria Sylvia de Carvalho Franco nota que os servidores públicos mantinham uma atitude de desapego, de distanciamento em relação ao Estado, neste ponto de sua análise enxerga-se um vínculo com a interpretação feita por Faoro que também afirma que o povo não se sentia representado pelo Estado, mesmo quando fazia parte dele. Isto é, as camadas/grupos/classes sociais marginais, especialmente, os homens pobres e livres não se identificavam com o Estado fazendo ou não parte dele, o Estado era visto e entendido como uma fonte de favores ou de obrigações para esses grupos/camadas/classes sociais, particularmente durante o século XIX. A autora afirma isso de modo contundente ao dizer:

Essa conduta do servidor público, orientada mais pelos vínculos que o prendiam aos interesses de seu meio social, que pela lealdade para com seu empregador distante e desmaterializado, começa a tornar-se inteligível quando se evidencia como era *de fato* ainda rudimentar o próprio conjunto de fórmulas que disciplinava a realização dos objetivos do Estado. Seu caráter positivo, isto é, sua cristalização num corpo de preceitos estatuídos objetivamente e consubstanciados como força normativa, havia penetrado de maneira rudimentar na consciência de cidadãos e funcionários, tornando precária sua eficácia para garantir da parte de ambos homogeneidade e continuidade de ação.³⁶

Este é justamente o ponto principal: em que medida podemos afirmar que o Estado nacional brasileiro conseguiu efetivamente consubstanciar os princípios gerais e abstratos da administração e do funcionamento dos negócios públicos? Posto que, como estamos demonstrando o Estado brasileiro não conseguiu atingir externamente a população, ou melhor, a sociedade civil; nem tampouco internamente; pois o Estado não foi introjectado pelos “cidadãos e funcionários”. Os princípios da imparcialidade, de probidade, de impessoalidade, de racionalidade, da igualdade no trato e no exercício da administração pública existiam de modo precário e frágil. A autora cita casos de crimes cometidos por funcionários do poder judiciário, que “hoje como então” alarmavam os mais sérios gestores e administradores do Estado. Quantas queixas não faziam os Presidentes da Província de Minas Gerais, e de tantas outras, contra a má conduta dos agentes inferiores da administração judiciária. Insistimos, esse é o ponto: o Estado idealizado pelos agentes superiores da administração pública estava longe daquele que era vivenciado cotidianamente pelos membros da sociedade civil brasileira e pelos seus agentes, não importando a escala diminuta em que a sociedade civil tenha existido durante o Império.

O absenteísmo do Estado verificava-se, segundo a autora, em determinadas situações em que havia conflito direto entre os interesses da classe senhorial e do Estado, que colocavam a

³⁵ FRANCO, Maria S. de Carvalho. op. cit. pp. 137-141

³⁶ Idem, Ibidem, p. 122.

integridade e a estabilidade econômica e política em risco. O exemplo, mais notório diz respeito à aprovação e a implementação das leis gradualistas para a abolição da escravatura. A aprovação de uma série de leis que ocorreram durante todo o século XIX – 1831, 1850, 1871, 1885 e 1888 – dão incontestes demonstrações deste processo de negociação e conflito de interesses entre a sociedade civil e o Estado. Essas leis estão carregadas de ambigüidades, contradições e aberturas que permitiam a burla, a fraude e o seu não cumprimento. Como salientou José Murilo, a elite política do império não pode ser automaticamente associada aos interesses da elite econômica, pois as próprias leis emancipacionistas, em parte, contrariaram os interesses da classe senhorial escravista fosse cafeeicultora, fosse mineradora, fosse açucareira, ou criatória, desde que baseada no trabalho escravo. Em suma, toda legislação que trazia alguma melhora ou benefício aos cativos, mesmo que indireta e parcialmente, era duramente combatida pela elite econômica escravocrata brasileira na Corte e nas Províncias, embora fossem algumas tenham sido aprovadas.

Todas essas reflexões ainda não atingiram o cerne da questão de modo explícito: o que era o Estado nacional brasileiro durante o século XIX? Estas reflexões evidenciam o esforço de cientistas sociais e historiadores para captar a natureza complexa dessa instituição moderna. Instituição que no Brasil era perpassada por três dimensões sociais amplas: o escravismo, o latifúndio e a monocultura, que orientavam a grande produção agrícola brasileira para os mercados internacionais europeus. Apreender a natureza e os elementos constitutivos do Estado nacional brasileiro é considerar as implicações que essas três dimensões tiveram na sua conformação, razão que justifica o diálogo com autores que estudaram a sociedade oitocentista sob o ponto da escravidão ou dos homens pobres livres. Tendo em vista que todos esses estudos feitos acerca de diferentes localidades brasileiras tiveram que se deparar com essas indagações.

Nesta linha de raciocínio outro estudo assume relevância para a compreensão do problema da organização e do funcionamento do Estado nacional brasileiro é o trabalho pioneiro de Maria Isaura Pereira de Queiróz, *O mandonismo local na vida política brasileira*, que põe em evidência as relações internas das elites políticas do país e as mantidas com os outros grupos/camadas/classes sociais. Isto é, a autora analisa as intrincadas relações intra e entre as elites e como as elites lidaram com os grupos marginais que gravitavam em torno delas. Propõe uma análise da vida política e dos mecanismos de subordinação, cooptação, colaboração e dominação construídos pelas elites políticas no interior do jogo político. Vejamos um pouco mais de perto, a contribuição de sua análise para o delineamento do Estado nacional brasileiro e seus atributos.

Maria Isaura Pereira de Queiróz irá demonstrar qualitativamente os elementos que compõem o Estado patriarcal, patrimonial e burocrático brasileiro, traçado por Raimundo Faoro. Ela irá por em relevo como as relações sociais consolidadas numa determinada “tradição” se opõem a uma pretensa atitude moderna das elites brasileiras. Em primeiro lugar, a autora mostra que a sociedade

brasileira devido às três dimensões inclusivas – escravidão, latifúndio e monocultura – consolidou relações clânicas e familiares no país, e que essas relações tiveram um peso considerável nas relações políticas, embora a família nunca se confunda com a vida política de modo automático e irredutível, como salientou Sérgio Buarque de Holanda, a família não se confunde com o Estado, mesmo que o Estado contenha, às vezes, famílias inteiras controlando-o e administrando-o:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX.³⁷

A política imperial sempre foi um tema complexo, pois argumenta-se que tanto liberais como conservadores preocupavam-se muito mais com o poder pelo poder do que com o poder como um caminho para atingir uma meta, um projeto político definido para o país. Neste sentido, analisar os processos de organização política das facções e grupos que dominavam a cena política do império implica compreender como esses homens públicos dessas facções entendiam o Estado e suas instituições, implica compreender as disputas entre as elites locais, regionais e nacionais. Para Maria Isaura P. de Queiroz o poder político e, especialmente, a política “se desenvolveu tendo por núcleo o município.” Argumenta a autora que:

A importância do poder municipal se manteve durante o Império; no município, se o mandão local se desgostava com a Corte, a autoridade do governo ‘tornava-se pouco mais do que nominal: em vão promulgava os seus éditos, não eram obedecidos’. O parlamentarismo mascarou tal processo, dando lugar às controvérsias sobre se Pedro II fora ou não um autocrata, se quem governava era ele ou era o gabinete, se o gabinete fazia ou não fazia as eleições. Quem governava realmente eram as maiorias que se compunham e decompunham segundo os chefes locais estavam ou não de acordo com as medidas propostas pelo governo, e só quando nenhuma ameaça existia no horizonte contra os interesses dos proprietários rurais é que a ‘máquina eleitoral’ do partido no poder dava resultado positivo.³⁸

O fenômeno do localismo na política brasileira foi analisado enfatizando que o centro da decisão política estava no município. É preciso avaliar essa perspectiva teórico/metodológica de análise da vida política brasileira, especialmente se considerarmos que os homens públicos do século dezenove também acreditavam, pelo menos era o que expressavam em seus discursos, que o localismo era um dos grandes entraves ao desenvolvimento político e social do país, se consideramos também que o poder local foi sofrendo, desde 1834, uma progressiva perda de influência com a centralização política do Segundo Reinado, somos forçados a repensar a força dos potentados locais nos rumos da política imperial. Contudo, devemos concordar com a autora que durante boa parte do século XIX os

³⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed., 17 reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 141.

³⁸ QUEIROZ, M. I. P. de. op cit. pp. 19-20.

localismos imperaram na política imperial, especialmente na época de eleições. Esta tese reforça a idéia de que o Estado nacional enfrentou dificuldades para suplantar o poder privado no século XIX. Os poderosos locais com suas alianças, pactos e solidariedades políticas limitaram a ação do poder público. Voltamos ao Estado como representante de camadas/grupos/classes dominantes. Voltamos ao Estado que não conseguia impor os princípios de racionalidade e generalidade à sociedade civil. Voltamos ao Estado *ex partibus principis*

O Estado, para a autora, seria uma extensão da família patriarcal e clânica. Quando os interesses da elite agrária, que, no entendimento de Maria Isaura, se associavam aos interesses da elite política eram ameaçados, os potentados locais entravavam, limitavam ou simplesmente desobedeciam aos preceitos normativos e as leis. Como já dissemos, a elite política e a elite econômica não seriam expressões unívocas e automáticas umas das outras. Os elementos, os quadros burocráticos do Estado Imperial graças à dinâmica de funcionamento da administração pública possuiriam certo grau de autonomia e margem de independência na condução, planejamento e execução das decisões. Esse grau de autonomia e margem de independência, fruto de conquista ou negociação, poderia ser imposto pelo consenso ou pela força. Vale dizer que o Estado nacional brasileiro não era manipulado de cima para baixo, nem de baixo para cima. Nisso concordamos com o professor Ivan Vellasco, o Estado monárquico constitucional brasileiro para obter o mínimo de credibilidade e legitimidade teria que tentar respeitar e fazer respeitar as leis, embora nem sempre obtivesse êxito nessa tarefa.³⁹

A autora tem razão ao argumentar que o poder municipal foi um importante articulador e intermediador do jogo político em esfera local e regional. Especialmente porque era, então como hoje, dos municípios que provinham as rendas, tributos e impostos que um Estado, essencialmente, fiscalista como o foi o do Império não poderia dar-se ao luxo de desconsiderar as opiniões e reclamos das elites locais e regionais. As intrincadas relações entre as elites locais, regionais e nacionais vem a tona na análise da organização e da estrutura de funcionamento do poder judiciário brasileiro e provincial. Os mais variados *corpus* documentais patenteiam essas tensões entre o interesse privado e público no século XIX.⁴⁰

Jurandir Malerba ao analisar os discursos dos representantes das elites políticas do Império procura demonstrar a tensão existente no “projeto” de dominação política de cima para baixo. É um bom exemplo, de como por meio do poder judiciário a alta cúpula do poder tentou controlar os impulsos localistas durante o século XIX moldando valores e condutas. Embora, o autor focalize suas preocupações no estudo do projeto de dominação escravista, evidenciando que a elite construiu e consolidou um aparato para manter a escravaria sob controle material e simbólico, toda a análise

³⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais – século 19. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2004.

⁴⁰ Os autores que lidam ou lidaram com a história política do Império dispõem de um amplo material para a análise dessa dimensão da vida social: atas de câmaras municipais, posturas, discursos de vereadores, deputados e senadores, atas eleitorais, anais legislativos, entre outros que foram utilizados para captar a natureza e a constituição do Estado.

temperada com requintes de teoria marxista, serve para que possamos penetrar um pouco mais nas entranhas do Estado monárquico constitucional brasileiro.

Malerba em, *Os brancos da lei*, adotando uma perspectiva ligeiramente diferente de Suely Robles Reis de Queiroz, procura demonstrar que todo o *corpus* legislativo judicial visava consolidar os valores e normas de conduta da elite, uma ética e uma moral, “pretensamente liberal” no Brasil, por meio da lei. Ao analisar os discursos da elite dominante e os Códigos Criminal e de Processo visa demonstrar que a elite imperial de cúpula – ministros, presidentes de província, conselheiros de estado, magistrados – procurou delimitar o lugar social dos escravos na sociedade brasileira não apenas para reprimir e controlar, mas demarcar o lugar político e cultural que esse grupo/camada/classe socialmente marginalizada deveria ocupar.⁴¹ Segundo o autor, os comentadores dos códigos buscavam definir as condições e os limites quantitativos das penas, as competências dos agentes do poder judiciário, a responsabilidade dos mesmos agentes, e particularmente, o que os profissionais da justiça deveriam fazer para atingir a consolidação dos valores da elite dominante da época.

É possível perceber que o Estado nacional brasileiro, desenhado pela historiografia, vai assumindo uma feição um pouco difusa. Há, na verdade, alguns traços gerais que estamos procurando apontar e sintetizar, juntamente com as principais limitações dessas interpretações, mas isso nem sempre é fácil. Mas, voltemos ao texto de Jurandir Malerba. O direito no século XIX era um campo ideológico de combate num duplo sentido: combate interno às estruturas do campo e combate externo, no sentido de angariar e garantir credibilidade e legitimidade sócio-política. Avaliemos um pouco esse aspecto do poder judiciário no século XIX, para aquilatar como esse poder contribuiu para o projeto modernizador, progressista e civilizatório que tentara impor às províncias do Império. Malerba argumenta que foi por meio do direito que a elite brasileira tentaria impor esses padrões de “cultura” e “civilização”, pois o ordenamento jurídico seria o instrumento modelador dos hábitos e costumes da população. Nas palavras de Malerba:

O Direito é um dos principais campos onde se travam as lutas de classes – mas trata-se de um equívoco pensar que as relações escravistas ou quaisquer outras se expressariam dentro dos limites da lei. Se a própria classe dominante fizesse o conjunto da sociedade respeitar suas leis, atingiria êxito absoluto e não seriam necessárias outras formas de coação física e cultural. A lei é uma *forma ideal*, um limite pretendido pelo segmento hegemônico e a todo momento burlado pelas partes em conflito. Não é mera ‘idéia’ em sentido de abstração descolada da realidade, mas uma tábua razeira para o funcionamento do Estado como organismo monopolizador da violência legítima.⁴²

⁴¹ MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei: Liberalismo, Escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá/PR: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

⁴² O autor embasa suas afirmações em dois teóricos do marxismo clássico Poulantzas, Nicos. *O Estado, o poder e o Socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985 e Pasukanis, E. *A teoria geral do Direito e o Marxismo*. Trad. S. Martins. Coimbra: Centelha. 1977. MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil*. Maringá/PR: Editora da Universidade Federal de Maringá, 1994. p. 20-21.

Entre os desejos e as idealizações das elites brasileiras e a vida cotidiana da sociedade civil havia um hiato relativamente grande. Podemos dizer que a sociedade civil estava em constituição assim como o próprio Estado-nação⁴³. Norberto Bobbio caracteriza teoricamente os dois elementos principais deste debate: a esfera pública e a esfera privada. Analisa os elementos estruturais e superestruturais que compõem essas esferas e desmistifica, principalmente, uma aparente oposição entre elas, demonstrando que a esfera pública pressupõe necessariamente uma relação contratual entre governantes e governados e que a sociedade civil é a instância de resolução de certos problemas que não são pertinentes ao Estado. Ou seja, entre as duas esferas há uma relação autonomia e interdependência. Posto que, o Estado não consegue se impor como total e absoluto – excetuando os Estados totalitários e autoritários, despóticos ou autocráticos – há, em outras palavras, sempre tentativas, com êxito ou sem, de fraudes, burlas e infrações às leis. De outro modo, não seria compreensível a existência do aparelho repressivo ou burocrático representado, por exemplo, pelos tribunais e as cadeias. Em outras palavras, o Estado todo-poderoso que alguns cientistas sociais conseguiram enxergar no Brasil é uma ficção. Isto não implica dizer que o Estado não atuasse e procurasse fazer valer aqueles princípios fundantes de sua organização e de seu funcionamento.

Em linhas gerais, pode-se dizer que autores como Raimundo Faoro⁴⁴, Fernando Uricoechea⁴⁵, Izabel Marson⁴⁶, José Murilo de Carvalho entre outros entendem o Estado brasileiro sob duas grandes perspectivas. Na primeira, o Estado é visto como uma obra exclusiva ou prioritariamente, organizada pela elite política composta de juristas, magistrados, advogados e homens de letras. Na segunda, o Estado nacional é visto como uma obra cooperativa ou de adesão, embora sob a liderança de um grupo ou facção de elite. Tanto na primeira como na segunda perspectiva o Estado é visto como uma construção social de elite, em que a participação política dos grupos ou classes sociais marginais tem pouco ou nenhuma influência. Uma variante original desta abordagem acerca da formação do Estado nacional no Brasil foi elaborada por Ivan de Andrade Vellasco em seu livro *as Seduções da Ordem*.⁴⁷

Mas, antes de nos determos nesta polêmica vejamos as características fundamentais de constituição do Estado nacional. As preocupações com a organização de uma entidade que controlasse e administrasse os conflitos sociais acima dos interesses individuais e particulares emergiu na Europa entre finais do século XVII e início do século XVIII, com a derrocada do Antigo Regime. No entanto,

⁴³ BOBBIO, Norberto. op. cit. teoria geral da política. trad. Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁴⁴ FAORO, Raimundo. Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 2 vols. 5. ed., Porto Alegre: Globo, 1979.

⁴⁵ URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. São Paulo: Difel, 1978.

⁴⁶ MARSON, Izabel Andrade. O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁴⁷ VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru: EDUSC, 2004.

o Estado-nação será uma obra concluída apenas no século XIX. A administração pública até o XVIII tinha como características fundamentais: a fiscalidade, a formação de um corpo militar e policial e a delimitação da territorialidade. Estes foram os primeiros esforços realizados pelos homens públicos para construir o Estado. A constituição do Estado nacional na Europa é parte de um processo mais amplo do projeto civilizador⁴⁸.

Durante o processo de Independência do Brasil a elite política realizará um esforço enorme para criar instituições, órgãos e esferas de administração do Estado. Perseverará em consolidar os seus poderes constitutivos – executivo, legislativo e judiciário. Buscará delimitar as competências e habilidades necessárias em cada parte e no todo do ordenamento jurídico e estatal. Esse processo se estendeu por todo o século XIX, mas, foi durante o período da independência 1820-1822, e da Regência 1831-40 que se realizaram inúmeras experiências, que tiveram que enfrentar grandes resistências internas à própria elite. A construção e consolidação do Estado nacional brasileiro, mais especificamente, a nação se adequa bem à concepção exposta por Benedict Anderson, para esse autor a nação: “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.” Como salienta, especificamente, a nação:

é imaginada como *limitada*, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. (...) é imaginada como *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído. Atingindo a maturidade numa etapa da história humana em que até mesmo os mais devotos adeptos de qualquer das religiões universais se defrontavam inevitavelmente com o *pluralismo* vivo de tais religiões, e com o *alomorfismo* entre os reclamos ontológicos de cada fé e o território ocupado por ela, as nações sonham em ser livres e, se sob as ordens de Deus, que seja diretamente. O penhor e o símbolo dessa liberdade é o Estado soberano.⁴⁹

As características do Estado nacional moderno incluem a noção de territorialidade física e política, e de soberania. Mas, o que chama a atenção nesta reflexão de Benedict Anderson é a definição do Estado-nação como uma “*comunidade imaginada*” que coexiste em comunhão e unida por laços reais e simbólicos. Isto equivale afirmar que o Estado-nação mesmo não sendo todopoderoso, mesmo não sendo plenamente eficiente do ponto de vista da racionalidade burocrática e, sobretudo, mesmo quando frágil, ausente e subordinado aos interesses de um determinado grupo continua existindo e atuando, nem sempre, mas supostamente para o bem comum. O Estado nacional brasileiro gestado, a partir do século XIX, possuía essas características, ou pelo menos estava procurando consolidá-las. O estudo de sua atuação, via poder judiciário, deixa entrever o esforço da

⁴⁸ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. v.2. trad. Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e Notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

⁴⁹ ANDERSON, B. op. cit. pp. 15-16.

elite política e da “sociedade civil organizada” para a consecução deste objetivo. O que este cotejo bibliográfico pretendeu foi demonstrar que o Estado brasileiro enfrentou inúmeras dificuldades e que a superação ou não destas dificuldades implicou na conformação do Estado nacional que temos hoje, e que o poder judiciário assumiu um papel de relevo neste processo.

1.1. Os clássicos da teoria penal: trabalho e misericórdia, a filantropia penal.

O Direito Penal passou por profundas mudanças no final do século XVIII. Nessa época, o mundo ocidental irá assistir a uma inflexão nas atitudes e nos comportamentos dos teóricos da criminalidade e da justiça. Embora as mudanças comecem a operar, já na segunda metade do século XVII, elas se tornaram mais perceptíveis em fins dos setecentos: era chegada a hora de dar um basta aos suplícios, era o fim da vingança privada. O Estado nacional começava a instituir práticas penais humanitárias e racionalistas, fruto de um movimento social mais amplo que exigia a reforma da sociedade, o movimento iluminista, que exigia respeito aos direitos civis, humanos e políticos dos indivíduos. Foi no bojo desse movimento que se formou uma corrente de opinião fortemente contrária às flagelações, aos suplícios, ao espetáculo público da punição. Como frisou muito bem Catharine Duprat, referindo-se à França da Restauração:

Aos olhos dos contemporâneos, a reforma criminal de 1791 foi uma grande vitória das Luzes. Aliás, como se surpreender com isso? Não respondia ela às propostas dos discípulos de Montesquieu e de Beccaria, todos aqueles que, magistrados, especialistas em direito público, acadêmicos ou laureados pelas academias, denunciavam a barbárie da antiga lei penal, inapta tanto para reprimir como para dissuadir? (...) Era, de início, a considerável redução das penas de eliminação. (...) Igualitária, a pena seria a mesma para todos os cidadãos: pessoal, atingiria apenas o culpado, poupando a honra das famílias e seu patrimônio. Doravante, não mais penas que não sejam ‘morais’, de acordo com os costumes de uma nação policiada. Assim, desapareciam os castigos corporais, as mutilações, a roda, o fogo, a atrocidade dos suplícios, ‘todos esses horrores legais detestados pela humanidade e pela opinião [...] estes espetáculos cruéis que degradam os costumes públicos.’⁵⁰

A Revolução Francesa, de idéias e armas na mão, paradoxalmente, exigia uma reforma do sistema penal, do sistema prisional e carcerário, do sistema legislativo penal e da administração da justiça herdados do Antigo Regime. A lei, as penas e a prisão seriam agora restauradoras, regeneradoras e saneadoras dos indivíduos encarcerados. Os reformadores do sistema penal europeu iniciaram a remodelagem das formas de punição com o objetivo de prevenir e curar, *pos-facto*, o mal em curso nos corpos e nas almas dos acusados e dos condenados: as leis e as prisões visavam reabilitar os prisioneiros para o trabalho e bom convívio social. A primeira batalha dos reformadores seria

⁵⁰ DUPRAT, Catherine. Punir e curar – em 1819, a prisão dos filantropos. In Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 7, nº. 14, mar./ago., 1987, pp. 11-12.

travada contra os ociosos e em favor do trabalho: seria uma ação filantrópica. A exigência de racionalização e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social começavam a ser testados.⁵¹

Afinal, se tornava cada vez mais difícil castigar uma população que crescia, vertiginosamente, tornando-se cada vez mais anônima, escorregadia e informe. O direito penal sentia a necessidade de reformar-se para atingir essa população. De certo modo, pode-se dizer que a reforma ou revolução operada no campo do direito penal resultou da imperiosa necessidade de controlar e ordenar os impulsos e as paixões das massas urbanas em fermentação. Neste contexto, os teóricos da criminalidade associavam o crime, em primeiro lugar, à pobreza e à ociosidade da população em crescimento. Estamos em plena formação e desenvolvimento do capitalismo industrial e reordenação das relações entre a esfera do público e do privado. O Estado nacional começava a se organizar na Europa, estamos diante da fase de formação dos Estados nacionais modernos.

Neste período os países da península ibérica assistiram às transformações operadas no campo do direito e da formação do Estado nacional procurando incorporar essas mudanças, com vistas à manutenção do domínio sobre as colônias da América. Porém, Portugal e Espanha trilharam caminhos distintos no processo de organização de seus Estados nacionais. Em Portugal iria se formar um Estado absolutista ilustrado que perduraria até o momento de transmigração da Família Real para o Brasil, em 1808. A estrutura estamental e burocrática do Estado português, em certa medida, acompanhou à própria Corte portuguesa em sua travessia do Atlântico, é o que constataram os estudiosos do fim do Antigo Regime em Portugal. Fernando Antonio Novaes aponta que a estrutura político-administrativa brasileira herdou muitas práticas da metrópole. Sobre tudo, ressalta que a abundante produção legislativa portuguesa, no início do século XIX, se configurava como tomada de consciência da crise pela qual passava o Estado absolutista ilustrado português. Contudo, aquilo que, segundo Novaes, representava uma resposta aos problemas da metrópole tornar-se-ia, para a elite da colônia, verdadeira lição de como organizar um ordenamento jurídico-político.⁵²

No Brasil, no campo do direito, a incipiente montagem do Estado nacional brasileiro conciliaria os aspectos contraditórios do ordenamento jurídico-político herdado da metrópole. Esta pode ser considerada, como veremos mais adiante, a fase proto-jurídica de formação do Estado nacional no Brasil. Durante esta fase foram criadas, estimuladas ou simplesmente esboçadas as primeiras instituições jurídicas nacionais. Nunca é demais lembrar, a Europa vivia um período de efervescência política e social. A Revolução Francesa aguçara os debates acerca não só do colonialismo e seus limites, mas, sobretudo acerca dos direitos individuais e coletivos. Os indivíduos deveriam ter e manter seus direitos, tais como: de igualdade, de liberdade, de expressão, agremiação,

⁵¹ Michel Foucault realizou duas pesquisas extensas, profundas e inovadoras que analisaram as transformações pela quais passou o campo da ciência penal são elas: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 15. ed. Trad. de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987 e FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 2. ed. trad., Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

⁵² NOVAES, Fernando Antonio. op. cit. pp. 239-240.

de confissão religiosa, dentre outros, que se constituíam em bens intransferíveis e inalienáveis, como salienta Novaes, as idéias do iluminismo francês oscilavam entre o reformismo e a revolução. No Brasil, do início do século XIX, esse ideário assumiria a face revolucionária, particularmente, entre os liberais históricos e radicais tais como Benedito Teófilo Ottoni, o ambíguo, padre Diogo Antonio Feijó e Frei Joaquim do Amor Divino Caneca.⁵³

Contudo, a “herança colonial” predominou na vida econômica e social brasileira, é o que se nota ao analisar a história do país. O latifúndio, a monocultura e a escravidão iriam permanecer como sólidos alicerces a cimentar e fortalecer as elites rurais espalhadas pelo imenso território. As fases liberais vividas pelo país, particularmente, expressas numa relativa abertura em nossa legislação não conseguiriam desestruturar esses fortes elos que uniam a elite agrária escravista brasileira. É inegável que os liberais tentaram promover mudanças no campo do direito penal brasileiro. A legislação do período Regencial evidencia esta tentativa de mudança de um arcabouço jurídico autoritário, centralizado e conservador. A promulgação dos Códigos Criminal e de Processo respectivamente de 1830 e 1832, e a aprovação do Ato Adicional de 1834, configuravam uma tendência de abertura moderada, que visava alargar e garantir a participação política e administrativa à uma parcela mais ampla da sociedade. Logicamente que essa ampliação não contemplava toda a sociedade brasileira, mas sem dúvida preconizava ou se fundamentava em princípios relativamente “democráticos”, em conformidade com “as luzes do século”.

A Constituição de 1824, feitas as devidas ressalvas, insere-se no bojo dessas mudanças. A par do autoritarismo ilustrado de D. Pedro I, podemos considerá-la um passo significativo na garantia de certos direitos políticos e civis em consonância com os princípios liberais da Revolução Francesa e do Liberalismo inglês. Embora, na ocasião de sua promulgação ela tenha sofrido críticas abertas e diretas por parte da elite política brasileira conservadora e liberal, em algumas províncias. A resistência da Bahia e de Pernambuco em aceitar tanto a Independência como a Constituição são sintomas paradoxais do nosso sistema jurídico-político, que mesclava liberalismo e autoritarismo, mas expressava também as relutâncias ocorridas, por parte de Portugal, em aceitar o fim do *exclusivismo colonial*, isto é, a perda definitiva da sua Colônia. As resistências e lutas se condensariam ainda mais em torno do ordenamento jurídico que foi sendo construído neste período.

1.2. O ordenamento jurídico brasileiro no século XIX: força, consenso e consentimento.

⁵³ Quanto à posição política dos liberais neste período confira: CASTRO, Paulo Pereira. A “Experiência Republicana”, 1831-1840. in HOLANDA, Sérgio Buarque de, CAMPOS, Pedro Moacyr. (Dir.). O Brasil Monárquico: dispersão e unidade. Tomo II, 2º. Volume. 5. ed. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1985, pp. 9-67 A respeito das idéias de Frei Caneca veja: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, 1779-1825. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001.

O ordenamento jurídico-político brasileiro, isto é, o Estado e seus agentes atuaram sob três perspectivas por meio da força, do consenso e do consentimento para *tentar impor* normas e leis à população livre e cativa das comarcas do sertão, no Norte de Minas Gerais. Nesse momento, analisamos esse esforço do Estado, via poder judiciário, na região. Mais particularmente, nos concentramos em discutir como o poder judiciário construiu o aparato burocrático jurídico e *buscou prevalecer* sobre a população sertaneja livre e cativa norte-mineira e seus valores imperativos, no campo das relações interpessoais, isto é, como a justiça, e conseqüentemente o Estado, tentou impor-se à sociedade civil local. Examinamos agora quais foram os mecanismos, as formalidades e procedimentos normativos e administrativos que a elite política, vale dizer, os homens públicos do império objetivaram consolidar para controlar a criminalidade no sertão. Analisando as relações entre o Estado, a “sociedade civil” e a criminalidade praticada nas comarcas do sertão, no médio São Francisco, concluímos que o projeto civilizador, progressista e de ordem – princípios de governabilidade – não conseguiu efetivar-se no cotidiano dos moradores e da justiça.

A “sociedade civil” que abrangia as vastas regiões noroeste, nordeste e norte da província mineira pode ser definida como volátil, porosa, refratária e instável por duas razões básicas. Primeiro, as relações sociais entre livres e cativos não eram tão plenamente hierarquizadas como em outras regiões de Minas Gerais e do Brasil, especialmente aquelas que possuíam grandes plantéis de escravos. A historiografia e os memorialistas locais afirmam que havia relações de proximidade e contatos que relativizavam e afrouxavam a hierarquização social, graças aos baixos índices populacionais verificados⁵⁴. Contudo, não equivale dizer que as relações entre livres e cativos fossem simétricas. As relações entre livres e cativos, escravos e libertos, e mesmo entre livres e livres eram essencialmente assimétricas, essas pessoas não ocupavam as mesmas posições na escala social, logo, não se pensavam como iguais e nem se tratavam necessariamente como iguais. A igualdade de posição, às vezes, mas não automaticamente, podia implicar uma relação entre iguais.⁵⁵

Em segundo lugar, numa região em que a economia estava baseada em atividades de abastecimento, de subsistência e comerciais havia um enorme contingente de pessoas sem posse; o que tornava a luta pela sobrevivência competitiva e profundamente desigual. Acresce que o isolamento da região ou os contatos intermitentes, irregulares e sazonais aumentavam sua instabilidade e sua refratibilidade às mudanças e novidades. A sociedade civil norte mineira era semi-aberta,

⁵⁴ Confira os dados sobre a população da região no capítulo 3. Pelos dados compilados se percebe que haviam poucos escravos, libertos e livres na região, o que sem dúvida favorecia o contato entre os membros dessas comunidades rurais.

⁵⁵ As posições sociais segundo, sociólogos e antropólogos, comportam relações e atitudes simétricas e assimétricas. Vários fatores influem nas relações sociais para que elas se enquadrem no primeiro e no segundo caso. Status social e profissional, econômico e político, de parentesco, entre outros interferem nas relações intersubjetivas provocando identificação ou não entre os agentes sociais. Para o conceito de simetria e assimetria social confira: BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. Especialmente o capítulo 3. Assumindo a posição devida, pp. 43-69. Veja ainda: MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995. Em particular o Capítulo Introdutório: 1. “Nascer e crescer juntos”, 2. Os parentes e 3. Os estranhos, pp. 19-35.

parcialmente integrada, como o seu próprio crescimento e desenvolvimento econômico, com deixa evidente na análise de sua estrutura social, *no capítulo seguinte*. O crescimento e desenvolvimento da região foi lento, gradual e descompassado. Deve-se considerar também que a prosperidade econômica não era uma resposta automática à satisfação das demandas sociais de todos os membros da sociedade, ou melhor, o desenvolvimento econômico, às vezes, acirrava as desigualdades de poder político e de *status* entre os moradores do sertão.

Para atingir a simetria social nessa “sociedade civil” era necessário romper algumas barreiras e filtros. Sendo ela uma sociedade volátil, elástica e porosa; isto nem sempre era difícil, mas implicava lutas, sacrifícios e, na maioria dos casos, para os escravos, derrotas parciais ou totais. No caso dos homens e mulheres pobres livres, e mesmo dos libertos a situação tornava-se um pouco mais favorável, mas atingir relações simétricas, mesmo em uma sociedade onde os valores, princípios e normas vinculatórias não estavam muito bem estabelecidos, teria sido algo sempre muito complexo. A “sociedade civil” sertaneja de Minas Gerais esteve isolada, mesmo quando integrada aos mercados e relações comerciais ou políticas mais amplas do Império, decorre que ela era conservadora, fruto do isolamento. Esse conservadorismo pode ser observado, por exemplo, na postura da Câmara municipal de Montes Claros quando ocorreu a Revolução Liberal de 1842: o procedimento e as recomendações do governo provincial foram prontamente acatados e adesão ao Regime Monárquico Constitucional foi louvada, reiterada e insistia-se que os moradores de Montes Claros e região estavam, e sempre estiveram, ao lado da ordem.⁵⁶

Os hábitos, costumes e valores dos sertanejos do norte de Minas Gerais foram fatores determinantes que modelaram essa “sociedade civil”: densa e difusa. Foi nesta sociedade que o poder judiciário, isto é, Estado nacional *tentou* penetrar e consolidar os princípios e preceitos de universalidade e igualdade de direito, anteriormente analisados. Norberto Bobbio nos auxilia na caracterização de uma sociedade civil composta por elementos tão densos e difusos como os identificados na sociedade norte-mineira. Em seu livro *O conceito de sociedade civil*, o autor apresenta as múltiplas facetas desta categoria analítica para compreender as relações humanas em sociedade, analisando o conceito a partir de três grandes teóricos Hegel, Marx e Gramsci o autor coloca a sociedade civil concreta e objetivamente e situa também o seu vir-a-ser, enfatizando que “*o que Gramsci chama de ‘sociedade civil’ é um momento da superestrutura ideológico-política.*” Embora estejamos mais atentos ao que ela é, ou antes, ao que ela foi. A intenção é mostrar as diferenças entre uma sociedade civil concreta e determinada e uma sociedade civil imaginada e

⁵⁶ Ver documentos da Câmara municipal de Montes Claros disponíveis sobre o assunto no UNIMONTES/DDI/DPDOR. Ver: PAULA, Hermes de. *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*. op. cit. Embora, Urbino Viana e Hermes de Paula não sejam consensuais acerca da participação de Montes Claros no movimento de 1842, Hermes de Paula conclui com base em documentação da Câmara que, não obstante, houvesse suspeitas de envolvimento de políticos da região no movimento a “Câmara municipal de Formigas, tendo de cumprir com o dever de informar ao Exmo. Governo quais os serviços prestados no seu Município, faltaria à Justiça se não declarasse que todas as autoridades e corporações da Vila foram assíduos em promover a continuação da paz e ordem (...)” p. 16.

idealizada, teia que muitas vezes enredou historiadores e homens públicos do século XIX.⁵⁷ Segundo Bobbio, para Gramsci:

O lugar verdadeiramente singular da sociedade civil no sistema conceitual gramsciano opera, portanto, não apenas uma, mais duas inversões com relação ao modo escolástico tradicional de entender o pensamento de Marx e Engel: a primeira consiste no privilégio concedido à superestrutura com relação à estrutura; a segunda, no privilégio atribuído, no âmbito da superestrutura, ao momento ideológico com relação ao institucional. Em comparação com a dicotomia simples, de onde partimos – sociedade civil-Estado –, que se tornou esquema conceitual corrente em Marx, o esquema gramsciano é mais complexo, no sentido de que utiliza – sem que o leitor nem sempre o perceba com clareza – duas dicotomias que só em parte se superpõem: entre necessidade e liberdade, que corresponde à dicotomia estrutura/superestrutura, e entre força e consenso, que corresponde à dicotomia instituições/ideologias. Nesse esquema mais complexo, a sociedade civil é, ao mesmo tempo, o momento ativo (contraposto a passivo) da primeira dicotomia, e o momento positivo (contraposto a negativo) da segunda. Nisso parece residir verdadeiramente o elemento central do sistema.⁵⁸

Equivale dizer que, para Gramsci, a sociedade civil somente efetiva-se como “bloco de poder” quando consegue fazer-se hegemônica infra e superestruturalmente. Quando se consegue tornar prevalecente institucional e ideologicamente, isto é, quando as classes dominantes impõem efetiva e concretamente seus princípios éticos-políticos a toda, ou antes, à maioria da sociedade e do Estado. Os dados empíricos coletados e analisados nos processos-criminais acerca da sociedade nortemineira revelaram as limitações dos “blocos de poder” liberal e conservador, à medida que suas hegemonias foram contestadas, burladas ou simplesmente descumpridas. Como afirmou Maria Sylvia de Carvalho Franco, os “cidadãos e funcionários” não haviam interiorizado as normas e as leis como princípios vinculatórios de conduta ético-política em seu viver e fazer cotidiano tanto no campo da justiça como na esfera da vida civil.

Em outras palavras, a “sociedade civil” imaginada ou idealizada pela elite política do império nem sempre correspondeu à sociedade civil efetiva e concreta que se manteve permeável ou refratária à determinadas normas e condutas planejadas, projetadas e colocadas em prática pela elite política brasileira. Queremos com isso mostrar que a “sociedade civil” brasileira, mineira, e mais especificamente, norte-mineira estava muito ancorada em sua base material, e que aquela sociedade civil imaginada ou idealizada pelas elites políticas orientada pelos princípios do progresso, da ordem e da civilização não correspondeu inteiramente à sociedade civil concreta existente no norte da Província. Naquela região, os valores e padrões de conduta se orientavam mais por valores pessoais, pelos valores e padrões de conduta definidos por Maria Sylvia de Carvalho Franco como “código do sertão”, para o mundo caipira.⁵⁹

⁵⁷ BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

⁵⁸ BOBBIO, Norberto. op. cit. pp. 41-42 e ss.

⁵⁹ FRANCO, M. S. de. C. op. cit. pp. 21-63

Caipiras e sertanejos manifestaram normas e padrões de conduta e de violência muito semelhantes em todas as dimensões da sociabilidade analisadas por Maria Sylvia de C. Franco: na família, na vizinhança, no trabalho, no lazer, e mesmo, nas ruas. A violência era rotineira e rotinizada, imperativa e pulverizada, necessária como autodefesa e como expressão de coragem e valentia. Os processos-criminais analisados, no último capítulo, mostram esses padrões, ou melhor, esse “*código do sertão*” que se diferencia do “*código urbes*” de sociabilidade e de violência. A diferença principal verifica-se nas relações pessoal/impessoal, próximo/distante, conhecido/desconhecido, que caracterizariam as relações sociais entre as zonas urbanas e rurais. As comunidades rurais sertanejas e caipiras apresentavam relações de pessoalidade, de proximidade, de reconhecimento e de envolvimento direto muito maiores nos espaços de sociabilidade, de convivialidade, de privacidade e de intimidade. Em tais dimensões da vida social os moradores de zonas rurais – caipiras e sertanejos – desfrutavam momentos de solidariedade e de enfrentamento, nascendo aí concórdias, e discórdias que podiam se resolver de modo imediato ou que poderiam ferver em longa e paciente preparação até o momento da reparação. Isto é, a violência na sociedade civil do sertão implicava retribuição para a manutenção do equilíbrio social.

Dito isto, comecemos por distinguir as várias acepções que o conceito assumiu historicamente. As idéias de Norberto Bobbio e de Norbert Elias nos auxiliam a compor no quadro mais amplo do conceito de sociedade civil e das relações em sociedade. Em um primeiro momento, Bobbio demonstra que a sociedade civil foi entendida como parte integrante do Estado. Em segundo momento, a sociedade civil viria se opor ao Estado, quando se tornou mais precisa e definida a constituição e natureza do Estado. Teóricos como – Rousseau, Maquiavel, Hegel, Marx e Gramsci – passaram a entender a sociedade civil como contraposta ao Estado, particularmente a partir do momento em que o Estado passa a ser considerado “como órgão de poder coativo”. A partir do momento em que Estado/sociedade civil passaram a ser entendidos como uma dicotomia, a sociedade civil passa a ser compreendida como um universo à parte do Estado. Bobbio apresenta o conceito enfatizando pelo menos três acepções: pré-estatal, não-estatal e pós-estatal. Ou seja, a sociedade civil tem sido pensada sempre em contraposição ao Estado, realçando que:

Quando se fala de sociedade civil na primeira dessas acepções quer-se dizer (...), que antes do Estado existem várias formas de associação que os indivíduos formam entre si para a satisfação dos seus mais diversos interesses, associações às quais o Estado se superpõe para regulá-las mas sem jamais vetar-lhes o ulterior desenvolvimento e sem jamais impedir-lhes a continua renovação: embora num sentido não estritamente marxiano, pode-se neste caso falar de sociedade civil como uma infra-estrutura e do Estado como uma superestrutura. Na segunda acepção, a sociedade civil adquire uma conotação axiologicamente positiva e passa a indicar o lugar onde se manifestam todas as instâncias de modificação das relações de dominação, formam-se os grupos que lutam pela emancipação do poder político, adquirem força os assim chamados contra-poderes. (...) Na terceira acepção, ‘sociedade civil’ tem um significado ao mesmo tempo cronológico, como

na primeira, e axiológico, como na segunda: representa o ideal de uma sociedade sem Estado, destinada a surgir da dissolução do poder político.⁶⁰

Estas três acepções de sociedade civil trazem implicitamente valorações negativas e positivas acerca do conceito, mas em todas elas predominam a idéia de que “sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão.” Equivale dizer que o Estado é, hoje como então, a instância mediadora, intermediadora ou repressora dos conflitos intersubjetivos. O estudo das relações sociais no norte de Minas Gerais revelou essas múltiplas facetas da sociedade civil e do Estado. Nos processos-crimes verificamos um Estado que insistia em controlar os desajustes e conflitos sociais, mas que por razões que apontamos adiante não atingiu a eficácia almejada. A sociedade civil norte-mineira soube, por um lado, utilizar-se do aparato burocrático-jurídico para obter, quando era possível, reparação aos seus prejuízos e, por outro, soube resistir-lhe quando sentia que se tornava repressivo, ou opressivo às suas necessidades e interesses. Para esse processo muito contribuiu um Estado que não possuía uma estrutura e uma organização capazes de impor as normas vinculatórias essenciais à sociedade.

A ação do Estado nas comarcas do sertão, na Província de Minas Gerais, durante o século XIX, assim como em outras províncias, se sustentou à base de três estratégias fundamentais: a força, o consenso e o consentimento. Uma sociedade civil dispersa em amplo território, como o compreendido pelas bacias hidrográficas do Rio das Velhas, São Francisco e Verde Grande, dificultava a atuação do poder estatal, simbolizado pela justiça. O sertanejo era senhor de sua vontade e livre para agir com destemor, confiante na impunidade da justiça, já largamente praticada a mais ou menos dois séculos. Livre do braço secular da justiça, mas atado a relações de submissão e mandonismo impostas pelos costumes e códigos de conduta comuns aos sertões do Brasil, em que imperava a lei do mais forte. Mesmo contra o “mais forte” também o sertanejo, às vezes, se opunha. Mas este comportamento não era regra, e como este estudo concentra-se na regra, deixemos as exceções para outro momento.

Enfatizamos que a sociedade civil e o Estado, instâncias sociais e socializadoras, apresentavam-se como contrapostas e que tanto uma como o outro não eram instâncias ideais, mas que foram idealizadas pelas elites regionais e nacionais do Brasil Império. E porque não dizer por parcela da historiografia que tratou da história política e de construção do Estado nacional brasileiro. Uma sociedade civil permeável e permeada por práticas e costumes que insistentemente o Estado tentou regular e normalizar, inclusive, foi uma das tarefas a que se impôs o próprio Estado, quando buscou dar estruturas e níveis de organização internas mais adequadas às esferas da administração.

⁶⁰ BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 34-35.

A criminalidade praticada pelos membros da “sociedade civil” dos sertões de Minas Gerais expressava as determinações específicas da composição societária e dos arranjos manifestados nessas conformações sociais. A sociedade civil de Montes Claros e sua região era densa e difusa, volátil, porosa, refratária, instável e conservadora. A sociedade civil na região acompanhou, portanto, determinados padrões de sociabilidade, convivialidade e solidariedade que nem sempre expressavam em consenso, ordem, tranquilidade e paz nas relações sociais. As práticas criminais, os distúrbios e a tentativa de legislar sobre eles mostram essa flagrante contradição e descompasso entre a sociedade civil imaginada e idealizada pelas elites provinciais e do governo central e a sociedade civil concreta e objetiva construída cotidianamente. Nos ateremos agora a evidenciar e demarcar os descompassos entre o projeto e o objeto social nas comarcas do sertão. Os Relatórios apresentados pelos presidentes da Província de Minas Gerais geralmente faziam menção às *comarcas do sertão* quando ocorriam distúrbios ou alterações da ordem pública. O presidente, Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, em maio de 1870, mencionava a ocorrência de distúrbios na Comarca do Serro Frio, em Conceição do Serro, e, na lavra aurífera e diamantífera de Caeté-Mirim, em Diamantina. Estas agitações sociais mostram os conflitos de jurisdição e a fragilidade do aparelho preventivo e repressivo da justiça nos confins da província mineira.

Os acontecimentos ocorridos em Conceição do Serro, relatados pelo presidente, se deram durante as eleições, a igreja, onde se realizava a apuração dos votos, foi invadida “por grande massa do povo que arrancou da mesa a urna e tomaram todos os papéis, saindo pelas ruas em vozerias e arrastando a urna.”, uma clara demonstração de desacato à autoridade. Como as autoridades se encontrassem despreparadas para reprimir esse desacato, os mesários “não ofereceram resistência”. O delegado de polícia e o juiz de paz dirigiram uma representação à presidência da província que marcou outro dia para as eleições “designado novo dia”, dizia o presidente, “mandei logo 20 praças do corpo policial” para o termo para “a garantia da ordem”. Isso garantiu a realização das eleições “sem a necessidade de meio algum repressivo.” No entanto, o que mais chama a atenção na postura do presidente da província é que nenhuma providência foi tomada para averiguar e punir o desacato às autoridades do delegado, pároco e juiz de paz neste episódio das eleições em Conceição do Serro. Contrariando os preceitos legais, afirmava o presidente surpreendentemente que:

estando os ânimos muito irritados e havendo o emprego dos meios preventivos empregados antes da 2ª eleição produzido o respeito à autoridade e contido os sediciosos, julguei conveniente não mandar processar os raptos da urna, e invasores da assembleia paroquial, porque seria exasperar os ânimos e impedir a reconciliação dos espíritos nessa importante localidade.⁶¹

⁶¹ Relatório que ao Ilmo e Exm. Sr. Senador Manoel T. de Souza apresentou no dia 16 do corrente o Exm. Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, por ocasião de passar-lhe a administração desta Província. Ouro Preto: Tipografia do Minas Gerais, 1870, p. 5..

Os fatos que tiveram lugar na lavra de Caeté-Mirim, termo da cidade de Diamantina, envolviam diversas autoridades judiciárias revelando os conflitos de competência e jurisdição que tanto atormentavam os presidentes e ministros de justiça durante todo o século XIX. O presidente dizia que o chefe de polícia o havia informado, em fins de 1869, que a lavra de Caeté-Mirim “fora invadida por bandos armados de garimpeiros”. O presidente, ao tomar conhecimento deste fato, mandou “seguir para a Diamantina à disposição do respectivo delegado de polícia 20 praças, comandadas pelo tenente Silvio Diniz Gonçalves”, tudo parecia se tranquilizar, pois o tenente conseguiu a prisão e a dispersão dos garimpeiros. No entanto, em 27 de outubro de 1869 “o delegado de polícia” comunicou à presidência “que os invasores da lavra de Caeté-Mirim reuniram-se, para de novo entrarem nas referidas lavras, e que fizera seguir para ali toda a força sob o comando do tenente Silvio, à quem confiara mandados de prisão contra os indivíduos já pronunciados em crimes de roubo.” A força pública, ao chegar na lavra, encontrou resistência dos invasores que a receberam a bala, travou-se um conflito durante uma hora, do qual resultou a prisão de um pronunciado, dois invasores e a morte do “resistente João Tatu”. Neste momento começava um conflito entre as autoridades locais quanto à qualificação do delito e quanto à quem competia apurar os crimes e instaurar os competentes processos. O presidente relatava o episódio da seguinte forma:

O chefe de polícia mandou que fosse remetido ao juiz municipal o auto de corpo de delito, feito no cadáver de João Tatu, e o de resistência para que o juiz instaurasse os competentes processos. A câmara municipal em 27 de novembro fez participação análoga e assegurou-me que o delegado de polícia e o comandante da força pública souberam corresponder à confiança pública, na importante comissão que lhes fora encarregada. (...) O delegado de polícia, considerando a *resistência* como *desobediência* a seus mandados, depois das averiguações precisas, devolveu o conhecimento do fato e circunstâncias ao seu suplente. O juiz municipal, *abstraindo da resistência armada empregada pelos invasores*, instaurou processo contra o comandante pelo crime de homicídio.

O delegado de polícia representou contra a intervenção do juiz municipal visto a natureza especial do delito. O tenente Silvio Diniz Gonçalves requereu ao juiz municipal contra o processo de homicídio, que lhe estava instaurando e não sendo atendido, pediu providências ao Dr. juiz de direito. Este declinou de sua intervenção no assunto, visto no estado das coisas não ter ingerência legal para o fim requerido, e aquele persistiu em prosseguir no processo.⁶²

Percebe-se que a situação envolvia a definição dos tipos penais de resistência/desobediência e a quem competia determinar as diligências para averiguação dos dois tipos de delito. O Código Criminal definia resistência no art. 116. como “Opor-se alguém de qualquer modo com força à execução das ordens legais das autoridades competentes.”, e desobediência no art. 128 como “Desobedecer ao empregado público em ato do exercício de suas funções, ou não cumprir as

⁶² Relatório que ao Ilmo e Exm. Sr. Senador Manoel T. de Souza apresentou no dia 16 do corrente o Exm. Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, por ocasião de passar-lhe a administração desta Província. Ouro Preto: Tipografia das Minas Gerais, 1870, p. 6.

suas ordens legais.” Nota-se que apesar do tenente Silvio Diniz Gonçalves estar cumprindo os mandados do delegado, e ser praticamente impossível, em um conflito armado, evitar a ocorrência de mortes, o juiz prossegue processando o comandante por homicídio, em flagrante desacordo com o que prescrevia o código.⁶³

Se o relato do presidente expressava fielmente os acontecimentos, pode-se dizer que a legislação amparava a ação juiz municipal, mesmo que o comandante Silvio Diniz Gonçalves, a vista do art. 117, do mesmo Código Criminal, pudesse matar, em conflito, algum dos resistentes. Havia ocorrido uma discrepância na interpretação das leis, pois cabia ao juiz municipal autorizar a repressão contra os invasores das lavras e não ao delegado de polícia, o que gerou um conflito de competência. Prosseguindo em seu relato o presidente dizia:

Os ânimos irritaram-se e em relação aos processos dividiram-se, formando partidos a favor do delegado e força pública e a favor do juiz municipal e do povo, o qual começava a invadir o quartel para prender o ten. Silvio Diniz Gonçalves. Esta questão judiciária foi elevada em política, sustentando os conservadores o delegado de polícia e o juiz municipal os liberais. Examinando os fatos, segundo os dados que tinha reconhecido que a competência para combater a resistência armada e procedimento da força pública pertencia ao juiz municipal, que tinha jurisdição especial para o caso.⁶⁴

Conflitos como estes ocorreram durante todo o período estudado. O poder judiciário agiu de modo ambíguo, ora determinando a quem cabia aplicar as leis, ora se isentando de tomar posição em relação às controvérsias entre os agentes judiciários locais. O próprio presidente dizia que não havia informado ao delegado e ao juiz municipal que ocorrera uma má interpretação das leis, conseqüentemente, um conflito de competência. Nota-se ainda que em vários momentos, especialmente, durante os anos eleitorais os presidentes e autoridades locais ora interferiam nos conflitos ocorridos entre a população e as autoridades, ora assumiam uma atitude de neutralidade, isto é, não se posicionavam em relação às infrações e violações das leis. O que desacreditava e favorecia a desobediência ao Estado.

1.3. A justiça fragilizada, os problemas da ordem civil.

A obediência ao poder do Estado pressupõe a existência de uma força irresistível que atue de duas maneiras primordiais: pelo consenso ou pela coerção. Os governantes brasileiros, tanto

⁶³ CLIB de 1830. Lei de 16 de dezembro de 1830. pp. 163 e 165. As definições de resistência e desobediência enquadravam-se nos “crimes contra a segurança do Império, e pública tranquilidade”. O artigo 117 amparava o comandante no tocante às diligências: “Os oficiais da diligência, para efetuá-la poderão repelir a força dos resistentes até tirar-lhes a vida, quando por outro meio não possam consegui-lo.”, mas não amparava o delegado no tocante à quem competia determinar as diligências que era uma atribuição do Juiz de Municipal.

⁶⁴ Relatório que ao Ilmo e Exm. Sr. Senador Manoel T. de Souza apresentou no dia 16 do corrente o Exm. Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides, por ocasião de passar-lhe a administração desta Província. Ouro Preto: Tipografia das Minas Gerais, 1870, p. 6.

no período colonial como durante o Império, utilizaram-se dos dois mecanismos de controle para conseguir uma obediência satisfatória dos vassalos ou súditos. Um Estado para se fazer respeitável e respeitado precisa ser organizado, estruturado e burocratizado de modo eficiente. Razão, pelas qual o Estado brasileiro após a independência buscou preencher todos os espaços sociais vazios de normas e leis. Normalizou, legislou, criou órgãos e instituições com o intuito de fazer valer o poder estatal. É evidente na documentação essa preocupação em instituir o império da lei.

Mas é evidente também que, se era necessário a instituição de normas e leis é porque havia um sentimento de autonomia, desregramento e desobediência generalizado. Essas conclusões são reforçadas pelo caudal de avisos, decretos, decretos-leis, cartas régias, decisões do governo, entre outros atos legais que visavam proporcionar legitimidade e legalidade aos atos dos governantes, considerados os mais adequados para o povo, para o Estado e para a sociedade civil. Tudo estava por fazer, pensavam os homens públicos do século XIX, e ainda alegavam que havia “alguns facciosos e partidaristas que, com seus atos iníquos, desmoralizavam e provocavam a desunião da nação”. Contra eles era necessário agir com todo o rigor punindo, controlando e moralizando. O primeiro passo que as autoridades governamentais deram nesse sentido foi a organização do poder judiciário civil e militar, organização de resto muito rudimentar e precária, pois os limites entre os poderes civil e militar na primeira metade do século XIX era quase imperceptível, conviviam militares e corpos policiais civis, com milícias, guardas pessoais, grupos paramilitares, dentre outros, o que dificultava tanto a promoção da organização do poder judiciário como a obediência e aceitação de pacto social, numa sociedade em constante estado de alerta. Vê-se por isso que a tarefa primordial dos homens públicos na primeira metade do século XIX consistiu na imposição do Estado por meio do poder judiciário, por meio da força da lei.

Observemos primeiro a indistinção entre o poder judiciário civil e militar, e os inúmeros corpos policiais paralelos existentes e, enfim, como os governantes foram redisciplinando e reordenando o ordenamento jurídico do Estado-nação, isto é, falemos um pouco de reformas judiciárias. O Brasil-Império foi próspero em reformas judiciais. Desde a chegada da família ao Brasil houve uma intensa atividade legislativa por parte dos representantes do Império. Basta uma análise sistemática da *Coleção das Leis do Império do Brasil* para observar que D. João VI e seus ministros e demais funcionários reais buscaram normalizar e criar condições de governabilidade. 1808 é um ano importante nesta ação legisladora. Neste ano foram criadas as funções ministeriais, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, regulou-se as funções da Casa de Suplicação, criou-se a função de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criou-se alguns juízos na corte, entre outras medidas claramente organizacionais. Poderia se perguntar: mas essa era uma ação deliberada e meticulosamente planejada para surtir o tão sonhado efeito civilizatório?

Sim e não. Ao observarmos o esforço legislativo não poderemos negar que os homens públicos estavam promovendo um processo civilizatório, ao menos uma das etapas dele, pois eles se dedicaram a variados e inúmeros aspectos da vida social brasileira lazer, trabalho, “cidadania”, política, economia, cultura, assistência social entre outros realmente foram alvos desta ação legisladora. Mas, uma observação atenta desta atividade legislativa não revela um plano sistemático, orgânico e direcionado; as infinitas dimensões da vida social são tratadas de modo aleatório e sem prosseguimento. Por exemplo: não assistimos à uma divisão clara entre o poder judiciário militar e civil, nem tampouco ao ordenamento dos dois ramos do judiciário: o civil e o criminal. Ao contrário, aprovava-se um decreto extinguindo uma função do corpo da Armada ou promovia-se uma subdivisão de funções no interior da mesma corporação sem atentar para uma razão mais pragmática de eficiência deste ramo militar.

Elemento indicativo da fragilidade do ordenamento jurídico-político imperial foi a ambigüidade, às vezes, uma verdadeira indistinção entre as esferas civis e militares. Havia uma superposição de atribuições e competências que limitava, ou embaraçava a aplicação da justiça. O Estado realizou um esforço hercúleo para distinguir as atribuições, rotinas e competências destas duas esferas imprescindíveis ao controle social, ou melhor, à manutenção da soberania interna e externa do Estado nacional. Teve que delimitar e equacionar os temas e problemas pertinentes às duas áreas de atuação de seus agentes. Foi necessário disciplinar-lhes e coordenar-lhes as aptidões, capacidades e habilidades para que a justiça civil e militar pudesse manter com o mínimo de regularidade a soberania do país. O caudal de normas e leis que foram promulgadas, durante século XIX, no Brasil evidencia o vigor com que o Estado dirigiu suas forças para realizar essa delimitação de funções e cargos da administração judicial e militar.

A *Coleção das Leis e das Decisões do Governo do Império do Brasil* promulgadas, durante a vigência do Império, estão repletas de normas e leis que comprovam o processo ambíguo e, às vezes, contraditório de evolução normativa da justiça no Brasil. Uma análise sistemática e seletiva por períodos demonstrou que ora elas enfatizavam as formalidades e procedimentos da justiça civil, ora reiteravam os da justiça militar. Os anos de 1830 a 1834 foram dedicados às duas esferas, contudo, a ênfase recaiu sobre dois institutos ou instituições: *o juizado de paz* e *a guarda nacional*. Tradicionalmente, esses anos são marcos temporais que têm um significado específico para o poder judiciário do país. O ano de 1830 marca a promulgação do Código Criminal e o de 1834 registra a primeira reforma constitucional do Brasil⁶⁵. Este primeiro período foi significativo para o poder judiciário também porque nele aprovou-se o Código de Processo Criminal em 1832, isso representou

⁶⁵ Em relação ao constitucionalismo brasileiro e suas conseqüentes modificações veja: BONAVIDES, Paulo Pae de Andrade. *História Constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio Paz e Terra, 1991.

um salto qualitativo do poder judiciário que, em quatro anos, definiu apesar de todos os embaraços, o ordenamento jurídico criminal do Brasil.

Os embaraços, ambigüidades e contradições somente seriam resolvidos na segunda metade do século XIX. O Estado brasileiro legislou a respeito de todas as matérias e assuntos fossem eles econômicos, políticos, educacionais, culturais, religiosos e judiciários. Os embaraços eram frutos diretos da indistinção, da superposição e dos tênues limites e fronteiras entre as competências dos agentes da administração civil e militar. Originavam-se nas lutas entre as facções liberais e conservadoras que tinham concepções diferentes de sociedade civil, de Estado e de nação. Tais concepções expressavam-se nas normas e leis que eram aprovadas nas câmaras municipais, provinciais e da Corte. A legislação à época do Império expressa essas lutas, mesmo que indiretamente. As normas e leis possuíam também esse caráter difuso graças às relações sociais dominantes na sociedade brasileira que, como vimos, era em si mesma densa e difusa, ou melhor, recorria a meios extralegais para pensar a justiça e o Estado. As leis e as normas eram princípios vinculatórios que expressavam as ambigüidades e contradições da própria sociedade brasileira e mineira da época.

Verificamos tais fatos nas posturas municipais e nas conhecidas *Leis Mineiras* promulgadas na época. Nelas como nas *Coleções* verificamos, primeiro, o esforço da elite política mineira e locais para consolidar normas e leis, segundo, observamos as ambigüidades e contradições, terceiro, evidenciamos, as lutas e embates travados em círculo mais circunscrito. Nelas como nas *Coleções* constatamos os embaraços, superposições e indefinição de fronteiras de atuação dos agentes da administração. As *Coleções* que abarcam 1835 a 1840 compreendem outro limite temporal relevante para o poder judiciário no Brasil. No ano de 1835 ocorreu uma grande revolta de escravos na Bahia – a “Revolta dos Malês” –, a Província do Rio Grande do Sul deu início à uma “Revolução Farroupilha” que durará até 1845, a Regência vivencia uma profunda crise política; e em todos esses acontecimentos assistimos o poder judiciário operar alterações, supressões e aditamentos normativos vinculatórios e regulatórios. Já o ano de 1840, foi o ano da maioria, síntese de uma disputa política que se arrastou desde o sete de abril. Estes marcos expressavam um processo denso de mudanças no campo da justiça, patente nas *Coleções*.

A *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1832* tratou de inúmeros problemas vivenciados pelo ordenamento jurídico-político, muitos deles ligavam-se à montagem e ao funcionamento do poder judiciário em diversas províncias. As decisões do governo imperial concentraram-se, naquele ano, em regulamentar: o sistema prisional; a ação dos agentes da justiça, especialmente os juizes; os órgãos da justiça e os crimes policiais; o recrutamento e exercício dos funcionários da justiça; a responsabilidade dos magistrados; as ordens governamentais em todos os níveis e suas infrações; e as garantias jurídicas. Entre as decisões que mais ocuparam atenção da pasta

da justiça estavam aquelas relativas aos juizes, magistrados e funcionários da justiça. As prisões e os órgãos da justiça também assumiram uma importância considerável atingindo escravos, presos pobres livres, libertos e militares. As decisões preocuparam-se com as garantias jurídicas e com o cumprimento das ordens governamentais em todos os níveis e quaisquer infrações que elas sofreram.

Dentre os inúmeros problemas vividos pelo poder judiciário dois exigiram maiores atenções. Os legisladores e o Ministro Diogo Antonio Feijó procuraram normalizar e regulamentar especialmente as atribuições, competências e rotinas dos agentes do poder judiciário, por razões óbvias: eram eles que deveriam fazer valer os princípios de governabilidade do Estado. Era necessário delimitar a atuação dos juizes, magistrados, inspetores de quartirão e oficiais de justiça de modo que se evitassem ao máximo as irregularidades e irresponsabilidades e, conseqüentemente, houvesse um mais alto nível de eficiência e o mais baixo índice de impunidade. Nem sempre a elite governante conseguiu atingir esses objetivos de racionalidade, positividade e efetividade judicial. No entanto, as coleções expressavam a tentativa insistente e continua de nossas elites para a concretização desses objetivos.

Desde a criação do Juizado de Paz em 1827 foi sendo realizado um metódico, mas nem sempre ordenado, trabalho de normalização e regulamentação da função dos magistrados e juizes. No Brasil imperial havia muitas categorias de juizes e magistrados. Além dos juizes de paz, tínhamos criminais, ordinários, de paz e de órfãos, conservadores, e tantos outros. A definição dos procedimentos, das formalidades e das rotinas deles visou essencialmente eliminar as ambigüidades, superposições de atribuições e fixar as fronteiras de exercício de cada um. Principalmente, visavam evitar, controlar ou eliminar os abusos e desvios de conduta dos agentes do poder judiciário. Por exemplo, foram tomadas quatro decisões pelo governo para corrigir e prevenir os abusos dos juizes e magistrados em 1832: as decisões n.º. 16 de 7 de janeiro, n.º. 36 de 24 de janeiro, n.º. 196 de 19 de junho e n.º. 197 de 20 de junho. As duas últimas estavam diretamente relacionadas aos abusos que os juizes viessem a cometer no exercício da função e como reprimi-los. O ministério estranhava

(...) a condescendência que tivera um Juiz de Paz, deixando de proceder contra a desobediência do Bispo eleito o Vigário Capitular de Pernambuco. (...) Constando à Regência que o Juiz de Paz da freguesia da Sé de Olinda, tendo feito notificar ao Bispo eleito e Vigário Capitular dessa diocese para comparecer no seu juízo para certa conciliação, porque este se recusara com o fundamento de se não achar sujeito à disposição da lei, deixará de proceder nos termos hábeis contra uma tal desobediência: Manda, em Nome do Imperador, que V. Ex. estranhe àquele Juiz pela condescendência que tivera com o referido prelado *em menoscabo da jurisdição e autoridade que lhe foi conferida pelo seu Regimento, art. 9.º. da Lei de 15 de outubro de 1827*, que não excetua cidadão algum por maior que seja o emprego de que goze na sociedade.⁶⁶

⁶⁶ Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1832. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. Decisão n.º. 196. – Justiça – Em 19 de junho de 1823. p. 245. Doravante denominadas CDGIB.

O ministro Feijó exigia que o presidente da província de Pernambuco tomasse as providências para que o juiz respeitasse a lei, salientando que a lei “*não excetua cidadão algum por maior que seja o emprego de que goze na sociedade.*” Ou seja, ele enfatizava os princípios de equidade e de universalidade do ordenamento jurídico-político, ao qual nem as ordens religiosas e seus agentes poderiam se furtar a obedecer. Recomendava que o juiz da freguesia da Sé de Olinda, assim como qualquer juiz de paz do Império, não tratasse com “*menoscabos*” a “*jurisdição e autoridade que lhe foi conferida pelo seu Regimento, art. 9º. da Lei de 15 de outubro de 1827*”, que regulava as funções dos juizes de paz.

Situação semelhante se deu em resposta à dúvida encaminhada pelas autoridades judiciais da comarca de Ouro Preto, ao presidente da Província de Minas Gerais, a respeito de procedimento ilegal de um juiz de paz da freguesia de Santo Antonio da Casa Branca, onde o Ouvidor da comarca estava em dúvida se deveria aceitar queixa feita por Jacinto José de Novaes contra o juiz de paz da freguesia o ministro de justiça Diogo Antonio Feijó respondeu enfaticamente “*que não tendo os juizes de paz foro privilegiado, devem responder no foro comum pelos crimes de que forem argüidos.*”, e acrescentava que “*a mesma Regência, em Nome do Imperador*”:

Manda (...), declarar que é de todo inatendível semelhante dúvida; não tendo os Juizes de Paz foro privilegiado, *nem pela Constituição nem por lei alguma*, devem responder no foro comum pelos crimes de que forem argüidos, e que com mais razão deveria ser aquele Juiz processado no da Ouvidoria por haver sido designado pelo Governo dessa Província para o dito fim, *e quando o referido Ouvidor ainda se recuse fazê-lo, V. Ex. o mandará responsabilizar pela desobediência.*⁶⁷ (grifo nosso)

Os agentes superiores da administração da judiciária, no caso, o ministro visavam zelar pelo cumprimento das disposições que regulavam o exercício e os desvios de conduta dos agentes intermediários ou inferiores da administração, porém nem sempre o zelo e a obediência aos preceitos de racionalidade jurídica foram observados. Tanto é assim que, o ministro prevenindo qualquer desvio por parte do Ouvidor da comarca dizia “*e quando o referido Ouvidor ainda se recuse fazê-lo, V. Ex. o mandará responsabilizar pela desobediência.*” Isto equivale dizer que mesmo quando as decisões do governo sanavam as dúvidas, elas traziam implicitamente a possibilidade de descumprimento dessas decisões. Estes eram os embaraços, ambigüidades e contradições vivenciadas pelo aparato jurídico-político do Império. A lei de 15 de outubro e o próprio Código Criminal de 1830 eram claros quanto aos desvios de conduta e as atribuições dos agentes da administração judiciária, tais como os juizes de paz.⁶⁸

⁶⁷ CDGIB de 1832. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. Decisão nº. 197. – Justiça – Em 20 de junho de 1832. p. 256.

⁶⁸ Confira: CDGIB de 1830. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. – Atos do Poder Legislativo. Lei. – de 16 de Dezembro de 1830 que “manda executar o Código Criminal” p 165. e ss. que “trata dos crimes contra a boa

A justiça no século dezenove era muito mais punitiva que preventiva. Tanto que nas Coleções encontramos várias referencias ao sistema prisional e aos encarcerados. Nelas se dedicou uma atenção especial às prisões, da mesma forma que evidenciamos a preocupação nos Relatórios dos Ministros de Justiça e dos Presidentes de Província de Minas Gerais com a questão. Estes agentes governamentais sempre se preocuparam em conservar, construir, reparar e melhorar o sistema prisional brasileiro. Por razões óbvias: controlar e vigiar sob condições ideais os agentes perturbadores da ordem. Nas Coleções este fato foi constatado também no ano de 1832. Neste início de século isto representava um misto de filantropia e de racionalidade penal, especialmente se considerarmos a preocupação com os presos pobres livres e com o cumprimento dos tempos de penas destes presos. Há duas decisões que trataram especificamente deste assunto que ilustram esse processo.⁶⁹

A racionalidade e a filantropia penal, ou melhor, a busca por uma racionalidade penal e a prática de uma filantropia penal fica patente em algumas das decisões do governo a respeito do sistema prisional. A decisão do Ministério de Justiça de nº. 2 de dois de janeiro evidenciava esta tentativa. Nela verificamos que o ministro solicitava dos agentes judiciais intermediários e inferiores as “*relações mensais dos presos*” e que se declarasse “*o crime, a data da entrada na prisão, estado do processo, motivo da demora e pena que foram condenados*”, ou seja, uma precária estatística criminal. Em outra decisão, do mesmo dia, solicitava o ministro mais agilidade no andamento dos processos dos “*presos miseráveis*”, em outra, reclamava explicações de juizes por abusos de autoridade e detenção ilegal que retinham presos na “*prisão injustamente*”.⁷⁰ A decisão do Ministério da Justiça nº. 4 de 2 de janeiro exigia dos juizes o seguinte tratamento aos presos miseráveis:

Manda a ativar o andamento dos processos dos presos miseráveis. A Regência, a quem foi presente o procedimento de alguns Juizes que deixando em inteiro abandono os processos de alguns miseráveis, que por anos jazem nas cadeias contra todos os deveres da humanidade e da justiça, quando prontamente se dá andamento a outros muito mais modernos, não pode deixar de estranhar esta desigualdade de proceder, que tanto exaspera a sorte daqueles, que por sua pobreza, ou falta de relações são esquecidos, tendo aliás as Leis providenciado e muito recomendado a causa das pessoas miseráveis; Manda, portanto, em Nome do Imperador, que V. S. faça, que os Juizes, promovendo com o zelo e atividade que as Leis lhes incumbem, os processos dos presos miseráveis, não dêem jamais preferência no julgamento senão àqueles, que por sua antiguidade o merecerem, para que desta sorte, salvando-se o crédito do Magistrado, evite-se ao mesmo tempo a queixa de tão injusta desigualdade.⁷¹

Ordem, e Administração Pública”. Veja a respeito das atribuições dos juizes de Paz: CLIB de 1827. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878. – Atos do Poder Legislativo. Lei. – de 15 de Outubro de 1827. p. 67. Doravante CLIB.

⁶⁹ CDGIB de 1832. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. Decisão nº. 2. – Justiça – Em 2 de janeiro de 1832; Decisão nº. 3. – Justiça – Em 2 de janeiro de 1832; Decisão nº. 4. – Justiça – Em 2 de janeiro de 1832; Decisão nº. 12. – Justiça – Em 4 de janeiro de 1832; Decisão nº. 56. – Justiça – Em 4 de fevereiro de 1832; Decisão nº. 62. – Justiça – Em 7 de fevereiro de 1832; Decisão nº. 165. – Justiça – Em 11 de maio de 1832

⁷⁰ CDGIB de 1832. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. Decisão nº. 2. – Justiça – Em 2 de janeiro de 1832. p. 2; Decisão nº. 4. – Justiça – Em 2 de janeiro de 1832. p. 3; Decisão nº. 12. – Justiça – Em 4 de janeiro de 1832. p. 8.

⁷¹ CDGIB de 1832. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. Decisão nº. 12. – Justiça – Em 4 de janeiro de 1832. p. 8.

Esta decisão do Ministro da Justiça ilustra as opiniões correntes no século XIX que se opunham à dos juristas dos séculos precedentes à Revolução Francesa. O Direito deveria obedecer aos “deveres da humanidade e da justiça”, e os presos pobres e miseráveis livres e libertos eram aqueles que mais necessitavam do amparo da justiça. Os homens e mulheres pobres livres viviam entre esses dois pólos: o filantrópico e o repressivo. Este fato evidencia um Estado tutelador e controlador. A legislação da Coleção não tratava apenas de uma província, como vimos, acolhia demandas de todas as partes do Império, por essa razão podemos constatar que os problemas vividos pelo poder judiciário em Minas Gerais eram comuns a todas as províncias. Nota-se na decisão do ministro que havia uma intenção de tornar a justiça mais igualitária, mais efetiva e ágil. Especialmente visava evitar os favorecimentos que como dizia o ministro, era muito estranho “*esta desigualdade de proceder, que tanto exaspera a sorte daqueles, que por sua pobreza, ou falta de relações são esquecidos, tendo aliás as Leis providenciado e muito recomendado a causa das pessoas miseráveis.*” Esta atitude em relação aos grupos/classes/camadas sociais marginais perpassou todas as leis que foram promulgadas durante o século XIX, eles eram vistos como úteis, perigosos ou incapazes.

Havia nas *Coleções* uma insistente preocupação com as atribuições e competências dos magistrados, não somente quanto ao tratamento dos processos crimes dos miseráveis e pobres. Mas, especialmente quanto à atuação e exercício de suas funções. A responsabilidade no exercício das funções e cargos da justiça mereceu atenção específica do Ministério. O ministro tomou três decisões que tratavam especificamente deste assunto. A decisão nº. 106 de 15 de março regulava a matéria procurando dar mais “crédito” à magistratura. Nela observamos que o ministro queria evitar desvios e abusos de autoridade asseverando estavam “*sujeitos a responsabilidade criminal os Magistrados que julgarem contra a literal disposição das leis.*” E acrescentava:

Ilmo. Exmo. Sr. Foi presente à Regência com ofício de V. Ex. de 2 do corrente a cópia da sentença proferida pelos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça Veiga, Petra e Albuquerque, *sobre* a queixa que fez João da Cruz Alves Romano contra os Desembargadores João Homem de Carvalho, Siqueira e Cunha, por haverem infringido a Constituição art. 179 § 12.º, e a Ord. Liv. 3.º Tit. 20 § 15.º, e Tit. 50 § 5.º, pela qual julgam improcedente a referida queixa, sendo um dos principais fundamentos o não ser da competência de Tribunal algum decidir do merecimento das sentenças proferidas em última instância, senão pelos meios e casos marcados no art. 164 da Constituição, fazendo por semelhante principio irresponsáveis os Juizes pelas iníquas sentenças, que proferirem, não obstante ter declarado o Código Criminal no art. 126 serem responsáveis os Juizes, que julgarem contra a literal disposição das Leis; e como se examinar a justiça ou injustiça de uma sentença para punir os infratores da Lei importasse o mesmo que revogá-la. Querendo o Governo, que os Magistrados conheçam, que, posto sejam independentes no exercício do seu emprego, não são contudo absolutos, mas estão sujeitos às Leis, como qualquer outro cidadão, e que respondem por sua conduta, como tão expressamente declara a Constituição no art. 156, e no supracitado do Código Criminal, e que por isso mesmo são responsáveis os Juizes, que deixarem de fazer efetiva a responsabilidade

daqueles; Manda portanto a mesma Regência, em Nome do Imperador, que V. Ex. os faça responsabilizar, e dê parte do resultado.

A decisão acima expõe as razões pelas quais os magistrados deveriam ser responsabilizados pelos atos e condutas improcedentes no âmbito do exercício de suas funções. Ela é uma sucinta aula de direito penal. Na decisão verificamos que o cidadão João da Cruz Alves Romano queixava-se da injustiça de uma sentença proferida pelos Desembargadores – João Homem de Carvalho, Siqueira e Cunha – exigindo revista da sentença. O ministro recomendava que os magistrados do Supremo Tribunal de Justiça observassem para recusar a queixa as disposições da Constituição, das Ordenações livro terceiro e o Código Criminal. Ou seja, pedia a revisão da sentença e o acatamento da queixa. Estes atos do ministro expressavam também uma preocupação, comum aos liberais do início do século, com as chamadas “classes perigosas”. Havia um interesse em melhorar as condições de vida de homens e mulheres pobres, que por diversas razões não tinham recursos para demandar ou se defender nos tribunais, uma atitude de caridade, de filantropia como já dissemos que se expressava na tentativa de incorporar o maior número pessoas na sociedade do progresso, mas que por outro lado, pode ser visto como uma maneira de melhor adestrar e controlar os comportamentos, sentimentos e valores dos grupos socialmente marginalizados.

1.4. A responsabilidade do poder: indecisões e ambigüidades do judiciário.

Há uma outra dimensão do poder judiciário que se inte-relacionava com a sociedade civil: a dos mecanismos de controle social. No Brasil, e particularmente na província de Minas Gerais esta dimensão social foi posta em pratica tanto em nível institucional como em nível social, no nível da *práxis*. Em três agudos momentos da dinâmica da vida podemos observar esses mecanismos institucionais e sociais sendo praticados: no campo eleitoral, no campo político-partidário e no da distribuição de funções e cargos administrativos das instituições. Todos esses campos guardam entre si relações de conexão e independência, isto é, são interdependentes. Fazer justiça com as próprias mãos a partir do século XIX passou a ser condenado pelo Estado, pela sociedade civil e pelas instituições componentes do Estado; assistimos a partir desse momento a uma mudança e transformação social nos costumes e hábitos das populações nacionais: a passagem da vingança privada para o controle público dos conflitos sociais. Alçamos da esfera privada para a esfera pública de ofertas e demandas dos recursos socioeconômicos, sócio-culturais e sócio-políticos. Norbert Elias define esse de monopolização de ofertas e demandas de recursos sócio-históricos como “processo civilizador”⁷²

Os Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais insistiam veementemente em ressaltar os baixos índices de violência e criminalidade na província, nos anos finais do período

⁷² ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. v. 2. trad., Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

regencial. Pode-se constatar essa argumentação no relatório, ou melhor, na “Fala Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais, na Sessão Ordinária do ano de 1837”, do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, que no item “Tranqüilidade Pública” afirmava:

Em todo o decurso do ano proximamente findo, e até o presente não tem sido alterada a tranqüilidade geral da Província; *é tal a índole do povo mineiro*, advertido, além disso, pela experiência do que se tem passado em outras partes do Império, que à este respeito nada há a temer. Posso mesmo asseverar, que os crimes de todas as classes tem diminuído; e com quanto não me considere habilitado para fazer notar a verdadeira causa deste resultado agradável, presumo com tudo, não sem motivo, que, em grande parte, *ele é devido ao recrutamento*, que fazendo desaparecer das Povoações alguns ociosos, que, com seus vícios, e imoralidade as inquietavam, os tem compelido a ocultarem-se, havendo-se conseguido *a prisão* de outros, que conduzidos à Corte, podem ser ainda úteis à Nação, corrigidos pela *severidade da disciplina militar*.⁷³

Era uma dupla estratégia colada em ação pelo governante para não alarmar os habitantes da província. Por um lado, era uma estratégia de autodefesa dos representantes públicos da província que visava não atrair sobre si a responsabilidade da inoperância das forças policiais públicas, e de um modo geral, das limitações do poder judiciário em reprimir e controlar parcela da população considerada ociosa, viciada e imoral. Por outro lado, manifestava-se como uma atitude administrativa de prudência em não assumir as limitações e deficiências dos aparelhos de repressão e controle da criminalidade e da violência na província. Era uma atitude, essencialmente, contraditória e ambígua, mas um ato de responsabilidade do poder.

A responsabilidade e a prudência eram duas atitudes que ajudavam a preservar a autoridade dos poderes públicos perante a sociedade civil mineira. As atitudes são confirmadas pelo próprio relatório em que Antonio da Costa Pinto confessava as limitações do poder judiciário: a morosidade dos juizes de paz, a necessidade de construir e conservar as cadeias, a importância de fornecer informações exatas acerca do número de praças, da situação de municiação, fardamento, equipamentos e armamentos, a necessidade de uma maior observância das leis e dos rituais do código de processo criminal, enfim, o presidente da província mineira exortava aos senhores deputados provinciais especial atenção a estes problemas enfrentados pela administração. Por exemplo, quando Antonio da Costa Pinto reclamava uma observância estrita dos juizes de paz das leis e dos rituais do Código de Processo Criminal tornava-se evidente a intenção de demonstrar uma postura de responsabilidade dos poderes públicos, mas também deixava transparecer as deficiências e limitações do poder público em cumprir suas responsabilidades, dizia o presidente:

Os Juizes de Paz, como tereis observado, *mal se dão ao cumprimento de seus deveres*, ou eles tenham por objeto a prevenção dos delito, ou o descobrimento dos criminosos. Sem

⁷³ Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão Ordinária do Anno de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1837. p. 3.

pretender, que sejam as melhores, e as mais adaptadas às circunstancias do Paiz as nossas Leis Policiaes, parece-me com tudo indubitável, que muitos crimes se terão evitado, se os Juizes de Paz, por meio dos Inspectores de Quarteirão, e de seus Officiaes de Justiça, se informassem à respeito das pessoas, que vem de novo estabelecer-se em seus Districtos, e se não consentissem, que por eles vagassem indivíduos, sem uma ocupação, honesta, e útil. *Não menos negligentes muitos delles se tem mostrado nos processos de formação de culpas*, que aparecem tão cheios de irregularidades, que os juizes de Direito se tem visto obrigados à mandá-los reformar, ou quando submetidos ao júri de acusação, estes os declara improcedentes, ficando desta sorte impunidos não poucos criminosos.⁷⁴

O presidente chamava atenção para diversos aspectos das competências e atribuições que os juizes de paz deveriam ter para o adequado funcionamento da justiça, e reclamava melhoria em nossas “Leis Policiaes”. Primeiro adverte que os juizes de paz “*mal se dão ao cumprimento de seus deveres*” negligenciando “*a prevenção dos delitos, ou o descobrimento dos criminosos*”. Além de não realizarem a prevenção e a busca e apreensão dos criminosos, quando eles eram capturados os juizes agiam de modo “*não menos*” negligente “*nos processos de formação de culpas*”, isto é, o presidente revela a precária formação técnica dos juizes de paz, o que muitas vezes resultava em processos “*tão cheios de irregularidades, que os juizes de Direito se tem visto obrigados à mandá-los reformar, ou quando submetidos ao júri de acusação, estes os declara improcedentes, ficando desta sorte impunidos não poucos criminosos*”. Tudo isso revela, neste como em outros casos, três elementos importantes para compreender o funcionamento da justiça no século XIX: carência de recursos, negligência técnica e funcional.

O presidente Costa Pinto não foi o único a exigir uma atuação mais pronta e eficaz dos agentes da justiça. Durante todo o século XIX foram aprovados inúmeros dispositivos legais que visavam normalizar, moralizar e regulamentar a atuação dos agentes do poder judiciário, como de resto, toda a administração pública, como estamos demonstrando neste capítulo. Houve uma tentativa de consolidar uma administração racional, impessoal, universal, eficiente e equitativa da justiça. Este projeto modernizador do direito esbarrou em limitações internas do aparato judicial e externas de escolha e recrutamento dos servidores da justiça. Estamos demonstrando que os homens públicos do século dezenove almejavam consolidar alguns princípios de governabilidade que necessariamente passavam pela racionalização e burocratização do poder judiciário, particularmente no tocante ao controle dos impulsos e paixões das “classes perigosas”.

Contudo, no Relatório do Ministério da Justiça apresentado pelo ministro Diogo Antonio Feijó, no início da década de 1830, a situação era completamente diversa. A criminalidade e a violência teriam realmente diminuído entre a instalação das Regências e seus anos finais? Os processos criminais parecem contrariar esse prognóstico:

⁷⁴ Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão Ordinária do Anno de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1837. p. 47.

Sim, Senhores, vós tendes destruído o poder absoluto: dele já não restam vestígios; resta-vos agora, para consumardes a vossa obra, reconstruir o poder constitucional, armando-o de Leis e Instituições, que lhe dêem força capaz de defender a liberdade, a integridade do Império, e a Monarquia Constitucional, se ela se puser em perigo.⁷⁵

As palavras do Ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marques de Paraná, expressavam, em 1833, um prognóstico da árdua tarefa que aguardava a toda a elite política do Império: a de organização do ordenamento jurídico e a estruturação da burocracia do Estado brasileiro. Os termos, as variáveis desta equação política “reconstruir o poder constitucional” somente se resolveriam no início dos anos 40 do século XIX, momento em que o “monarquista” Honório Hermeto havia se tornado um “liberal conservador”, porém hábil e equilibrado condutor dos rumos políticos do Estado. Mas para compreender essa metamorfose do ministro e indiretamente a do próprio Estado brasileiro é necessário acompanhar mesmo que em linhas gerais a implantação do Estado nacional brasileiro no período. Há uma literatura, relativamente extensa sobre o assunto. Procuramos aqui observar os principais pressupostos desta historiografia que entende o Estado brasileiro como um fenômeno híbrido, que conjugou aspectos autoritários escravistas com práticas liberalizantes.

⁷⁵ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça do Ano de 1832 Apresentado à Assembléa Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1833, Pelo Respectivo Ministro e Secretário de Estado Ministro Honório Hermeto Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1833, p. 19.

Capítulo 2 – A organização e a administração do poder judiciário: os limites do “Império da Lei”

2.1. O problema da organização da ordem jurídica no Brasil do século XIX.

Estudos feitos sobre a organização do ordenamento jurídico-político brasileiro e seus órgãos componentes têm evidenciado as possibilidades e os limites de atuação do poder judiciário para efetivar e consolidar o Estado nacional e a nação. A documentação analisada expressa as tentativas de organização do ordenamento jurídico oitocentista, dos aparelhos e órgãos de repressão e punição, da atuação dos agentes da justiça e dos princípios de governabilidade buscados pelo poder judiciário, visíveis no empirismo e pragmatismo nem sempre eficiente, mas constante por parte dos agentes superiores e inferiores da administração pública do Império. A organização e a administração do poder judiciário constituíam-se em um dos elementos essenciais para o projeto civilizador e modernizador da sociedade civil brasileira. Os impedimentos burocráticos e concretos que este projeto enfrentou durante todo o século XIX foram muitos, iremos destacar, no campo jurídico, alguns que consideramos substanciais. Uns administrativos-burocráticos, outros estruturais e materiais, e ainda outros estratégicos e de planejamento. Para superar tais entraves várias medidas foram adotadas. A principal delas foi a reforma, isto é, o ordenamento jurídico-político brasileiro optou por um experimentalismo extraordinário

Para analisar a estrutura administrativa do poder judiciário oitocentista nos valemos da legislação produzida no período de 1830 a 1880 assim pudemos apreender as mudanças internas pelas quais foi passando o poder judiciário. A análise deste *corpus* possui um caráter qualitativo, na medida em que se atem aos discursos jurídicos produzidos pela elite política brasileira e mineira. É evidente que não será possível realizar uma exegese e hermenêutica jurídica, contudo essa possibilidade não se encontra fora dos nossos objetivos, pois é preciso verificar se as leis e normas criadas atingiram ou não os seus propósitos. É preciso verificar também como agentes da justiça se apropriaram das normas e leis, isto é, como o corpo burocrático encarregado de aplicar as leis e como os principais envolvidos – testemunhas, advogados, curadores, réus e vítimas – lidavam com as leis e normas criadas pelo poder judiciário oitocentista.

Analisamos os discursos dos agentes da justiça no plano local, regional e nacional traçando as principais características que permaneceram e identificando o aparecimento de características novas, ou quando muito uma maneira nova de praticar a justiça, isto é, prioritariamente procuramos destacar as permanências e as rupturas nas práticas dos agentes do poder judiciário encarregados de gerir e administrar a justiça no Brasil. Os discursos dos *Presidentes de Província*, dos *Ministros de Justiça*, dos *Juizes de Paz*, *Delegados*, *Chefes de Polícia* e seus prepostos, aparecem aqui

como *loci* originário de uma política pública de segurança para o Império, para a Província de Minas Gerais e para Montes Claros e região. Claro que somente os seus discursos não foram suficientes para a mudança da realidade, mas não é possível negar que como legisladores eles tiveram uma influência decisiva na conformação da sociedade brasileira e mineira e, particularmente, atuaram no sentido de imprimir maior racionalidade e imparcialidade na gestão da administração pública, pelo menos, supunham que contribuíam para a constituição de um Estado nacional cada dia mais organizado.

Em outros momentos deste debate enfatizamos que a administração da justiça passou por fases distintas de organização, e este fato é perceptível na segunda metade do século XIX. A administração e organização da justiça podem ser subdivididas em dois grandes momentos: 1808-1830 e 1830-1880. A primeira fase representaria o momento proto-jurídico e, a segunda, a etapa jurídica, em que ocorreu a tentativa de consolidação institucional do poder judiciário. Destes dois momentos da organização do poder judiciário brasileiro, interessa-nos o segundo, pois foi nele que concentramos nossa investigação acerca do crime e a criminalidade, foi nele que a justiça se tornou mais especializada quanto aos seus princípios, objetivos, aparelhos, instrumentos e corpo burocrático, em outras palavras, o Direito e o Poder Judiciário tomam consciência em si e para si de suas prerrogativas de poder. As atribuições, funções e competências vão aos poucos se tornando mais específicas, deixando o poder judiciário de tratar de assuntos, temas ou problemas que não eram-lhe diretamente relacionados.

O poder judiciário não se preocupou apenas com o ramo criminal. Destacamos este ramo por razões já explícitas. O Ministério da Justiça tratou de todos os assuntos ligados aos ramos cíveis e criminais, a própria organização do ministério, a organização das finanças da pasta dentre outros assuntos internos. Estes eram focos das preocupações do ministério, mas percebe-se claramente que justiça criminal foi o tema privilegiado nos relatórios dos ministros em todo o período, em menor medida outros assuntos foram expostos, sem nenhum propósito de aprofundá-los ou debatê-los de modo tão amplo como os assuntos criminais. O crime e a criminalidade eram os problemas que mais afligiam a sociedade brasileira da época, estavam na ordem dia dos debates parlamentares, ocupavam espaço na imprensa, nas conversas de rua, nos salões e mesmo nos diálogos do convívio doméstico. Não importava a gravidade do crime, definido na época como uma violação da propriedade ou da vida, a criminalidade era a grande preocupação social.

A análise, das normas, regulamentos e leis contidas na *Coleção das Leis do Império do Brasil* de 1830 a 1834, evidenciou o início do processo de definição dos quadros burocráticos da justiça e de suas competências. O processo de constituição do poder judiciário foi lento, embora, durante o primeiro Reinado, tenha sido bem condensado e expressasse uma intensa luta entre as facções liberais e conservadoras. É evidente que algumas providências foram tomadas anteriormente, tais como: a lei de criação das câmaras municipais, de criação da função de juizes de paz, criação da

suprema corte, das Relações e a extinção de uma legislação, de órgãos e instituições e institutos julgados inadequados, que aparecem como medidas de transição entre a fase proto-jurídica e a fase jurídica. O esforço empreendido entre 1808 e 1830 não pode ser minimizado, pois representa uma primeira tentativa de ação do governo central, numa fase de incertezas e dubiedades. O governo Joanino embora, empreendedor, teve que enfrentar uma série de obstáculos para a implementação de uma política pública de segurança, em que a estruturação e organização do ordenamento jurídico eram apenas uma das muitas realizações empreendidas pela elite dominante.

Entender esse processo permite avaliar o alcance do poder punitivo da justiça no Brasil. Dois fatos devem ser considerados nesta análise: primeiro, a justiça entre 1808 e 1830 viveu uma fase brilhante, em que D. João VI procurou normalizar os órgãos e instituições do poder policial e judiciário, embora não tenha obtido muito sucesso em seu projeto normalizador. Assistimos a um intenso esforço por parte da elite dirigente do país neste sentido. Basta uma rápida consulta das normas e leis promulgadas no período para constar este fato. Em todos os ramos do direito o esforço da elite brasileira foi intenso para tornar de uma sociedade considerada bárbara em uma sociedade civilizada, independente da concepção teórica de civilização e barbárie.

Qual seria a melhor forma de implantar o Estado nacional no Brasil? A elite política brasileira imperial debateu durante praticamente um século essa questão. Os caminhos percorridos e as respostas encontradas variaram muito, mas podemos identificar quatro esferas de atuação da elite para responder a questão. Os homens públicos acreditavam que a educação, a disciplina, particularmente, militar, a religião e a lei seriam mecanismos eficientes para implantar o Estado nacional, foi o que se evidenciou nas fontes consultadas. Estas esferas de atuação mereceram atenção constante dos governantes brasileiros tanto do poder executivo, legislativo como do judiciário. Contudo, o problema da organização da ordem jurídica no Brasil implicava inúmeros desdobramentos. Os governantes brasileiros se preocupavam com um desses desdobramentos: como implantar o Estado nacional com o mínimo de desgaste político e social, isto é, com o mínimo de conflitos entre as próprias elites e entre as elites e os outros grupos sociais? Os combates precisariam ser travados em dois campos: o da lei e o dos costumes. Os hábitos e costumes arraigados, frutos de longa herança colonial, tiveram que ser alterados, e o instrumento utilizado para essa revolução social foi o poder da lei.

2.2. A ordem em construção e os agentes locais: Juizado de Paz.

A administração da justiça no Brasil, durante o século XIX, competia ao Ministério da Justiça assessorado pelos demais órgãos da administração pública, especialmente os tribunais e seus magistrados. O Congresso Nacional, as Assembléias Provinciais, as Câmaras Municipais, e inclusive os cidadãos ligados ao Estado recorriam ao poder judiciário para solucionar suas dúvidas e problemas

e, com isso, acabaram por contribuir para a composição de uma legislação civil e criminal ampla. Tal era a complexidade de nosso ordenamento, durante o século XIX, que ele contemplava desde pedidos de pensão até o tipo de vestimenta e os símbolos que distinguiram os funcionários da justiça uns dos outros. A *Coleção das Leis do Império do Brasil* testemunha cabalmente essas demandas; os atos do poder legislativo, executivo e as decisões do governo deixam indubitavelmente claros as demandas por normas e leis que regulassem os comportamentos e atitudes dos cidadãos e dos funcionários da administração do Império.

Interessam-nos as normas e leis que tratam da organização interna e externa do poder judiciário. Aquelas que demonstram o empenho do poder judiciário na organização dos tribunais, em regular o seu funcionamento e disciplinar a ação de seus magistrados. Aquelas que procuraram criar e promulgar os códigos cíveis e criminais, aquelas que reformaram a Constituição, que procuraram disciplinar o desempenho dos funcionários e agentes ligados à justiça direta e indiretamente. Posto que, são elas que permitem entrever em que medida as ações do Estado se tornariam mais ou menos eficazes. Neste sentido, este capítulo trata da estrutura de organização e de funcionamento do poder judiciário e de suas mutações, a partir das emanções legislativas do governo. Procuramos simplesmente demonstrar o imenso, nem sempre frutífero, trabalho executado pelos órgãos e instituições do Estado nascente, suas ambigüidades e contradições internas, fatos notórios na legislação da época. Por quê? Simplesmente para demonstrar os limites do *Império da Lei*.

A legislação promulgada entre 1830 e 1834 foi marcada por dois debates importantes: um, acerca da criação de uma legislação penal adequada ao novo regime e, outro, acerca da normalização do Juizado de Paz e da Guarda Nacional. A maioria das normas, decisões e leis propostas, debatidas e aprovadas tratavam desses dois temas. Todo o debate visou definir e delimitar com a maior exatidão possível os limites, as competências, a distribuição e adequação destas duas instituições jurídicas, policiais e militares. O momento de suas criações era muito delicado para o novo regime. O país enfrentava uma séria crise de autoridade, buscava legitimar-se por meio da vigilância/controlar e repressão dos grupos sociais contrários à nova ordem. No entanto, a criação do Juizado de Paz e da Guarda Nacional não eram inovações jurídicas no campo do direito ocidental. A novidade residia muito mais em sua aplicação à realidade brasileira, e elas inevitavelmente sofreram e expressaram as contradições das lutas existentes entre liberais e conservadores. Analisemos detalhadamente estas duas instituições para verificar como elas contribuíram para a consolidação do Estado Nacional brasileiro.⁷⁶

O Juizado de Paz foi criado pela Lei de 15 de outubro de 1827⁷⁷, e deveria ser organizado em todas as freguesias e capelas curadas do Império. Esta lei definia as principais

⁷⁶ A jurista Rosa Maria Vieira remonta a criação do Juizado de Paz à Idade Média. Veja: VIEIRA, Maria Rosa. O Juiz de Paz, do Império aos nossos dias. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

⁷⁷ CLIB de 1827. Lei de 15 de outubro de 1827.

características do instituto jurídico. Os Juizes Paz seriam eleitos para um mandato de dois anos, podendo ou não ser reconduzidos ao cargo, desde que não houvesse alguns impedimentos. No momento de sua criação os Juizados de Paz possuíam uma esfera de atuação e competência amplas com poderes administrativos, judiciais e policiais. Mas, com o passar dos anos, com o acúmulo de experiências e frustrações a lei foi sendo aditada, restringida e, segundo a elite conservadora da época, melhorada. A instituição iria sofrer um duro golpe em 1841 com a reforma do Código de Processo Criminal que restringiu os poderes do juizado de paz às funções administrativas e conciliatórias. Em 1827, a lei definia as competências dos Juizes de Paz da seguinte maneira:

Art. 5. Ao Juiz de Paz compete: §1.º Conciliar as partes, que pretendem demandar, por todos os meios pacíficos, que estiverem ao seu alcance: mandando lavrar termo do resultado, que assinará com as partes e Escrivão. (...) §2.º Julgar pequenas demandas, cujo valor não exceda 16\$000(...)§3.º Fazer separar os ajuntamentos, em que há manifesto perigo de desordem, ou fazer vigiá-los a fim de que neles se mantenha a ordem; e, em caso de motim, deprecavar a força armada para rebatê-lo, sendo necessário. A ação porém da Tropa não terá lugar, senão por ordem expressa do Juiz de Paz, e depois de serem os amotinadores admoestados pelo menos três vezes para se recolherem a suas casas, e não obedecerem. §4.º Fazer por em custodia o bêbedo, durante a bebedice (...) ⁷⁸

A instituição do Juízo de Paz sofreu inúmeras alterações, adições e restrições entre a data de sua criação e o Ato Adicional. Todas as modificações pelas quais passou a instituição revelam o embate político das facções da elite dominante, a vontade de tornar cada vez mais exatas as funções do Juizado de Paz, o interesse em evitar os abusos de poder e em realizar uma redistribuição da justiça em nível local. É o que se nota no decreto de 17 de julho de 1832 que determinava “que os juizes de paz na Província de Minas Gerais façam nos seus distritos o arrolamento das pessoas existentes” e estabelecia “diversas providencias contra os vadios”. Nas localidades os Juizes de Paz eram responsáveis pela manutenção da ordem e do sossego público, como se verifica no texto do decreto:

Art. 1.º Os Juizes de Paz da Província de Minas Gerais cuidaram quanto antes de fazer o arrolamento de todas as pessoas existentes nos distritos de sua jurisdição, especificando suas naturalidades, idades, e ocupações, depois do que procederam na forma do seu Regimento contra aqueles, que se verificarem vadios e sem meios de decente subsistência. Art. 2.º Os oficiais de Justiça serão obrigados a dar parte imediatamente aos Juizes de Paz de todas as pessoas, que chegarem de novo aos seus distritos, declarando d’onde vieram, para onde se dirigem, e suas profissões, e no caso de serem reconhecidos vadios, ou malfeitores, os Juizes de Paz procederão contra eles na conformidade das Leis. Art. 3.º Os Juizes de Paz exigirão expressamente dos chefes de famílias, e dos fazendeiros relações das pessoas livres, que eles tiverem em suas companhias, quer sejam agregados, quer feitores, quer empregados, com especificação das profissões que tem, e dos lugares d’onde vieram,—Pena— de dez mil reis, e o dobro na reincidência aos que não derem as relações.

⁷⁸ CLIB de 1827. Lei de 15 de outubro de 1827. pp. 67-69. Os Juizes de Paz agregavam competências policiais, administrativas e judiciais. O pretendemos destacar é que entre 1827 e 1850 estes amplos poderes sofreriam uma profunda restrição e parte deles seriam transferidos para os Juizes de Direito, Chefes de Polícia, Delegados e Juizes Municipais e de Órfãos, como parte de uma reação dos conservadores que não viam com bons olhos a atuação dos juizes de paz.

Art. 4.º Na pena do artigo antecedente incorrerão os fazendeiros, e chefes de famílias, que conservarem homens vadios, e malfetores.⁷⁹

O ministro da justiça, Diogo Antonio Feijó, visava com a medida inúmeros objetivos implícitos e explícitos. Em primeiro lugar, disciplinar a ação dos Juizes de Paz. Em segundo lugar, objetivava estabelecer uma vigilância cerrada aos homens livres pobres e sem ocupação regular, pois a partir do século XIX começou um intenso debate acerca do valor moral do trabalho, apesar, e talvez, devido à predominância do trabalho escravo na sociedade brasileira. Ou seja, era preciso disciplinar a mão-de-obra livre existente, disciplinar a força de trabalho disponível. Em terceiro lugar, o decreto visava evitar a formação de quadrilhas, maltas, bandos de homens livres pobres à disposição dos “chefes de famílias” e “fazendeiros”; mão-de-obra que, circunstancialmente, era utilizada para toda sorte de atos criminosos nas vilas e cidades do interior do Brasil. Todos esses objetivos são importantes para compreensão de como a justiça foi se organizando na época. Mas, sem dúvida, o que se nota é um forte destaque ao procedimento que os Juizes de Paz deveriam adotar caso sua autoridade não fosse respeitada.

As recomendações eram claras de como eles deveriam agir para que a autoridade fosse acatada. Se houvesse desacato à autoridade dos juizes de paz, eles deveriam proceder contra os infratores “na forma do seu Regimento” atuando contra eles “na conformidade das Leis”. O decreto regulava ainda os procedimentos dos “oficiais de justiça” exigindo desses agentes do poder judiciário que mantivessem o juiz de paz sempre informado e com prontidão para que ele pudesse tomar as medidas necessárias para a manutenção da ordem. Observa-se que havia o intuito de controlar a mobilidade da população livre pobre, saber em que se ocupava, qual era o seu perfil, mas especialmente “d’onde” provinham e para onde se dirigiam. Implicitamente, o decreto deixa perceber que havia uma intenção em controlar os homens livres pobres, mas também as elites locais. Ressaltando que os juizes de paz poderiam recorrer a multas e, em alguns casos, até a prisão daqueles que desacatassem a sua autoridade. Estas e outras medidas visavam principalmente normalizar e disciplinar os comportamentos e atitudes das autoridades, das elites locais e dos homens livres pobres, pois tais medidas enquadravam-se na política da ordem, tranquilidade e sossego público, fontes seguras do progresso da nação.

Os juizes de paz valeram-se de suas prerrogativas legais política, econômica e socialmente para obter prestígio social nas localidades. Ocupar o cargo de juiz de paz era uma forma de ser reconhecido perante os poderosos locais e mesmo de se tornar mais influente junto à comunidade. O cargo foi muito disputado durante o período. Os juizes de paz assumiram um importante papel na política local. No início do século, eles eram responsáveis, juntamente com o delegado e o pároco, pela realização das eleições nas localidades, isso implicava manter relações com

⁷⁹ CLIB de 1832. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1874. Atos do Poder Legislativo. Decreto de 17 de julho de 1832, p. 35.

os fazendeiros, comerciantes, membros da câmara e demais autoridades municipais. Significava angariar simpatias e antipatias políticas. Nos relatórios dos presidentes da província de Minas podemos encontrar, nas ocasiões das eleições, tanto juizes de paz como juizes municipais envolvidos em conflitos políticos em diversas localidades da província.

Os poderes policial e judicial dos juizes de paz, às vezes, foram utilizados por esses agentes locais para reprimir ou perseguir seus desafetos. Os juizes de paz, desde a criação em 1827, sofreram críticas desta ordem por parte dos juizes letrados e dos presidentes das províncias. Os Relatórios insistiam que a instituição padecia de um mal de origem: os magistrados locais não possuíam formação adequada para a incumbência que eram eleitos. Durante todo o século XIX, os magistrados letrados iriam criticar e acusar os juizes de paz de despreparados e partidários dos poderosos locais. Thomas Flory ao analisar a instituição do Juizado de Paz e o papel dos juizes de fato no período destaca esse conflito de competências e a disputa política na esfera da magistratura brasileira. Nas palavras de Flory:

Desde el principio hubo conflictos entre los jueces elegidos y los magistrados de la Corona, particularmente los *juizes de fora* nombrados por el rey, cuyo orgullo corporativo estaba ofendido al tener que compartir una autoridad mal definida con personas no profesionales elegidas por el pueblo, y carentes de entrenamiento.⁸⁰

Os juizes de paz sofreram resistências dentro e fora do poder judiciário, dos magistrados remanescentes do período Joanino e daqueles que tiveram suas funções mais bem definidas depois da reforma de 1841, os juizes municipais e de direito. Todo esse processo de disputa política no interior da magistratura provocaria, somado a outros elementos, o desgaste e descrédito do Juizado de Paz no Brasil. Tanto é que, trinta anos depois, na segunda reforma que o Código de Processo Criminal sofreu as funções, competências e atribuições dos juizes de paz restringiam-se à pequenas causas, conciliação e aspectos administrativos. Thomas Flory consegue acompanhar com precisão a formação, o desenvolvimento e o declínio da instituição. Como dissemos, nos interessa acompanhar os aspectos internos de evolução do poder judiciário, mas não podemos negar que eles expressavam as lutas políticas e sociais travadas entre liberais e conservadores. Contudo, não é possível fazer uma associação automática e definitiva entre Juizado de Paz e os liberais, pois como mostraremos adiante houve momentos em que os juizes de municipais, oponentes dos juizes de paz, foram apoiados pelos liberais. De modo geral, as autoridades que atuavam localmente acabavam se unindo aos poderosos regionais ou municipais, fossem eles conservadores ou liberais. A Guarda

⁸⁰ FLORY, Thomas. El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 85. Aqui o autor menciona em nota o Relatório do Presidente da Província da Bahia para reforçar sua argumentação.

Nacional foi outra instituição com uma trajetória de ascensão e queda bem definidas, e também podemos encontrá-la associada aos interesses locais.⁸¹

2.3. Os agentes da justiça: de juizes a oficiais de quartelão.

Os agentes da justiça encarregados da administração dos conflitos no plano local eram juizes de paz, municipal e de órfãos, criminais, inspetores de quartelão, oficiais de justiça, tabeliães, entre outros, suas atuações fornecem indícios satisfatórios das dificuldades encontradas para impor a justiça e dos esforços colocados em prática para esse objetivo. Nas correspondências dos juizes de paz do início do século encontramos as reclamações e as recomendações dos agentes da justiça para controlar os perturbadores da ordem. O juiz de paz do distrito da Barra do Rio das Velhas em correspondência enviada ao Presidente da Província Manoel Ignácio de Mello e Souza queixava-se que os alguns distúrbios ocorridos no sertão. O juiz de paz atribuía esses procedimentos à inexistência de uma força pública, um destacamento de guardas nacionais que pudesse conter tamanhos atentados contra a população e a autoridade; à fragilidade ou inexistência de cadeias e à imoralidade de alguns membros da sociedade. Sobretudo, ressaltava que os poucos recursos de que dispunha a autoridade debilitava a ação do juiz:

.Exmo. Senhor, a imoralidade, e bruteza destes povos tem-se de tal maneira exaltado desde a época da nossa presente feliz revolução, que nenhum individuo se julga seguro, mesmo no seio de suas famílias; *grupos de assassinos, e salteadores ameaçam as vidas, e propriedades dos cidadãos pacíficos, mortes, roubos, e desacatos de todo o gênero tem rebentado em diversos pontos do sertão.* Os Juizes de Paz, a quem principalmente está afeita a Policia local, não tem força alguma, e a sua autoridade é a cada passo mesmo calada e suas vidas ameaçadas (...)⁸²

Correspondências como esta podem ser encontradas para todo o século XIX, nelas podemos verificar as principais demandas, queixas e ações postas em prática pelos agentes da justiça local. Durante a primeira metade do século algumas preocupações foram mais freqüentes nestes documentos oficiais. Entre os anos de 1831-1833 verificamos que os juizes estavam empenhados em evitar as agressões contra os adotivos, isto é, os portugueses que aderiram à causa da Independência. Sem se descuidarem, é claro, de suas atribuições e competências definidas pela lei de 15 de outubro de 1827. Os funcionários da justiça sempre encontravam um modo de reclamar melhores condições de trabalho e uma preparação mais adequada. No processo-crime movido pela justiça em 1872 contra Domingos Soares de Oliveira podemos constatar essas queixas. O promotor da comarca Justino de Andrade Câmara:

⁸¹ CASTRO, Jeanne Berrance de. A Milícia Cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850. Brasília: Editora Nacional, 1977.

⁸² APM. Correspondência do Juiz de Paz Joaquim Teixeira de Nóbrega ao Presidente da Província Manoel Ignácio de Mello e Souza. SP PP1/18, Cx. 138, 2, 22/07/1831.

requeria que, os processos crimes que se acham parados por falta de notificação de testemunhas, falta devida a não haverem Oficiais de Justiça deste juízo em número suficiente para tais delegacias, fossem levados à conclusão afim de se marcarem novos prazos para inquirição⁸³

Para que a justiça atingisse suas finalidades essenciais era necessário que o corpo administrativo tanto tivesse condições de trabalho adequadas como possuísse formação educacional e cultural para execução das suas atribuições. A administração em nível local procurava cumprir as determinações da lei, no entanto, nem sempre isso era possível tanto pelas limitações do poder judiciário como pelas injunções cotidianas locais, isto é, pela interferência de chefes e poderosos locais na regularidade da sociedade. O Estado nacional escravista, via poder judiciário, tinha que disputar o monopólio da força com esses potentados locais. Nessa disputa verificamos que o Estado em última instância saiu vitorioso, embora tenha sofrido muitas resistências. As correspondências dos juizes permitem observar as oposições que as autoridades tiveram que enfrentar para fazer valer os princípios da justiça⁸⁴ Em junho de 1832 no distrito de S.S. Coração de Jesus durante as eleições para os cargos de oficiais superiores do destacamento da guarda nacional estacionado no distrito, ocorreu uma divisão de forças entre o Capitão João Duarte de Oliveira e o Capitão Antonio de Magalhães Cunha, o juiz de paz e os demais representantes da mesa eleitoral, diante de um conflito que podia gerar uma “revolução” porque estavam participando das eleições cerca de 220 homens armados. O Juiz de paz preferiu consultar as normativas e leis emanadas pelo governo, decidindo pela criação de duas companhias de guardas nacionais.⁸⁵

No tocante à formação educacional e cultural dos agentes inferiores da justiça, observamos que alguns dos agentes se apossavam de seus cargos e funções agindo de maneira ímproba. A conduta do juiz Jacinto Amâncio Urcine enquadra-se neste comportamento. A correspondência traz toda a história que se passou com o escravo Carlos. O juiz Antonio Araújo Ferreira Junior denunciava os procedimentos ilegais do Alferes Jacinto Amâncio Urcine que estava retendo e se utilizando da mão-de-obra do escravo em proveito próprio contrariando as leis. Estes agentes da justiça estavam encarregados de recensear a população, saber das ocupações e profissões dela, enfim, viam-se obrigados a controlar e monitorar uma população móvel e escorregadia. Nem sempre essas eram tarefas cumpridas ou bem executadas.⁸⁶

⁸³ DPDOR/AFGC. Processo-crime. Autor: Ministério Público. Réu: Domingos Soares de Oliveira. Vítima: Emiliana Ramos. 16/01/1874. fls.: 12v.

⁸⁴ Foram coletadas e analisadas 41 documentos, especialmente, 28 correspondências de juizes de paz do período de 1831 à 1838. Analisamos 07 correspondências enviadas pela Câmara de São Romão ao governo provincial de 1838, 1840 e 1841; 03 correspondências de delegados de Polícia referentes ao período de 1842-1887. E alguns correspondências expedidas pelo Governo Provincial de 1878.

⁸⁵ APM. Correspondência do Juiz de Paz Theodosio José Pinto. SP PP1/18, Cx. 138, pacotilha 9, 08/06/1832.

⁸⁶ Em relação aos censos populacionais confira: APM SP PP1/18, Cx. 138, pacotilha 21. 08/01/1834; APM SP PP1/18, Cx. 138, pacotilha 22. 12/01/1834; APM SP PP1/18, Cx. 138, pacotilha 23. 24/01/1834. O caso do escravo Carlos será comentado mais adiante, confira: APM SP PP1/18, Cx. 196, pacotilha 3. 30/11/1831.

Não só os juizes de paz encontraram dificuldades para fazer valer sua autoridade, os delegados, subdelegados e chefes de policia também lidaram com situações de conflito na região. O juiz de paz do distrito de São Romão em 1830 enfrentou uma delicada situação contra um chefe local Joaquim José de Azevedo. Este chefe local desafiou a autoridades de armas na mão. Joaquim José de Azevedo queria se apoderar do cargo de juiz de paz à força de armas, mas o Juiz Antonio de Araújo Ferreira Junior não cedeu às ameaças e pressões, fazendo de tudo para prendê-lo e processá-lo no que não obteve sucesso. A correspondência ilustra as limitações do “Império da Lei”, dizia o juiz:

que no dia 1º. De novembro do vertente chegando a este Arraial Joaquim José de Azevedo escoltado de gente armada com bacamartes, ele e seus filhos com pistolas querendo a força apoderar-se da Jurisdição de Juiz de Paz, o Povo todo em massa, concorreu a minha casa requerendo me localmente que por nenhum principio devolvesse a Jurisdição àquele Homem, porquanto haviam representado a V. Exa. suas prevaricações, e que V. Exa. havia despachado que o Ouvidor da Comarca viesse conhecer dele⁸⁷

O juiz mandou chamá-lo diversas vezes para comparecer a sua presença, no que não foi atendido. Azevedo desafiava abertamente a autoridade do juiz. Então Antonio de Araújo Ferreira Junior resolveu pedir auxilio aos membros do exercito de 2º. Linha:

mandando passar mandado para o dito Azevedo vir a minha presença, cuja diligencia sendo executada por ele escrivão do meu cargo, aquele dito Azevedo lhe tomou violentamente o mandado e disse quanto quis, deprequei auxilio de militares de 2º. Linha ao comandante respectivo, que prontamente se prestou, mas eu receoso de que pela má vontade de que o Povo todo tem a este Homem que longe de os acomodar acumula delitos sobre delitos, prudenciei querendo antes ser condenado de frouxo do que de justiceiro com alguma maior desordem como via iminente. Abusou este Homem da minha condescendência e entusiasmado passou a continuar a passar pelas ruas acompanhado de escravos armados de bacamartes, ele de pistolas, cresceu com isto o clamor do Povo, que a porfia caminhava para minha casa encrespando-me de frouxo (...)⁸⁸

O caso revela dois fatos importantes. As disputas pelos cargos e funções administrativas da justiça local, e as limitações que os próprios juizes de paz enfrentavam para garantir o sossego e a ordem pública em uma sociedade pouco policiada e violenta. Os cargos de juizes de paz eram estratégicos porque por meio deles era possível punir os desafetos e controlar a distribuição de cargos inferiores como oficiais de justiça, inspetores de quarteirão e escrivães, isto é, ser juiz de paz implicava status e posição numa sociedade onde o mandonismo e as disputas entre os poderosos locais eram uma constante. O caráter desafiador da atitude de Azevedo revelava as débeis forças do aparato repressivo estatal no sertão do médio São Francisco. Em todo o território São Romão, Barra do Rio das Velhas, Montes Claros de Formigas, Coração de Jesus, Contendas e tantas outras localidades

⁸⁷ APM. Correspondência do juiz Antonio de Araújo Ferreira Junior. SP PP1/18, Cx. 196, pacotilha 4, 06/11/1830.

⁸⁸ APM. Correspondência do juiz Antonio de Araújo Ferreira Junior. SP PP1/18, Cx. 196, pacotilha 4, 06/11/1830

juizes e outras autoridades inferiores eram humilhadas e desautorizadas no exercício de suas atribuições.⁸⁹

A definição dos cargos e funções administrativas, policiais e judiciárias passava pela delimitação, por um lado, das atribuições e competências dos agentes do poder judiciário e, por outro, pela distinção e delimitação dos elementos essenciais que constituíam cada função e cargo da justiça. Passava pela definição de procedimentos, mecanismos e formalidades, isto é, pela exata prescrição dos ritos judiciais que deveriam ser cumpridos pelos agentes do poder judiciário. Eram necessárias as delimitações dos cargos e funções, das atribuições e competências, das habilidades e aptidões, e dos procedimentos, formalidades e rituais judiciais. Todo esse conjunto definiria exatamente como cada agente da justiça deveria se comportar no exercício de seu ofício e na execução das rotinas, e particularmente, como eles deveriam aplicar e zelar pela aplicação das leis. Numa palavra: os agentes necessitavam de preparação e treinamento.

O Estado nacional brasileiro sempre se preocupou com a formação, aprimoramento e qualificação dos quadros institucionais. José Murilo de Carvalho já destacara que a maioria dos funcionários ou agentes governamentais tinham formação em ciências jurídicas e sociais. No âmbito do poder judiciário essa formação era a base e condição necessária para o ingresso nos quadros da administração. Os códigos criminal e de processo especificavam quais eram os funcionários da justiça, quais deveriam ser as formações e qualificações, e especialmente, quais eram as suas competências e atribuições. Embora, nem sempre, como estamos mostrando esses elementos essenciais ao exercício e a aplicação da justiça fossem cumpridos ao pé da lei. Para se tornar um ministro bastava gozar de boas relações e da confiança do Imperador, mas é lógico que o postulante a ministro assim como o postulante a juiz municipal deveria conhecer minimamente as instituições, órgãos e institutos do ordenamento jurídico-político brasileiro.⁹⁰

Tanto era assim que existiam manuais, guias práticos, cartilhas e repertórios que auxiliavam aos funcionários no exercício de suas funções e cargos judiciais. Entre os muitos guias práticos temos o *Novíssimo Assessor Forense* do jurista Carlos Antonio Cordeiro, publicado no final do século XIX⁹¹. Nele encontram-se as principais rotinas e procedimentos práticos para o exercício das funções e ofícios dos empregados da justiça. Encontramos nas Coleções das Leis e das Decisões também inúmeras leis, normas e dispositivos que regulavam as rotinas e formalidades do exercício das funções dos empregados da justiça. Os homens públicos da época entendiam que o treinamento e preparação dos empregados da justiça muito contribuiriam o exercício competente e efetivo, isto é,

⁸⁹ Joaquim José de Azevedo figura no processo 000.004 de 14/03/1835. O auto de corpo de delito fora feito em casa em razão da morte Cesário Alves Ferreira

⁹⁰ CARVALHO, J. M. de. op. cit.

⁹¹ CORDEIRO, Carlos Antonio. *Novíssimo Assessor Forense: Reformado ou Formulário de Todas as Acções Conhecidas no Foro Brasileiro. Tomo I. Acções Criminais. 7. ed. Revista, melhorada e augmentada com muitos termos e acções diversas segundo a legislação vigente por um jurisconsulto. Rio de Janeiro: Em casa dos Editores-proprietários Laemmert & C. 1888.*

permitiriam uma adesão e identificação com os preceitos e princípios essenciais do Estado Monárquico Constitucional.

Conhecer a lei seria a primeira garantia para sua execução e aplicação com o mínimo de irregularidades e nulidades. Tanto era que, como vimos, os ministros recomendavam a admissão de funcionários para a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça que conhecessem as leis e que tivessem uma formação superior adequada às funções que fossem exercer. Assim, encontramos em todo o corpus documental consultado essa recomendação por parte de ministros, presidentes, chefes de polícia, e mesmo na expressão formal dos tabeliães “por obrigação do meu ofício” que demonstrava a importância e necessidade de certos ritos e preceitos judiciais. Vejamos então como foi tratada a questão da formação e habilitação dos agentes da justiça para o exercício das funções de justiça. Na Coleção enfatizava-se muito a formação jurídica analisemos este aspecto preliminar do treinamento dos agentes judiciais.

2.4. Juizes Municipais, Chefes de Polícia e Delegados: defensores da ordem.

As atribuições e competências dos juizes municipais e de órfãos assim como as dos chefes de polícia e Juizes de Direito foram mais claramente definidas a partir da promulgação do Código de Processo Criminal em 1832 e de sua respectiva reforma em 1841. Os juizes de Direito, e Municipais e de Órfãos assumiriam algumas das funções policiais, administrativas e judiciárias dos Juizes de Paz, contudo, isso não diminuiria os conflitos de competências e jurisdição entre estes magistrados e seus suplentes. Tanto era assim que veremos ocorrer disputas por cargos e funções entre estes magistrados que muitas vezes resultaram em processos criminais, ofensas, agressões e até morte.⁹² Mas quais eram as competências dos Juizes Municipais, Chefes de Polícia e Juizes de Direito? A redistribuição das atribuições teria resultado em maior eficiência do poder judiciário no controle da criminalidade? Havia juizes para prover todos os lugares que deles necessitavam? Em suma, quais as diferenças substanciais promovidas pela reforma de 1841?

A organização, as atribuições, as competências e a jurisdição dos juizes de Direito, Municipais e Promotores foram definidas pelo código de Processo Criminal e pela reforma de 3 de dezembro de 1841. Para atuar como Juiz de Direito e Juiz Municipal era necessária, mas não exclusiva, a formação em direito ou ciências jurídicas. As habilidades principais requeridas para ser um juiz era ser formado em direito, ter um razoável “ilustração”, prudência e energia para resolver os problemas. Às vezes, quando não havia ou não se conseguia nomear um juiz letrado, ocupava o cargo, na localidade onde havia dificuldade de provimento, um cidadão com idoneidade, relativo conhecimento das leis e boa reputação junto à sociedade. O provimento era feito por indicação do

⁹² FLORY, Thomas. *El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

Imperador e dos presidentes de província. Os juizes letrados tinham atribuições policiais, judiciárias e administrativas em seus termos, distritos e comarcas. No entanto, a gestão e administração da justiça realizada por esses representantes do poder público não estava isenta de conflitos de competências e jurisdição.

A dificuldade em prover os cargos da administração da justiça com juizes de direito, municipais e promotores é particularmente notória nos documentos oficiais. O provimento dos cargos e funções judiciárias da magistratura foi precário durante todo o período. O Presidente da Província de Minas Gerais José Bento da Cunha Figueiredo informava que entre os termos existentes no ano de 1862, alguns da região sãofranciscana tais como Serro, São Romão e Paracatú ainda não haviam feito os provimentos de todos os cargos administrativos da justiça. Segundo, o presidente todas as comarcas possuíam juizes de direito, mas algumas não possuíam promotores formados, eles eram nomeados pelo governo ou por indicação dos juizes de direito das comarcas, como, por exemplo, nas comarcas de Jequitinhonha e São Francisco.⁹³

Estes fatos com certeza embaraçavam a ação da justiça na região. No seu relatório o presidente, José Bento da Cunha Figueiredo, chamava a atenção para os constantes desmembramentos e subdivisões operadas na província com a criação de novas paróquias, freguesias e municípios. Alertava que isso enfraquecia econômica e politicamente as próprias localidades criadas, que esses desmembramentos rotinizavam a ação da justiça, tornavam desinteressantes para os bacharéis viver e atuar em localidades longínquas e insignificantes. Em resumo, o presidente argumentava que a subdivisão não contribuía para a melhoria da administração da justiça na província, particularmente nos rincões mais afastados de Minas Gerais. Nas palavras do presidente Cunha Figueiredo:

A experiência parece já ter bem demonstrado os graves inconvenientes, que resultam das repetidas criações e desmembrações de Municípios e Freguesias. Reduzidos aqueles a acanhadas proporções, deixam de oferecer incentivo aos homens ilustrados e probos, de que tanta necessidade temos para a administração da justiça. As Câmaras Municipais, falecendo das precisas rendas para acudir às necessidades de seus munícipes, convertem-se em meras estações de expediente; em alguns lugares deixam mesmo de funcionar; e assim vai pouco e pouco definhando esta importante instituição, cujas raízes estão implantadas na nossa Constituição. Os costumes, os hábitos, as tradições que em sua uniformidade constituem esse grau de associação, chamada *Municipalidade*, e que com a denominação de *Comunas* figura em relevo na história da civilização da Europa, desnaturando-se assim despercebidamente entre nós, chegaram a desaparecer completamente, e em seu lugar ficará um caos onde, de balde o jurisconsulto procurará os elementos do direito consuetudinário, e o historiador desanimado deixará de apanhar o tipo característico de nossa família. E é sempre inteiramente malogrado o pensamento que a essas inovações preside; esquecendo-nos de que mais vale a justiça a 40 léguas do que a injustiça ao pé da porta, deixamos-nos sempre iludir pelas vantagens de um foro constituído dentro da

⁹³ Exposição que ao Exmo. e Ilmo. Coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta, 3º. Vice-Presidente apresentou no acto de passar-lhe a administração da Província de Minas Gerais, o Presidente Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1862. p. 7.

povoação que habitamos, mas criado ele, eis-nos em clamores contra o mau Juiz, contra os venais e ineptos servidores da justiça, finalmente contra as intrigas daí oriundas, em cuja teia, mau grado nosso, nos envolvemos. Longe iria na exposição de tão funestas, quanto experimentadas conseqüências; mas sem falar na completa perturbação dos registros, matriculas, e assentamentos das diferentes repartições; sem falar ainda na inteira confusão que se tem operado entre obras provinciais, e obras municipais pelo desaparecimento destas, parece-me já ter ficado suficientemente demonstrada a necessidade de se por cobro às medidas desta ordem. Bem sei que a nossa divisão civil e judiciária é imperfeitíssima, mas também sei, e é manifesto, que não serão semelhantes criações que a hão de melhorar; enquanto as alterações a este respeito não assentarem em uma base larga, n'um plano geral, serão sempre em pura perda, senão muito prejudiciais.”⁹⁴

A exposição é longa, mas apropriada para demonstrar o impacto que a criação de inúmeros municípios teve na ação da justiça nas *comarcas do sertão* do médio São Francisco, especificamente, quanto à rotinização das práticas da justiça, isto é, a justiça teria na apreciação do presidente um papel meramente formal e rotineiro. Encontramos alguns processos-crimes que mostram essa situação de rotinização e burocratização “*negativa*” da justiça no sertão. Por exemplo, um crime era cometido em um arraial – menor unidade administrativa, juntamente com os povoados e pousos – fazia-se a denuncia, a inquirição das testemunhas, o auto de corpo de delito e demais investigações, em suma, instaurava-se o processo, mas a sua conclusão dependia sempre de outra localidade onde houvesse juiz paz, juiz de direito ou juiz municipal e de órfãos, paralisando todos os trâmites da ação judicial.

Por ora, vale ressaltar que não bastava a existência de uma parcela do aparelho judiciário, não bastava existência de delegados, promotores, escrivães e tabeliães, juizes de paz e municipais, era necessário, após a promulgação do Código do Processo Criminal em 1832 e a reforma de 1841, que o Juiz de Direito e o Júri julgassem as causas nas sessões do Conselho de Jurados de Acusação e de Sentença. No entanto, havia apenas um juiz de direito por comarca que, geralmente, ficava nas maiores vilas e cidades e a resistência da população em comparecer ao conselho de jurados era relativamente grande, parece trivial, mas esses fatos impediam, muitas vezes, a consecução de vários processos-crimes instaurados em arraiais, povoações ou pousos. Com relação à criação de municípios, o presidente José Bento da Cunha Figueiredo mencionava que, na comarca do Rio das Velhas, haviam sido criadas as vilas de Guaicuí e Pirapora. Embora, as povoações já existissem desde o século XVIII. O presidente assim descrevia a criação destes “novos” municípios:

Informado por participações oficiais, e de pessoas fidedignas que na paróquia da Barra do Rio das Velhas, elevada à categoria de Vila com a denominação de – Guaicuí – pela Lei nº. 1.112 do ano passado, já se acha pronta com as necessárias acomodações a casa destinada as sessões da Câmara, e Júri, e para cadeia, expedi ordem à Municipalidade de

⁹⁴ Relatório que a Assembléa Provincial de Minas Gerais apresentou no acto da Abertura da Sessão Ordinária de 1862, o Coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta Terceiro Vice-Presidente da mesma Província. Ouro Preto: Typografia do Provincial, 1862. 01/08/1862. p. 8.

Montes Claros para mandar proceder ali a eleição de Vereadores no dia 7 de setembro próximo futuro, e em seguida a de Juizes de Paz do Distrito de Pirapora d'além São Francisco que pela mesma lei foi criado, e anexado ao novo Município. Não tendo a citada Lei fixado a sede desse Distrito, designei provisoriamente a fazenda das Gaitas, por ser o lugar mais povoado, ficando porém este acto dependente da vossa aprovação.⁹⁵

Nos novos ou antigos municípios haveria, a partir de agora, os juizes municipais, os delegados e subdelegados com habilitações e atribuições e competências mais adequadas para a execução da justiça, pelo menos era o que prescrevia as reformas de 1841 e 1871. Mas, as coisas não aconteceram como os legisladores previram em relação aos agentes da justiça juizes, advogados e magistrados nem em relação aos aparatos de punição, como veremos agora.

2.5. Os aparelhos da condenação: casas de correção, cadeias e prisões.

Fernando Salla ao analisar o sistema prisional paulista mostra as dificuldades que a justiça enfrentou para ordenar e reordenar o poder judiciário, com vistas a aparelhá-lo com instituições e órgãos de vigilância e detenção. O sistema prisional constitui-se em elemento chave na consolidação do poder judiciário no Brasil, pois não bastava condenar era preciso manter os condenados sob custódia e encarceramento, isto é, era preciso que eles cumprissem as penas cominadas pela lei. Era preciso construir prisões para evitar as rebeliões, fugas, insurreições dos presos, denunciados ou condenados por sentença. As prisões, cadeias e casas de correção eram os liames que separavam a sociedade saudável de sua parcela enferma. O sistema prisional teria uma dupla função regenerar, reabilitar e reeducar os presos para o convívio social e fazer com que pagassem pelos crimes cometidos. No entanto, eles não poderiam ser tratados como animais ou escória social, pois uma sociedade civilizada quer incluir todos os seus membros no seu seio de modo útil e produtivo.

A partir do século XIX, como destacamos em outro ponto deste estudo, formar-se-á uma espécie de *política penal filantrópica*. A saúde, a alimentação, a higiene e o vestuário, e as demais condições de vida dos encarcerados passaram a ser consideradas imprescindíveis neste processo de reeducação e reabilitação social. O incentivo ao trabalho, a atenção aos processos de presos pobres e miseráveis, a preocupação em ministrar ensinamentos religiosos dentre outros aspectos serão considerados essenciais neste processo de readaptação dos condenados. Contudo, a realidade era bem diversa daquela preconizada pelo poder público. Os documentos oficiais demonstram um sistema prisional e carcerário precário, frágil e deficiente para os fins que foram criados. Isso não impediu que o sistema carcerário e prisional fosse sendo aprimorado no transcurso do século, especialmente nas

⁹⁵ Op.cit. p. 8.

vilas e cidades maiores das províncias mais representativas do Império, entre as quais a Província de Minas Gerais.⁹⁶

O estudo realizado por Mozart Linhares da Silva, em linhas gerais, muito semelhante ao de Salla, acerca da formação do sistema prisional e carcerário no Rio Grande do Sul evidencia a dupla preocupação jurídica e social. A diferença principal entre os dois pesquisadores reside no fato de que Silva procurou demonstrar que as idéias e concepções de sistema prisional eram fruto de assimilação de um novo conceito de justiça, de punição, das técnicas e das tecnologias de prisão desenvolvidas na Europa entre o fim do século XVIII e princípios do XIX. As idéias implementadas pelos agentes da administração revelavam o cientificismo europeu pregado por reformadores Beccaria, Howard e Bentham que destacavam o papel da vigilância e da administração, do preparo e do treinamento dos agentes prisionais na modelagem dos aparelhos punitivos que facilitassem uma economia política da punição.⁹⁷ Thomas Holloway (1997) ao estudar a organização, natureza, composição e funcionamento dos corpos policiais no Rio de Janeiro durante o século XIX dividiu a instituição policial e sua organização em fases. A de 1808 a 1830, foi qualificada como primórdios da organização do sistema punitivo no país.⁹⁸

A política dos agentes da administração, no tocante, às prisões revelou as limitações do poder público, em geral, e do poder judiciário, em particular, para traçar um sistema prisional adequado à realidade brasileira. As mudanças foram lentas, graduais e somente podem ser sentidas a longo prazo. Podemos verificar isso nos Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais e dos Ministros de Justiça para todo o século XIX. Identificamos, em meio às constantes reclamações dos presidentes da província, três linhas de ação propostas para o sistema prisional e carcerário: (a). a construção, consertos e aluguel de imóveis que serviriam como prisões; (b). a preparação dos agentes carcerários e prisionais, isto é, o treinamento desses agentes para eles estivessem habilitados para lidar com os problemas da vigilância; e (c). a melhoria dos equipamentos e remuneração dos agentes prisionais, que segundo os presidentes da província constituíam-se em elementos motivadores para a adequada execução das funções dos agentes prisionais.

Os aparatos de punição existentes no século XIX eram extremamente precários, insuficientes em número e inseguros. Estamos diante de cadeias, casas de correção e prisões que não atendiam às finalidades para as quais foram pensadas, especialmente nos municípios menores, onde os recursos eram poucos. As casas de câmara e cadeia sempre existiram no Brasil desde o período colonial, embora tenham sofrido alguma melhora após a independência elas continuaram precárias e inseguras, e as fugas de presos, os arrombamentos e as facilidades de fuga revelam as debilidades do

⁹⁶ SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Editora AnnaBlume, 1999. Veja especialmente o inventário histórico feito por Salla no capítulo I. "O encarceramento na primeira metade do século XIX." pp. 31-48.

⁹⁷ SILVA, Mozart Linhares da. Do Império da lei às grades da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

⁹⁸ HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. trad., de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

aparato de punição e controle. Como parte dessa política administrativa da justiça, o ministro Diogo Antonio Feijó enfatizava a necessidade de construção, reparo e conservação das cadeias, prisões e casas de detenção no ano de 1832. É o que notamos no decreto de 18 de julho de 1832 dirigido ao Presidente da Província de Santa Catarina, como de resto aos vários presidentes de Província em todo Brasil. O decreto determinava que em “cada distrito de Juiz de Paz” houvesse “uma casa de detenção”⁹⁹.

O decreto trata especificamente da construção de casas de detenção, da destinação do edifício, da estrutura física do prédio, onde deveriam ser detidos os réus, pronunciados ou sentenciados; trata dos recursos financeiros que seriam captados para a construção das casas de detenção e designa os responsáveis pela gestão e inspeção dos edifícios quando estivessem sendo construídos. Essa política de gestão e administração da judiciária verifica-se em todas as normas e leis promulgadas durante o século XIX. Ela explicita a meta principal controlar, reprimir e vigiar. Nota-se que essas construções visavam, em primeiro lugar, ao encarceramento dos réus “viciados, e criminosos”. No decreto verifica-se a intenção de administrar a população carcerária e distribuir as responsabilidades da sua administração. Vejamos o que diz o decreto:

Art. 2.º Estas casas serão de sobrado, ficando a parte térrea para a segurança dos réus, e o sobrado para sala de audiências do Juiz de Paz, e Cartório respectivo. Não sendo possível havê-las de sobrado, poderão ser térreas, contanto que tenham acomodações precisas para os fins indicados.

Art. 3.º Para a construção, ou aquisição destas casas serão aplicadas as sobras das quantias designadas na lei do orçamento para alimento dos presos pobres, e obras públicas na Província..

Art. 4.º A construção destas casas será inspecionada pelas Câmaras Municipais respectivas, que igualmente inspecionam as obras, que se houverem de fazer, nas que se adquirerem, a fim de as tornar próprias para os fins acima marcados, tendo em vistas, quanto às prisões, o que prescreve o art. 57 da Lei de 1.º de outubro de 1828.¹⁰⁰

Os Relatórios dos ministros de justiça e dos presidentes de província, a todo o tempo, criticavam as deficiências das cadeias. Os oitenta Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais analisados destacam este aspecto inerente ao poder judiciário brasileiro e mineiro. Os presidentes insistiam na necessidade de conservar, consertar e construir casas de punição seguras para a custódia e encarceramento dos pronunciados, denunciados ou réus, não passíveis de fiança. Ao acompanharmos este debate verificamos, por um lado, os esforços postos em prática pelos agentes governamentais e, por outro lado, as constantes reclamações sobre a eficiência das casas de punição. Mais uma vez nos deparamos com uma justiça limitada e fragilizada. A questão da segurança pública neste tocante permaneceria durante todo o século XIX sem grandes alterações.

⁹⁹ CLIB de 1832. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1874. Atos do Poder Legislativo. Decreto de 18 de julho de 1832, p. 36.

¹⁰⁰ Idem, Ibidem, p. 36.

No *Relatório* do Presidente da Província Antonio da Costa Pinto de 1837 verificamos essas lamentações acerca das cadeias. O presidente solicitava à Assembléia Provincial a consignação de recursos às câmaras municipais para a resolução deste grave problema. Traçava um panorama da situação em algumas vilas e cidades da província onde existiam obras em andamento ou onde havia necessidade de sua realização. Entre as localidades de que trata no seu *Relatório* encontramos as vilas de Diamantina, Serro Frio e Rio Pardo na região norte de Minas Gerais. O presidente dizia que foram feitas consignações e deslocados destacamentos para a região para proporcionar uma maior segurança ao sistema carcerário, e informava que na:

Vila de Diamantina tem servido de Cadeia uma pequena Casa tão pouco segura, que para se conterem os presos, faz-se mister, além da presença de um guarda, tê-los encorrentados, sendo que por causas semelhantes se acham espalhadas pela Província numerosos Destacamentos do Corpo Policial. Para principio de uma Cadeia na Vila do Príncipe, onde a que existe não é suceptível de reparos consignei a quantia de 5:000\$000 réis (...), e mandei despende 140\$000 réis com a compra de uma Casa, onde celebra suas Sessões a Câmara Municipal da Vila do Rio Pardo, e que tem alguns cômodos para a prisão dos criminosos.¹⁰¹

No transcurso do século, foram tomadas medidas para minorar essa situação. As iniciativas governamentais em dotar os poderes públicos municipais e distritais com mais verbas para a construção e reforma das cadeias pode ser constatada a partir da segunda metade do século XIX, consequência de um aprimoramento dos quadros estatísticos sobre o crime e a criminalidade na província. Embora, os resultados nem sempre tenham sido animadores. O Relatório do Barão de Camargos em 1877, quarenta anos depois, explicitava o estado lastimável das cadeias na província ao expor o estado da do Serro Frio dizendo que era necessário orçar “com brevidade os consertos desta cadeia, onde desabara uma parede”.¹⁰² O presidente João Capistrano Bandeira de Mello também em 1877 comentava em seu Relatório as fugas de presos mostrando a debilidade do sistema prisional da província. Sobretudo, destacava a negligencia dos agentes prisionais e a própria fragilidade das construções. Dizia ele que:

da cadeia da cidade de Três Pontas evadiram-se os réus Joaquim Ferraz, Vicente Martins e Joaquim Lopes, condenado o 1.º a galés perpétuas, o 2.º a 7 anos de prisão simples e o 3.º processado por crime de furto de gado. Parecendo ter havido negligencia da parte do carcereiro, o juiz de direito da comarca providenciou para que ele fosse responsabilizado.

¹⁰¹ Fala dirigida à Assembléia Provincial de Minas Gerais na Sessão Ordinária do ano de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Tipografia Universal, 1837. p. 33.

¹⁰² Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello por S. Ex. o Sr. Senador Barão de Camargos, ao passar-lhe a administração da Província a 24 de janeiro de 1877. Ouro Preto: Typografia J. F. de Paula Castro, 1877. 24/01/1877. p. 25

Às 5 e ½ horas da manhã de 24 de fevereiro, descobriu-se um arrombamento na cadeia desta capital, por onde tentavam evadir-se 84 presos.¹⁰³

As cadeias se constituíram em um grave problema a ser enfrentado pela justiça no século XIX. Os agentes governamentais insistiam na urgência de sua adequação como elemento de combate à criminalidade. Eles reclamavam e apontavam a insegurança do sistema prisional. As fugas, arrombamentos e invasões das cadeias demonstram as dificuldades que a justiça encontrava para punir os criminosos. Não há menções freqüentes de revoltas de presos nas cadeias, mas há de funcionários – guardas, carcereiros e outros – que cometiam negligências como a facilitação das fugas dos detentos. Todo esse quadro desanimador era retratado pelos agentes da administração tanto executiva, legislativa como judiciária, mostra os limites do poder judiciário como instrumento civilizador. A alternativa usualmente utilizada pelos agentes da administração foi a concessão de verbas, o deslocamento de destacamentos de guardas nacionais, de pedestres ou praças de 1.º e 2.º Linha do Exército, ou a solicitação de colaboração de particulares com o governo, ou ainda a celebração de contratos com particulares para a realização das obras de construção, reparos ou reformas das cadeias.

Outro elemento fundamental para a organização e a administração da justiça era a força pública, necessária ao controle e vigilância da população. As forças públicas sempre mereceram a atenção dos presidentes da província mineira. O presidente José Bento da Cunha Figueiredo relatava, em 1862, as dificuldades existentes e as ações empreendidas por ele e seus antecessores para minorar a situação. A criação, divisão ou redistribuição das companhias das forças públicas por todo o território mineiro foi uma estratégia para melhor controlar as populações e os possíveis distúrbios, particularmente, nos lugares mais distantes e despolicados. A esse respeito o presidente não deixava dúvidas quanto ao estado de insegurança social reinante, quando dizia:

Aqui encontrareis uma das causas da menor segurança dos direitos individuais, e dos pequenos distúrbios que interrompem a tranqüilidade pública. Em um território de 18:000 léguas quadradas, pelo qual se dissemina uma população irregular de quase dois milhões de almas, além disso privado de vias de comunicação que facilitem a transmissão das ordens do Governo, o respeito às leis não pode deixar de principalmente assentar sobre uma força militar por seu número e disciplina suficiente para acompanhar de perto os reclamos das diversas localidades. E essa força sem a qual a autoridade não passa de ludíbrio da perversidade ousada, posso asseverar-vos que não existe, ao menos nas precisas condições (...) Apesar disso, meu Antecessor querendo satisfazer aquela necessidade resolveu dividir todo o território da Província em varias circunscrições, em cujos centros permanecessem fortes destacamentos sob o comando de oficiais de confiança. São destinados estes destacamentos a prestar auxilio a todas as autoridades que requisitem, e prender os criminosos por elas indicados. Sua residência não é fixa; devem percorrer todo o circuito a cada um designado pela Presidência conforme as circunstancias e as necessidades do serviço o exigirem, de modo que nenhuma povoação deixe de sentir sua benéfica influencia.¹⁰⁴

¹⁰³ Falla que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, por ocasião da instalação dos trabalhos da segunda sessão da vigésima legislatura dirigiu o Ilmo. e Exmo. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da mesma Província em 17 de agosto de 1877. Ouro Preto: Typografia J. F. de Paula Castro, 1877. 17/08/1877. pp. 10-11. O p

¹⁰⁴ Op. cit. pp. 10-11.

As reclamações do presidente Cunha Figueiredo, comum à maioria dos *Relatórios* de presidentes de província, quanto à força pública, à guarda nacional, aos praças e as forças terrestres resumem-se à falta ou insuficiência de voluntários, aos baixos vencimentos ou soldos, à falta ou precariedade de alojamentos e quartéis, a falta de equipamentos e armamentos, ou seja, a inexistência, precariedade ou subutilização dos recursos humanos e materiais, a mais franca falta de infra-estrutura para uma adequada organização dos corpos de vigilância na província em geral. Esses queixumes eram freqüentes e insolúveis desde o princípio do século XIX, fato agravante para o policiamento e controle das regiões mais distantes da província como as comarcas de Paracatú, parte central da do Rio das Velhas, de Serro Frio, do Jequitinhonha e do Rio São Francisco, as comarcas do sertão. Regiões que, durante todo o período analisado, padeceram com a intranqüilidade e falta de sossego público. É o que se nota nos relatórios. Outro fato de suma importância para compreender a percepção que a sociedade possuía sobre a atuação da justiça é o tempo de resposta aos conflitos, ou seja, a indecisão e a morosidade também eram responsáveis pelo descrédito em que vivia o aparelho judiciário durante o século XIX, não obstante todos os esforços tentados, e alguns até com êxito.

Ainda no que se refere às forças públicas, especificamente, à guarda nacional o presidente Cunha Figueiredo dizia que continuava a “padecer a enfermidade resultante de seu defeito orgânico, esta milícia, que tão mal substituiu a 2^o. Linha, longe de melhorar, marcha sempre em progressiva decadência, que se desenvolve mais à proporção que se afasta de sua criação, pelo desvanecimento das douradas ilusões que bafejaram o seu berço”. Após esta breve crítica, o presidente relacionava os lugares onde existiam companhias da Guarda Nacional, e particularmente encontramos os municípios de Januária e Montes Claros providos com esse corpo miliciano, porém ainda desorganizados. Dizia o presidente:

Por Decreto de nº. 2.906 de abril último, baseado em proposta desta Presidência, foi também criado um Esquadrão de Cavalaria avulso no Município de Januária. Ainda não se pode organizar o comando Superior Montes Claros por falta das necessárias informações, que nem por muito exigidas tem sido prestadas.¹⁰⁵

O presidente, José Antonio Bento da Cunha Figueiredo, acrescentava uma lista dos municípios que possuíam destacamentos da guarda nacional. Entre eles, constam alguns municípios das *comarcas do sertão*: Diamantina com 30 guardas nacionais, Januária com 21 guardas nacionais, Minas Novas com 8, São Romão com 16, Serro com 9 e Araçuaí com 13, vê-se que o número não é muito expressivo para a vastidão da região. Cabe perguntar: as diversas milícias e forças policiais que existiam na província de Minas Gerais teriam contribuído para a minoração dos crimes em lugares tão distantes? A pesquisadora americana Judy Bieber em seu estudo sobre a justiça no sertão norte mineiro apresenta alguns quadros estatísticos que mostram o crescimento da força pública na região.

¹⁰⁵ Op. cit. p. 12.

Nos dados apresentados podemos verificar um crescimento regular e contínuo desta instituição na Província e nas comarcas do sertão.

Tabela 1. Força Policial Militar de Minas Gerais, 1835-77¹⁰⁶

<i>Anos</i>	<i>Tropas Regulares (no papel)</i>	<i>Cavalaria</i>	<i>Numero Atual das Tropas</i>
1835	300	30	—
1840	480	40	—
1845	440	—	277
1848	500	100	—
1857	575	—	522
1860	595	—	429
1864	728	—	478
1871	1,000	—	550
1874	1,200	—	—
1877	1,200	—	750

Este aumento dos efetivos da força pública era uma das principais reclamações dos presidentes da Província mineira. Contudo, houve presidentes que entenderam que a questão da segurança pública não dependia apenas do aumento do efetivo, salientando as dificuldades de organização e disciplina dos corpos policiais, a falta de equipamentos e estruturas mínimas para seu funcionamento regular, ou seja, não se tratava apenas de ampliar o número de praças dos corpos policiais da Província era necessário dotá-los de melhores condições para exercer seus deveres e obrigações. O Relatório do Presidente Luiz Antonio Barboza ressaltava todos esses aspectos relativos à força pública em 1852:

Se fossemos comparar a força existente com as necessidade do serviço deveríamos concluir pelo aumento dela, porém eu não o peço, porque além da dificuldade de preenchê-lo, seria preciso aplicar a este ramo do serviço uma soma muito fora de proporção com as nossas rendas, e também espero que completo o Corpo de Guarnição, e, organizada a Companhia de Pedestres do Rio São Francisco ficaram satisfeitas as mais urgentes necessidades¹⁰⁷

Isso mostra que nem todos os presidentes estavam obstinados em ampliar a força pública, mostra ainda que após 1850 a postura dos presidentes em relação às finanças da província se tornava mais criteriosa. Deixa claro também a dificuldade em recrutar praças para a força pública. Neste contexto, um corpo policial numeroso, mas despreparado, desarmado ou mal equipado, com baixos vencimentos, etc, não seria possível esperar uma pronta, energia e eficiente ação desta

¹⁰⁶ BIEBER, Judy. Power, patronage, and political violence: State Building a Brazilian Frontier, 1822-1889. Nebraska: University of Nebraska Press, 1999, p. 117. A autora elaborou a tabela a partir de dados obtidos na Coleção das Leis Mineiras e de informações de João Camilo de Oliveira Torres. História de Minas Gerais. Em sua obra essa tabela é a de nº. 6.

¹⁰⁷ Relatório que à Assembléia Provincial da Província de Minas Gerais apresentou na ordinária sessão de 1852, o Dr. Luiz Antonio Barboza, presidente da mesma província. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1852.

instituição. Judy Bieber traz ainda mais duas tabelas que registram a presença da Guarda Nacional, seu efetivo para a província e para os municípios de São Romão, Januária e Montes Claros que demonstram presença de uma força militar considerável em Minas e na região tanto de forças ativas como de reservistas durante a primeira metade do século XIX.

Tabela 2. Numero dos Membros da Guarda Nacional de Minas Gerais em Serviço, 1836-58¹⁰⁸

Ano	Serviço Ativo	Reservas
1836	15,117	—
1838	32,225	—
1839	40.000	—
1840	47,000	—
1844	51,412	—
1845	58.079	—
1852	31,770	7,527
1853	46,611	10,711
1854	56,119	12,409
1855	59,099	12,664
1857	59,534	12,729
1858	63,340	13,405

Tabela 3. Destacamentos da Guarda Nacional por Municipalidade, 1833, 1857.¹⁰⁹

Ano	São Romão	Januária	Montes Claros
1833	208	—	—
1837	N.A.	248*	1,683
1843	448	403	1,464
1846	493	406	1,463
1848	490	466	1,085
1852	417	572	—
1857	—	907	—

Como viemos demonstrando a organização e administração do poder judiciário nas comarcas do sertão enfrentou sérios limites para a sua efetivação: uma franca indefinição de atribuições e competências dos magistrados, uma disputa política entre esses agentes da justiça, a fragilidade das casas de correção, cadeias e prisões, o despreparo, falta de equipamentos e treinamento dos corpos policiais, e a falta de recursos para aprimorá-los; tudo isso tornava a aplicação da justiça, a vigilância e repressão aos crimes; e a punição extremamente difíceis nas comarcas do sertão do São Francisco. Os quadros estatísticos que apresentamos, a seguir, também revelaram essa precariedade da administração judiciária durante o século XIX.

¹⁰⁸ BIEBER, Judy. op. cit. p. 118. Tabela 7 da autora.

¹⁰⁹ BIEBER, Judy. op. cit. p. 119. A autora se utiliza de uma série de documentos da Seção Provincial do Arquivo Público Mineiro. Tabela 8 da autora.

2.6. Os mapas estatísticos das sessões do Tribunal do Júri: as ilusões da ordem.

Aqui procuramos caracterizar o crime e a criminalidade na Província a partir dos Relatórios dos Presidentes da Província, mais especificamente, das Sessões do Tribunal do Júri.¹¹⁰ Discutir as especificidades dos dados precários apresentados. Em suma, discutir o aparelho judiciário e como ele serviu de instrumento de dominação e controle social, embora nem sempre eficaz e organizado. Alguns dados estatísticos extraídos dos Relatórios reforçam essa constatação. Partimos da premissa de que o Estado nacional valeu-se do poder judiciário para impor determinado tipo de comportamento à população brasileira e mineira, mas a leitura das fontes mostram um poder público frágil.

Neste sentido os quadros estatísticos serviam como suporte para uma mais adequada política de segurança pública. Os dados estatísticos apresentados nos Relatórios dos presidentes de província permitem verificar o *movimento da criminalidade* em diferentes períodos. Eles revelam aspectos muito interessantes sobre o movimento da criminalidade na província, o primeiro deles é que os crimes se dirigiam principalmente contra a vida e a segurança da pessoa, ou seja, os crimes violentos sobressaíam em relação aos crimes contra o patrimônio, os crimes contra moral e os costumes, e mesmo em relação aos crimes políticos. Somando todos os crimes apresentados sob as rubricas de “homicídios” “tentativas deste”, “ferimentos”, “ofensas físicas” ou quaisquer outras que se relacionavam às agressões interpessoais temos um número expressivo. Pareceu-nos relevante, a título ilustrativo, registrar aqui as estatísticas criminais, extraídas dos Relatórios, para o período em estudo, pois eles representam um resumo, bem ou mal, do *movimento da criminalidade* da província de Minas Gerais, da postura dos governantes diante do problema e das principais iniciativas para minimizar a criminalidade da província.

Antes de apresentarmos esses dados são necessárias algumas explicações para que os dados tenham mais que um caráter meramente ilustrativo. Os dados apresentados nos Relatórios referem-se, quase sempre, a semestres e até a anos anteriores à apresentação dos relatórios. Eles não compreendem todos os termos da província, mas somente aqueles que enviaram as informações solicitadas pelos agentes da administração. As informações são mais completas para localidades mais populosas, ou seja, das comarcas das antigas regiões mineradoras, ou onde a justiça funcionava, razoavelmente de modo mais adequado, nas vilas e cidades. A classificação dos delitos não adotava o preconizado nos códigos Criminal e de Processo. Em Relatórios muitos crimes não aparecem registrados, embora possamos supor que tenham ocorrido. Os mapas elaborados pela chefatura de polícia tomavam por base as sessões do Conselho ou Tribunal do Júri realizadas durante os anos mencionados. Nem todos os mapas apresentados estão em boas condições de leitura, fatalmente

¹¹⁰ Confira sobre o Tribunal do Júri. CPC. Art. 128 ao 289 e CLIB de 1841. Lei de 3/12/1841, art. 27 a 31; e 54 a 68

algumas lacunas e imprecisões podem acontecer, em razão disso esses dados são aproximativos e referenciais. Podemos afirmar, com base na leitura dos Relatórios, que os crimes violentos predominavam. Mas, é necessário dizer que as estatísticas apresentadas nos Relatórios não expressavam a criminalidade real, isto é, havia uma sub-representação da prática criminosa nestes quadros, eles expressavam muito mais a inexatidão e desorganização deste importante ramo da ciência criminal imperante na Província e no país. Esta desorganização, aliás, admitida pelos próprios governantes provinciais durante todo o século XIX. Vejamos os dados globais encontrados para o período de 1837-1855.

Tabela 4
Crimes julgados nas Sessões dos Tribunais do Júri da Província de Minas Gerais, 1836-1845 e 1851-1855¹¹¹

Anos	Total
1836/37(a)	815
1839/40(b)	573
1842(c)	-
1843/44(d)	254
1845(e)	-
1851	152
1852	90
1853	288
1854	221
1855	

Fontes: Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais Na Sessão Ordinária do Anno de 1837 pelo Presidente da Província Antonio da Costa Pinto. Ouro Preto: Typografia Universal, 1837. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais Na Sessão Ordinária do Anno de 1840 pelo Presidente da Província Bernardo Jacintho da Veiga. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1840. Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais Na Abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1844, pelo Presidente da Província Francisco José de Sousa Soares D'Andrea. Rio de Janeiro: Typografia, Imprensa e Const. de J. Villeneuve e Cia. 1844, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855

Os quadros estatísticos dos Relatórios que foram possíveis organizar, com todas as suas deficiências, evidenciam as dificuldades que a justiça em nível regional encontrou para punir os crimes e os criminosos. Estes quadros ainda revelam três fatos importantes. Em primeiro lugar, a par dos esforços governamentais, as limitações técnicas. Tais como não há menção das características de réus e vítimas tais como sexo, cor, naturalidade, estado civil, faixa etária, etc., a tipificação dos crimes é ambígua – ferimentos, ofensas físicas, lesões. Em segundo lugar, eles expressam uma sub-representação da realidade criminal da província, e os próprios agentes governamentais com franqueza expõem este fato. Em terceiro lugar, revelam a desorganização do poder judiciário em nível local, posto que os melhores e mais precisos dados se referem sempre à Capital da província. Apesar disto, os presidentes da província enfatizavam a importância de produção de quadros estatísticos cada vez mais precisos como uma estratégia governamental para controlar e reprimir os crimes.

¹¹¹ Os crimes mencionados nos *Relatórios* eram os seguintes: Contra a Constituição do Império e forma do seu Governo, Sedição, Rebelião, Insurreição, Resistência, Tirada, ou fugida de presos do poder da Justiça, e arrombamento de cadeia, Extorsão e abuso de autoridade, desobediência às autoridades, prevaricação, peita, omissão, concussão, incontinência pública, falsidade, perjúrio, peculato, moeda falsa, reduzir à escravidão pessoa livre, crime contra a liberdade individual, homicídio, tentativa do dito, infanticídio, aborto, ferimento e outras ofensas físicas, ameaças, entrada em casa alheia, estupro, rapto, calúnia e injúria, poligamia, adultério, furto, bancarrota, estelionato e outros crimes contra a propriedade, dano, roubo, tentativa do dito, ajuntamentos ilícitos, uso de armas defesas e dito de título indevido. As notas (a), (b), (c), (d) e (e) referem-se respectivamente aos casos em que: os dados de 1836 aparecem no Relatório de 1837; os dados de 1839 aparecem no Relatório de 1840; não consta nenhum dado sistematizado para o ano de 1842; os dados de 1843 aparecem no Relatório de 1844; e não consta nenhum dado sistematizado para o ano de 1845.

No entendimento destes homens, as estatísticas atingiriam duas finalidades básicas. Por um lado, com elas seria possível saber quais os principais tipos de crimes eram praticados na província, permitindo assim uma atuação ora preventiva, ora repressiva. A ação preventiva concentrar-se-ia na construção, reparo ou consertos de sistemas carcerários e prisionais, na qualificação do corpo policial, no equipamento e aperfeiçoamento dos agentes policiais ou melhoria nas técnicas de investigação, isto é, uma engenharia da vigilância. Por outro lado, a ação repressiva tornar-se-ia mais eficaz contra os grupos de criminosos que causavam maiores danos à vida e à propriedade, os perturbadores da ordem pública. Isto é, aprimorar-se-ia as normas e leis, definindo melhor os delitos considerados desagregadores da sociedade – sedições, rebeliões, motins, insubordinações, insurreições, etc.

Para os governantes provinciais e do governo central as estatísticas criminais tinham ainda uma outra espécie de vantagem na economia política do crime. A intenção, se é que se pode colocar desta forma, era qualificar os agentes inferiores e superiores da administração da justiça para melhor e mais adequadamente vigiar, controlar e punir os atos criminosos. Os presidentes iram utilizar os dados estatísticos como uma estratégia governamental para sugerir políticas educacionais, de recrutamento e uma maior introspecção de valores morais e religiosos. Educação, fé e disciplina eram os principais remédios no entendimento dos governantes provinciais para moralizar e civilizar as populações das provinciais, e em Minas Gerais isso não foi diferente. Como se percebe, a economia política das políticas governamentais de controle da criminalidade na sociedade civil mineira segue um “plano” que não podemos considerar a vista dos discursos dos presidentes isentos de intencionalidade e de racionalidade governativa. Para demonstrar isso compilamos os dados, precários e imprecisos, trazidos pelos Relatórios para todo o período de 1865 a 1870, com especificação dos delitos.

Tabela 5
Crimes julgados nas Sessões dos Tribunais do Júri da Província de Minas Gerais, 1865-1870.

Ilícitos penais	1865 Ago 1866 Jun.	1866 Ago. 1867 Jun.	1867 Out. 1868 Abr.	1868 Abr. 1869 Abr.	1869 Abril 1870 Abril
Homicídio	54	47	17	69	-
Tentativas deste crime	12	11	4	9	-
Ferimentos	62	21	10	25	-
Ameaças	2	-	-	1	-
Furtos	-	5	-	1	-
Resistência	-	8	2	9	-
Tirada de Presos do Poder da Justiça	6	1	-	2	-
Estupro	-	1	-	-	-
Roubo	7	1	1	3	-
Infanticídio	-	-	-	1	-
Estelionato	-	1	-	-	-
Armas defesas	-	1	-	-	-
Dano	2	1	3	-	-
Injúria	-	-	2	-	-
Total	145	98	39	120	-

Fonte: Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais dos anos de 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870.

A única informação significativa dos quadros refere-se ao número de crimes contra vida e a segurança da pessoa, isto é, eles eram “elevados” segundo os representantes do poder público. E esta elevada incidência de crimes violentos era um sintoma do estado de civilização precário da população. Além destas limitações gerais pudemos verificar outras mais específicas expressas nos discursos dos presidentes nos itens “*segurança individual*” e “*administração da justiça*”. Estas duas rubricas dos *Relatórios* permitem complementar os dados que compilamos em relação à “criminalidade da província.” e à situação de fragilidade das autoridades judiciais.

Os discursos dos presidentes colocavam, em primeiro plano, as dificuldades em garantir a segurança individual e coletiva na província devido à sua extensão territorial, aos reduzidos recursos econômicos de que dispunham, ao despreparo dos agentes da administração, polícia e judicatura. Mencionavam como obstáculos, os facciosos e partidários, que não se preocupavam com o bem público dentre outros entraves. No *Relatório* do presidente Luiz Antonio Barboza constatamos tudo isso. Especialmente, as críticas ao despreparo dos agentes da justiça e as limitações impostas por membros das elites locais, os “facciosos” ou “partidários”, ao funcionamento da justiça. O presidente Barboza faz assim desabafo sincero do quadro de penúria e descrédito em que se achava o judiciário em toda a província.

A tarefa de prevenir os crimes, descobri-los, procurar os autores, e as provas, acha-se confiada aos Delegados, e Subdelegados, que em geral são tirados d’entre os fazendeiros, negociantes, e Pais de família, cujas ocupações habituais mal se compadecem com a constante vigilância, e atividade necessária ao desempenho daqueles deveres. Servem pois estes empregados com grandes sacrificio, e além de lhes faltarem os indispensáveis meios de ação, tem lutar com os obstáculos que lhes opõem o patronato, o empenho, o receio de vinganças, e muitas vezes o espírito de partido, sempre pronto a apoiar tudo quanto serve para contrariar, e desacreditar a Autoridade, que a poucos passos acha-se reduzida à condição de ré. (...) Cansado de luta fatigante, e inglória, o Cidadão que ocupa aqueles cargos trata de escusar-se ou cai na apatia (...) ¹¹²

Acrescentava o presidente que os crimes violentos continuavam a ser os que mais alarmavam os cidadãos, e a população, e que preocupavam o governo. As autoridades foram ameaçadas e agredidas em diversos pontos da província, havia uma luta silenciosa entre a autoridade central e os poderes locais. Torna-se difícil aceitar a tese de que havia uma demanda pela ordem nos termos propostos pelo professor Ivan de Andrade Vellasco, pois, a todo momento, nos *Relatórios* nos defrontamos com desrespeito, descrédito e impropriedades judiciais sendo praticadas dentro e fora do universo do poder judiciário. E mais demandar por ordem não significava necessariamente obter ordem, e apoio da ordem, em si mesma em constante ameaça. Caso exemplar foi o que ocorreu com o

¹¹² Relatório que a Assembléia Provincial da Província de Minas Gerais apresentou na sessão ordinária de 1853 o Dr. Luiz Antonio Barboza. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1853. p. 4 e ss.

Delegado da cidade de Itabira do Mato Dentro em 1869 que tentando manter a ordem foi ameaçado em sua integridade física e autoridade institucional.¹¹³

Tanto os dados estatísticos como os discursos dos presidentes corroboram que a justiça enfrentou inúmeras dificuldades internas e externas para consolidar o projeto centralizador e de ordem, enfim, o projeto civilizacional engendrado pela elite política brasileira e mineira. Argumento decisivo neste sentido é fornecido pela própria organização da “administração da justiça”. Ela sofria constantes mudanças em sua divisão civil, judiciária e eclesiástica. Criação, supressão e desmembramento de municípios, comarcas e vilas. Extinção de funções e cargos de justiça, ou a dificuldade em provê-los ou simplesmente o provimento com pessoas inabilitadas. Não se pode negar que o primeiro passo para o controle da criminalidade era, e ainda é, um aparato institucional preparado e organizado. Embora, os esforços tenham sido constantes neste sentido, os resultados durante todo o século ficaram muito abaixo do pretendido.

2.7. Os Ministros da Justiça e os Presidentes de Província: sustentáculos do Estado

A constituição de um Estado nacional passava pela definição de competências e atribuições dos membros poder judiciário. Os relatórios dos ministros de justiça da primeira metade do século XIX ajudam a compreender esse processo, e a eles recorreremos num momento ou outro desse capítulo para que possamos compreender como as elites políticas tentaram impor o Estado-nação nas comarcas sertão norte-mineiro, posto que a implementação passava pela consolidação de um ordenamento jurídico-institucional que viabilizasse aos “representantes da nação” legitimidade e legalidade em suas ações fossem elas políticas, econômicas, ou meramente administrativas. Em primeiro lugar, caracteres gerais da evolução do poder judiciário em nível nacional, provincial e municipal, identificando as contradições e conflitos de competência dos funcionários da Justiça. Em segundo lugar, procuraremos demonstrar como a consolidação do Estado brasileiro passava pela estruturação do poder judiciário.

É preciso considerar que dentre os agentes da administração pública que lidavam com o poder judiciário, os ministros tinham uma posição privilegiada para analisar a situação da violência e da criminalidade durante o século XIX. Tanto por sua formação educacional e política, como pelo acesso que tinham às informações sigilosas que envolviam as providências que deveriam ser tomadas em casos de distúrbios sociais, e é evidente pelo efetivo controle que exerciam sobre o aparato de repressão. Desta forma, para penetrar nas entranhas do aparelho judiciário é inevitável considerar as reflexões dos ministros de justiça expressas em seus relatórios anuais.

¹¹³ Relatório que o Ilmo. e Exm. Sr. Dr. José Maria Correia de Sá e Benevides presidente da Província de Minas Gerais apresentou no ato de passar a administração em 14 de maio de 1869 ao Dr. Domingos de Andrade Figueira. Ouro Preto: Tipografia J. F. de Paula Castro, 1869, Apenso A, p.3.

O Ministro da Justiça era o responsável pela administração e gerenciamento do poder judiciário no país. Ele estava encarregado de elaborar as políticas públicas de segurança coletiva e individual. O Ministro da Justiça e os seus subordinados no ministério concentravam o recebimento de boa parte das demandas críticas relacionadas às dificuldades administrativas, policiais e judiciárias. O ministério estava encarregado de coordenar e planejar as ações e políticas públicas para solucionar os impasses vivenciados pela justiça e procurar implementar as procedimentos que tornariam a justiça mais ágil e efetiva. No entanto, o ministério e os seus funcionários enfrentaram problemas que nem sempre puderam ser equacionados de modo rápido e eficiente, pois a aplicação de mecanismos, procedimentos e formalidades jurídicas esbarravam em questões locais e regionais, isto é, em disputas localizadas de poder nas diversas províncias do Império.

A análise dos *Relatórios dos Ministros de Justiça* evidenciou as duas principais áreas de atuação desta instituição, a saber: planejamento, coordenação e organização interna do Ministério; e planejamento de ações, concentração de informações, redistribuição de políticas públicas externas aos outros órgãos correlacionados ao Ministério. Ou seja, as preocupações dos ministros de justiça e seus subordinados se voltavam para dentro e para fora do ministério. Para entender a efetiva implantação, consolidação e a imposição, ou melhor, a tentativa do Estado nacional de se impor efetivamente à sociedade civil é necessário compreender o desempenho do poder judiciário, de que o Ministério da Justiça era, e ainda é, a instituição hierarquicamente superior no país. Assim, ao analisarmos as dificuldades, problemas e obstáculos enfrentados pela pasta da justiça para solucionar os impasses da administração, da gestão policial e judiciária descortinamos as próprias limitações do ordenamento jurídico-político nacional. Desvendamos os próprios princípios de credibilidade, legitimidade e governabilidade do Estado nacional escravista brasileiro.

Cada Ministro de Justiça ao final de sua gestão apresentava um sucinto *Relatório*, no qual os ministros tratavam de diversos assuntos e temas ligados, direta ou indiretamente, à administração e organização do poder judiciário. Interessa-nos os temas relacionados à justiça criminal, à tranquilidade pública, à administração judicial e policial. No entanto, esses temas foram, às vezes, suplantados por urgências do momento, tal como aconteceu durante o período Regencial [1831-1840], em que diversas províncias do Império de norte a sul se encontravam em conflitos internos. As disputas políticas, econômicas e sociais no interior das províncias levaram os ministros, assim como os Presidentes de Província, a debatê-las e sondar-lhes as causas e, n'alguns casos, propor-lhes soluções. Desta forma, os Relatórios que cobrem o período Regencial dedicam uma atenção especial aos conflitos inter e intra-elites que se sucediam nas províncias, sem descuidar de seus problemas internos e externos da própria província.

Todos os dados, fatos, boatos e informações chegavam à cúpula do poder do Império, no plano regional e nacional, para que as medidas fossem tomadas para desembaraçar a administração

e gestão da justiça. O Relatório apresentado pelo ministro Antonio Paulino Limpo de Abreu demonstra os conflitos entre as elites, intra-elites e os embaraços, internos e externos, de gestão da justiça¹¹⁴. Explicita a posição dos agentes da administração superior da justiça a respeito deste estado de coisas e as soluções que foram propostas para dinamizar e agilizar execução da justiça no país. Expõe as concepções de polícia, de sistema prisional, de sistema legislativo, de crime, de criminalidade, enfim, de Estado e de nação. Particularmente, de como fazer para consolidar e efetivar o Estado nacional, progressista, civilizado e ordeiro. Este fato tornava-se mais patente nos momentos de crise da oligarquia nacional, e a Regência foi um desses momentos agudos de crise. Por tais razões neste momento apresentamos uma análise dos discursos dos ministros e dos presidentes desta época.

Despontam nestes relatórios três grandes preocupações: 1. como tornar o aparelho judiciário econômico e eficiente; 2. como treinar e preparar os recursos humanos disponíveis, tornando o engajamento e comprometimento ainda maior com os princípios da ordem; 3. como tornar a justiça confiável, creditada e respeitada pelos seus agentes e pela sociedade civil organizada da época. Talvez, por isso a insistência em apresentar os relatórios sempre enfatizando que apesar de tudo havia tranquilidade, sossego e ordem pública, mesmo nos momentos de intensas crises políticas e sociais. É claro que estas grandes preocupações se somavam a outras menores, mas não menos aflitivas que mereceram a atenção dos ministros.

Acompanhando os relatórios ano a ano pode-se verificar que o próprio ministério teve que, no transcurso do tempo, definir e circunscrever cada vez melhor suas áreas de atuação. Se até a primeira metade do século encontramos entre as atribuições do Ministério gerenciar assuntos eclesiásticos, instrução pública, iluminação, etc; a partir da segunda metade estas esferas não figuraram mais como preocupação dos ministros de justiça. Os relatórios centram-se em três linhas de atuação: a administração da justiça – divisão administrativa das comarcas, termos, vilas, etc –, as formas e os recursos de punição – cadeias, casas de correção, penitenciárias, aparelhamento e aquisição de materiais bélicos – e o recrutamento e preparação da força repressiva – o efetivo de guardas, policiais, praças e seu respectivo treinamento. Observa-se que a organização do judiciário apresentava uma estrutura policial e repressiva. Ao menos era esse o objetivo expresso nas recomendações dos ministros.

Os Relatórios também deixam transparecer a preocupação com a formação dos quadros especializados. Existia uma preocupação em prover todas as comarcas criadas ou por criar com juizes de direito e chefes de polícia, especialmente depois da Lei de 3 de Dezembro de 1841. Embora, os ministros assim como os presidentes e vice-presidentes de província de Minas Gerais informassem as limitações do “sistema judiciário” brasileiro e mineiro, eles sempre deixavam transparecer que este

¹¹⁴ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836; pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Topografia Nacional, 1836.

estado coisas era passageiro e transitório e que o “tempo e a civilização” trariam as mudanças necessárias e urgentes para sua melhora. Este fato pode ser verificado nos Relatórios que se situam entre 1837 e 1860.

O ministro, Clemente Ferreira França começa o seu relatório expondo os inconvenientes do cargo. Alega que existiam elementos facciosos que visavam impedir o andamento regular da administração da justiça, dos negócios do Estado e a própria regularidade da vida civil. O poder judiciário tinha que estar atento às rivalidades existentes entre os grupos dominantes. Os membros da elite econômica e política não haviam chegado a um consenso sobre como organizar o Estado independente. Entre a proclamação da independência e a ascensão ao trono de D. Pedro II muitos embates iriam acontecer no seio da elite brasileira, especialmente em nível regional e local, no tocante às atribuições e competências do Estado e seus órgãos. Clemente Ferreira França, assim como outros ministros do período, queixava-se dessa ausência de consenso acerca de qual caminho seguir, porém, deixava explícita a sua posição em seu relatório: aqueles que se contrapunham ao poder de D. Pedro I contra-arrestavam a própria ordem. A coroa era a ordem. Todos os elementos ricos ou pobres, livres ou cativos, naturais ou reinóis que a ela se opusessem contrariavam a ordem e deveriam ser punidos. E como é da natureza humana contrariar, dizia o ministro que

o Gênio porém malfazejo antolhando logo de principio a glória, de que Vossa Majestade Imperial se Cobria, Promovendo todos os ramos da Administração, e consolidando a Felicidade dos Brasileiros, soprou malignos desígnios em corações avaros de mando, e insensíveis à gratidão, e filantropia, com que mascaravam seus intentos. Nesta época fatal, Senhor, viu o Brasil, que estes homens enfurecidos, e vingativos, pregando aparentemente a ordem, a liberdade, o bem geral, concebiam e tentavam realizar projetos infames, só capazes de excitar a desordem, e rivalidade, de fazer correr o sangue, de cobrir o Brasil de luto, de o infamar, de o tornar odioso à Europa civilizada, e ao Mundo inteiro; e de sujeitá-lo enfim às pesadas cadeias, com que pretendiam ligá-lo a prestar a mais cega, e fatalissima obediência aos ambiciosos autores dos seus mais desastrosos infortúnios.¹¹⁵

O ministro chamava a atenção para outra idéia preciosa aos dirigentes do Estado nascente: a civilidade, o estado de civilização representado pelos países europeus. Seria necessário convencê-los de que o país ambicionava ser civilizado. E estava empregando todos os meios e recursos disponíveis para atingir essa meta. Reprimir as facções da elite política e econômica contrária aos desígnios da coroa era um evidente sinal desse esforço. A narrativa assemelha-se muito a uma peça de teatro, em que se encena a luta entre o bem e o mal. As frases elevadas, cheia de grandiloquência. É a luta entre a ordem e a desordem, entre a civilização e a barbárie. Nesta luta, pensava o ministro, Deus estava do lado da ordem, pois nesses momentos de tensão todos os ministros mencionavam a “Divina Providência”.

¹¹⁵ Ministro Clemente Ferreira França conta, que a sua Majestade o Imperador dá o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, do tempo da sua Administração. Publicado em 1826. p. 3. Este Relatório é de 1825, mas contém dados dos anos de 1823 e 1824.

O ministro associou à “Divina Providência” o soberano. Legitimava, assim, o princípio absolutista da divindade dos reis. Elevava-o à qualidade de herói, de ser excepcional que supera suas limitações humanas, que se diviniza para manter tudo de acordo com a “ordem natural das coisas”. Fica evidente a concepção de sociedade, de Estado, de mundo, e especialmente, a concepção de História corrente no século XIX. A história constitui-se na grande marcha, no processo de evolução contínuo e interrupto do espírito e dos povos, da humanidade e nesse processo os papéis e hierarquias já estão definidos, cabe a uns dirigir – reis, imperadores, generais, etc – e a outros serem dirigidos – os “cidadãos”. Pois, assim foi, é e sempre será. Uma concepção estática da história.

É claro que essa concepção de história leva-nos a compreender um pouco melhor a idéia de sociedade civil e de Estado-nação dos dirigentes políticos do século XIX no Brasil. Leva-nos a entender também a concepção que esses homens tinham de povo e de cidadão, de ordem e de desordem, de civilização e de barbárie. Em suma, leva-nos a compreender o projeto político delineado por eles para a implantação do Estado-nação após a Independência. No palco da história humana aqueles que se julgam destinados, ou melhor, pré-destinados a dirigir, governar, dominar e explorar buscam intensamente o poder.

É preciso, então, ponderar que os homens públicos, invariavelmente, defenderam os interesses do Estado, desde que o Estado se compusesse, a partir de um amplo processo de luta, do maior número possível de agentes, grupos, classes e sujeitos históricos. Quando ao contrário, o Estado formava-se a partir de um grupo ou classe restrita, invariavelmente, o grupo ou classe sentia-se dono do poder do Estado e consideravam apenas válidas e úteis à sociedade e ao Estado as suas idéias, projetos e lutas. Em outras palavras, a formação do Estado nacional brasileiro, devido às suas peculiaridades, não conseguiu atingir aqueles níveis e critérios considerados pelos cientistas políticos como fundamentais: racionalidade, impessoalidade, moralidade, etc., havia uma indefinição de fronteiras entre a vida pública e a vida privada, entre os bens do Estado e os bens do cidadão.

A idéia de teatralizar a história e a vida decorre desse processo de apossamento do Estado pelas classes dominantes brasileiras ora liberais, ora conservadoras. Havia sempre um inimigo a ser enfrentado como numa grande epopéia ou tragédia. Justamente para que a Humanidade prevalecesse sobre o “outro”. O outro é o selvagem, o bárbaro, o perigoso, o incivilizado, aquele que na encenação da tragédia humana deve ser derrotado, subjugado, punido, regenerado ou civilizado. O outro é o que deve ser vencido, e o “eu” é quem deve contar sua história, reservando-lhe um papel secundário, de coadjuvante como que para ressaltar as qualidades do “eu” vencedor. A “divina providência” também estava ao lado do vencedor, ela é o seu braço armado transcendente na luta contra o “outro”. Ou como dizia o Ministro

Graças porém à Divina Providência, e se ela Proporcionou ao Brasil *scenas* de tanto susto, e horror, também lhe concedeu na Energia de Vossa Majestade Imperial o mais poderoso

meio de ser salvo de males tão ameaçadores; viram Senhor, os Brasileiros que Vossa Majestade Imperial, sobre-excedendo os Heróis que o mundo respeita¹¹⁶

Alguns ministros e, especialmente, os presidentes da Província de Minas Gerais insistiam na educação moral e cívica da população como uma forma de docilizar os costumes e hábitos. Neste sentido torna-se compreensível a inserção nos relatórios de temas como “instrução pública”¹¹⁷ e “assuntos eclesiásticos”. Mas, a tônica geral será no fortalecimento das estruturas organizacionais e administrativas centralizadas e repressivas. Contudo, isso não quer dizer que tudo tenha ocorrido como os agentes da administração desejaram ou planejaram. Tanto é que, como se verá adiante, os índices de punição e eficácia direta representados pelo indiciamento, processamento e encarceramento, particularmente, no sertão do médio São Francisco, são muito inferiores àqueles que preconizavam ministros de justiça e presidentes de província, e mesmo em relação ao que alguns autores localizaram para outras localidades de Minas Gerais.

O funcionamento regular da burocracia exigia que houvesse limites os mais precisos possíveis entre as diversas repartições, departamentos, órgãos e instituições do governo, isto é, exigia a delimitação das competências, a mensuração das habilidades e o melhor aproveitamento das aptidões dos funcionários da administração pública, e é neste sentido que a organização e a estruturação do ordenamento jurídico-institucional do país tornava-se imprescindível, pois ele definiria papéis, atribuições e competências de todos os membros da administração pública envolvidos na implantação do Estado no país. Contudo, entre o real e o ideal, entre os sonhos e os desejos proclamados e implícitos desses homens públicos havia uma barreira a transpor, uma sociedade civil a constituir. Esta será a tarefa dos homens públicos durante o século XIX: organizar, disciplinar, regulamentar e impor um tipo de Estado-nação.

A organização judiciária no Brasil, no século XIX, apresentava-se ambígua e, às vezes, confusa gerando uma série de dúvidas nos agentes da justiça e conflitos de competência entre as instâncias administrativas do poder judiciário. Neste capítulo procuramos prestar uma contribuição inicial para a compreensão do ordenamento jurídico brasileiro oitocentista, apesar das limitações, mas esperando pelo menos estabelecer algumas distinções, semelhanças e traçar um quadro geral do ordenamento jurídico do século XIX recorreremos à inúmeras fontes emanadas por esse poder do Estado para essa tarefa. Os juristas, e não foram poucos, chamaram a atenção para as incongruências e

¹¹⁶ Ministro Clemente Ferreira França conta, que a sua Majestade o Imperador dá o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, do tempo da sua Administração. Publicado em 1826. pp. 3-4 e ss. Este Relatório é de 1825, mas contém dados dos anos de 1823 e 1824.

¹¹⁷ A instrução pública na província de Minas Gerais foi um tema encarado com muito vigor pelos presidentes. Tanto é que a educação na Província cresceu significativamente durante o século XIX, muitas vezes encontramos relatórios circunstanciados da educação anexos aos relatórios dos presidentes. Nota-se certo grau de especialização dos responsáveis pela educação em Minas. Quanto a esse tema ver: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, Cultura e Escolarização em Minas Gerais no século XIX. In VIDAL, Diana Gonçalves, SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (Orgs.). A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República. BH: Autêntica, 1999.

ambigüidades do poder judiciário na época. Os trabalhos do Visconde de São Vicente, do Visconde do Uruguai, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Agostinho Perdigão Malheiros, dentre tantos outros destacaram a necessidade de reformas no sistema legal pátrio. Eles buscaram concretizar as reformas preconizadas.

O direito, a justiça e o ordenamento jurídico durante o século XIX passaram por muitas delas – o Ato Adicional, em 1834; o Conselho de Estado de 1841, as reformas Eleitorais 1853 e 1855, a reforma do Código do Processo – esses são apenas alguns dos exemplos mais notáveis. A *Coleção de Leis do Império do Brasil* está repleta de atos legais essencialmente reformistas. Os homens do século XIX descobriram a duras provas que as Leis devem corresponder à realidade. Guiados essencialmente pela experiência nos primeiros momentos de organização do Estado nacional, confessadamente, cometeram erros de análise e interpretação da realidade econômica e política do país. Esses erros resultaram numa das fases mais turbulentas da história política do país: as Regências (1831-1840).

O ministro Antonio Paulino Limpo de Abreu mencionava que após o Ato Adicional¹¹⁸, primeira Reforma Constitucional do Brasil, os negócios da secretaria de Estado da Justiça haviam perdido quatro funcionários, sem prejuízo da administração, por esta razão o ministro propunha uma reforma na administração da secretaria. Esta reforma visava essencialmente promover uma redistribuição das atribuições dos funcionários, fixar as competências dos que já trabalhavam na secretaria, e contratar outros com uma preparação e habilitação mais adequada à secretaria, premiar os agentes internos da repartição “diligentes”. A reforma visava tornar mais racional a utilização dos recursos materiais e humanos. Dizia o Ministro:

É certo que esta reforma pode depender na opinião de alguém de uma Lei orgânica do Ministério, a qual marque os objetos, que devem ficar pertencendo aos diferentes ministérios, para que depois de feito isto, cada uma das Secretarias possa, conforme os ramos de Administração a seu cargo, dividir-se em diversas classes, sendo cada uma destas classes presidida por um Oficial com os Amanuenses necessários para coadjuvá-lo nas cópias, registros, e outros trabalhos, que devem conservar-se no Arquivo.¹¹⁹

Como se vê na citação acima, a primeira fase da reforma visava racionalizar procedimentos de recebimento, despacho e arquivamento de documentos oficiais. Tratava-se de dinamizar o funcionamento interno da repartição promovendo agilidade na captação, tratamento e disponibilização dos documentos públicos, secretos e sigilosos da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. A racionalização da administração pública, no século XIX, assumia um relevo muito

¹¹⁸ CLIB de 1834. op. cit. Ato Adicional. Com a reforma constitucional algumas funções e atribuições administrativas do legislativo, do executivo e do judiciário foram parcialmente transferidas para as Assembléias Legislativas das Províncias, e para o Presidente da Província.

¹¹⁹ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836; pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Topografia Nacional, 1836. p. 4.

grande, pois se constituía em elemento estratégico de planejamento das políticas públicas de gestão e administração da justiça. Inclusive, para facilitar a elaboração de medidas punitivas, repressivas, legislativas ou meramente informativas, quando da confecção dos próprios relatórios dos ministros. Atendia, no entendimento do ministro a fins práticos e teóricos da administração pública. O ministro salientava que a reforma deveria preocupar-se em preparar os funcionários cultural e educacionalmente para os funções e cargos que fossem exercer na repartição:

Além disto, a experiência tem-me convencido de que cumpre que a Lei defina as habilitações, que devem requerer-se nos Oficiais da Secretaria, a fim de que sejam, quanto possa desejar-se, idôneos para preencherem os deveres, que lhes são inerentes, deveres em verdade muito importantes, e que no estado em que aí se acha montada a Repartição, recaem, quase sempre, ou sobre o Oficial Maior, ou sobre o Ministro, e lhe absorvem a maior parte do tempo, que deveria empregar em assuntos de maior transcendência. Sem pretender contestar o merecimento, e a capacidade de muitos dos Oficiais que atualmente existem na Secretaria, (...) direi apenas que o conhecimento da legislação pátria me parece uma condição essencial para exercer o lugar de Oficial da Secretaria de Negócios de Justiça.¹²⁰

Ressaltava o ministro que os estímulos pecuniários que eram fornecidos aos funcionários da repartição deveriam sofrer uma alteração para promover uma melhor e mais justa premiação aos aplicados e diligentes. Assim, haveria uma competição entre os funcionários da administração e uma aplicação mais adequada na execução de suas obrigações e deveres. Visava separar os responsáveis dos irresponsáveis. Visava promover uma racionalização da administração e um aproveitamento eficaz dos recursos humanos e materiais da Secretaria de Estado, obviamente isso implicava maior credibilidade, legitimidade e efetividade na aplicação da justiça.¹²¹ A maioria dos ministros de justiça tentaram implementar reformas administrativas na repartição dos negócios da justiça durante todo século XIX.

O Ministro Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja no ano de 1837 retoma as preocupações com a administração interna do ministério da justiça. Gustavo Pantoja informava que o estado da secretaria não havia sofrido quase nenhuma alteração desde o ano anterior, além da admissão de dois funcionários para coadjuvar na expedição das ordens da secretaria. No entanto, o ministro insistia na necessidade de reformar alguns aspectos do funcionamento da secretaria dizendo “é indispensável reformar este ramo do Serviço Público, não só para que ele marche coerente com as novas Instituições

¹²⁰ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836; pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Topografia Nacional, 1836. p. 4

¹²¹ Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1836; pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Topografia Nacional, 1836. pp. 4-5

criadas, mas para que o trabalho se faça com mais método e regularidade”¹²²; constata-se que os gestores da administração superior objetivavam racionalizar a administração da justiça. O ministro retomava algumas das proposições de reforma feitas por Antonio P. Limpo de Abreu. Ou seja, era necessário qualificar os funcionários, ou contratar aqueles já tivessem qualificação; estimular a competição entre eles, por meio de prêmios, gratificações e abonos, além de seus salários e, principalmente, para o ministro Pantoja:

muito preciso se faz desde já a criação de um Arquivista, que fosse só, e privativamente encarregado do bom arranjo, e classificação dos papéis, livros, e mais objetos da Repartição, o que não só cooperaria para sua boa guarda e conservação, mas simplificaria, e facilitaria muito o serviço, evitando que o Oficial Maior nas repetidas informações, que tem a dar, se veja embaraçado pela confusão de documentos, como hoje acontece (...) ¹²³

Entre os esforços dos agentes governamentais para racionalizar a justiça vale mencionar as gratificações, abonos, vencimentos, prêmios, aumentos e outros que visavam estimular a permanência principalmente nos lugares mais distantes da província como o norte de Minas Gerais, mas mesmo isso não garantia a fixidez dos agentes da justiça, muito menos uma atuação condigna com a função. O presidente da Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos salientava que sem profissionais formados e habilitados não seria possível uma justiça reta e equânime, e que mesmo diante dos magistrados e serventuários habilitados os erros, omissões e inoperâncias não seriam de todo evitáveis:

Melhorando os ordenados dos Juizes Municipais quanto permitem os créditos abertos pelo Poder Legislativo, procura o Governo Imperial convidar a ocupá-los bacharéis formados que tenham as necessárias habilitações, e quando isto se conseguir é de crer que melhore a Administração da Justiça. Entregue a homens (...) que não possuem os necessários conhecimentos da jurisprudência, nem fazem da Magistratura a sua carreira, a Administração da Justiça Criminal, e Civil ressenete-se desta falta, e ainda que os homens profissionais não sejam exemplos de erros, e abusos achão-se mais imediatamente sujeitos, quando mal se conduzam, não só à sanção penal, como à ação administrativa, e à censura da opinião, a que de ordinário escapam os primeiros. ¹²⁴

Analiseemos a administração da justiça na província via exposição dos *Relatórios*. O presidente, Diogo Pereira de Vasconcellos, criticava as ambigüidades da lei. Ao tratar do excesso de divisão administrativa civil, isto é, ao referir-se à criação de foros em todos os termos e distritos que existiam na província. Lamentava que isso impossibilitava uma administração regular e favorecia os mandonismos, os “patronatos”. Posto que, “a extrema divisão dos Termos, conquista do espírito de

¹²² Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sessão Ordinária de 1837; pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1837.

¹²³ Idem, Ibidem, p. 4.

¹²⁴ Relatório que ao Ilmo. e Exmo. Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos muito digno Presidente desta Província apresentou no ato de passar-lhe a administração o 1º. Vice-Presidente Dr. José Lopes da Silva Viana. Ouro Preto: Tipografia de Soares, 1853. p. 6.

localidade, a pretexto de levar a Justiça à casa do Cidadão empiorou o pessoal empregado na sua Administração, multiplicando-o, e abriu a porta a muitos abusos, diminuindo-lhes os interesses lícitos.”¹²⁵ Faz algumas considerações sobre o papel desempenhado pelo júri e suas atribuições que foram restringidas após a Lei de 3 de Dezembro de 1841 que reformou o Código do Processo Criminal. Em resumo, o presidente procurava mostrar que as instituições e os institutos jurídicos precisavam de melhorias fossem elas relativas ao pessoal da administração, fosse em relação à adequação das normas e leis, fossem ainda em relação à divisão civil, administrativa e judiciária.

Considerações de natureza semelhante vêm expressas no *Relatório* de Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, datado de 1853. O presidente, porém se atem a narrar alguns graves fatos extraordinários ocorridos em municípios próximos da capital como o assassinato, porque não dizer, o linchamento de quatro ciganos por cerca de 20 pessoas, o infanticídio cometido por um pai e outros fatos extraordinários, todos crimes violentos. Em relação à administração da justiça salienta que as comarcas estão providas de juizes de direito, e chefes de policia, mas algumas estão sem os devidos magistrados “apesar das mais eficazes diligências não tem sido possível encontrar-se Bacharéis com a precisa idoneidade para colocá-los à frente dos Termos mais remotos da Província ou menos rendosos”, leia-se os sertões do norte e noroeste de Minas Gerais.¹²⁶ Alternaram-se na presidência no ano de 1854, entre 25 de março e 6 de novembro, José Lopes Viana e Francisco Diogo P. de Vasconcelos, estes trazem poucas informações sobre a segurança pública na província, mas de qualquer modo reiteram as reclamações e críticas ao sistema judiciário como um todo.

Os dados apresentados pelos *Relatórios* de 1850 em diante revelam duas particularidades importantes quanto a discussão sobre a justiça. A primeira, diminuição das reclamações e o aumento das críticas propositivas, isto é, os dados e informações condensados nos relatórios passavam a servir como suporte para o planejamento das ações do governo. A segunda, as informações e dados começavam a ser avaliados no seu conjunto em relação a outras variáveis, isto é, não era mais possível entender o crime e a criminalidade isoladamente, mas correlacioná-lo ao grau escolaridade, as ocupações exercidas pelos agentes do crime, ao total de habitantes, aos estratos sociais que praticavam os delitos, etc., para saber exatamente o valor das informações colhidas e como utilizá-las adequadamente para combater o crime. Um exemplo desse tratamento da informação encontra-se no Relatório do Presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos que ao analisar os dados estatísticos apresentados pelo chefe de policia tece as seguintes considerações:

¹²⁵ Relatório de Francisco Diogo Pereira de. op. cit. p. 6. Acrescenta o presidente que “Para minorar este mal, a Lei de 3 de Dezembro de 1841 autorizou a reunião dos Termos; porém o Decreto n°. 276 de 24 de Março de 1843, mandando conservar o foro em todos os Termos em que se apurassem 30 Jurados, destruiu a melhor parte dos benefícios da reunião, pois que ou em nem um Termo deixa de haver 30 Jurados, ou se os não há, o interesse forense é bastante forte para criá-los.”

¹²⁶ Relatório que ao Ilmo. e Exmo. Dr. Francisco Diogo Pereira de Vaconcellos muito digno Presidente desta Província apresentou no ato de passar-lhe a administração o 1°. Vice-Presidente Dr. José Lopes da Silva Viana. Ouro Preto: Tipografia de Soares, 1853.

Avultam nos mapas criminais, como fica exposto, os atentados contra a segurança individual, o crime de uso de armas, e alguns contra a propriedade, e como se vê também a maior parte dos réus é estranha ao conhecimento dos primeiros rudimentos da língua nacional. Tomados isoladamente os algarismos de tais crimes, e dados por exatos esses primeiros ensaios em que apenas entramos, com razão temeria qualquer pela segurança de sua vida e pessoa; mas a contemplação de multiplicadas circunstâncias, e entre as principais a do número dos habitantes da província, falta de dados de rigorosa exatidão que se lamenta, e a meditação sobre a estatística criminal de povos que se avantajam ao nosso, quer em civilização, em polícia, em meios de ação mais compreensivos, essa contemplação, digo, descarrega felizmente o quadro das cores mais negras, e mais sombrias que a primeira vista ele ostenta.¹²⁷

E arremata dizendo

Admitida a exatidão de mapas estatísticos menos favoráveis, conta a província 1042.000, e sendo os crimes 447 (incluídos os de todas classes, e mesmo os de anos anteriores ao de 1854 e só nele julgados) será a proporção de 0,037 por 100 habitantes, resultado muito mais favorável à moralidade pública da província do que aquele que apresentam as estatísticas criminais de países mais cultos que o nosso.¹²⁸

Já nos referimos à exatidão dos quadros estatísticos do século XIX, mas nunca é demais salientar que intervêm na sua composição uma sub-representação proveniente de duas fontes: a incúria dos agentes e o fato de que nem todos os crimes que foram praticados chegaram ao conhecimento da justiça. Há uma outra ponderação que deve ser feita. Os crimes cometidos em anos anteriores respeitam a um quadro populacional diferente daquele do ano de 1855, portanto a soma deles não poderia ser considerada para o computo e cálculo que se pretendia fazer, sob pena de trair a realidade estatística que os dados daquele ano expressavam. Apesar disso, o que importa é que os dados estatísticos passaram a ser analisados e utilizados como instrumentos de planejamento contra a criminalidade.

Aqui enfatizamos os aspectos internos, a realidade social do país e a estrutura interna do próprio ordenamento. O conjunto de leis e normas elaboradas pelos homens do século XIX, causa e efeito deste estado de intranquilidade e turbulência. À medida que as fronteiras não estavam bem fixadas, as competências eram móveis e a eficácia de punição era restrita e seletiva tudo isso gerava mais ambigüidade e confusão na aplicação da justiça. A tese do professor Ivan Vellasco é muito sedutora, mas a realidade dos sertões de Minas Gerais a contraria¹²⁹.

¹²⁷ Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na 2ª. Sessão Ordinária da 10ª. Legislatura de 1855, o Presidente da Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Tipografia do Bom Senso, 1855. p. 2

¹²⁸ Relatório. Vasconcellos, Francisco Diogo Pereira de. op. cit. p. 2.

¹²⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século 19. Bauru/SP: EDUSC/ANPOCS, 2004. A hipótese levantada pelo autor “é a de que o judiciário ter-se-ia constituído um locus privilegiado do processo de negociação da ordem”. pp. 24-27. Não concordamos com essa hipótese para o caso do norte de Minas Gerais, este estudo caminha em direção contrária.

Em fins do ano de 1880, a justiça ainda encontrava dificuldades para controlar os seus próprios funcionários, como já havíamos salientado o despreparo ou o recrutamento desses funcionários entre os grupos sociais menos privilegiados da sociedade, entre os quais, ao que tudo indica a idéia abstrata do contrato social não estava plenamente arraigada, ou o processo civilizatório ainda não se fizera completamente concluído permitindo uma adesão unívoca aos princípios liberais da imparcialidade, de probidade e de acatamento do respeito à *res publica*, é perceptível a dificuldade da justiça se impor na região setentrional da província. O vice-presidente da província Joaquim José de Sant'Anna relatava enfaticamente esse desregramento dos funcionários da justiça e de moradores da região que provocavam distúrbios e agitações na cidade de Januária, na comarca do São Francisco. Dizia o vice-presidente:

No tocante à tranqüilidade pública, tenho o pesar de comunicar a V. Exc. que a cidade de Januária acaba de ser assaltada por uma horda de bandidos, capitaneados por Manoel Tavares de Sá, Inocêncio Brasileiro Piemonte, Capitão Francisco Rocho de Magalhães e Amâncio Paes Landim, os quais, encontrando deserta a dita cidade, entregaram-se a toda sorte de atentados, derrubando casas e fazendo saques! (...) E como de participações oficiais consta que estes acontecimentos são devidos em grande parte ao Capitão do Corpo Policial, Camilo Candido de Lelis, pois que tendo à sua disposição uma força de cerca de 80 praças, além do auxilio do povo, que estava pronto para resistir, abandonou o seu posto, vindo para capital, e espalhando o terror na sua passagem pela cidade da Januária de volta de uma diligencia, à que tinha ido, a ponto de se verem os respectivos habitantes e todas as autoridades na dura contingência de sair dali precipitadamente para livrarem-se da sanha dos malfeitores(...) ¹³⁰

Estes acontecimentos não eram episódios isolados. Pontuam-se durante toda a segunda metade do século XIX, na região, fatos da mesma espécie. Mas o que é preciso reter deste episódio são suas conseqüências para a compreensão da justiça. Em primeiro lugar, o agente da força pública provocando desordens, agitações e “*espalhando o terror*”; em segundo lugar, a fragilidade do aparelho judiciário em manter a segurança pública, pois se viram “*os respectivos habitantes e todas as autoridades na dura contingência de sair dali precipitadamente*”, e principalmente, a associação entre os elementos da força pública, pela omissão ou pelo abuso de autoridade, e homens considerados “*hordas de bandidos*”.

Estas foram as conseqüências visíveis para a justiça, aquelas que estavam explicitas. Mas havia as conseqüências implícitas, a saber: para a população isso era um indicio de fragilidade da justiça, de indistinção entre a lei e o crime, e, sobretudo, de despreparo do aparelho frente situações de conflito generalizado. Analisemos separadamente todas essas conseqüências e implicações para a consolidação do Estado nacional no sertão do médio São Francisco e procuremos tornar mais claras as

¹³⁰ Falla que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais, dirigiu, em 25 de setembro de 1880, o Exmo. Sr. Cônego Joaquim José de Sant'Anna, 2º. Vice-Presidente da mesma Província, por ocasião da abertura da 1ª. sessão ordinária da 23ª. Legislatura. Ouro Preto: Typographia da Actualidade, 1880. sem paginação.

hipóteses que queremos confirmar e outras que desejamos avançar sobre a constituição do Estado nacional no Brasil Império. A fragilidade da justiça na região, como de resto em todos os pontos afastados do centro de poder, evidencia-se por aqueles fatos já mencionados e mesmo pela atitude sempre conciliatória dos poderes públicos em relação aos acusados de crimes desta natureza. Dois eram os procedimentos adotados: o arquivamento dos processos e reintegração nas corporações policiais e militares, quando não anistia e perdão de desertores. Todos esses procedimentos levavam a certa descrença no poder judiciário e à sedimentação de um sentimento ou percepção de impunidade, especificamente, quando se tratava de agentes da justiça.¹³¹ Novamente encontramos distúrbios provocados nos sertões das comarcas de Paracatú e Jequitinhonha no ano de 1862. O presidente da província o Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo dizia que, apesar da “tranquilidade” geral da província, havia alguns acontecimentos desestabilizadores que foram dignos da atenção repressora da presidência “*o desagradável incidente que se deu em Morrinhos, Termo de Paracatú entre a família Meira e os chamados Serranos.*”, mas alertava que as providências necessárias ao restabelecimento do “sossego público” foram ministradas com “prontidão”. O presidente mencionava ainda alguns incidentes ocorridos na região do Serro e de Minas Novas, e Jequitinhonha:

Além dos fatos criminosos que se deram em Morrinhos, não deixarei de nomear outros, que não são de menor importância. A 18 de janeiro no distrito Senhora Mãe dos Homens, município do Serro, três italianos Atílio, Pombilio e Miguel invadiram a fazenda do Capitão Venâncio Lucas Chaves, que se achava ausente, e assassinaram um escravo da casa e roubaram a quantia de 14:000\$000 em dinheiro. (...) A 27 de fevereiro na Vila do Rio Pardo o Dr. Pedro Martins Pereira com dois irmãos, e outros indivíduos em número de 12, apresentaram-se diante da casa do negociante e presidente da Câmara, Joaquim Moreira de Sousa, com intenção de assassiná-lo, segundo as partes oficiais, por atribuir-lhe um tiro disparado diante de sua casa no dia 20 do mesmo mês. Dos tiros dados parte a parte resultou ficar ferido o juiz de direito interino, Dr. Wenceslau Antonio Pires Gequitinhonha, que havia acudido ao motim, e um seu escravo. (...) Entre os assassinatos são notáveis os seguintes: (...) Do Promotor Público Interino da comarca de Minas Novas, José Alves de Araújo Mendonça. Até agora tem sido baldadas todas as diligências empregadas para descobrir-se o autor deste atentado. (...) No dia 19 de janeiro constou-me, que os índios do Mucuri, emboscados nas imediações de Cana Braba, onde moram alguns colonos protegidos por um destacamento, mataram à flechadas um escravo de Joaquim José Fernandes, e alguns animais. Este fato renovou a lembrança, ainda recente, dos sinistros acontecimentos de Jacupemba, e produziu um tal terror entre os colonos, que 20 famílias retiraram-se abandonando suas plantações. (...) A antipatia, ou antes, o horror que inspira a farda nesta Província, e o pequeno soldo que a lei consigna, explicam as dificuldades dos engajamentos voluntários. O apelo que fiz aos Chefes da Guarda Nacional para ajudarem-me no empenho, cujo resultado vem todo refletir na segurança individual, que cada cidadão exige do Governo, não me valeu senão boas promessas, que não foram cumpridas.¹³²

¹³¹ VAS, Braz Batista. Guerra Do Paraguai: Uma Reflexão Sobre A Estrutura Logística Do Exército Brasileiro De 1864 A 1870. Unesp – FHDSS, Franca, 2000. Dissertação de Mestrado

¹³² Exposição que ao Exmo. e Ilmo. Coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta, 3º. Vice-Presidente apresentou no acto de passar-lhe a administração da Província de Minas Gerais, o Presidente Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Ouro Preto: Typografia Provincial, 1862. pp. 1-3.

2.8. A segurança pública: questão social e razão de Estado?

Os noticiários da imprensa enfatizavam com frases bombásticas os crimes, destacavam a ousadia dos criminosos e recriminavam a falta de providências das autoridades para a solução da insegurança pública durante o século XIX. Basta um passeio rápido pelas páginas dos jornais, folhetins e gazetas da época para constatar este fato. Por um lado, devemos enquadrar essa preocupação dos meios de comunicação em noticiar os acontecimentos criminais em um momento em que havia todo um discurso e literatura que explorava o submundo do crime; por outro, a imprensa assumia o papel de “quarto poder” defensora do contrato social e da moralidade, da civilização e do progresso social, e neste cenário o crime era visto como elemento degenerador das relações sociais. Sobretudo, a imprensa toma para si o papel de fiscalizadora da ação do Estado, exigindo providências para os problemas sociais que o Brasil enfrentava, neste contexto a segurança pública era uma questão social.

Para discutirmos a ação do poder judiciário e dos agentes da justiça no norte de Minas Gerais, durante século XIX, há, pelo menos, dois caminhos já abertos e trilhados pela historiografia. Um que entende a ação do poder judiciário e seus agentes como uma tentativa do Estado-nação em impor-se à população, fortalecendo e consolidando cada vez mais o contrato social instável e precário existente. E, um outro que entende que a ação do judiciário sempre fora ineficaz e que este e seus agentes estiveram durante do todo o período sob o domínio e controle das elites políticas e econômicas do Império. Segundo o meu entendimento, o pesquisador Ivan Vellasco buscou negar este dois caminhos como frutíferos para a compreensão do processo de consolidação do Estado nacional no Brasil, em uma porção de seu território, na região mineradora de Minas Gerais. Utilizaremos este trabalho como contraponto de muitas reflexões sobre a justiça em Minas durante o século XIX, no último capítulo. A justiça e a criminalidade eram vistas como um problema social que o Estado teria que resolver. Este esforço pode ser sentido durante todo o século.

A garantia do monopólio legítimo da força, do monopólio da lei não foi o suficiente para a implementação de uma política pública de segurança, vimos que a estrutura de organização e administração do poder judiciário enfrentou inúmeras dificuldades para se tornar efetivo e para controlar os próprios agentes da administração, pelas várias razões já apontadas, o Estado, embora tenha no transcurso do período aprimorado suas ações e a legislação, se viu embaraçado nas suas próprias rotinas administrativas que expressavam uma burocracia mais formal do que substancial, isto é, uma burocracia que não teve condições de implementar uma política de segurança nem tampouco nas regiões mais prósperas da província.

Capítulo 3 – Montes Claros de Formigas e região: o cenário.

3.1. A geografia do Sertão: o homem e a terra.

A colonização e o povoamento do território de Minas Gerais foi objeto de análise de inúmeros cientistas sociais, especialmente a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. A maioria deles constatou que houve dois fatores determinantes, certamente não os únicos, que concorreram para o desbravamento e ocupação do território mineiro: o aprisionamento e a escravização de nativos americanos e a desenfreada procura por pedras preciosas durante os séculos XVII e XVIII.¹³³ Estes fatores levam-nos a compreender o elevado número de expedições realizadas nos primeiros séculos da colonização no Brasil, e especialmente na capitania de Minas Gerais onde abundavam pedras preciosas e nativos americanos. As Bandeiras, Entradas, “entrantes”¹³⁴, desbravadores e sertanistas fluíam e refluíam entre as montanhas, vagavam pelas matas e navegavam pelos rios à cata do indígena e das riquezas minerais. Minas Gerais não era terra de grandes plantações, ao contrário, predominaram as de pequenas e médias propriedades agrárias. Esta é uma das muitas razões para concordarmos com o Sérgio Buarque de Holanda quando ele enfatiza que entre os luso-brasileiros e mineiros do período colonial, não havia uma agricultura no sentido estrito do termo, mesmo e principalmente, entre os homens de grandes cabedais, posto que eles eram homens com têmpera para a aventura, e não para a agricultura como argumenta Sérgio Buarque de Holanda:

Não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não o foi, em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América; em seguida, por causa da escassez da população do reino, que permitisse emigração em larga escala de trabalhadores rurais, e finalmente, pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar então, em Portugal, posição de primeira grandeza.¹³⁵

A ausência do sistema de *plantation* em Minas pode ser constatada na própria forma de ocupação do território mineiro tanto no período colonial como no período imperial. Ele estava dividido em zonas de ocupação que acompanharam os movimentos, os fluxos e refluxos de penetração e deslocamento realizados pelos aventureiros, desbravadores e descobridores. Não se observa, nem

¹³³ Desta bibliografia do século XIX que tratou da colonização e ocupação do território mineiro no período colonial destacamos: VASCONCELOS, Diogo de, 1843-1927. *História Média das Minas Gerais*. Prefácio de Francisco Iglesias, introdução de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. Nesta obra pode-se verificar os dois fatores explicativos acima mencionados que explicam o processo de colonização e povoamento do território mineiro, particularmente a penetração na região norte-mineira.

¹³⁴ O termo “entrantes” é utilizado no livro de: BRIOSCHI, Lucila R et. al. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais século XVIII e XIX*. São Paulo: CERU, 1991.

¹³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 17. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 49 e ss.

tampouco os relatos dos cronistas dão notícias de atividade agrícola intensiva no sertão. Não há, segundo as indicações das fontes consultadas, grandes agricultores e lavradores nas Minas Gerais do período colonial, especialmente no norte da capitania/província. Esse não era o objetivo inicial do desbravamento, os homens que circulavam pelo sertão buscavam a riqueza fácil representada pelo apresamento e pelas pedras preciosas. Os movimentos, os deslocamentos constantes de homens livres, escravos e libertos, a mobilidade considerável à procura de ouro, diamantes e escravos nativos, como, aliás, sugere Sérgio Buarque de Holanda, caracterizou as populações coloniais que iam semeando os pousos, as aldeias, os arraiais, as vilas e cidades como instrumentos da própria conquista em Minas, como de resto, em todo o Brasil colonial.

O extenso território compreendido pelas comarcas do Rio das Velhas, de Paracatú, do Serro Frio, de Jequitinhonha e do São Francisco possuía uma geografia física e ecológica específica, peculiar, com a qual o sertanejo teve que se relacionar de modo positivo e transformador, desde os tempos coloniais [mapa nº.1]. Foi nesse imenso território que subtil e lentamente penetrou a justiça institucionalizada e, com ela, o próprio Estado-nação. O território é irrigado por grandes bacias hidrográficas como as do Rio das Velhas, do Urucuia, do Rio Gortuba, do Verde Pequeno e do Verde Grande, do Jequitinhonha e o imenso rio São Francisco que ora dificultavam, ora facilitavam a penetração, a ocupação e o povoamento da região. Para entender o processo de institucionalização da justiça neste vasto território é preciso definir-lhe os contornos geográficos, mesmo que em breves pinceladas, é preciso traçar os principais aspectos que influíram decisivamente na fixação do sertanejo nestas comarcas longínquas.

Como pode ser observado no Mapa, a seguir, existiam pequenas povoações, retiros, sítios, fazendas, pousos e outras aglomerações humanas espalhadas pelo vasto território do médio São Francisco. Nele também podemos observar os caminhos utilizados pelos sertanistas para desbravar a região nos traços pontilhados que margeiam o Rio São Francisco. Nota-se também os nomes primitivos de muitas localidades da região tomados de empréstimo dos rios, córregos e riachos que alimentavam e davam vida a essas povoações longínquas. O mapa ilustra que, apesar de ser considerado um lugar onde imperava o desregramento e o descontrole social e moral, o sertão possuía muitas povoações. Nelas se desenvolveram inúmeras atividades econômicas, políticas e sociais que a interligavam com diversas partes do território da capitania/província e com outras províncias, particularmente do norte do Brasil, ademais nelas aconteceram diversos crimes que obrigaram a justiça a progressivamente penetrar, interferir e intermediar os conflitos intersubjetivos. Nela também, bem ou mal, penetrou o longo braço da justiça.

Mapa 1 – Povoações Antigas do Norte de Minas Gerais, 1804.

Fonte: PIRES, Simeão Ribeiro. Gorutuba e a bala de ouro. Belo Horizonte: Barvalle Indústria Gráfica Ltda., s/d. – Carta Geográfica do Rio Gorutuba, da cabeceira à foz.

As terras norte-mineiras não se destinavam ao cultivo de grandes plantações, elas foram largamente utilizadas, desde o princípio do século XVIII, como pastagens para o gado, os famosos “currais do sertão”. A qualidade do solo, as variações de temperatura, a irregularidade e a imprevisibilidade das secas e das chuvas não constituíam favoráveis à agricultura em larga escala. Por tais razões, podemos supor que a paisagem do sertão era exuberante, posto que ainda inalterada pelas extensas monoculturas de exportação, tão comuns nas zonas litorâneas. Não obstante, à agressividade da natureza no sertão norte-mineiro, a fauna e a flora foram auxiliares eficazes no domínio e na integração do sertanejo ao *habitat*, visto que lhe forneciam os recursos para a sobrevivência e *adaptação* ao meio ambiente, onde predominava as caatingas e o cerrado. A narrativa dos viajantes

está pontuada de referências a esse *processo adaptativo*, a tradição oral e a prática de uma medicina natural e popular também dão provas desse *processo adaptativo*.¹³⁶ A utilização dos recursos naturais foi durante muito tempo um mecanismo eficiente para a manutenção de relações positivadas entre o homem e a natureza na região do médio São Francisco.

Os principais tipos de solo predominantes na região, como nos ensina Igo Lepsch, são os Latossolos vermelho-amarelo, vermelho-escuro e roxo que se encontram em regiões planas e bem irrigadas. Estes tipos de solo eram, e ainda são, muito utilizados para as pequenas e médias plantações de agricultura de subsistência. O autor salienta que as limitações impostas pelas montanhas, serras e chapadas tornavam essa área e o aproveitamento do solo “mais adequados a culturas perenes, pastagens e reflorestamento do que a cultivos anuais intensivos.”¹³⁷ As regiões analisadas neste estudo são pontilhadas por formações montanhosas como a Serra do Espinhaço, a Serra Geral, o Morro do Chapéu, a Serra do Brejo entre outras, como descrito anteriormente por Theodoro Sampaio. Esse autor de passagem por Brejo do Salgado, atual Januária, nos dá uma idéia das montanhas da região, mas também mostra que nessa região havia roças e pequenas plantações.

O lugar é fértil e a qualidade do solo se atestava no vigor das plantações que vínhamos encontrando à margem da estrada. Mas não é sadio; pelo que a população definha, minada pelas febres palustres endêmicas no lugar.¹³⁸

Porém, o cenário do sertão norte-mineiro não era idílico. Ele apresentou muitos momentos hostis e, às vezes, sérios desafios ao povoamento do território. As enchentes e as secas intermitentes representaram para os moradores um verdadeiro empecilho ao processo adaptativo. As narrativas consultadas descrevem esses momentos de aflição e desespero para os sertanejos do norte de Minas Gerais. As dificuldades surgiram na mesma proporção que as facilidades para a inserção e permanência do sertanejo no meio ambiente. Os acidentes geográficos, relevos e topografias, tiveram que ser domesticados e moldados para o aproveitamento positivo da agricultura e da criação de animais. Portanto, o processo adaptativo do sertanejo conjugou submissão, acomodação e resistência ao meio ambiente, somente assim foi possível permanecer e viver em uma região aparentemente hostil e imprópria à fixação.

As relações sociais eram complexas, as relações com o meio ambiente eram complexas, o sertão era um mundo. Nesse mundo o sertanejo, livre ou escravo, contou com a experiência e os

¹³⁶ A respeito da utilização da fauna, flora e topografia do território mineiro e sua influencia no processo de adaptação dos habitantes pode ser verificado em SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

¹³⁷ LEPSCH, Igo F. Solos: formação e conservação. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993, p. 129. Veja também para uma complexa e completa classificação dos solos em Minas Gerais e sua composição: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: SPI – Sistema de Produção de Informação, 1999.

¹³⁸ SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco – trechos de um diário de viagem*. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 167, 1. ed. 1933, p. 359.

saberes dos nativos americanos para o desbravamento e domínio da geografia do sertão, desde os tempos coloniais. Os cronistas, memorialistas, viajantes e historiadores coloniais narram efusivamente as técnicas e os instrumentos, os alimentos e as plantas, as construções e os remédios que os nativos legaram ao mestiço apartado da civilização, que criou, adaptou e moldou a sua própria civilização. Contava apenas com o meio e os seus habitantes naturais para a sua sobrevivência, especialmente nos primórdios da ocupação durante o século XVIII.

O clima foi um dos fatores que teve que ser considerado pelos sertanejos no seu processo de adaptação social à região. Os sertanejos tiveram que aprender a lidar com as adversidades e com as limitações de comodidade e conforto para suportar a vida no sertão, o que nem sempre ocorreu de modo satisfatório. Raimundo José da Cunha Matos, em sua *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, assim se referia ao clima dessa região: “nas margens do Rio das Velhas, São Francisco Jequitinhonha e outros lugares do norte da Província, o calor chega muitas vezes a 90° Fahr.”¹³⁹, ou seja, um calor de aproximadamente 32° a 33° graus Celsius em média. O calor era e, ainda é, mais intenso na região entre os meses de fevereiro a agosto. Nesse período a vegetação tornava-se mais ressecada e os cuidados com a alimentação e saúde dos habitantes e dos animais redobravam. As chuvas em excesso assim como as secas e o calor arruinaram muitas vidas e bens e perturbaram o processo de acomodação do sertanejo ao meio ambiente.

O cronista Hermes de Paula, em seu *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*, faz uma breve descrição a respeito do impacto econômico e social que o clima exerceu na região. O autor caracteriza o clima da localidade como quente e seco, e de modo bem sucinto, com certo sentimentalismo, informa que:

Após o frio de junho e julho vem o calor de agosto, aumentado com as queimadas. E as plantas nessa quadra lançam suas últimas reservas, esperando os campos com verdes brotos, antes, bem antes de cair uma gota de chuva. Nem sempre as chuvas vêm nas épocas esperadas, têm havido secas prolongadas e desastrosas... Os comerciantes, os grandes fazendeiros, enfim, as pessoas mais abastadas, tinham amplas despensas, (celeiros) onde se armazenavam víveres de um ano para outro. Uma possível falta de chuvas espalhava a miséria por todos os recantos, uma vez que a ausência de transportes rápidos não permitia a importação em tempo útil. E a essas ‘despensas’, particulares e providentes acorriam multidões de famintos, provindos de vários pontos tangidos pela seca prolongada.¹⁴⁰

Nos períodos de chuvas intensas ou secas prolongadas o sertanejo valia-se dos recursos da natureza, como expõe o autor, “os homens nutriam-se de mel e frutos silvestres”. Os moradores e as autoridades públicas da região tomaram algumas medidas para minorar essas ocorrências, embora nem sempre surtisses os efeitos desejados. Hermes de Paula informa que houve quatro anos em que o

¹³⁹ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, pp. 217-218.

¹⁴⁰ PAULA, Hermes. *Montes Claros: sua história, sua gente, seus costumes*. v.1 op. cit. p.56.

regime de chuvas foi muito irregular na localidade em 1814, 1833, 1834 e 1878. O autor acrescenta que para o ano de 1834 algumas atitudes foram tomadas pelos poderes públicos para minimizar a situação. O vereador Antonio Xavier de Mendonça propôs que se criasse uma lei obrigando os lavradores a matar os pássaros que arruinavam as plantações. A lei visava atingir dois objetivos imediatos: abastecer a cidade de víveres e impedir a destruição das lavouras, porém a imposição de uma multa pelo não cumprimento da lei possivelmente inviabilizou esses objetivos, conforme afirma o autor para aquele ano “a lei não adiantou; as chuvas não vieram”. Sem chuvas o número de pássaros provavelmente era bem reduzido não havia pássaros para matar e as plantações, talvez, já estivessem arruinadas, a lei tornara-se desnecessária.

Então, o poder municipal resolveu, em fins de 1834, constituir uma comissão de vereadores a fim de encontrarem uma solução para a falta de alimentos provocada pela estiagem prolongada. Segundo Hermes de Paula, a comissão era composta pelos vereadores Antonio Xavier de Mendonça, Francisco Vaz Mourão e pelo padre Azevedo Pereira, que deviam “comprar farinha no Gorutuba para combater a fome que dizimava a população pobre da cidade”¹⁴¹. Essas alternativas emergenciais revelavam dois importantes fatos: a disposição da Câmara Municipal em atenuar a situação das camadas pobres da cidade e as relações comerciais que existiam entre a cidade e seus termos, como veremos mais adiante. Ações de caráter paliativo e emergencial não foram suficientes para resolver o problema das secas ou das chuvas excessivas que tanto alarmavam os sertanejos do norte de Minas Gerais, mas, como tantas outras que mencionaremos, evidenciava a preocupação da municipalidade em resolver os graves problemas enfrentados pelos munícipes de Montes Claros durante o século XIX.¹⁴²

A narrativa de viagem é pródiga em detalhes acerca da vida rude e simples do sertanejo do norte de Minas Gerais. Saint-Hilaire, em sua viagem à região, queixava-se constantemente das dificuldades de encontrar boas pousadas, estalagens ou hospedarias; da dificuldade em comprar certos tipos de alimento ou mesmo de encontrar pessoas livres que se dispusessem a trabalhar por salários.¹⁴³ O sertanejo estava acostumado a moradias rudimentares, a uma dieta alimentar básica composta de farinha de mandioca, feijão ou milho, era orgulhoso de seu tempo livre e sabia que a natureza era imprevisível e, às vezes, era necessário ser providente. Em outras palavras, de que adiantaria ter dinheiro se não houvesse o que comprar? Talvez esse fosse o raciocínio dos moradores das localidades por onde passou Saint-Hilaire lhes oferecendo dinheiro em troca de mercadorias, em si mesmo escassas e de difícil reposição a curto prazo.

¹⁴¹ Idem, ibidem, op. cit. p. 56.

¹⁴² A narrativa sobre as providências tomadas pela Câmara Municipal de Montes Claros em 1834 pode ser consultada na íntegra na obra de Hermes de Paula, op.cit. pp. 56-57.

¹⁴³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. op. cit. Outros viajantes também reclamavam muito das condições precárias de vida, comodidade e conforto em que viviam os sertanejos na região do médio São Francisco. Veja a esse respeito: ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. de David Jardim, apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

A geografia, o clima, o regime de chuvas e secas, a topografia e a vegetação, tudo enfim contribuiu em maior ou menor grau para a adaptação do sertanejo. Certamente um dos fatores que mais limitou em Minas a penetração e o povoamento foi a topografia, isto é, o relevo montanhoso do território. A capitania, depois, província de Minas Gerais é famosa por suas elevações, o território mineiro é recortado por montanhas, serras, morros, chapadões e planaltos tanto no norte como no sul. As montanhas sempre foram limitações ao desenvolvimento de uma agricultura de grandes proporções. A formação e o crescimento da economia da porção central da região norte da província ocorreram, provavelmente, em razão de estarem as cidades localizadas em terreno de planície e de planalto. Assim, a topografia do norte de Minas Gerais tornou-se para o sertanejo um elemento facilitador à acomodação e expansão da atividade criatória, da pequena e média agricultura e do comércio, pois eram atividades desenvolvidas entre montanhas. Theodoro Sampaio, em seu *O Rio São Francisco – trechos de um diário de viagem*, ao passar por Januária em 1879, assim descreve a *Serra do Brejo*, uma das muitas formações rochosas da localidade:

muito cedo, um domingo, convidou-me o Dr. Derby para uma excursão à *Serra do Brejo* que víamos a pouco mais de uma légua por detrás da Januária. (...) A Serra do Brejo é um bello specimen de montanha calcarea, com as suas encostas íngremes, recortadas, retalhadas e desgastadas pelas águas meteóricas que lhe modelam colunas, pilares, figuras de aspecto bizarro, que vistas à distância e em conjunto, simulam como o Serrote da Lapa essas construções monstruosas do Oriente, exuberantes de ornamentação e estranhas na sua colossal enormidade.¹⁴⁴

Desta forma, as elevações que eram consideradas um fator limitante para o povoamento em determinadas regiões, no médio São Francisco auxiliavam e protegiam as povoações que ali se desenvolveram, particularmente durante o século XIX. As montanhas na região não se constituíram em obstáculo à ocupação por algumas razões básicas. A primeira delas é que as elevações encontradas na região não ultrapassavam altitudes de 300 a 900 metros. Com altitudes como essas o transporte e mesmo o tráfego de pessoas não enfrentavam sérios entraves, principalmente porque todo o transporte era feito em lombos de burros ou bestas, a circulação era realizada a pé ou a cavalo nos pontos onde se formavam os platôs. Além das elevações encontramos também na região terrenos planos. Entre os principais tipos de terrenos planos estão as planícies e os planaltos. Ou seja, a topografia do território conjuga montanhas, serras, chapadas e chapadões com terrenos planos. Esse quadro fisográfico foi extremamente favorável às atividades econômicas desenvolvidas na localidade.

Os rios como as montanhas também estimularam a penetração, colonização e povoamento desta região. De fato, as inúmeras bacias e micro-bacias hidrográficas que recortam o norte da capitania, depois, província permitiram aos primeiros povoadores vencer as dificuldades de

¹⁴⁴ SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco – trechos de um diário de viagem*. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 167, 1. ed. 1933, p. 359.

circulação e fixação no sertão. Era por meio deles que a produção e a comercialização dos gêneros da terra ocorriam entre os arraiais, vilas e cidades. Gêneros como sal, milho, couros, feijão, algodão, carnes verdes e tantos outros produtos agrícolas escoaram pelas águas dos rios da região. Por eles transitavam as riquezas, os bens e as pessoas num intenso intercâmbio entre o norte e o sul da capitania, depois, província durante os séculos XVIII e XIX.

Dentre todos os rios do norte de Minas Gerais, o São Francisco foi o mais eficaz elemento de povoamento da região. Em suas margens nasceram vilas e cidades como Guaicuí, São Romão, São Francisco, Pirapora, Januária, Morrinhos/Matias Cardoso e tantas outras. Os arraiais, povoações e vilas nascidas às margens do Rio São Francisco durante os séculos XVIII e XIX nele se abasteceram e por ele realizaram um intenso comércio. Do rio São Francisco os sertanejos retiraram o seu sustento e de suas famílias. Este mesmo processo ocorreu em vários ribeirinhos da região sãofranciscana no Urucuia, no Rio das Velhas, no Jequitinhonha, no Verde pequeno e no Verde Grande, no Gorutuba e tantos outros mananciais da região.

Porém, devemos frisar que os rios também representavam, em alguns momentos, sérios obstáculos à presença do sertanejo na região. As enchentes e vazantes dos rios aterrorizavam os sertanejos, especialmente aqueles que residiam às suas margens ou circunvizinhanças. As enchentes traziam toda sorte de problemas: as doenças epidêmicas e endêmicas, a destruição das lavouras e roças, o isolamento e as dificuldades de navegação e trânsito, a perda dos currais e a morte das criações, a destruição e alagamento das vilas e cidades. Enfim, as cheias dos rios representavam para o sertanejo enormes prejuízos e ele teve que conviver e se adaptar a esse fenômeno natural. As soluções mais adotadas nesses momentos eram duas: a mudança de local e a construção de barragens ou diques precários.

Existem alguns documentos e narrativas históricas que mencionam essa calamidade pública que afligiu os sertanejos do norte de Minas. Em correspondência datada de 07/03/1834, o juiz de paz da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos, Manoel Joaquim Rodrigues Camillo, informava ao governo da Província da enchente do Rio São Francisco e solicitava a criação de um colégio eleitoral no Arraial de Contendas, atual Brasília de Minas, pois em épocas de cheia era impossível aos moradores da paróquia de Morrinhos se deslocarem até os locais de votação sem certo risco de morte. O juiz de paz descreve as dificuldades e tormentos causados pelas enchentes do rio:

A qualidade de Juiz de Paz da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos, no Julgado da Barra do Rio das Velhas, Comarca da Vila do Príncipe, me conduz à respeitável presença de V. Exa., expondo que a sede desta Matriz é o Arraial de Contendas, distante do Rio São Francisco doze léguas. Este Rio pelo seu volume se faz famoso nas incrementadas inundações, alagando considerável extensão d'quem e d'além. Neste tempo das soberbas crescentes tanto é dificultosa, como perigosa a navegação ainda pelas mesmas estradas de antes conhecidas, e trilhadas em seco pelo risco de serem absorvidos as mais prestes, e vigilantes embarcações pelos violentos sorvedouros na ação

do acesso, e recesso: e além do iminente precipício do dissolvimento das Barreiras muito mais se encontram: não sendo das menores a audácia das venenosas serpentes, que contidas nos cimos das arvores em remoção da morte voluntariamente se despendem a salvarem a vida nas embarcações contaminando-se com os homens. Só urgente necessidade pode obrigar ao homem a tal desprezo da vida, salvo alguns aventureiros, que por lida mercenária a nada atendem! Quando haja de se vencer a dificuldade da navegação, é invencível, e de certo se há de aceder ao miasma epidêmico naquela estação, do qual para escapar-se promovendo a conservação da existência, forcejam os habitantes das Gerais, que gozam de salubre clima. A qual colégio eleitoral concorreram os paroquianos desta freguesia, quando forem chamados pela lei, como Eleitores? Os dois Colégios dos Julgados de São Romão, e Brejo do Salgado estão colocados além do Rio São Francisco, não podem ser tocados por estes eleitores, sem precedência dos pungentes perigos. Se, dirigirem-se ao Colégio da Barra do Rio das Velhas, aquém do de São Francisco, na distancia de trinta léguas, além do encontro dos mesmos incômodos, acrescem as dificuldades de dois caudalosos rios o Pachohy e Jechithay. Este pela represália do de São Francisco se torna perigosíssimo, e penoso trânsito. Excluídos os três colégios das margens do Rio, resta o da Vila do Príncipe, na distancia de sessenta léguas da Matriz, e muitas mais conforme a residência de cada um Eleitor.¹⁴⁵

Após esta longa exposição acerca da dificuldade de trânsito e comunicação entre os colégios eleitorais evidencia limitações concretas como pode ser observado nos Mapas 1, e 2 que mostram as distancias entre a paróquia de Morrinhos e os colégios eleitorais, o juiz de paz propõe a criação do Colégio Eleitoral no Arraial de Contendas como uma alternativa viável para a situação, tentando mostrar que esse era o desejo da população de Morrinhos, que não cumpria a lei devido às limitações impostas pela geografia do sertão. O juiz chega inclusive a mencionar um dispositivo legal do decreto de 29/07/1828 para sustentar seu pedido dizendo que este beneficiaria também outras povoações. Dizia o juiz de Paz que:

Em uma das transactas reuniões de Povo, por ser em tempo epidêmico; que tem principio em janeiro, e fim nos últimos de junho, e para muitos não há reserva de estação/ faleceram a alguns cidadãos da freguesia da Barra, moradores nestes Gerais; e eleitores desta freguesia; e por fortuna escaparam os outros. Estes exemplos tem profundamente aterrado ao Povo, que *constrangido e escassamente cumpre a Lei* sobre esse objeto. Na presente reunião de 16 de janeiro próximo passado houve comoção entre os Eleitores desta freguesia, querendo que a Mesa Paroquial se elevasse a Colégio Eleitoral, em atenção aos referidos incômodos não se anuiu pelo excesso da exorbitação da Lei, apesar de tão justos motivos alegados. Os eleitores que se dirigiram ao Colégio de São Romão, e Salgado, Comarca de Paracatu, arrostando os perigos, e sofrendo os incômodos prescritos, e apresentando seus Diplomas a competentes Autoridades, só obtiveram a matricula dos Diplomas, ficando zero (sic) suas fadigas pela falta de reunião colegial, e sujeitos a reincidentes sofrimentos, no caso de serem revocados, o que me obriga ao presente comparecimento perante V. Exa. Exmo. Senhor, o objeto se faz digno da contemplação de V. Exa., em cuja mão reside depositada suficiente porção de Autoridade, para promover o

¹⁴⁵ Correspondência do Juiz de Paz Manoel Joaquim Rodrigues Camillo. APM – SP PP 1/18, Cx. 138, pasta 26, 07/03/1834.

bem dos cidadãos mineiros. Todos os obstáculos ponderados ficam removidos declarando V. Exa. assento de Colégio Eleitoral neste Arraial de Contendas.¹⁴⁶

A cobertura vegetal teve um papel decisivo no povoamento da região. As matas, caatingas e cerrados que cobriam o norte de Minas Gerais foram fatores positivos para o povoamento do sertão norte-mineiro. O cerrado alimentou, abrigou e aqueceu o sertanejo. Foi com a madeira do cerrado que o sertanejo construiu suas casas de pau-a-pique, adobe e taipa. Com sua lenha o sertanejo fez suas fogueiras para aquecer as noites frias de julho a agosto; construiu currais para confinar o gado e também ateou fogo nesse mesmo cerrado para limpar os terrenos, na antiga prática da coivara, a fim de prepará-los para suas roças. Foi com essa mesma madeira que muitos acabaram cometendo crimes de morte com porretes e achas de lenha.¹⁴⁷ O cerrado também alimentou o sertanejo, pois daí ele retirou as plantas e frutos silvestres que nos primórdios da colonização. Chamava Antonil de “drogas do sertão” as plantações de açúcar e de tabaco que sustentaram boa parte da economia colonial juntamente com a criação de gado¹⁴⁸. Denominavam-se também drogas do sertão tanto os alimentos como os medicamentos e, indubitavelmente, muitos saíram do cerrado norte-mineiro. Dele saiam cordames feitos de cipó, os chás, ungüentos e poções. Drogas e medicamentos que, às vezes, eram usados como veneno contra os desafetos.¹⁴⁹

As relações entre o homem e a natureza conformaram os tipos humanos forjados no médio sertão do São Francisco. Estas relações também moldaram as atividades econômicas e sociais desenvolvidas nesta área da província mineira. A agricultura de subsistência, a criação de animais, o comércio, as incipientes e domésticas manufaturas, o artesanato foram uma resultante e, ao mesmo tempo, as formas econômicas mais adaptadas à geografia do sertão. Embora, existissem na região zonas de exploração aurífera e diamantífera essas duas atividades não foram predominantes no vasto território compreendido pelas comarcas do sertão. Sobretudo, porque eram poucas as vilas e cidades que desenvolveram essas atividades econômicas. Desta forma, é necessário para a compreensão dos tipos humanos forjados nesse meio ambiente conhecermos as principais realizações econômicas dos habitantes do médio Sertão São Francisco entre fins do século XVIII e todo o século XIX.

¹⁴⁶ Correspondência do Juiz de Paz Manoel Joaquim Rodrigues Camillo. APM – SP PP 1/18, Cx. 138, pasta 26, 07/03/1834.

¹⁴⁷ Encontramos diversos casos de homicídio em que a arma utilizada era um porrete ou acha de lenha.

¹⁴⁸ Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil*; texto confrontado com o da edição de 1711, com estudo bibliográfico, por Affonso Escragnole Taunay, nota bibliográfica de Fernando Sales, vocabulário e índices antroponímico, toponímico e de assuntos de Leonardo Arroyo. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

¹⁴⁹ Encontramos um caso de homicídio por envenenamento, possivelmente as ervas utilizadas tenham sido colhidas nas brenhas do cerrado.

3.2. Mercados locais e regionais: a economia no sertão norte-mineiro nos séculos XVIII e XIX

A economia da província de Minas Gerais passou por distintas fases de desenvolvimento da Colônia ao Império. Tais fases podem ser identificadas e revelam uma variabilidade significativa entre as regiões sul, central e norte. Pode-se dizer esquematicamente que os dois primeiros séculos – XVI e XVII – foram de desbravamento, em que a economia centralizou-se tanto na exploração e no aproveitamento das riquezas humanas, vegetais e animais do território. Nessa fase as regiões privilegiadas foram o sul, o sudeste e parte central da capitania. Numa segunda fase, ao longo dos séculos XVII e XVIII a exploração do território voltou-se para mineração e o apresamento de indígenas focalizando ainda as regiões sul e central da capitania. Por fim, entre os séculos XVIII e XIX ocorreu a fase de ocupação e povoamento da capitania, em que as atividades econômicas principais voltaram para a mineração e o abastecimento interno e externo. Via de regra, esse movimento de expansão territorial foi acompanhado da criação de núcleos de povoação precários e provisórios que atendiam aos objetivos da empresa exploratória, guerreira e mineratória. O sentido da expansão territorial somente assumiria um caráter de fixação e povoamento definitivo a partir do século XIX.

Estas fases de expansão territorial comportam peculiaridades que não serão exploradas em todas as suas potencialidades neste estudo. Este quadro esquemático geral serve tão somente para balizar e auxiliar a compreensão da ocupação e povoamento da capitania, depois, província de Minas Gerais. Serve também para orientar a análise da região sãofranciscana mostrando as diferenças mais salientes entre as regiões e as formas de exploração econômica do território. Decorre daí o caráter generalizante do esquema traçado acima. Temos consciência de que a realidade comportou muitas peculiaridades e especificidades que mesmo esmiuçadas só tenderiam a intensificar as diferenças e nuances entre o norte, o centro e o sul do território mineiro.

A maioria dos historiadores coloniais afirma que a criação de animais, especialmente do gado, foi um dos elementos que propiciou a colonização e o povoamento da região sãofranciscana, desempenhando um papel ativo na fixação do sertanejo ao território e na modelagem do estilo de vida de seus moradores, embora não fosse uma atividade que requeresse grandes investimentos em pessoal e equipamentos, por ser uma atividade rústica e pouco especializada, a criação de gado conformou, em particular, a sociedade norte-mineira do período colonial e imperial. A Bahia, Pernambuco e, em menor escala, o Norte de Minas Gerais eram regiões criatórias. Historiadores, memorialistas, viajantes e cronistas fornecem informações a respeito da criação do gado e do comércio que ele gerou na região do São Francisco. O gado *vacum* assume assim um papel de relevo na vida econômica, social e

política da região como observa Odilon Nogueira de Mattos em seu ensaio *A Guerra dos Emboabas* o comércio do gado desempenhou um ativo papel nas relações comerciais entre Minas e Bahia:

Desde os primeiros anos do povoamento das Gerais, tornaram-se intensas as comunicações com os sertões da Bahia, através de S. Francisco, em cujas margens se abriram as maiores fazendas de gado no século XVII. A Bahia era mesmo um dos centros de abastecimento das Minas Gerais e o comércio entre essas duas regiões foi objeto de cuidados especiais por parte do Governo do Rio de Janeiro, tendo em vista, sempre, a repressão do contrabando.¹⁵⁰

Porém, não existem estudos sistemáticos a respeito da economia norte-mineira para os séculos XVIII e XIX nem tão pouco acerca da criação de gado na região. Sabe-se, muito imprecisamente, quais eram as maiores e principais fazendas ou “currais de gado”, quais eram os principais criadores, mas ignora-se quantas cabeças de gado possuíam e quantos trabalhadores estavam envolvidos neste setor econômico, não obstante, todo o esforço em garimpar documentos dos estudiosos brasileiros do período colonial.¹⁵¹ As narrativas dos cronistas coloniais como Frei Gaspar da Madre de Deus, Ambrósio Fernandes Brandão e Antonil mencionam dados gerais sobre a criação de gado nos sertões das regiões norte e nordeste do Brasil, ou de algumas capitanias como a de São Vicente visitada por Frei Gaspar, mas esses dados são apenas ilustrativos não permitindo dimensionar exatamente a relevância da atividade para a economia da colônia, depois, província de Minas Gerais. Ilustrativamente, Taunay menciona em sua *História das Bandeiras Paulistas* alguns números, legados por Antonil, das cabeças de gado nas principais capitanias produtoras do Nordeste:

Pretende Antonil que em 1700 o [gado] do Rio de Janeiro seria de 60.000 cabeças, concentradas, sobretudo, nos campos dos Goitacases. Incomparavelmente mais numeroso o rebanho nordestino; 800 mil bois em Pernambuco; mais de 500 mil na Bahia. Sobre o paulista não conhecemos estimativa alguma, mas devia ser muito menos considerável. Em torno de 1700 não chegava o creso de Parnaíba, padre Guilherme Pompeu, o homem mais rico da capitania, a contar mil reses em seus diversos currais.¹⁵²

O gado mereceu especial atenção de Charles Boxer em seu *A idade do ouro no Brasil*. O autor analisa o papel desempenhado pela criação de gado no processo de expansão e ocupação das regiões de sertão do Brasil colonial. Mostra quais foram as principais zonas de criação, o entrave que foram impostos pela coroa aos criadores, destaca a influência dos grandes fazendeiros da Casa da Torre e da Casa da Ponte, potentados, respectivamente da Bahia e de Pernambuco, que dominaram a

¹⁵⁰ MATTOS, Odilon Nogueira de. *A Guerra dos Emboabas*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I – A Época Colonial, V.1 – Do Descobrimento à Expansão Territorial*. 13°. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 326-327. Sobre a importância da criação de gado na expansão territorial e geográfica do Brasil nas regiões da Bahia e Minas Gerais veja também Romariz, Dora Amarante. *O gado na expansão geográfica do Brasil*. In **Boletim Geográfico**: São Paulo, ano V, n°. 60, março de 1948, pp. 1471-1476.

¹⁵¹ O estudo mais profundo sobre a atividade criatória e seus desdobramentos é o de SOUZA, Bernardino de. *O Carro-de-bois*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

¹⁵² TAUNAY, A. de E. *História das bandeiras paulistas*. op. cit. p. 211.

região sãofranciscana. Afirma que a ocupação do sertão forjou uma “idade do couro” no Brasil, destaca ainda que o gado foi utilizado como moeda de troca nas relações econômicas e políticas. O autor enfatiza o caráter civilizador da criação de gado, demonstrando que o gado foi utilizado para abastecer as diversas regiões que consumiam os produtos derivados do gado. Essa atividade produziu alimentos e subprodutos que tiveram um importante papel no desenvolvimento da economia local, regional e nacional. A respeito da introdução do gado na região prefere concordar com Urbino Vianna, informando que a atividade provavelmente já era praticada desde o século XVII por bandeirantes e sertanistas baianos.

Se para os séculos coloniais as informações são escassas, a situação melhora um pouco para o século XIX. Tarcisio Botelho (1994) em *Famílias e Escravarias* apresenta um quadro pormenorizado da situação econômica na região norte-mineira. Procura traçar a evolução das atividades econômicas da região – criação de gado, comércio, manufaturas domésticas, produção agrária de subsistência e de abastecimento – pondo em relevo as fases em que a criação de gado esteve associada ao plantio de cana-de-açúcar; e, em que, ela se dissociou dessa atividade, notando o seu predomínio a partir do século XIX. Demonstra que havia condições muito favoráveis para o desenvolvimento dos criatórios tais como pastagens abundantes, reservatórios de água, vias terrestres e fluviais e a exploração das reservas de sal natural dos barreiros para alimentação dos animais. Botelho demarca que a partir da década de 1830 ocorreria um processo de especialização e regionalização econômica, em que alguns municípios perderam importância e outros assumiram posições mais significativas na economia da região. Para demonstrar essa transformação na economia apresenta dados das exportações de algodão e de gado da região:

Tabela 6¹⁵³
Exportações, Rio Pardo – Bovinos

Ano	Rio Pardo(1)		Minas Gerais(2)		%
	Cabeças	Crescimento anual (%)	Cabeças	Crescimento anual (%)	(1)/(2)
1815-1816	3..824	-	-	-	-
1829-1830	7..254	5,7	-	-	-
1842-1843	768	-16,0	45.421	-	1,69
1867-1868	292	-6,9	67.248	2,8	0,43
1882-1883	1.201	10,1	100.755	2,9	1,19

Fonte: BRASIL, Arquivo Público Mineiro, SP, PP 1/49, Cx. 15, Docs.01, 08, 11. Fala do Presidente da Província, 1844,1869, 1884.

Os dados compilados permitem alguns comentários sobre a criação de gado na região do médio São Francisco. Nota-se que entre 1815 e 1830 houve um crescimento do número de cabeças de gado na região, tal crescimento ligava-se a exportação para as zonas mineradoras e para o abastecimento de outras localidades internas e externas da província. Por outro lado, verifica-se uma queda acentuada da atividade entre 1842 e 1868, esta variação encontra em parte explicação no

¹⁵³ BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Diss. USP, 1994. Tabela 2 do autor.

declínio da produção aurífera e diamantífera, mas ligava-se a outros fatores que poderiam ser causados por problemas naturais – epidemias, secas, mortes naturais ou de fome – por problemas relacionados a um redimensionamento de atividade produtiva, isto é, os moradores poderiam ter se dedicado a outras atividades além da criação. A queda coincidiu com o decréscimo em toda a província, o que, talvez, reforce a última suposição. Na realidade não sabemos, pois como foi salientado não existem estudos sistemáticos sobre a agropecuária do século XVIII e XIX na região.

De qualquer forma, os cronistas regionais e locais que narram a história de Montes Claros e região, afirmam que a atividade econômica predominante no sertão norte-mineiro, desde meados do século XVIII, foi a criação de animais de pequeno, médio e grande porte, particularmente o gado *vacum*. Para eles criava-se gado *vacum*, cavalar, muar, ovinos, suínos, caprinos, galináceos entre outros, tanto para a subsistência como para o transporte de mercadorias, bens e pessoas na região sãofranciscana desde finais do século XVII. Suprimento, abastecimento e transporte, estas foram durante muito tempo as funções básicas da atividade criatória na região. Obviamente que com o gado vieram os criadores, tropeiros, comerciantes, lavradores, enfim, uma população móvel e nômade. O cronista Hermes de Paula, embasado em documentação colonial, sustenta que a ocupação e povoamento do sertão norte-mineiro deu-se em decorrência de expansão da criação de gado *vacum*, fornecendo uma relativa localização para uma das primeiras fazendas de gado da região. O autor destaca que a penetração, ocupação e povoamento do sertão norte mineiro foram levados a termo tanto por bandeirantes paulistas como baianos:

Os bandeirantes baianos e paulistas, com suas investidas até o São Francisco à cata de ouro e gentios, inegavelmente aplainaram o terreno, tornando mais habitáveis as adjacências do grande rio. Entre esses podemos destacar o Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito, que em fins do século XVII estabeleceu um intenso comércio de gado em todo o norte de Minas, onde seus currais abrangiam 80 léguas no São Francisco. (...) Surgem porém, no princípio do século XVIII, dois bandeirantes transformados em colonizadores: Matias Cardoso de Almeida e Antonio Gonçalves Figueira. Este último, (...) por Alvará de 12/04/1707, obteve uma sesmaria de 3 léguas de comprimento por légua e meia de largo, nas cabeceiras do rio Verde, formando aí a fazenda dos Montes Claros.¹⁵⁴

Mas, se os maiores produtores eram pernambucanos e baianos, e os estudiosos coloniais descobrem a presença do gado entre o Rio das Velhas e o São Francisco antes do início do século XVIII e a criação paulista “ainda em 1718 seria” pequena “à vista das informações prestadas ao Conde de Assumar, quando pretendia trazer boiadas paulistas ao Espinhaço.”, é válido perguntar como os paulistas criaram os seus currais de gado no século XVIII naquelas paragens da Capitania de Minas Gerais? A resposta fornecida pelo memorialista Urbino Vianna é a seguinte: o gado já existia na região trazido pelos sertanistas e bandeirantes baianos que ali aportaram antes dos paulistas. Embora, suas afirmativas sejam bem fundamentadas elas não põem termo à discussão. No entanto, sem querer

¹⁵⁴ PAULA, Augusto Hermes de. Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes. v 1. Montes Claros, 1979. pp. 6-7

desprezar a questão, o que mais importa é o impacto que essa atividade teve no processo de ocupação e expansão fronteiriça tanto no norte como no sul do Brasil.¹⁵⁵

Como já mencionamos um dos primeiros trabalhos acadêmicos a respeito do norte de Minas Gerais, que segue essa tradição explicativa, é o de Tarcísio Rodrigues Botelho. Botelho em seu *Famílias e Escravarias* traça um amplo quadro socioeconômico da região, mais especificamente sobre o município de Montes Claros. O quadro descritivo elaborado alicerça-se nas constatações dos cronistas locais e dos viajantes que passaram pela localidade. O autor procura colocar em destaque que ocorreram dois processos – o afastamento do Rio São Francisco, principal via de comércio, no século XVIII e o rearranjo das relações econômicas internas e externas no norte da Província, no século XIX, fatores econômicos correlatos que fizeram com que Montes Claros assumisse posição de relevo em relação a localidades de ocupação e povoamento mais antigas como Januária, Guaicuí e São Romão.¹⁵⁶

Estas constatações não só corroboram as interpretações correntes sobre a história da ocupação e povoamento da porção setentrional da província como reforçam a argumentação de Roberto Borges Martins sobre o caráter profundamente dinâmico da capitania, depois, província mineira, como já salientamos adiante.¹⁵⁷ Ou seja, os historiadores que analisaram o processo de ocupação da parte central da região norte da província descrevem a localidade como criatória, de agricultura diversificada e de subsistência, mas mercantil e abastecedora interna e externa. Estes autores destacam as conexões econômicas entre a região da Bahia e Pernambuco ao Norte com as regiões mineradoras no interior da Província e com os mercados consumidores do Rio de Janeiro ao sul. Esta conexão econômica entre o Norte de Minas Gerais e a Bahia também foi destacada por Maria de Fátima Novaes Pires em seu *O crime na Cor*, quando afirma que:

Durante os séculos XVIII e XIX havia três principais rotas do comércio do sertão baiano, que se articulavam com as estradas locais. *A primeira – via rio São Francisco –* onde se realizava um comércio ativo de carne seca e sal extraído da terra. Por essa via, chegava-se a Januária/MG, região produtora de aguardente e rapadura, a São Francisco das Chagas, atual Barra, produtora de sal (extraído da terra) e a Carinhanha. Por ali se realizava o abastecimento de aguardente e rapadura para os chamados ‘currais da Bahia’ e estes últimos abasteciam a região mineradora com gado e carne seca. Com a exploração de minérios e pedras preciosas, durante os séculos XVIII e até inícios do XIX, este comércio estendeu-se por Goiás e Minas Gerais.¹⁵⁸

¹⁵⁵ BOXER, Charles Ralph. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

¹⁵⁶ BOTELHO, Rodrigues Tarcísio. Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994, 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social) FFLCH, USP, São Paulo.

¹⁵⁷ Confira MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cedeplar, UFMG, 1982.

¹⁵⁸ PIRES, Maria de Fátima Novaes. O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, pp. 39.

É importante reter na discussão sobre a formação na região norte de Minas Gerais de uma intensa rede comercial entre Goiás, Pernambuco e Bahia. Esta rede comercial intra e inter-regional criou e abasteceu mercados consumidores em três níveis e direções distintas: no norte de Minas, no Sul da Bahia e Pernambuco, e no norte de Minas e Centro-Sul da Província mineira. Num primeiro momento essa rede comercial e de abastecimento era feita por meio da navegação dos rios da região, posteriormente foram realizadas por meio de estradas e caminhos abertos pelos provinciais e pelos agentes da administração. Neste tocante nos informa Maria de Fátima Pires que:

Por volta de 1815/16, Felisberto Caldeira Brant Pontes (...), o Marques de Barbacena, obteve permissão para construir a estrada de Ilhéus até Minas Gerais. Esta estrada ia de Ilhéus até a Barra do Mosquito, no Rio Pardo (no atual município de Candido Sales/BA) daí continuava até Montes Claros/MG (antiga Formiga) e chegava até a região de Minas Novas.¹⁵⁹

Este intercâmbio econômico e social entre estas regiões favoreceu a dinamização e integração destas localidades. Permitiu também o emprego da mão-de-obra livre e cativa destas regiões em atividades de comércio, manufatura e artesanato. O tropeirismo assumiu um papel preponderante nessas relações econômicas e sociais. Desde o século XVIII, e mesmo durante pelo menos as seis primeiras décadas do século XIX, esses agentes econômicos serão os promotores da integração regional, levando e trazendo escravos, gêneros, produtos e animais que abasteciam as micro e macro regiões com as quais as zonas produtores entretinham relações de mercado.

Ainda quanto à primazia dos primeiros colonizadores e povoadores da região, os cronistas regionais não estão em acordo. Uns dizem que foram as bandeiras paulistas. Outros afirmam que a precedência coube aos baianos. A polêmica mantém-se acirrada, mas infelizmente sem uma solução satisfatória.¹⁶⁰ Dir-se-ia que permanece viva entre os estudiosos, haja vista que a Carla Anastacia, em seu *Vassalos Rebeldes*, reaquece a discussão, mas não a resolve, quando afirma, com base em Caio Prado Junior, que “o norte e o noroeste da Capitania achavam-se povoados pelos baianos desde o século XVII e que a ocupação realizada pelos paulistas não teve continuidade.”, pois alinha sua argumentação final à de Taunay que enfatiza a precedência do bandeirismo paulista.¹⁶¹

Porém, em alguns pontos importantes, os estudiosos coloniais, cronistas e os historiadores são concordes. Para todos eles a capitania de Minas Gerais foi colonizada, desbravada e

¹⁵⁹ Idem, ibidem, p. 41. Veja também os Mapas das estradas e caminhos elaborados por SANTOS, Márcio. *As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001. Especialmente o mapa do Capítulo – O Caminho da Bahia. p.116.

¹⁶⁰ A polêmica colocou de um lado o “paulista” TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. Tomo I, 3. ed., São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975, e o cearense ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7. ed., rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000; e de outro os colonialistas mineiros VIANNA, Urbino de Sousa. *Montes Claros: Breves Apontamentos Históricos, Geográficos e descritivos*. Belo Horizonte, 1916. PAULA, Hermes de. *Montes Claros sua História, sua Gente, seus Costumes*. v. 1, Montes Claros, 1979.

¹⁶¹ Anastasia, Carla Junho. *Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. pp. 62-63.

povoada em função da descoberta das lavras diamantíferas e auríferas e em razão do apresamento dos nativos americanos. Concordam também que as atividades econômicas complementares à exploração das riquezas minerais eram o criatório e o comércio de sal e de gado, a prática da lavoura de subsistência, da pesca, da caça e da coleta de frutos silvestres, a duas últimas aprendidas de a muito com os próprios nativos em remotos tempos coloniais. É interessante registrarmos que estes autores estavam de acordo também quanto à participação de alguns paulistas como desbravadores e povoadores do território da capitania mineira, compreendido entre o Rio das Velhas e o Rio São Francisco. Destacam entre eles os sertanistas Matias Cardoso de Almeida e Antonio Gonçalves Figueira mencionados por todos os estudiosos coloniais como criadores de vilas, arraiais e currais de gado. Como enfatiza Taunay:

Em enorme zona chamada dos Currais da Bahia em território então baiano e pernambucano e hoje mineiro e baiano, afazendaram-se, no último quartel do século XVIII, se não talvez antes, numerosos paulistas, entre os quais diversos dos mais destacados nos fastos do bandeirismo. Fundaram enormes fazendas de criação no Vale do São Francisco da foz do Rio das Velhas para o Norte, e nos de seus afluentes como o Verde, o Urucuia, o Carinhanha, o Paracatu. Os dois mais célebres destes criadores, donos de incontáveis léguas quadradas foram Matias Cardoso de Almeida e Antonio Gonçalves Figueira, grandes sertanistas (...) A muitos de seus parentes e amigos arrastaram para perto de si, tornaram-se fundadores de novos e grandes currais como naquele tempo se dizia. Em torno de Antonio Gonçalves Figueira fixaram-se seu pai, irmãos e cunhados. Tiveram colossais propriedades sobretudo no Rio Verde Grande. Matias Cardoso de Almeida sitiou-se a margem do São Francisco e fundou o grande arraial de Morrinhos, centro de copiosas e rendosas fazendas de gados, vacuns e cavalares com os quais assegurou abundante patrimônio a seu filho Januário Cardoso. Em Morrinhos grande igreja edificou, ainda hoje existente e notável para o tempo, padrão monumental de povoado.¹⁶²

Mais recentemente, jovens historiadores têm feito algumas pesquisas sobre a região constatando a larga utilização de *força motriz animal*, para a circulação e escoamento da produção agrícola da região. Mas a agropecuária, ou os “currais de gado”, não foi a única atividade econômica desde a época da colonização da capitania de Minas Gerais. Estas pesquisas destacam ainda a utilização dos derivados destes animais como couros, ossos, gordura, lã, leite e outros produtos que enriquecem a dieta alimentar da população sertaneja de Minas Gerais. Ou seja, tem destacado que havia atividades complementares como o comércio, o transporte, a prestação de serviços, o artesanato, a agricultura de subsistência que durante muito tempo sustentaram a economia da região, especialmente a partir do século XIX.

As atividades complementares desempenharam funções primordiais na manutenção da vida e do modo de vida naquela época, peculiar àquela região distante dos grandes centros econômicos e financeiros da Província. Os animais de grande e médio porte, muitas vezes, eram a alternativa do

¹⁶² TAUNAY, Affonso de Escragnolle. História das bandeiras paulistas. Tomo 1, 3. ed., São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975. pp. 211-212.

sertanejo para manter contatos e relações com os centros econômicos intra-regionais, e por meio desse tipo de transporte muitas mercadorias escoaram nos lombos de bestas, muares, cavалares e nos tradicionais carros-de-bois. Tais historiadores mencionam atividades como as pequenas roças e o comércio a varejo, praticado entre os moradores de uma vila ou cidade, freguesia, termo ou distrito. As conjunções destas modalidades econômicas, conforme alguns autores, possibilitaram à província mineira superar a diminuição da produção aurífera do final do século XVIII, ou crises de abastecimento freqüentes no período colonial e imperial.¹⁶³

A agropecuária, ou os “currais de gado”, não foi a única atividade econômica desde a época da colonização da capitania de Minas Gerais. Os viajantes estrangeiros, e mesmo os cronistas, que estiveram de passagem pelos sertões informam que os moradores da capitania e do norte de Minas Gerais dedicavam-se a produção de gêneros alimentícios, ao plantio do algodão, voltado para manufatura doméstica, estiveram envolvidos com o comércio local e regional de produtos e subprodutos provenientes desta produção agrícola. A literatura de viajantes como Saint Hilaire, Richard Burton, Alcide D’Orbigny, John Mawe e tantos outros trouxeram enormes contribuições para o conhecimento da realidade econômica e social e da vida do sertanejo norte-mineiro. Os historiadores têm utilizado muito a literatura de viagem para o conhecimento desta realidade. Os viajantes eram os cientistas da época. Zoólogos, botânicos, mineralogistas, homens de letras, economistas práticos visavam compor um quadro amplo da natureza, dos homens e da fauna do Brasil. Fizeram verdadeiros estudos “etnográficos” acerca da vida e dos hábitos dos moradores dos sertões do Brasil que foram publicados na Europa. Difundindo uma percepção específica do Império e de suas formas “arcaicas” e “modernas” de organização social.

Dentre eles destaca-se o botânico Saint’Hilaire pela extensão de suas viagens e pela agudeza de suas observações da realidade social, econômica, natural e política do país. Para este estudo o viajante tem um interesse particular, pois esteve por duas vezes na Província de Minas Gerais durante a primeira metade do século XIX. Visitou em “missões científicas” várias localidades da região tais como Brejo do Salgado – local que durante muito tempo disputaria com Januária (Porto do Salgado) a primazia política na região – Contendas (atual Brasília de Minas), Santíssimo Sagrado Coração de Jesus (atual Coração de Jesus), Montes Claros de Formigas (hoje Montes Claros) e tantas outras. Em suas visitas procurou traçar um amplo panorama da economia, da política, da justiça, da alimentação, dos caracteres dos moradores da região, isto é, seus usos e costumes e como a sociedade ia ou não incorporando os elementos de civilização. Saint Hilaire fez muitas observações sobre as

¹⁶³ Quanto ao abastecimento dos mercados consumidores do Rio, São Paulo e Bahia veja: MAFALDA, Zemela. O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1951 e LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

práticas econômicas complementares realizadas pelos moradores para adaptarem-se à vida rústica e hostil do sertão.¹⁶⁴

Em sua peregrinação científica pelo norte de Minas esteve na vila de Minas Novas na comarca do Serro Frio, subindo em direção à Vila de Montes Claros de Formigas. Ao passar por Minas Novas ele descreve a variedade de vegetação desta localidade, especialmente as caatingas; comenta sobre cultivo e o processamento dos algodoeiros da localidade. Esta atividade desempenhava um papel importante na economia e no modo de vida dos moradores da região, por isso ele tece algumas considerações sobre o comércio do produto e seus derivados. Interessa-nos aqui destacar o papel de outras atividades econômicas que auxiliaram no *processo adaptativo* do sertanejo ao meio ambiente, decorre daí que o cultivo, o tratamento e o beneficiamento do algodão e a produção de seus derivados para o comércio ganham relevo para a compreensão desse processo. Saint Hilaire conseguiu retratar com precisão a produção do algodoeiro e demonstrar o papel que ele ocupava na vida do sertanejo como fonte de riqueza e recurso de primeira necessidade à manutenção da vida. Após descrever sucintamente algumas espécies encontradas nas caatingas de Minas Novas, as peculiaridades de plantas e árvores que crescem na localidade, dizia:

A terra das caatingas é leve, acinzentada e um tanto arenosa. É essa a espécie de solo que convém ao algodoeiro; por isso, essa planta é geralmente cultivada na região, e é ela que constitui sua riqueza. (...) Para formar um campo de algodoeiros, só se prepara a terra pela queima das matas que o cobrem. Fazem-se buracos na distancia de cinco a seis palmos (...) em cada um põe-se uma só semente. *Ao mesmo tempo que as sementes de algodoeiro, costuma-se, também, plantar milho.* Esses trabalhos se fazem ordinariamente no mês de outubro, porém, às vezes, mais cedo, quando as chuvas começam no tempo certo. (grifo nosso).¹⁶⁵

Observa-se que havia terras mais ou menos próprias para o cultivo do algodão, uma maneira específica de semeá-lo e, sobretudo, que o sertanejo procurava conjugar culturas de subsistência com o cultivo do algodoeiro. Nota-se que o sertanejo fazia suas plantações em determinadas épocas do ano, coincidentes com os períodos de chuva. A descrição revela o modo como agricultor sertanejo realizava a preparação da terra, semeadura e o cultivo da planta. Num segundo momento, mostra a produtividade, as ameaças naturais e pragas que atacavam a planta, a forma de reaproveitamento das plantas cultivadas, os cuidados necessários desde a semeadura até a colheita e o tempo de duração dela e, sobretudo, o modo de fazer a colheita, isto é, demonstra a metodologia de produção do algodoeiro em Minas Novas. Vejamos:

Os algodoeiros produzem já no primeiro ano, e duram cerca de cinco a seis, ou mais. Tem um inimigo terrível: é uma lagarta semelhante à *lagosta* que lhe devora as folhas e faz

¹⁶⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. trad., de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

¹⁶⁵ Idem, Ibidem, pp. 234-235

grandes estragos. Após a colheita, quebram-se os pés acima do solo: por esse meio eles rendem mais, porque as raízes tem menos volumes de cerne a nutrir, e como cada algodoeiro, brotando novamente todos os anos, não excede a quatro ou cinco pés, a colheita é mais fácil de fazer. Limpam-se as plantações de algodoeiros unicamente uma vez por ano, e, ainda assim, emprega-se só a *foice*. A colheita dura aproximadamente três meses, e, começando em maio, acaba no mês de *agosto*.¹⁶⁶

O algodão era, e ainda é, utilizado para diversas finalidades. A principal delas era, e ainda é, a fabricação de roupas. Ninguém duvida da utilidade desta atividade econômica para a conservação e reprodução da vida nas comunidades urbanas, menos ainda nas rurais, onde a dificuldade em obter outros tipos de fibras tão úteis à fabricação de roupas era um constante. Ninguém duvida também que o algodão tinha, e ainda tem, uma importância comercial considerável como fator produtor de riqueza. Assim, o algodão como o couro terá representado um substitutivo adequado à vida dos moradores dos sertões, utilizado como vestimenta, como cobertores, como cordames, para fazer redes para dormir, enfim, para a manutenção e reprodução da vida do sertanejo. Contudo, Saint-Hilaire não perdia a oportunidade de criticar os métodos de trabalho do lavrador sertanejo acusando-o de desorganizado e pouco produtivo. É o que se nota em observações como estas: “*Nessa região, os campos de algodoeiros não tem sequer esse ar de ordem e limpeza que tanto agrada nos nossos terrenos cultivados, demonstrando a industriabilidade e a atividade do agricultor. Os algodoeiros são plantados sem a menor ordem; arbustos, grandes ervas crescem entre eles; abafam-nos e tornam difícil a colheita.*”¹⁶⁷ Ou então comentários como este:

Como se passa muito tempo desde o momento em que o capulho começa a abrir-se, até aquele em que se acha bastante aberto para que se possam extrair as sementes, o algodão recebe nesse intervalo poeira e orvalho do céu, e frequentemente a parte superior das bolas toma uma coloração amarelada. O algodão, de que a terra fica juncada, e que se perde, demonstra ainda mais a imperfeição desse método de colheita, e a negligência do cultivador.¹⁶⁸

Em seguida, descreve o procedimento para embacotar e armazenar a produção e o processo de beneficiamento rudimentar realizado pelos produtores da região. Mostra o comércio gerado pela produção algodoeira entre as Províncias de Minas Gerais e Bahia, comentando sua rentabilidade. “*Uma parte da safra é manufaturada na região sob a forma de tecidos e cobertas, que se exportam ou consomem-se no local. O resto das colheitas expede-se em rama para Bahia, Rio de Janeiro e diversas partes da própria província de Minas Gerais.*”¹⁶⁹ Como se nota, o algodão teve implicações econômicas importantes para a organização social, econômica e política da região. Aqueles que estiveram envolvidos com ele, quando prosperavam, puderam exercer relações de poder e

¹⁶⁶ Idem, Ibidem, p. 235

¹⁶⁷ Idem, Ibidem, p. 235

¹⁶⁸ Idem, Ibidem, pp. 235-236

¹⁶⁹ Idem, Ibidem, p. 236

influencia na localidade, na região e junto à Corte do Rio de Janeiro. Mas, mesmo quando não prosperavam à esse nível, os agricultores, lavradores, roceiros e camaradas tiveram de onde tirar o seu sustento e o dos seus, isto é, o algodão como se vê em outros setores da economia auxiliou na manutenção e reprodução da vida do sertanejo durante o século XIX.

Outros viajantes destacam a importância econômica e social da produção algodoeira para o norte de Minas Gerais, mas além do algodão enfatizam a produção de gêneros alimentícios arroz, feijão, mandioca, milho e os derivados destes alimentos. Sabe-se, ninguém o nega, que a dieta alimentar do homem do campo é muito diversa daqueles que vivem na cidade, apesar dos aspectos semelhantes, podemos afirmar com segurança que era básica e rudimentar. Contudo, isso não quer dizer que fosse rica em proteínas e nutrientes indispensáveis ao meio ecológico e social do próprio sertanejo ou caipira, como salientou Antonio Candido, era uma dieta alimentar de “mínimos vitais” correspondente aos “mínimos sociais”.¹⁷⁰

Para Roberto Borges Martins, a economia de Minas Gerais durante o século XIX não se configurou apenas como um centro abastecedor de gêneros, objetos e escravos dos mercados da Corte, da Província do Rio de Janeiro e da província São Paulo; não transferiu parte significativa de seu contingente de mão-de-obra escrava para as regiões de expansão cafeeira; não era, ela mesma, um grande centro produtor e exportador de café; não gerou renda, em impostos provinciais, provenientes da agroexportação; enfim, a Província de Minas Gerais manteve durante todo o século XIX índices de crescimento a partir de longo processo de multiplicação e diversificação de setores econômicos para o abastecimento local e regional. A economia mineira durante o século XIX possuía um caráter endógeno. A economia mineira manteve-se relativamente isolada e essencialmente auto-suficiente.

Esta economia encontrou dois mecanismos de alimentação e retroalimentação produtiva para o seu fortalecimento: o abastecimento inter e intraprovincial e o suprimento das demandas locais, mecanismos complementares. Este processo de diversificação econômica, a abundância de terras e o fortalecimento dos mercados internos regionais e locais levaram a um forte nível de importação de mão-de-obra escrava, inclusive para a região sãofranciscana, isto pode ser verificado nas inúmeras tabelas e nos dados agregados apresentados por Martins. Portanto, os trabalhos originais, e já clássicos, de Roberto Borges Martins questionaram com vigor as certezas apresentadas pela historiografia nacional e internacional sobre a economia brasileira e mineira do século XIX.¹⁷¹

¹⁷⁰ CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003. Veja especialmente a “Introdução: o problema dos meios de vida” e “A vida caipira tradicional”.

¹⁷¹ MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cedeplar, UFMG, 1982. Neste estudo há uma série de tabelas que demonstram fatos importantes: primeiro a região sãofranciscana foi uma importadora de escravos, embora em índices não extraordinários; e segundo, o homem livre que vivia na região, o sertanejo, estava plena integrado ao ecossistema e à economia regional.

Martins analisa também a inserção do homem pobre livre no sistema escravista mineiro evidenciando que o sertanejo estava plenamente integrado. Sobretudo, preservou um dos bens culturais e sociais fundamentais a liberdade. Liberdade entendida, e bem entendida, em sentido amplo: de mobilidade, de disponibilidade de sua força de trabalho, de uso de seu tempo e de seu lazer; enfim, o sertanejo amoldou-se às condições ecológicas e sociais do sertão. A tão propalada pobreza do sertanejo assume um outro significado. Ele é pobre, mas é livre para dispor dos recursos físicos e naturais do modo que lhe aprouver. Este fato tem uma importância muito grande para entender a vida social moradores do sertão do São Francisco.

Outros autores também ressaltam essas características econômicas e sociais da Província. Carla Maria Carvalho de Almeida analisando a população escrava de Minas Gerais entre 1750 e 1850, evidencia seu crescimento – por meio da importação e do crescimento vegetativo, sua dispersão na sociedade mineira, a origem social dos escravos – africanos e crioulos -, verifica uma forte presença dos pardos e mulatos na composição social de Minas Gerais, o que aponta para uma forte miscigenação e hibridismo cultural e biológico, enfim, a autora constata que a população escrava em Minas Gerais, particularmente em Mariana apresentou índices de crescimento só comparáveis às capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.¹⁷²

Nos Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais pode-se garimpar informações de toda sorte sobre a vida e sociedade norte-mineira. As informações fornecidas pelos relatórios dos presidentes de província de Minas Gerais sobre a economia de Montes Claros e região permitem recompor a situação socioeconômica da localidade. Assim como acompanhar outras dimensões da vida social. Por exemplo, no relatório do presidente Quintiliano José da Silva de 1846, o presidente nos informa sobre o comércio, a agricultura, a criação de gado vacum, a situação da instrução pública e sobre os ofícios religiosos do termo de Montes Claros, provavelmente essas informações eram referentes ao ano anterior, mas, de qualquer modo, os dados nos ajudam a contextualizar, a ambientar o meio em circulavam homens e mulheres pobres livres e escravos, os homens do sertão O presidente assim apresentava a situação do termo de Montes Claros em 1846:

Os ramos de indústria em geral d'este Município consistem no comercio de fazendas secas e molhados, que entretêm com a Cidade de Diamantina, e com a Praça do Rio de Janeiro, calculando-se os objetos importados anualmente de 80 a 100 contos de réis, e exportando de industria peculiar do país salitre, solas, couros curtidos, tabaco, tecidos de algodão, redes, etc.; açúcar, aguardente, rapaduras, e queijos, sendo este últimos objetos em não pequena escala. Cultivam-se os cereais, e por mera curiosidade o trigo e o café.¹⁷³

¹⁷² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. A população escrava em Minas Gerais. In Revista Eletrônica História do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 1, jan/jul. 1999.

¹⁷³ Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão Ordinária do Anno de 1846 pelo Presidente da Província Quintiliano José da Silva. Ouro Preto.

As atividades econômicas peculiares de Minas Gerais resultaram no aproveitamento também peculiar de sua mão-de-obra escrava ou mesmo na utilização específica do homem pobre livre nessa região. Embora não houvesse uma ciência da estatística no Brasil, àquela época, os historiadores-demógrafos têm feito muito progresso na quantificação das populações coloniais e, especialmente, imperiais. Os dados ainda são insatisfatórios, mas servirão de base indicativa da ocupação populacional da Província e da região.¹⁷⁴ Para que possamos compreender a vida econômica e social dos moradores do médio sertão do São Francisco é necessário saber quantitativamente quem eram eles, somente assim poderemos entender sua inserção econômica, política e social.

O incremento, aperfeiçoamento e diversificação desta atividade produtiva se intensificariam com o correr do século. Mas, entre meados do século XVIII e meados do século seguinte os moradores da região viviam principalmente de sua criação e das revendas da carne ou do leite. Ou ainda utilizavam esses animais para o transporte, carreto ou frete na circulação de mercadorias e bens produzidos na região. Ainda segundo Hermes de Paula:

Sem demora a região foi se povoando – negros fugidos, índios acuados, mineiros cansados de peregrinações frustradas foram por ali se concentrando. E também vieram os companheiros do sertanista Miguel Domingues, expulsos das minas de Itacambira por aqueles que eles chamavam de ‘papudos’.¹⁷⁵

O que é importante destacar é que com a expansão da pecuária houve o crescimento do número de moradores, isto é, a pecuária intensificou a penetração de toda a sorte de pessoas livres e escravas na região. Estas pessoas ampliaram as relações comerciais, agrícolas, artesanais. Elas se envolveram em conflitos interpessoais que resultaram em processos-crimes em Montes Claros e nas circunvizinhas. Este incremento populacional ocorrerá na região, especialmente, pela disputa política pela hegemonia entre Montes Claros, Januária e Coração de Jesus como têm ressaltado uma série de historiadores. Jonice dos Reis Procópio Morelli afirma que “Montes Claros mostrou-se desejosa de dissociar a sua imagem da de distritos retrógrados, como é o caso de Morrinhos (...) os políticos monteclarenses também usaram de estratégias para manipular limites territoriais. A cidade, segura em sua posição como dirigente da Comarca, não teve que lutar com desafios sérios pelo controle municipal, como tinha ocorrido em Januária”. A cidade foi se tornando o centro político, econômico e social da região.¹⁷⁶

¹⁷⁴ Utilizamos aqui os dados arrolados e analisados pelo historiador Tarcísio Rodrigues Botelho para a Província de Minas e para a região em apreço com o objetivo observar a distribuição da população em livres e cativos.

¹⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 7.

¹⁷⁶ MORELLI, Jonice dos Reis Procópio. *Escravos e crimes: fragmentos do cotidiano, Montes Claros de Formigas no século XIX*. Diss. BH: FFCH/UFGM, 2002, p. 61 e ss.

3.3. A população no Brasil e em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

A partir das décadas de 1970 e 1980, os estudos demográficos ampliaram-se e aprofundaram-se buscando compor um quadro detalhado da população brasileira. Estudos pioneiros foram realizados pelos historiadores-demógrafos com a finalidade de construir séries quantitativas as mais precisas possíveis a respeito da população, novas fontes começaram a ser exploradas pelos especialistas para a compreensão desta dimensão do passado da sociedade brasileira tais como listas nominativas, mapas de população, censos e quadros estatísticos governamentais, registros paroquiais, dentre outras. Os estudos populacionais defrontaram-se com inúmeras dificuldades técnicas, metodológicas e teóricas, mas especialmente com embaraços práticos. Estas restrições podem ser resumidas em dois conjuntos: obstáculos externos e internos próprios às séries documentais.

O principal obstáculo externo para a investigação da história demográfica é a insuperável escassez ou ausência de fontes com séries completas. Outra limitação enfrentada pela história demográfica foi a irregularidade com que eram produzidos os mapas, quadros ou censos populacionais no país, isso constituiu também em uma enorme dificuldade a ser vencida. Os especialistas ainda tiveram que enfrentar, quando encontravam séries documentais regulares e completas, as lacunas geográficas. Além dos obstáculos externos, os historiadores-demógrafos defrontaram-se com séries documentais que apresentavam lacunas em relação aos dados que descreviam a população. Listas nominativas em que faltavam dados a respeito das atividades profissionais, ou acerca da filiação, ou ainda acerca das faixas etárias de parte da população mapeada. As constantes mudanças nas unidades administrativas também tornavam confusas as produções censitárias que ora incluíam um município, termo, distrito ou vila em um censo, ora em outro.

Não obstante, essas limitações gerais a história demográfica se tornou cada vez mais sofisticada e apurada do ponto de vista técnico/tecnológico e metodológico com vistas a superar os entraves iniciais ao conhecimento do passado populacional do país. Foram desenvolvidas técnicas para a recolha dos dados como sumários, fichas-cartão, questionários que serviam à formação de enormes bancos de dados que eram analisados por *softwares*. A técnica e a tecnologia auxiliaram estes especialistas a superar boa parte das restrições impostas pela produção e circulação das fontes. Muitas histórias demográficas foram aparecendo nas décadas de 1970 e 1980 revelando novos campos para análise e interpretação do passado brasileiro, contudo, se os especialistas não conseguem ainda, com precisão, ultrapassar o século XVIII, trouxeram elementos fundamentais para a compreensão da realidade social das populações do Brasil. Os pesquisadores Luiza Marcílio, Mircea Buescu, Iraci Del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna e outros foram os pioneiros nesta área de conhecimento no país. Estes estudiosos fizeram suas investigações especialmente nas regiões sul e sudeste do Brasil. Alguns analisaram a composição social global da população, outros se detiveram no estudo de segmentos,

grupos ou camadas da população brasileira, mas todos trouxeram valiosas contribuições que foram incorporadas de forma perene pelos historiadores da história social.¹⁷⁷

Visamos apenas salientar a importância desse campo de reflexões para a compreensão do modo de vida da população sertaneja norte-mineira. Iremos nos valer dos historiadores demógrafos que analisaram a composição demográfica e social da província de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. A ocupação e fixação da população no norte de Minas Gerais somente se tornam inteligíveis ao fornecermos alguns dados populacionais analisados pelos especialistas que estudaram o Brasil e a província da época. A forma como se processou povoamento do território norte-mineiro teve implicações na vida econômica e social dos moradores de localidades tais como Brasília de Minas, Francisco Sá, Itacambira, São Romão, Januária e tantas outras vilas e cidades da região, onde ocorreram atos criminosos registrados nos processos-crime que investigamos. Interessa-nos discorrer acerca de alguns dados populacionais para que tenhamos uma dimensão geográfica aproximada desse processo de povoamento, com vistas a compreender a criminalidade livre e cativa e a intervenção do poder judiciário. Somente assim podemos conhecer *como* e *sobre* quem atuava a justiça na região. E, sobretudo, quais eram as barreiras geográficas, políticas, econômicas e sociais que o poder judiciário teve que enfrentar para impor a ordem, ou melhor, o Império da Lei.

O historiador Tarcisio Botelho (1999) realizou um extenso trabalho demográfico sobre o Brasil imperial. Nele, investiga as relações entre a produção dos censos e a construção do Estado nacional brasileiro. O fulcro central da investigação procura demonstrar que a elite brasileira tanto objetivava aprimorar a produção técnica e metodológica dos censos populacionais como por meio deles descobrir quem e quantos eram os cidadãos que compunham a nação que se desejava consolidar na época. Analisa as dificuldades que essa elite burocrática do Estado enfrentou para consolidar e aperfeiçoar as técnicas de produção censitária, principalmente nas províncias, onde limitações várias restringiam a coleta, circulação e produção dos dados censitários. Alenca entre as restrições desde problemas geográficos até a morosidade e irresponsabilidade dos funcionários encarregados da elaboração dos censos populacionais. Apesar destas limitações o autor demonstra que os censos tinham três objetivos principais para o projeto nacional: administrar, arrecadar e policiar, este último é o que interessa para o nosso estudo.¹⁷⁸

A investigação analisou os dados censitários pertinentes às diversas províncias do Império sempre realçando as limitações intrínsecas e extrínsecas dos dados populacionais. O trabalho interessa-nos porque traz dados da população da província de Minas Gerais dos oitocentos. A análise

¹⁷⁷ Os principais trabalhos destes pioneiros são: MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. Revista de Cultura Vozes. Petrópolis: Vozes, 74(1):39-48, jan./fev. 1980. MATTOSO, Kátia Queirós. Para uma história social seriada da cidade do Salvador no século XIX. In Simpósio Nacional dos Professores de História, 8º., Aracajú, 1975. A Propriedade rural. São Paulo: ANPUH, 1976. v. 3, pp. 1023-1025. LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica de Minas Gerais no período colonial. Revista Brasileira de Estudos Políticos. BH: UFMG (58):15-62, 1984 dentre outros.

¹⁷⁸ BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. População e Nação no Brasil do século XIX. Tese. USP, 1999.

dos dados censitários da província revelaram uma hipótese, já confirmada: Minas era uma província com altas taxas populacionais de livres, cativos e libertos. Para explicar essas taxas o autor lançou mão de duas hipóteses importantes: a migração interna e externa e o crescimento vegetativo da população mineira. O estudo oferece também um quadro geral da evolução da população brasileira a partir dos dados censitários disponíveis que se revelam muito úteis para compreender a mudança de sensibilidade quanto à legitimidade da escravidão no Brasil. Esboçando um painel amplo dessa evolução afirma Botelho:

é possível traçar um primeiro perfil do que foi a população brasileira ao longo do século XIX; (...), é possível perceber que a população escrava, embora tenha crescido em termos absolutos ao longo do período, apresentou um declínio continuado em sua participação no total da população brasileira. Cerca de 31% dos brasileiros eram cativos em 1818, mas apenas 15% o eram em 1872. A taxa de crescimento da população anual com um todo foi de quase 4% entre 1808 e 1818, baixando para 1,93% entre 1818 e 1823 e 2,14% entre 1823 e 1854. Entre 1854 e 1872, este ritmo de crescimento recuou ainda mais, ficando em 1,43%. Tomando-se os segmentos populacionais em conformidade com suas condições sociais, tem-se que os livres cresceram acima de 2% ao ano entre 1818 e 1872, enquanto os cativos cresceram entre 0,7% e 0,5% ao ano.¹⁷⁹

Estas considerações gerais acerca da população brasileira ao longo do século XIX corroboram a hipótese de Borges Martins e sustentam os problemas colocados por ele a respeito da economia escravista mineira, que discutimos anteriormente. Apóiam também as análises feitas por diversos revisionistas do escravismo que enxergam no declínio da escravidão e no crescimento das manumissões uma mudança de sensibilidade da sociedade brasileira, voltaremos a esse assunto. Por ora, vale observar que a população cresceu significativamente, talvez, como resultante de avanços técnicos, econômicos e sociais que incorporaram de modo regionalizado e desigual os diferentes grupos sociais a ela pertencentes. Os dados populacionais respeitantes a Minas Gerais evidenciam essa evolução, regionalização e desigualdade demográfica de modo expressivo.

Tarcisio Botelho apresenta dados que cobrem toda província de Minas Gerais para os anos de nos anos de 1818, 1833-1835 em 1872. Apropriamos-nos desta contribuição associando-a àquelas apresentadas em estudo feito sobre a região de Montes Claros, com vistas a aquilatar a representatividade da população norte-mineira no conjunto da província. Vejamos, inicialmente, os dados referentes à Província, em seguida, focalizemos Montes Claros e região para que possamos extrair os elementos essenciais à composição do quadro populacional do médio São Francisco. Este procedimento permite caracterizar a população norte-mineira, isto é, os sertanejos. Isto permite conhecer a população sob três perspectivas condição social, cor e sexo e possibilita analisar melhor

¹⁷⁹ Idem, Ibidem, p. 65. Há uma nota do autor trazendo uma fórmula utilizada para calcular as taxas de crescimento anual da população. Para entender e aceitar os resultados expostos acima a consideramos adequada tecnicamente. Veja também os dados da tabela 1.

tanto o emprego da mão-de-obra como os traços fundamentais dos moradores e de seu modo de vida na localidade estudada.

Quanto à condição social da população mineira os dados censitários apresentados não revelam uma disparidade muito grande entre livres e escravos em relação a outras províncias eminentemente escravistas, antes do censo geral de 1872. Os dados mostram que a parcela cativa da população mineira representava cerca de um terço do total. Esta situação muda radicalmente, após o censo geral, em que os escravos passam a configurar 18,20% da população total, mesmo mantendo taxas de crescimento anual superiores às do Brasil em geral. As taxas de crescimento da parcela livre da população também se mantiveram elevadas. A taxa de crescimento anual da parcela livre da população passou de 1,8% entre 1818 e 1834 para 3,4% em 1872. Para Tarcisio estes índices:

são compatíveis com as conclusões das análises atuais sobre a província mineira, onde o declínio da mineração e a ausência de uma economia exportadora não significaram uma regressão econômica e, conseqüentemente, demográfica, ao contrário, Minas Gerais manteve a maior população, livre e cativa, do Brasil imperial e conheceu elevadas taxas de crescimento demográfico.¹⁸⁰

E acrescenta que tais índices revelam em relação aos livres razões de masculinidade e feminilidade específicas. A parcela livre da população mineira manteve um equilíbrio na distribuição entre homens e mulheres, situação que somente se alteraria no final do século. Por outro lado, a parcela cativa população manteve as razões de masculinidade sempre acima das de feminilidade, isto é, havia uma desigualdade entre homens e mulheres que sofreria um declínio ao longo do século, sem, contudo, afetar o predomínio masculino. Tais disparidades entre homens e mulheres derivam de fatores econômicos, biológicos e sociais. Elas são comentadas mais adiante, por ora, vale destacar que a principal força de trabalho nas lides da macroeconomia sempre foi masculina no Brasil do século XIX. No que se refere aos dados agregados para cor e condição social as tabelas 12 e 13 confirmam as constantes menções feitas pelos viajantes e pela historiografia da escravidão de que a população mineira da época era composta por um elevado número de mulatos e pardos. Os pardos representavam em torno de 15% da população total tanto para 1818 como para 1872, fossem eles homens ou mulheres.¹⁸¹

¹⁸⁰ BOTELHO, op.cit. p. 77.

¹⁸¹ BOTELHO, op. cit. p. 78.

3.4 A população livre e cativa em Montes Claros e seus Termos¹⁸²

Para Montes Claros e região, Tarcisio Botelho, apresenta dados que reforçam essas informações permitindo compor um quadro geral e aproximado da população do município. O conhecimento acumulado sobre a população mineira em geral, e norte-mineira, mais especificamente, serve para compreender tanto a ocupação e povoamento da região como para entender o impacto que a justiça teve sobre essa população residente ou móvel que vivia na Província e no sertão. Neste sentido, o trabalho de Iraci Del Nero da Costa *Populações Mineiras*, traça um amplo quadro da população da Capitania/Província que permite avançar algumas interpretações sobre a sociedade, a economia e o Estado nessa porção do país, no tocante à ocupação e povoamento do território. O autor estuda a estrutura populacional da região mineradora. A maioria dos analistas da história mineira concentra-se nesta região, utilizamos estes estudos como contraponto, pois a região sãofranciscana teve um processo de ocupação e povoamento, em linhas gerais, motivado pelo apresamento, exploração de riquezas minerais e as guerras de conquista. Embora, as motivações iniciais fossem essas, observamos que excetuando a região diamantífera de Diamantina, Itacambira, Serro e mesmo São Romão, a ocupação e fixação dos colonizadores concretizou-se antes mesmo da exploração diamantífera com o estabelecimento das fazendas criatórias e de pequenas produções agrícolas.¹⁸³

As pesquisas realizadas pelo professor Iraci Del Nero da Costa assumem relevância para nossa investigação à medida que ele analisa a estrutura de posse e propriedade de escravos nas regiões mineradoras, e demonstra um elevado número de escravos e uma forte dispersão da propriedade escrava entre os proprietários mineiros. No norte de Minas Gerais não foi esse o padrão de posse e propriedade escrava. Temos nesta região uma escravaria reduzida, embora também dispersa, e que, devido às peculiaridades econômicas e ecológicas que já discutimos, se dedicava às

¹⁸² Os Termos eram áreas que se inscreviam na jurisdição administrativa, eclesiástica e judiciária da sede da Comarca. A partir de 1831, quando pela primeira vez a Vila de Montes Claros de Formigas tornou-se sede da Comarca, figuravam como seus Termos Contendas, atual Brasília de Minas; Santíssimo Sagrado Coração de Jesus, atual Coração de Jesus; e Bomfim. Houve durante todo o século XIX mudanças de sede da Comarca, mas em linhas gerais essas povoações sempre estiveram sob a esfera de atuação da vila de Montes Claros. Neste sentido, valem as observações da professora Jonice Procópio “As localidades situadas entre o Rio das Velhas, Rio São Francisco e a Bacia do Rio Verde Grande, ou seja, no Sertão norte-mineiro, apresentam mudanças de subordinação administrativa ao longo de todo o século XIX. Assim, por exemplo, Tremedal esteve subordinado à Vila de Montes Claros de Formigas até meados de 1840, passando então a estar subordinada à Grão Mogol e mais tarde à Rio Pardo de Minas. Em 1886, Montes Claros não mais pertence à Comarca do Rio São Francisco e sim a Comarca de Jequitahy, que se compunham então de dois municípios: Montes Claros e Jequitahy. Estes abarcavam, respectivamente, os seguintes distritos: Coração de Jesus, Sant’Anna de Contendas, Santo Antonio da Boa Vista e São Gonçalo do Brejo das Almas, Bom Sucesso e Almas do Guaicuhy, Senhor do Bomfim e Sant’Anna dos Olhos D’Água. O Arraial da Barra do Rio das Velhas, posteriormente Villa de Guaicuhy, pediu ao governo provincial na década de 1870 sua subordinação à Villa de Montes Claros de Formigas, em função das dificuldades de se atravessar o Rio São Francisco por ocasião dos períodos de enchentes.”

¹⁸³ COSTA, Iraci Del Nero da. *Populações Mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981. (IPE/USP – Ensaios Econômicos, 7). Veja especialmente o Capítulo 1 – Fatores condicionantes da ocupação e povoamento das Gerais. pp. 9-55. Consulte-se ainda quanto à demografia: COSTA, I. Del N. da. História e Demografia. In Revista de História, nº. 109, São Paulo: FFLCH/USP, 1977.

atividades de subsistência, mercantis residuais e à criação de gado *vacum*. Não só os escravos, mas também a mão-de-obra livre pobre e liberta. A situação dos grupos sociais marginalizados e as relações senhor/escravo eram diametralmente opostas. Os recentes trabalhos produzidos sobre a região constataam este fato. Os dados disponibilizados por Botelho (1994) abarcam os anos de 1832, 1838 e 1872, e foram agregados para os termos da vila de Montes Claros de Formigas, mas são úteis para a compreensão da composição da população na região. Já salientamos as limitações gerais dos estudos demográficos, mas mesmo a utilização destes dados merece um comentário crítico. Primeiro vejamos os dados populacionais agregados pelo autor:

Tabela 7¹⁸⁴
População de Distritos Seleccionados, 1838

Distrito	Livre		Escravos		Total
	N	%	N	%	
Montes Claros	5.001	90,6	518	9,4	5.519
Contendas	3.914	90,1	430	9,9	4.344
Coração de Jesus	2.767	85,0	488	15,0	3.255
Bomfim	2.725	79,8	691	20,2	3.416
São Romão	946	82,8	197	17,2	1.143
Januária (Brejo)	1.329	67,4	642	32,6	1.971
Total geral ¹⁸⁵	16.682	63	2996	17	19.678

FONTE: BOTELHO, Rodrigues Tarcísio. Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994, 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social) FFLCH, USP, São Paulo. p. 68.

Tabela 8¹⁸⁶
População de Distritos Seleccionados, 1872

Distrito	Livre		Escravos		Total
	N	%	N	%	
Montes Claros	8.862	88,6	1.143	11,4	10.005
Contendas	13.293	96,1	544	3,9	13.837
Coração de Jesus	5.923	85,2	1.026	14,8	6.949
Bomfim	4.889	87,3	714	12,7	5.603
São Romão	2.672	92,5	216	7,5	2.888
Januária (Brejo)	7.876	92,2	664	7,8	8.540
Total geral					

FONTE: BOTELHO, Rodrigues Tarcísio. Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994, 208 f. Dissertação (Mestrado em História Social) FFLCH, USP, São Paulo. p. 68.

Ao observarmos as duas tabelas transcritas acima notamos que em comparação com a população livre a população cativa de alguns distritos reduziu entre 1830 e 1870. Porém, se compararmos a população cativa existente na região selecionada para os dois períodos 1838 e 1872 constatamos que houve um crescimento deste segmento da população em todos os distritos. Constatamos também se compararmos as duas tabelas que a população livre cresceu significativamente entre os dois momentos selecionados. O aumento populacional que mais chama a atenção entre os escravos situa-se nos distritos de Montes Claros e Coração de Jesus. As tabelas acima também permitem constatar um outro fato significativo: o crescimento e concentração populacional de

¹⁸⁴ BOTELHO, R. T. op. cit. p. 68. Tabela 6 do autor.

¹⁸⁵ Incluímos este item nas tabelas do autor para obtermos a soma total da região selecionada. Portanto, este item não integra as tabelas e nem tampouco é de responsabilidade do autor.

¹⁸⁶ BOTELHO, R. T. op. cit. p. 68. Tabela 7 do autor.

homens livres no planalto entre o São Francisco e os rios Verde e Verde Grande, esta região como já afirmamos era a mais propícia para o desenvolvimento de certas atividades econômicas.

A oscilação da população no norte de Minas Gerais pode ser interpretada de duas maneiras diferentes sob o ponto de vista interno e externo. Do ponto de vista interno, isto é, intraprovincial, duas ou três razões mais significativas se conjugam para explicar essa oscilação, particularmente, em relação à população escrava. A primeira delas estava relacionada ao desenvolvimento econômico de outras regiões da província que acabaram absorvendo parcela dessa mão-de-obra; uma segunda razão, liga-se à precariedade dos registros censitários de que já falamos – não importando se essa precariedade era fruto de incúria administrativa ou fraude para evitar impostos – uma terceira razão, liga-se à própria atividade exercida na região que diante de problema conjunturais, e mesmo regularmente, poderia prescindir da mão-de-obra escrava. Estas três razões econômicas são importantes para compreender a oscilação da população escrava na região. Mas, há muitas outras, como as circunstanciais epidemias, evasão demográfica dos proprietários, alforrias e demandas judiciais pela liberdade, mortes, entre outras.¹⁸⁷

Por outro lado, a região assistiu a uma oscilação positiva da população livre surpreendente de aproximadamente 16.000 para 40.000 habitantes em Montes Claros e seus termos, entre os dois períodos. Este fato revela uma concentração e forçosamente indica um certo grau de prosperidade e desenvolvimento. Vários fatores contribuíram para essa oscilação positiva da população livre na região. A abertura de estradas, o processo de diversificação produtiva, o declínio de alguns municípios, o fortalecimento do poder político de Montes Claros, a ampliação das redes de comercialização e abastecimento são fatores que contribuíram para o crescimento da população livre. Vejamos em detalhes cada um destes fatores e como eles influíram no crescimento da região que de uma economia relativamente pequena e isolada vai se integrando às relações econômico-sociais mais amplas, em que a justiça passará a atuar cada vez mais, embora nem sempre com o êxito desejado pelos governantes e administradores provinciais, locais e do governo central.

Os distritos de Montes Claros, Contendas, Coração de Jesus, Bonfim, São Romão e Januária compunham o primeiro dos círculos concêntricos, de onde irradiou-se o fluxo de comércio e produção de riquezas que iria atingir os dois outros círculos que mencionamos. Como pode ser observado no **Mapa [2]** o primeiro círculo concêntrico localiza-se na área selecionada por Tarcisio Botelho.

¹⁸⁷ A respeito das demandas judiciais por liberdade e cartas de alforria na região veja dissertação produzida por: JESUS, Alysson Luiz de Freitas. O Sertão Oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais – 1830-1888. Diss. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Mapa 2 – Distritos do Norte de Minas e Rotas de Comércio, entre os séculos XVII e XIX.

Fonte: SANTOS, Márcio. Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. BH: Editora Estrada Real, 2001, p. 116.

A esta área pertenciam ainda os distritos ou termos Barra do Rio das Velhas, Olhos da Água, Itacambira, Brejo Grande, Pedra dos Angicos, Fazenda da Jaíba, Matias Cardoso e Malhada conforme se vê no mapa acima, sempre no sentido Sul-norte. No mapa percebe-se que a extensa área mantinha relações comerciais com a Bahia e os caminhos, estradas e picadas permitiam um trânsito intenso entre os próprios distritos do norte da província Minas Gerais. Havia como estamos mostrando círculos concêntricos de comércio e intercâmbio entre as diversas localidades inclusive nalgumas delas ocorreram alguns crimes, dos quais falaremos no capítulo 5. É possível notar também que essas localidades situavam-se próximas a bacias hidrográficas que facilitaram a fixação e o desenvolvimento daquelas atividades econômicas que discutimos anteriormente, além disso elas eram fontes de abastecimento para as populações e animais, vias de transporte e meio de circulação como bem se

pode imaginar. Por todas estas características conclui-se que o sertanejo apesar de momentos de adversidade encontrou local propício para o seu estabelecimento e domicílio.

Capítulo 4. – Os crimes no Médio Sertão do São Francisco, a eficácia da lei: homicídios de livres e cativos.

4.1 Os sertanejos: simetrias e assimetrias sociais no universo do crime

Para entender a atuação da justiça e a administração dos conflitos nos sertões do Brasil é preciso conhecer quais as pessoas que estiveram envolvidas, direta ou indiretamente, com o poder judiciário como objetos da ação da justiça, é necessário demarcar as diferenças sociais que existiam entre os diversos grupos e indivíduos que com que se enredaram com os tribunais, somente assim poderemos compreender as simetrias e assimetrias que se expressavam nos combates pelos direitos, deveres e obrigações, na “negociação da ordem”. Posto que, como já dissemos, a compreensão que um fazendeiro tinha da justiça não era a mesma de um escravo. Ou seja, a percepção os moradores do médio sertão do São Francisco tinham da justiça dependia da posição social que ocupavam e das relações sociais que estabeleciam com os seus amigos, vizinhos, colegas de trabalho e com as instituições estatais. É preciso esboçar uma estratificação social da população da região mesmo que, precária e imprecisa, para compreendermos essa sociedade.

Iremos nos orientar pelas reflexões desenvolvidas nos trabalhos de Laura de Mello e Souza, Kátia Queirós Mattoso, Ivan de Andrade Vellasco, Marcelo Godoy, entre outros. Embora não possamos recorrer aos índices de riqueza constantes nos inventários, à listas nominativas, e outros documentos censitários, que muito contribuiriam para aclarar a questão, tentaremos propor uma estratificação provisória com base na historiografia. Trabalhamos com as seguintes categorias: a). Fazendeiros, b). Criadores c). Lavradores, d). Roceiros, e). Comerciantes, f). Trabalhadores artesanais, g). Empregados agrícolas, em criação e cultivo da terra e h). Escravos. Torna-se necessário, antes de avançarmos quaisquer comentários mais detalhados acerca destas categorias, explicitar quais moradores da região se enquadrariam nesta classificação e porque eles se encaixariam nesta categorização.

Começemos pelos fazendeiros e criadores e, para esse grupo, utilizamos os mesmos padrões adotados pela historiografia aliados aos dados constantes nos processos-crimes. Para definirmos os que moradores pertenciam a essa categoria utilizamos dois critérios básicos: a renda e a declaração institucional, isto é, à menção que foi feita nos processos criminais qualificando como fazendeiro, esse ou aquele, indivíduo, mas é necessário esclarecer que nem sempre os processos mencionavam a qualificação ou profissão dos envolvidos como réus e vítimas. Os dados acerca da qualificação profissional são mais consistentes para as testemunhas e informantes. A historiadora

Kátia Queirós Mattoso elaborou para o estudo da sociedade baiana do século XIX, a partir dos inventários e testamentos, uma estratificação social que, esquematicamente, podemos adequar ao estudo das comarcas do Sertão. Dissemos que naquelas paragens a principal atividade econômica foi a criação de gado, logo os criadores despontam como um grupo social de elite, pois naturalmente possuíam um grau de riqueza, status e posição política que os distinguia juntamente com os fazendeiros, dos lavradores e roceiros. Esta categoria foi tipificada pela historiadora como grupo de elite. Nos processos criminais como se verá mais adiante, as principais ocupações mencionadas para os réus se relacionavam às atividades agrícolas. Mas, poucos foram os fazendeiros ou criadores mencionados como réus [Quadro 6].

Os fazendeiros e criadores de gado encaminhavam os seus conflitos pessoais e institucionais, muitas vezes, de maneira extralegal. Os problemas vivenciados por esse grupo social naquelas regiões, muito raramente, chegavam às barras dos tribunais. Esta é uma das explicações que aventamos para a inexpressiva presença desse grupo entre os réus. Os conflitos no universo doméstico, nas relações econômicas e políticas envolviam quase sempre uma solução na esfera privada, pois as suas relações sociais engendravam-se entre iguais e o recurso à justiça, por exemplo, poderia denotar fraqueza, perda de poder e desprestígio. Podemos enquadrar neste grupo ainda os funcionários da administração municipal e judicial, mais extensivamente, os funcionários da administração pública em nível local. Pois, eles eram também fazendeiros, criadores e comerciantes, e alguns deles como Joaquim José de Azevedo se acreditavam acima da lei como bem observou Judy Bieber:

Joaquim José de Azevedo's crimes and schemes were legion. In 1830, he arrived in São Romão with a group of armed slaves, demanding that the jurisdiction of the town be turned over to him. In 1834, he was tried for the crime of reducing a free girl to slavey. His friend Francisco Vaz Mourão, who was also president of the jury, contracted a lawyer for his defense and manipulated the jurors to secure a narrow acquittal for his client. After one juror admitted that he had been 'obligated' to sign in Joaquim Jose's favor, a second trial was set. Under the stern eye of the juiz de direito, justice was done, and Azevedo was sentenced to nine years in prison. Joaquim José fled the Montes Claros jail in 1837 and hid in Januária, where he had many friends in the judiciary, who frequently were seen playing cards at his home.¹⁸⁸

O fazendeiro Joaquim José de Azevedo, assim como outros, cercado de escravos, agregados e dependentes valia-se desse séquito armado para impor seu poder político e seu status social. Logicamente, havia fazendeiros diferentes de Azevedo, mas, via de regra, eles não recorriam com frequência à justiça para resolver seus problemas privados. Kátia Q. Mattoso argumenta que este grupo de elite seria o que detinha melhores condições e maiores recursos para a tomada de decisão, os

¹⁸⁸ BIEBER, Judy. op. cit. p. 120 e ss.

que poderiam concorrer aos cargos públicos, aos títulos e às vantagens sociais e econômicas inerentes à sua posição social.¹⁸⁹

Os lavradores e roceiros enquadrar-se-iam na categoria social de homens pobres livres proprietários. A posição social deste grupo seria determinada pelas relações com os grandes e médios proprietários e entre si. Mas, havia uma diferença entre o lavrador e o roceiro: um trabalha somente para si, em sua propriedade. Ocasionalmente, poderia dedicar-se a ajudar um compadre, comadre ou vizinho. Porém, o lavrador era um homem pobre livre que tinha como manter-se economicamente. Por outro lado, o roceiro compunha o grupo dos micro-proprietários que tinham que trabalhar para outros fazendeiros, criadores ou lavradores. O roceiro sempre procurava manter relações de sociais com esses outros grupos – compadrio, comadrio, afilhamento, apadrinhamento – ou mesmo manter vínculos conjugais, “fazer um bom casamento”. Havia entre o fazendeiro e o criador uma relação entre iguais, ao passo que entre o lavrador e o roceiro havia uma relação entre quase iguais. Nos processos-crimes analisados neste estudo predominavam os lavradores e roceiros [quadro 6].

Os empregados agrícolas, na criação e cultivo da terra figuraram em número muito reduzido na amostragem analisada. Em particular, poderíamos agregar e assemelhar a situação dos trabalhadores agrícolas empregados em atividades criatórias e no cultivo da terra aos roceiros. Os empregados agrícolas eram homens pobres livres não-proprietários que trabalhavam para fazendeiros, criadores e lavradores, vê-se que a única diferença entre os roceiros e os empregados agrícolas residia no fato dos primeiros não possuírem propriedade. Este grupo seria o que mais se aproximava dos escravos sob o ponto de vista econômico, mas que se assemelhava aos roceiros quanto à submissão e dependência social. Comerciantes e trabalhadores artesanais quase não aparecem entre os réus acusados de homicídio. Os comerciantes se definiam pelas próprias atividades econômicas que realizavam, geralmente, ligadas ao comércio, empréstimo e transações de compra, venda ou revenda de bens e produtos. Os trabalhadores artesanais figuraram muito pouco nos processos como réus. Não sabemos se no conjunto dos processos-crimes analisados os réus incluídos na rubrica “outros” e “N/E” conteria alguma destas categorias de que estamos tratando, pois os processos não esclarecem este aspecto.

Historiadores, economistas, viajantes e cientistas sociais têm verificado que a economia regional em Minas Gerais se diversificou e se especializou antes, durante e após a fase mineradora em toda a província. Esta hipótese foi confirmada pelos dados que encontramos nos processos criminais. Os homens livres e cativos empregavam-se nas mais variadas atividades agrícolas e criatórias. O processo movido contra Victor Modesto de Sousa em 1846 evidencia o emprego da mão-de-obra sertaneja no cultivo e fabrico de roupas rústicas de algodão, como já havia salientado Saint-Hilaire. O

¹⁸⁹ MATTOSO, Kátia M. de Q. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec. Salvador: SMEC, 1978, pp. 160-164 e ss.

auto de qualificação, que apresenta as principais características do réu, explicita a atividade econômica da seguinte maneira: “sua profissão é de fiar algodão com sua mulher para [se] sustentarem e vestirem por ser – sua mulher – enferma de uma inflamação a seis anos, e por essa causa não pode trabalhar”¹⁹⁰

Em vista de tudo isso não será possível categorizar de modo tão claro como o fez Ivan Vellasco para a Comarca do Rio das Mortes a sociedade das comarcas do sertão em: *elites*, *classes medias* e *escravos*.¹⁹¹ Pelas razões que mencionadas teríamos a seguinte classificação: *livres pobres proprietários*, *livres pobres não-proprietários* e *escravos*. Os cronistas locais e regionais enfatizam que número da escravidão na região do médio sertão do São Francisco seria reduzido. Provavelmente estejam corretos, pois as atividades criatórias não necessitavam de grandes contingentes de cativos para o manejo do gado e, provavelmente, os fazendeiros e criadores recorreriam à utilização de mão-de-obra de homens pobres livres para esse e outros tipos de atividades. O nível de complexidade das atividades econômicas nessa região envolveria a conjunção de várias atividades produtivas tais como: plantio de pequenas roças de cereais e hortaliças, o comércio de varejo dos pequenos armazéns e botequins, o artesanato e a criação de animais, especialmente o gado vacum, como já foi dito. Uma economia diversificada, complexa, mas com baixos índices de produtividade e monetarização, em que tinha forte peso o sistema de trocas.

A mão-de-obra livre e cativa, os marginalizados sociais, foi utilizada na agricultura, na agropecuária e na comercialização em pequena escala, entre outras atividades produtivas, neste sentido, é possível imaginar, sem muito erro, que proximidade nas fazendas, sítios e roças, onde as atividades criatórias e agrícolas eram executadas permitiram um intenso contato entre livres, libertos e escravos e uma intensa veiculação de informações, ou seja, a formação uma rede de contatos que colocavam as populações desta localidade afastada da província mineira a par das notícias, boatos e escândalos de dentro e de fora da Província. Posto que, a cada tropa chegava, a cada comboio passava e a cavallhada que desfilava, ou festejo que ocorria isso permitia aos moradores dos sertões um novo reencontro, e nesses momentos as informações corriam de boca-em-boca.

Neste contexto, as relações sociais entre livres pobres e escravos teriam sido tensas e intensas. A proximidade dos grupos comunitários e o isolamento geográfico, apesar de serem fatores opostos, atuaram como elementos fundamentais na formação, tantas vezes, de laços de solidariedade, mas também favoreceram os conflitos entre escravos e homens pobres livres. Para senhores, escravos e homens pobres livres, especialmente os dos sertões, muitas das categorias tais como “Império”, “Pacto Social” ou “Contrato Social”, “Liberalismo”, “Capitalismo” e “Burguesia” “Justiça”, “Lei” teriam alguma significação? Como penetrar um mundo em si fechado, às vezes, desconfiado, às vezes,

¹⁹⁰ DPDOR/ AFGC. Processo-crime nº. 000.022. 04/05/1846, fl. 3.

¹⁹¹ VELLASCO, Ivan de Andrade. op. cit. p. 78. Quanto à categorização dos trabalhadores manuais veja: GODOY, Marcelo Magalhães, SILVA, Leonardo Vianna da. Artes manuais e mecânicas na Província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais. BH: LPH Revista de História, nº. 9, 1999, pp. 59-111; BOTELHO, T. R. op. cit. p. 57.

hospitaleiro e, ao mesmo tempo, agressivo dos homens do sertão, terra de vacas, vaqueiros e vaquejadas? Como compreender o *modus vivendi* de grupos sociais que estavam sujeitos a todos os tipos de pressões e tensões, desmandos e arbitrariedades, posto que isolados sob a “proteção” de um ou mais potentados locais, ou seja, vivendo relações sociais profundamente assimétricas? O estudo dos crimes cometidos nesta região evidenciou os conflitos, solidariedades, submissão, dependência e a violência imperativa ocorrente entre os homicidas do sertão e como eles lidaram com a justiça. Como eles conformaram esse universo violento.

4.2. A Justiça, o crime e a lei no sertão norte-mineiro: limites e possibilidades de análise.

As fontes judiciais – processos criminais, compilações de leis, códigos Criminal e de Processo e suas reformas subsequentes – possuem peculiaridades que merecem um comentário, tanto para explicitar suas possibilidades como suas limitações para a apreensão da realidade social nacional regional e local. Começamos pelos processos criminais. Esta fonte tem sido utilizada há mais ou menos uns quarenta anos pela historiografia, portanto, não é um material inédito. Mas a sua utilização tem sido particularmente importante para conhecermos o cotidiano da justiça e de seus envolvidos. Mereceu abordagens diferenciadas dos historiadores, sociólogos e antropólogos de acordo com o que se desejava enfocar – livres, libertos ou escravos – tipos de delitos – contra a propriedade, contra os costumes ou contra a vida e a segurança da pessoa, - eficácia ou eficiência da justiça – no caso de um estudo sobre as práticas da justiça. Enfim, a história quantitativa, qualitativa, comparativa, do cotidiano e social se valeram de fontes judiciais.

Dentre todas as fontes judiciais a que mais tem sido utilizada são os *processos criminais*. Um processo criminal era instaurado toda vez que ocorria uma transgressão à norma penal, e a justiça tomava conhecimento do fato. Podemos dizer que o processo seguia uma trajetória mais ou menos definida sob o ponto de vista normativo que ia da queixa à sentença final, passando por recursos e apelações. A maioria dos historiadores que trabalharam com fontes judiciais se preocupou com o *status* dos criminosos – livres, escravos e libertos – e como isso teria influenciado na prática do crime. Ou seja, o estudo da criminalidade mereceu, primeiramente, a atenção dos historiadores da escravidão, que analisaram as recíprocas influências que o sistema teve no universo do crime e o crime no universo da escravidão.

O crime e a criminalidade são coisas distintas. O crime é o fenômeno isolado, o fato que se manifesta que irrompe num determinado momento de confronto entre sujeito e objeto, e entre sujeitos. A criminalidade é um fenômeno mais amplo expressa uma realidade densa como o crime, mas deixa transparecer certas regularidades, padrões e mecanismos comuns que interligam os fatos isolados que são os crimes. Tanto o crime como a criminalidade expõem o que a sociedade pensa

sobre si mesma, neste sentido, o estudo de casos isolados como dos padrões gerais permite entender melhor a sociedade brasileira e mineira. Concentramos nossas preocupações no que Boris Fausto chamou de regularidades que permitem

perceber valores, representações e comportamentos sociais através da transgressão da norma penal. Isso pressupõe uma opção prévia, como resposta a uma questão freqüente em estudos sobre criminalidade. Ao lidarmos com o crime estaríamos lidando com uma relação individual aberrante, pouco expressiva dos padrões de conduta ou das tensões reais de uma determinada sociedade? A história da criminalidade seria quando muito uma história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente? Parto de outro ponto de vista, ou seja, de que se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais. (...) A preocupação com as regularidades não significa, porém, o abandono do excepcional ou daquilo que na aparência é apenas pitoresco.¹⁹²

Existiriam diferenças entre os crimes de homicídio praticados na cidade e no campo? Elementos atenuantes ou agravantes que minimizariam ou tornariam mais requintados os crimes? Até que ponto o mandonismo local seria responsável por alguns dos crimes de homicídios praticados pelos sertanejos do norte de Minas Gerais? Ódio, vingança, desavenças pessoais, querelas cotidianas de auto-affirmação da personalidade dos homens do campo, quais desses elementos influiriam na hora do ato criminoso? Os processos criminais fornecem respostas parciais para alguns dos muitos crimes ocorridos durante o século XIX em Minas entre os grupos marginalizados da sociedade.

Quando nos deparamos com uma sociedade rural, essencialmente, mestiça, com índices de escolaridade abaixo das expectativas existentes na época, vivendo em relações de dependência e submissão e relativamente isolada dos grandes centros de poder da província e da sede do governo da Corte, nestas circunstâncias precisamos perguntar: o “código da civilização” e o “código do sertão” mantiveram uma relação de forças, qual era essa relação e como ela determinou a conformação da sociedade em questão? Em outras palavras, no sertão norte-mineiro havia um padrão de comportamentos típicos daquela sociedade que entraram em choque com outro padrão de cultura e valores considerados civilizados? O estudo dos processos-crime pretendeu observar como esses dois códigos civilizacionais e organizacionais deram uma feição específica para os moradores e seus costumes naquela localidade. Dito de outro modo, o estudo analisa quais os limites e possibilidades de compreensão de uma sociedade específica por meio da justiça, do crime e da lei no Norte da Província de Minas Gerais.

¹⁹² FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 27.

4.3. O crime e os criminosos: tipologia e categoria social de análise.

Ao analisar os homicídios cometidos por escravos e homens pobres livres. Tivemos como intuito principal apreender e compreender tanto os atos criminosos como a criminalidade no contexto do médio São Francisco, tanto a vida cotidiana como as práticas da justiça, para que pudessemos traçar as distinções fundamentais entre os crimes e os criminosos daquela região e de outros pontos da província. Visamos recompor o universo social em que os atos criminosos foram praticados, e para isso foi necessário fazermos uma tipologia dos crimes que foram praticados naquela região, somente assim podemos demonstrar que os crimes de zonas rurais e zonas urbanas guardam diferenças e semelhanças entre si, ou seja, iremos demonstrar a especificidade da criminalidade em comunidades rurais como a de Montes Claros e sua região. Procuramos, primeiramente, fazer uma síntese do perfil dos criminosos e da criminalidade, principalmente, em zonas rurais que foram as áreas mais estudadas pela historiografia brasileira.

O estudo dos crimes isolados e o tratamento estatístico dos crimes permitiram apreender as singularidades e as regularidades dos comportamentos sociais no momento da transgressão não somente da sociedade norte-mineira, mas do próprio poder judiciário. Se, por um lado, a vida das pessoas era devassada entreabrindo possibilidades de conhecê-la em diversas situações cotidianas, por outro, a intervenção do poder judiciário diretamente contendo, vigiando ou reprimindo os atos ilícitos descortinou os limites de eficácia do judiciário oitocentista no norte de Minas. Apresentamos a partir desse momento os dados estatísticos que revelam o perfil da criminalidade na região. É evidente que um estudo de criminalidade completo precisaria considerar o movimento dos crimes em toda província, o efetivo cumprimento das penas cominadas, os recursos e apelações que ocorreram em todos, ou na maioria dos casos, enfim, a comparação com outras províncias do Império. Estas dificuldades foram parcialmente controladas e contornadas, mas seria mais apropriado dizer o movimento do crime na região do médio São Francisco – Montes Claros e região – teve suas principais características deslindadas.

O perfil do criminoso norte mineiro, implicado em crimes de homicídio, pode ser captado através dos dados expressos nos processos criminais. É preciso que se diga que os dados tanto referentes aos réus como às vítimas são muito lacunares, mas quando houve menção na documentação trabalhamos com as seguintes variáveis: sexo, *status* social, estado civil, naturalidade, ocupação. Procuramos mapear também os locais onde aconteceram os delitos e se havia cúmplices envolvidos. Tabulamos também as armas utilizadas para o cometimento dos crimes, o grau de parentesco entre os cúmplices e as vítimas e os tipos de punição que foram aplicadas aos criminosos. Todo esse procedimento visou traçar um quadro amplo dos criminosos. Para a composição deste perfil dividimos o longo período de 1830 a 1880 em dois menores de 1830 a 1850 e de 1850 a 1880, com o intuito de

observar possíveis variações na caracterização dos criminosos. Os dados foram tabulados sendo apresentados em forma de quadros. O quadro abaixo apresenta as variáveis que foram passíveis de quantificação e os dados referentes à quantidade de processos, réus e vítimas envolvidas em crimes de morte.

Tabela 9

Variáveis analisadas nos Processos-crimes de homicídio, réus, 1833-1873 - Montes Claros e região

Variáveis	Processos-crimes	% das variáveis
1. Sexo	117	100%
2. Status legal	83	71,0%
3. Estado Civil	69	59,0%
5. Faixa Etária	52	44,5%
6. Ocupação do réus	59	50,5%
7. Localidade onde os crimes ocorreram	117	100%
8. Tipos de armas utilizadas pelos réus	115	98,3%
9. Sentença proferidas contra os réus.	117	

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

Tabela 10

Processos-crimes de homicídio, réus e vítimas, 1833-1873 - Montes Claros e região.

Quinquênios	Nº Processos	Nº réus	Nº vítimas
1830-1850	36	40	43
1855-1871	59	62	37
1872-1873	16	16	16
Total	111	118	96

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1850.

A primeira constatação emanada pelos dados compilados: a criminalidade era uma prática masculina. Os dados do primeiro período de 1830 a 1850 demonstram que os homens estiveram envolvidos com agressões e atos violentos muito mais do que as mulheres. Tradicionalmente, as mulheres não se envolviam em conflitos de alta gravidade como os homicídios. É o que a maioria dos estudos sobre crime e criminalidade tem evidenciado, mesmo aqueles que se detem no estudo da mulher como ré. ¹⁹³ Tanto a presença majoritária de homens como a reduzida expressão das mulheres se explicam mutuamente pela condições sociais e os valores que definiam os papéis de uns e outros. Os homens estavam muito mais expostos. Eles estavam nos armazéns, botequins, vendas, nas roças, nas ruas, isto é ocupavam os espaços tanto públicos como privados com maior desenvoltura, e era nesses espaços que eles se auto-afirmavam. À mulher a sociedade destinava espaços mais restritos, ou estimatizados. A elas eram reservados os espaços domésticos do lar, do terreiro, dos quintais ou então os espaços dos prostíbulos. Isso não significa que algumas mulheres não circulavam pelos espaços públicos freqüentados pelos homens. Os dados evidenciam que elas

¹⁹³ CALEIRO, Regina Célia Lima. História e crime: quando a mulher é a ré, Franca 1890-1940. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

participaram do universo do crime, mas em número bem menor, como pode ser observado no quadro abaixo.

Tabela 11
Processos-crimes de homicídio sexo dos réus, 1833-1873 – Montes Claros e região

Quinquênios	Réus	
	Homens	Mulheres
1830-1850	38	2
1855-1871	57	5
1872-1873	16	1
Total	111	8

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

Os estudiosos de criminalidade apresentam argumentos e hipóteses gerais para a pequena presença das mulheres no universo do crime. Estas explicações abrangem desde aspectos psicossociais até os valores sociais predominantes em uma sociedade em que a cultura masculina era muito forte. Alguns alegam que a escravidão limitava o raio de ação violenta das mulheres escravas e mesmo das livres e libertas que com elas estavam envolvidas, enfim, os estudos mostram que as mulheres diferente dos homens sofriam muitas restrições sócio-históricas para se envolverem no universo criminoso, no norte de Minas constatamos esta reduzida participação das mulheres nos crimes de morte.

Nos processos criminais deste período verifica-se que a maioria dos criminosos eram homens livres. Os escravos tiveram uma representação relativamente significativa. Claro, se consideramos que a escravaria na região nesta primeira metade do século XIX na região representava em média de 10% a 20%, a presença dos escravos no mundo do crime como réus e cúmplices pode ser considerada expressiva da própria representação social do grupo/classe; mas o que os dados realmente deixam claro é que o crime era uma prática executada por homens livres, provavelmente, brancos ou pardos. Afirmamos, provavelmente, pois os processos são muito lacunares a respeito da cor dos indiciados, pronunciados ou réus de processos de homicídio. Neste primeiro momento não encontramos nenhum liberto envolvido nos crimes de homicídio, isso não quer dizer que eles não tivessem cometido este tipo de delito. Sabe-se muito bem que nem todos os crimes chegaram ao conhecimento da justiça

Tabela 12
Status dos réus nos processos-crimes, 1833-1873

Status dos Réus	Quantidade	%
Escravos	16	14,2%
Livres	97	85,9%
Libertos	-	-
Total	113	96,6%
Total de Processos	117	100%

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873

Os dados acerca do estado civil mostram que a maioria dos réus eram homens livres casados, e uma porcentagem relativa de solteiros, seguidos de um número inexpressivo de viúvos. É o que se nota no quadro que expressa o estado civil dos réus deste período. Precisamos dizer que embora esta variável tenha aparecido em um bom número dos processos, ela aparece pouco em relação ao total de processos. Os estudiosos da família comentam as limitações existentes no passado para a constituição de laços matrimoniais estáveis e duradouros. O mercado matrimonial sofreu muitas mudanças e restrições especialmente para os homens e mulheres pobres livres.

Quadro 13
Estado civil dos réus nos Processos-crimes, 1830-1873

Período	Estado Civil Réus				
	Casado (a)	Solteiro (a)	Amaziado (a)	Viúvo	N/E
1833-1850	10	6	0	1	19
1855-1871	18	19	1	6	20
1872-1873	4	2	1	1	9

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

Notas: (a). NE significa não especificado na documentação. Estes casos totalizaram 48 situações sem especificação. (b). No ano de 1836 encontramos um casal de réus, contabilizamos um homem e uma mulher.

Tabela 14
Faixa etária dos réus nos Processos-crimes, 1833-1873

Período	Idade Réus					N/E
	0-10	11-20	21-30	31-40	>40	
1833-1850	0	2	4	3	3	25
1855-1871	0	4	9	11	10	29
1872-1873	0	1	3	1	1	11

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

Quanto às atividades produtivas, ou as profissões os dados coletados nos processos do período mostram que os réus eram todos homens do campo, sertanejos realizando atividades agrícolas. Como se disse no início esse fato teve implicações na prática do crime, pois muitos instrumentos de trabalho acabaram sendo utilizados como armas.

Tabela 15
Ocupações dos réus nos Processos-crimes, 1833-1873

Ocupações	1833-1850	1855-1871	1872-1872	Total
Lavrador	3	26	6	35
Sapateiro	1	3	1	5
Fazendeiro	1	2	1	4
Oficial de carpina	1	-	-	1
Ambulante	1	2	-	3
Fiador de algodão	1	-	-	1
Oficial/Soldado	1	1	-	2
Escravos	9	1	-	10
Outros	6	-	-	6
N/E	19	23	10	52
Total especificado	19	35	8	80

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

Notas: (a). NE significa não especificado na documentação. Estes casos totalizaram 52 situações sem especificação. Nota: Os 10 escravos são mencionados como trabalhadores de “roça”, eles estão incluídos entre os escravos e “trabalha na roça”.

Inclui os escravos neste quadro por considerar que o status de escravo correspondia à qualquer atividade sócio-profissional que ele pudesse exercer socialmente.

Os crimes foram cometidos majoritariamente na Vila de Montes Claros, porém uma parte significativa deles também ocorreram em arraiais, distritos ou fazendas próximas à vila. O quadro abaixo mostra as principais localidades em que ocorreram os crimes no médio sertão do São Francisco. Podemos constatar dois fatos importantes neste quadro, em primeiro lugar, que a concentração populacional e crescimento da localidade foi atraindo para essa região pessoas de todos os níveis sociais, intensificando os relacionamentos, as solidariedades e os conflitos de interesse, e em segundo lugar, que as localidades menores se viam obrigadas a remeter os seus processos para a sede, em Montes Claros, para finalização dos autos, o que muitas vezes tornava morosa a solução dos casos de homicídio.

As testemunhas tinham que se deslocar até a sede da comarca para ratificar os seus depoimentos e informações prestadas nos autos iniciados em arraiais e povoações onde ocorreram os crimes. Isto gerava morosidade na resolução dos processos e transtornos para os moradores que tinham encargos e despesas com esse deslocamento, resultando, às vezes, no descumprimento das intimações a eles dirigidas emperrando a conclusão dos processos. O dado mais relevante é que estes crimes revelaram uma intensa mobilidade dos moradores da região que realizavam fugas espetaculares após cometerem um homicídio. O quadro abaixo permite essas constatações. Percebe-se por ele também a extensa área sob jurisdição dos juizes e agentes inferiores da administração da justiça.

Tabela 15
Localidades onde ocorreram os homicídios, 1833-1873

Localidade	Quantidade
Vila de Montes Claros de Formigas – Comarca do Rio São Francisco	60
Vila de Guaicuí	09
Vila Risonha de São Romão	01
Arraial do Santíssimo Sagrado Coração de Jesus	09
Arraial do Bonfim	08
Arraial de São José de Gorutuba	03
Arraial de Brejo das Almas	10
Arraial da Porteira – Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso	01
Arraial de Santo Antonio da Boa Vista	06
Arraial das Pedras dos Angicos, termo da vila de Montes Claros	01
Arraial de Manga, distrito de Nossa Senhora do Bom Sucesso	01
Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Extrema	01
Arraial de Nosso Senhor de Contendas da Extrema	02
Arraial de Nossa Senhora Santa Anna de Olhos D'Água	03
Arraial de Santana de Contendas	02
Total de Processos	117

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

No Anexo 11 ratificamos as constatações a respeito da morosidade do poder judiciário na região, nele observamos os decursos de tempo entre o acontecimento dos crimes, a abertura dos processos e a conclusão dos processos na primeira metade do século. Vários fatores influíram na

demora de abertura de um processo, contudo, todos, não importa quais tenham sido, com certeza limitavam a finalização dos casos de homicídio, resultando numa certa descrença e desconfiança por parte da população na eficácia do poder judiciário que desde o período colonial já não gozava de prestígio e respeitabilidade imprescindíveis ao funcionamento regular e adequado da justiça no norte de Minas Gerais. Esta situação iria melhorar um pouco a partir de 1850, melhora em si mesma não compensada porque a justiça se tornava mais ágil em instaurar os processos, mas a apuração e a condenação dos criminosos continuou muito aquém do esperado pelos moradores da região. É o que notamos na tabela abaixo. Há duas maneiras de interpretar os dados desta tabela. A primeira delas seria ver nos índices de condenação reduzidos uma atitude preventiva da justiça em não punir pessoas que seriam inocentes por falta de provas consistentes já que, em muitos processos, os réus foram apenas pronunciados, e os processos literalmente estão inconclusos. A soma das meras pronúncias/indiciamentos, despronúncias, anulações e absolvições levariam a uma conclusão desta natureza. Por outro lado, há uma outra forma de interpretar esses dados como estamos ressaltando: despreparo dos agentes, falta de recursos, intervenções privadas no universo do poder judiciário dentre outros fatores que limitavam a ação do poder justiça na região, já enfatizados no capítulo 2.

Tabela 18
Sentenças proferidas contra os Réus, processos-crimes 1833-1873(a)

Sentenças	Períodos						Total	
	1833-1850		1855-1871		1872-1873			
	H	M	H	M	H	M	H	M
Condenação	12	-	11	03	-	-	23	03
Absolvição	09	02	22	01	01	01	32	04
Pronúncia	11	-	07	-	06	-	24	-
Despronúncia	01	-	05	-	01	-	07	-
Anulação	-	-	01	-	-	-	01	-
Incompleto	11	01	12	01	06	-	29	-
Prescrição	-	-	04	-	02	-	06	-
Total	44	03	62	05	16	01	122	07

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

Os dados relativos à faixa etária dos réus, embora sub-representados fornecem uma indicação de que os crimes foram praticados entre os 18 e 40 anos, em média pelos homicidas, isto é, em plena fase produtiva de suas vidas. É possível pensar que os jovens estariam ávidos por oportunidades e dispostos a arriscar o seu futuro muito mais do que os homens na fase da maturidade. Ou seja, em uma sociedade desigual a luta por oportunidades, talvez, acarretaria uma convivência tensa, em que as disputas resolvidas à base da violência significaria uma demonstração de vigor e energia, de resistência, de força, expressa na “lei do mais forte”. Esta “lei” consuetudinária vigorava no sertão tanto era assim que as principais armas utilizadas pelos criminosos foram até a primeira metade armas ou instrumentos cortantes que colocavam os contendores em contato direto. Somente na

segunda metade do século é que verificamos um aumento das armadas de fogo, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 17
Tipos de armas utilizadas pelos Réus, processos-crimes 1833-1873

	1833-50	1855-71	1872-73	Totais
Tipos de armas				
Faca	16	15	04	35
Punhal	01	01	-	02
Engenho	-	01	-	01
Facão	-	05	-	05
Machado	02	05	-	07
Garucha	-	05	02	07
Espingarda	06	04	03	13
Pau	03	04	01	08
Pistola	03	01	01	05
Foice	01	-	01	02
Fuzil	-	-	01	01
Clavina	04	02	-	06
Faca/pau	-	01	-	01
Espingarda/pau	-	-	-	-
Faca/arma de fogo	04	15	03	22
N/E	01	09	03	13
Total	40	59	16	115

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1873.

É indispensável fazermos uma análise mais significativa destes quadros no conjunto. Eles comportam possibilidades, mas inegáveis limitações. Façamos concomitantemente algumas correlações com dados apresentados sobre a criminalidade nos Relatórios dos presidentes da Província e com alguns autores que lidaram com o assunto para avaliar a real expressividade para os propósitos deste estudo. É preciso que se diga que o homicídio era, e ainda é, uma das mais terríveis experiências humanas para aquele que sofria a violência extrema e para aquele que a praticava. Porém, a vítima nada mais podia lamentar, ao passo que, o agressor atraía sobre si todas as conseqüências funestas decorrentes do ato. O agressor se via diante de um triplo tribunal: a sociedade, vítima potencial e indireta; e aqueles que estavam ligados a vítima por diversos laços – familiares, íntimos, pessoais, de vizinhança, de amizade, etc.; e o Estado, era triplamente censurado. A sociedade impõe ou exige o controle, a introjecção de normas e valores, a família exige a justiça reparadora ou a justiça vingadora, e o Estado se encarregava de aplicar as normas e leis para mediar, intermediar e conter esse tipo de violência. Ou seja, era um ilícito penal que ofendia os costumes e as leis, a sociedade e o Estado. Abria-se a cortina, preparava-se o espetáculo da justiça.

Existiriam diferenças significativas entre os homicídios praticados por membros de uma comunidade rural e aqueles residentes em zonas urbanas? Estas diferenças em que consistiriam? Ou então, não haveria diferenças entre os homicídios praticados em meios sociais tão diversos? Estes questionamentos levantam duas ordens de problemas: a primeira, refere-se à falta de trabalhos

especializados de síntese acerca da criminalidade para o Brasil Império; a segunda, refere-se às limitações intrínsecas à própria administração judiciária, sua documentação, ou seja, sua capacidade de elaborar e compilar os dados da criminalidade praticada no passado.

Podemos superar a inexistência de trabalhos de síntese acerca da criminalidade durante o século XIX, analisando os casos estudados por diversos autores para diversas regiões do Brasil, em especial para as regiões sul e sudeste. A historiografia que trabalha com processos-crime têm focado o problema sob duas perspectivas principais. Os cientistas sociais, em especial, historiadores e antropólogos se ocuparam em analisar os processos destacando a história da vida cotidiana dos grupos/camadas/classes sociais que se envolveram em crimes e que tiveram suas vidas e relações sociais amplamente devassadas pela justiça ou procuraram analisá-los partindo da perspectiva de uma história da justiça e das práticas de punição e controle social. Os historiadores Bóris Fausto, Sidney Chalhoub, e Maria Helena Machado exemplificam a primeira perspectiva de análise dos processos-crimes. Carlos Antonio Ribeiro da Costa diz que esses autores:

utilizam os processos judiciais como um meio ou uma fonte para o estudo dos valores e normas sociais presentes na vida dos membros das classes populares de uma determinada época histórica. (...) afirmam que a leitura de processos revelaria cenas da vida cotidiana. Os documentos dos arquivos judiciais seriam um caminho para a recuperação dos discursos de pessoas dos estratos mais pobres da sociedade e ofereceriam novas possibilidades para estudos históricos da cultura popular¹⁹⁴

Acrescenta que os antropólogos como Mariza Corrêa e Yvonne Maggie partem da segunda perspectiva ao estudar os processos-crimes. Os processos serviriam para compreender as práticas da justiça, a estrutura e organização do poder judiciário no Brasil. Deles poderíamos extrair informações reveladoras das concepções dos agentes do poder judiciário sobre a sociedade e sobre a própria justiça. Para Ribeiro Costa os antropólogos:

procuram analisar, através dos processos, a atividade e as crenças dos profissionais do sistema jurídico-policia. Os documentos dos arquivos judiciais revelariam versões dos comportamentos das camadas populares elaboradas para satisfazer as expectativas e necessidades jurídicas dos funcionários do sistema jurídico-policia. O estudo das fontes judiciais forneceria subsídios para o conhecimento dos procedimentos jurídicos e para uma história da Justiça, mas não para uma história das camadas populares.¹⁹⁵

Maria Helena Machado procurou demonstrar que a análise de fontes judiciais, apesar dos filtros impostos pela institucionalidade da fonte, revelaria as mais variadas dimensões da vida social. Nas fontes judiciais poderíamos captar a densidade das relações sociais dos grupos/camadas/classes sociais que se envolveram com a justiça fossem elas marginalizadas ou não.

¹⁹⁴ COSTA, Carlos Antonio Ribeiro da. *Cor e Criminalidade: Estudo e Análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Editora da UFRJ, 1995. p. 20.

¹⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 20-21.

Elas entreabrem possibilidades que permitiriam a compreensão das normas e valores de dominantes e de dominados, ampliariam o entendimento dos usos e práticas, dos procedimentos e formalidades do poder judiciário e a compreensão que seus agentes tinham da sociedade. Além disso, elas permitiriam a compreensão da vida cotidiana dos grupos sociais que foram alvo das ações do poder judiciário. Ou seja, as fontes judiciais permitem uma abordagem sócio-histórica e antropológica, uma história social das práticas da justiça.¹⁹⁶ Embora a autora enfatize que:

A história social no Brasil defronta-se hoje com o desafio de integrar as contribuições oferecidas pelos avanços da historiografia da escravidão nas Américas, aprofundando seu conhecimento a respeito do sistema escravista nacional e o papel do escravo e do liberto na sociedade brasileira. Sensíveis à necessidade de ultrapassar as restrições impostas pelas análises tradicionais, os historiadores buscam hoje desvencilhar-se de um excessivo atrelamento às questões institucionais, ao âmbito da lei como suporte da realidade e do controle social exercido pelas camadas dominantes. Cientes quanto às limitações impostas pela sobreposição de um modelo formal de realidade, concebido a partir da análise institucional, ao fato social, em suas multivariadas manifestações, os historiadores tem concentrado seus esforços na reconstituição do fato social da escravidão na miríade de formas que este assumiu ao longo da história.¹⁹⁷

Esta enfática defesa de uma renovação dos estudos históricos da escravidão e da sociedade brasileira encontra eco na análise que propomos das práticas da justiça, à medida que estamos tentando provar que o Estado nacional brasileiro enfrentou muitas limitações concretas internas e externas para fazer valer os princípios fundamentais da justiça no sertão do médio São Francisco. Isto é, que existia um Estado para as elites e um Estado para o restante da população, e que este não correspondia às exigências e procedimentos formulados para a concretização de uma política de dominação e controle como procuramos mostrar nos capítulos que trataram da organização e funcionamento do poder judiciário. Os fatos sociais ultrapassavam os limites institucionais da lei, embora ela fosse a fronteira a partir da qual se poderia mensurar até onde poderiam ir os fatos sociais. Pois não devemos nos esquecer que numa sociedade regulada e normalizada que definia o lícito e o ilícito era o Estado.

Marcos Luiz Bretas encaminhou suas pesquisas sobre o sistema policial para perceber as relações entre o público e o aparato repressivo policial. Em seus estudos têm verificado certa oposição entre sociologia, antropologia e história no tratamento das fontes judiciais e interpretação da documentação que seriam resultantes da própria concepção de ciência e dos usos do material utilizado. O estudo dos aparatos jurídico-policial pode ser feito a partir de três perspectivas: a institucional, a quantitativa e a de controle social. Utilizando-se de outros termos ele enfatiza que a história pode

¹⁹⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo Brasileira, 1988, e O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, EDUSP, 1994.

¹⁹⁷ MACHADO, M. H. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, nº. 16, mar./ago. 1988. p. 147.

abordar as práticas jurídico-legais como uma história institucional, como uma história do domínio das camadas marginalizadas da sociedade e como uma história do cotidiano dos agentes burocráticos e sociais envolvidos com a justiça.

Bretas procura investigar as formas de organização e as práticas de uma cultura policial no Rio de Janeiro do início do século XX até os anos de 1930. Faz algumas considerações e aponta as limitações das perspectivas alinhadas acima salientando que a “cultura policial (...) ainda não atraiu suficiente atenção dos historiadores.”¹⁹⁸ A história das práticas da justiça no Brasil abarca todas essas perspectivas e as diferentes dimensões das próprias instituições do ordenamento jurídico-político brasileiro tais como – a polícia e seus procedimentos, as cadeias e prisões e seu funcionamento, os cartórios e tabelionatos e sua organização e procedimentos, os tribunais, etc. Aqui procuramos demonstrar que a criminalidade e as práticas da justiça são apenas uma das muitas facetas do ordenamento. Seria virtualmente impossível estudar e analisar todas elas. Salientamos apenas que há historiografias variadas e que ainda não foi realizado nenhum trabalho que sintetizasse todas as valiosas contribuições dos autores citados, nem tampouco foram exploradas todas as potencialidades dos campos e das fontes existentes para o conhecimento do ordenamento jurídico-legal brasileiro nem do Império, nem da República.

Para compormos uma tipologia do crime recorreremos a aspectos jurídicos, sociais, econômicos e políticos. O poder judiciário propriamente não tece nenhuma distinção entre cidade e campo, no tocante à prática de crimes. Mas podemos constatar que a maioria dos crimes de homicídios envolvia membros de pequenas povoações que residiam, moravam ou viviam nas circunvizinhanças da vila/cidade de Montes Claros, isto é, uma zona rural ou ruralizada. Os processos criminais mostram, especialmente, por meio dos depoimentos e de declarações de testemunhas e informantes o universo social dos moradores da região sãofranciscana, mostram um universo social rural. As atividades econômicas realizadas de “plantar”, “criar”, “plantar e criar”, “viver de roça”; as armas utilizadas facões, foices, enxadas, machados, e mesmo as armas de fogo sempre de pequeno porte ou de caça revelam um ambiente rural; a intimidade, ou melhor, a proximidade entre réus e vítimas, informantes e testemunhas um circuito de vizinhança. Estes e outros elementos evidenciam uma comunidade rural.

As localidades “maiores” como Montes Claros, Contendas, Brejo do Salgado e Coração de Jesus, entre outras, não poderiam ser consideradas, segundo critérios atuais, cidades. Elas possuíam limites muito pouco definidos quanto ao aspecto da urbanidade. Queremos com isso dizer que embora essas localidades possuíssem algumas características urbanas elas ainda guardavam fortes

¹⁹⁸ Este trabalho reconhece a importância da polícia e de seu estudo, mas não se detem em investigar este aspecto do ordenamento jurídico-político brasileiro. Sobre o tema veja: BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. trad. Alberto Lopes, Rio de Janeiro: Rocco, 1997, adotando uma perspectiva quantitativa e de controle social ALGRANTI, Leila Mezan, *Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821)*. Estudos Econômicos, São Paulo, V. 18, n°. Especial, 1988, entre outros

ligações com as comunidades rurais do entorno e que a cidade era vista mais como um centro de comércio e ponto de encontro e menos como lugar de domicílio. Os dados arrolados nos capítulos anteriores demonstram que Montes Claros assim como as outras localidades “maiores” não possuíam uma população não superior a 60.000 mil almas, antes do final do século. Essas localidades eram consideradas cidades mais do ponto de vista administrativo e judiciário do que do ponto de vista da estruturação urbana propriamente dita, isto é, não havia nestas localidades os elementos civilizadores essenciais para configurá-las centros urbanos.¹⁹⁹

A violência, o crime e a criminalidade são construções e representações sociais. Enquanto constructos sociais assumiram diferentes perspectivas ao longo do tempo. Cada sociedade atribuiu-lhes significados específicos. Os significados atribuídos dependeram da sociedade e dos grupos/camadas/classes sociais dominantes que detinham os recursos e os instrumentos necessários para impor, ou pelo menos, tentar impor os seus objetivos, implícitos e explícitos, de domínio, que por sua vez determinariam os conteúdos valorativos do que seria crime, violência e criminalidade. Equivale dizer que a definição destas categorias de análise não obtiveram entre os cientistas sociais o prestígio da unanimidade e a necessária clareza indispensável para compreensão dos atos agressivos em sociedade. Yves Michaud procurou definir a violência e seus principais elementos constitutivos partindo de três perspectivas: lingüística, ou etimológica; institucional, ou jurídica; e filosófica, ou ontológica.²⁰⁰ Em todas as perspectivas aponta a idéia central de “força”. A violência se configura e se manifesta como um ato de força irresistível. Etimologicamente informa que o termo violência:

vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a vis que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego da força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente a palavra vis a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e portanto a potência, o valor, a força vital.²⁰¹

A definição jurídica de violência esta muito amparada no próprio conceito de Estado, que já tratamos no capítulo 1, ao qual podemos acrescentar a definição dos juristas expostas por Michaud nos seguintes termos: a violência “são atos através dos quais se exprimem a agressividade e brutalidade do homem”, isto é, somente o homem é capaz de atos agressivos intencionais. A violência é um ato de força irresistível e, geralmente, pressupõe intencionalidade racional. Os atos violentos recuperam assim uma característica desprezada pelos estudos sobre a criminalidade: a

¹⁹⁹ As cidades podem ser definidas por uma gama de recursos, serviços e atividades que antes do século XX dificilmente encontramos no Brasil. É claro que no período colonial e mesmo durante o império encontramos aglomerações urbanas, mas o conceito de cidade, variável no tempo e no espaço, com muitas restrições pode ser aplicado ao caso de nossas “cidades” do interior. Veja: DONE, Marcela Delle. Teorias sobre a cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

²⁰⁰ MICHAUD, Yves. A violência. Trad., L. Garcia. 1. ed. São Paulo: Atica, 2001.

²⁰¹ Idem, Ibidem, p. 8.

intencionalidade racional. Somente assim é que podemos compreender, por exemplo, as encomendas e os crimes de tocaia que pressupõem planejamento e preparação para a execução do ato criminal. Mesmo as lesões ocorridas no curso dos enfrentamentos imediatos somente podem ser apreendidas atribuindo racionalidade aos atos violentos praticados pelos contendores.

A violência foi definida também como ato ôntico e fenomênico estrito dos seres humanos. Há certa dose de violência explícita e implícita nas relações humanas. Nasce do confronto de interesses e vontades intersubjetivas que, às vezes, podem atingir antagonismos fundamentais. Neste caso temos a violência de aniquilação, de que tratamos a seguir.

Hannah Arendt trata a violência considerando uma gama de preocupações contemporâneas como os conflitos nucleares, a corrida armamentista, as preocupações da nova esquerda em recuperar o uso da violência como estratégia e tática de luta e transformação social, entre outras. Mas apresenta uma definição instrumental válida para os nossos propósitos. Vejamos em detalhe como ela tratou do fenômeno.²⁰² A violência, intrinsecamente, constituir-se-ia em uma ação ou ato de *força*, resistível e irresistível, que comporta para *se tornar aceitável um caráter ou natureza de legitimidade*. A violência é para se tornar criativa e produtiva, essencialmente, um ato ou ação *legítima* ou *legitimado*, ou *legitimável*. A violência é *força física, material, espiritual ou simbólica*. A *força* não se constitui em um fenômeno ou fato natural. *Ela é um elemento constitutivo da razão. É produzida intencional e racionalmente na mente e no espírito dos seres animados*. (Excluída aqui a força como elemento presente nas ações ou atos decorrentes de manifestações animais não-racionais.). Trata-se de compreender as *vinculações* teóricas e práticas que a *força* mantém com e nas manifestações fenomenológicas humanas de violação.

A *força* é, ou antes, se manifesta num duplo movimento: legítimo e ilegítimo. Mas, é possível – e legítimo – perguntar quando poderíamos julgar ou considerar que a ação ou ato de força se torna, é legítimo ou ilegítimo? Em outras palavras, em sociedades em que as individualidades e os relacionamentos inter-individuais manifestam desigualdades; como identificar os atos ou ações legítimas ou ilegítimas? Outras noções ou concepções devem ser apreendidas. Duas delas importam de perto: a de *equilíbrio/desequilíbrio* e a de *mobilização/imobilização*. Assim, a *força* como expressão de uma “*vontade*” é uma ação ou ato racional que comporta um “*desejo*” de romper ou restabelecer um equilíbrio, e também comporta uma “*vontade*” mobilizar e imobilizar uma outra força. Desta forma, quando trata-se de discutir a violência como expressão ou manifestação fenomênica concreta há que pensar que estão em confronto *dois vetores* de força em sentidos opostos, e em razão inversamente proporcional e desproporcional.

O diagrama esquemático apresentado abaixo tenta equacionar e exemplificar essas relações intersubjetivas fenomênicas concretas da violência. É um diagrama teórico, e evidente que

²⁰² ARENDT, Hannah. Da violência. Trad., de Maria Cláudia Drummond Trindade: Brasília: Editora da UNB, 1985.

nas manifestações concretas sofre as injunções dos desequilíbrios inerentes à uma conformação social determinada. Considerando que **(E)** equivale ao equilíbrio social; que **(F)** corresponde à força – física, material, espiritual e simbólica – atuantes nas conformações sociais concretas e determinadas; que **(Mo)** equivale à mobilização/dinâmica social e que **(IMo)** à imobilização/estática social teríamos em diferentes situações o seguinte quadro esquemático fenomenológico de manifestação da força como ato ou ação de violência social:

I – Primeira Hipótese:

Se (Fa) em relação a (Fb) é igual a (E) temos:
 $(Fa)=(E)$ e $(Fb)=(E)$, logo $Fa=Fb$ que corresponde à **(IMo)**

II – Segunda Hipótese

Mas:

Se (Fa) em relação a (Fb) é desigual a (E) temos:
 $(Fa) \neq (E)$ e $(Fb) \neq (E)$, logo $Fa \neq Fb$ que corresponde à **(Mo)**

Teríamos na **II – Segunda Hipótese** três razões ou situações de violência:

- (a). Aniquilação.
- (b). Não-aniquilação.
- (c). Espiritual/Simbólica.

(a). **Aniquilação.** (homicídio, parricídio, matricídio, latrocínio, genocídio, etc.):

Se (Fa) em oposição à (Fb)
E se $(Fa) \neq (E)$, $(Fb) \neq (E)$ e $(Fa) >> (Fb)$
Logo teríamos violência de aniquilação = Mobilização/dinâmica social.
A relação inversa entre (Fa) e (Fb) é verdadeira mantida a premissa.

(c). **Não-aniquilação.** (tentativas de..., lesões, roubos, furtos, arrombamentos, estupros, raptos, etc.):

Se (Fa) em oposição à (Fb)
E se $(Fa) \neq (E)$, $(Fb) \neq (E)$ e $(Fa) > (Fb)$
Logo teríamos Não-aniquilação = Mobilização/dinâmica social.
A relação inversa entre (Fa) e (Fb) é verdadeira mantida a premissa.

(c). **Espiritual/Simbólica.** (torturas psicológicas, raptos, sedução, estupro, injúria, calúnia, difamação, assédios, defloramentos, etc.):

Se (Fa) em oposição à (Fb)
E se $(Fa) \neq (E)$, $(Fb) \neq (E)$ e $(Fa) < (Fb)$
Logo teríamos Não-aniquilação = Imobilização/Mobilização/Estática/Dinâmica social.
A relação inversa entre (Fa) e (Fb) é verdadeira mantida a premissa.

Se (Fa) em oposição à (Fb)
E $(Fa) \neq (E)$, $(Fb) \neq (E)$ e $(Fa) << (Fb)$
Logo teríamos violência de Aniquilação = Mobilização/dinâmica social.

A relação inversa entre (Fa) e (Fb) é verdadeira mantida a premissa

Nos casos (a), (b) e (d) previstos temos o contato físico, material. No último (c) pode ou não haver contato físico, mas a força sempre causará um dano imaterial, simbólico e espiritual aos agentes sociais que medem força em confronto ou conflito social. Analisemos com mais detalhe as duas hipóteses propostas para o entendimento do fenômeno social da violência não-legítima apresentando alguns exemplos e discutindo suas implicações tanto para a organização da justiça como para a imposição do controle sobre a população sertaneja do norte de Minas Gerais. Este estudo lida com violências praticadas pelos moradores de Montes Claros e região que resultaram na aniquilação de um dos contendores. Os casos de homicídio revelam as percepções que a sociedade possuía sobre este tipo de violência e apontam um caminho para compreender as limitações e possibilidades de intermediação e contenção dos conflitos sociais, pois pode ser considerada o tipo que se antagoniza frontalmente à manutenção da organização social, isto é, eram praticas que contrariavam os costumes e as leis.²⁰³

4.4. Violência cotidiana, enredos de muitas histórias de livres e cativos.

As lesões corporais testemunham os conflitos cotidianos. Elas evidenciam os precedentes de rixas, desavenças e animosidades entre os moradores de Montes Claros e região. Tais conflitos poderiam se agravar assumindo proporções mais graves que resultariam em homicídios. Ao analisar os casos de lesões corporais muitos aspectos da sociedade norte-mineira e os padrões de comportamento dos moradores que estiveram diretamente envolvidos com o poder judiciário. Contudo, não é certo afirmar que casos de lesão corporal tenham resultado em homicídios. As lesões corporais assumem uma importância tangencial no conhecimento dos padrões de comportamento dos sertanejos do norte de Minas Gerais.

Este estudo não pretende fazer um estudo sistemático das lesões corporais. Elas figuraram neste capítulo ilustrativamente. Destacamos que as lesões permitem o acompanhamento de alguns casos de homicídio, mas, especialmente, que elas têm um valor em si para a compreensão da atuação do poder judiciário como mediador dos conflitos sociais. Será muito mais neste sentido que as lesões serão aqui discutidas, pois são delitos que ficaram a meio caminho de um desenlace definitivo e último, como é o caso dos homicídios.

O caso de lesão corporal, seguida de morte, ocorrido no ano de 1850 em Coração de Jesus envolvendo a família de José Antonio de Brito, enquadra-se no tipo puro de violência de aniquilação. As testemunhas informaram que José Antonio Brito chegara a casa no dia do crime e

²⁰³ REIS, Bruno W. P. História e Ciências Sociais: notas sobre o uso da lógica, teorização e crítica. in História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, pp.457-479. Veja também a discussão sobre a ciência proposta por: FREIRE-MAIA, Newton. A ciência por dentro. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

começara a discutir com sua esposa Angélica Soares da Fonseca. No depoimento de “*Antonio Soares da Fonseca pardo, casado, natural e batizado nesta freguesia do Santíssimo Coração de Jesus de idade que disse ter vinte e dois anos pouco mais ou menos, e morador no lugar denominado Boa Vista deste distrito onde vive de sua Roça*”, encontra-se uma descrição da cena do crime. O cunhado do réu:

(...) disse que sabe que estando ele em casa de sua mana Clara Soares da Fonseca viu José Antonio Brito ir para a fonte com sua mulher Angélica Soares dizendo que ia lavar o Corpo, e porque a sogra do dito José, Clara Soares já andava desconfiada do dito genro, por ele lhe ter dito havia matar sua mulher, ouviu ela Clara uns gritos e acudiu, vinha o dito seu genro, dando na mulher com um cipó, e vendo o dito réu sua sogra disse-lhe se queria ver a sua filha apanhar, ela disse que queria, ele começou a dar-lhe pescoções, pegando a dita sua sogra, nele réu para que não matasse sua filha ele a desobedeceu, acudiu então ele testemunha e apartou, e voltando ele testemunha para ver uns trens, ele réu tornou a investir nele testemunha, e este fastando para trás caiu, foi quando o réu avançou para sua sogra, e deu-lhe cinco facadas, duas, digo, três facadas um sobre o umbigo, outra nas verilhas, e outra na boca do estomago, e no mesmo continenti correu atrás de sua mulher Angélica, e lhe deu duas facadas, uma nas costa, outra em um quarto, e disse mais ele testemunha (...) que o réu lhe disse por vezes que havia de sair daí donde morava e fazer com a saída barulhos.²⁰⁴

Este depoimento nos transporta à cena de uma crise familiar. A crise estava em seu momento mais crítico, porém percebe-se pelo depoimento que a crise tinha precedentes. A violência doméstica era freqüente na casa de Angélica Soares da Fonseca, pois a testemunha afirma que “*a sogra do dito José, Clara Soares já andava desconfiada do dito genro*” porque ele lhe havia dito mataria “*sua mulher*”. A violência contra a mulher era rotineira, ela apanhava de cipó, levava pescoções, e nessas ocasiões sempre havia alguém para apartar a briga do casal. O assassinato da esposa e da sogra era o resultado de uma combinação explosiva: bebida alcoólica e humilhações sofridas pelo marido que vivia como agregado na casa da sogra. É o que o depoimento deixa transparecer quando a testemunha diz “*que o réu lhe disse por vezes que havia de sair*” da casa onde morava, mas que iria “*fazer com a saída barulhos*”.

Tudo isso indicava uma situação permanente de tensão no seio da família. Dois fatos concorreram para o crime. Um caracteristicamente circunstancial – a embriaguez –, outro, estrutural: a rotinização da violência doméstica. Outros casos semelhantes foram encontrados. Eles desenhavam uma sociedade rural com relações de parentesco e vizinhança, relações de proximidade espacial e afetiva/emocional muito intensas. Os processos crimes descortinam uma sociedade rural em todas as suas dimensões. No trabalho eram todos agricultores, lavradores, roceiros, plantadores, portanto homens pobres, mas não despossuídos, possuíam o *status* social de pequenos proprietários. Talvez, até uma ancestralidade comum, pois a maioria das testemunhas eram pardas. Eram com certeza homens acostumados a um ambiente hostil e violento. O processo traz todos os elementos essenciais para a

²⁰⁴ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.038. 19/10/1850. fl. 11v, 12.

compreensão deste tipo penal. Muitos casos de lesão corporal, seguida de morte, ocorreram na região envolvendo as camadas mais pobres da sociedade, nisso os crimes cometidos naquelas localidades se assemelham aos praticados em muitas localidades e províncias do Brasil.

Demarquemos as diferenças das lesões em zonas urbanas e zonas rurais e em centros produtivos prósperos e não tão prósperos, como as regiões mineradoras. O caso de Clara e Angélica enquadra-se nos crimes que eram praticados como resultado de embriaguez e descontrole emocional. Mas, o que teria causado a embriaguez, o descontrole emocional e a prática do ato violento, talvez nunca saibamos exatamente, mas algumas considerações podem ser tecidas acerca da atuação da justiça na região. O subdelegado Gaudêncio Cardoso de Sousa, após ouvir as testemunhas, pronuncia o acusado incurso nos artigos 192 e 193 do Código Criminal e expede mandado de prisão e remete o processo para o juiz municipal e de órfãos, José Fernandes Pereira Correia, que sustenta a pronuncia e mandado de prisão. Mas apesar disso o réu provavelmente não foi preso, pois o processo traz vistas do promotor Antonio Teixeira de Carvalho Junior datadas de 1853 e 1855, e um libelo crime acusatório sem, contudo, fazer nenhuma menção à prisão e sentenciamento final do caso.²⁰⁵

O assassinato de Emiliana Ramos, em novembro de 1872, revela a violência em família, revelam as duras condições em que viviam mulheres e crianças à mercê de uma sociedade em que a violência era rotinizada. Descortina as relações familiares dos grupos sociais pobres livres, em que todos se conheciam, moravam próximos e dividiam as alegrias e tristezas da vida cotidiana. A situação de Emiliana Ramos e tantas outras mulheres, evidencia o quanto a violência impregnava as relações sociais. As surras, xingamentos e humilhações que sofriam poderiam chegar a casos extremos como a morte de Emiliana. Domingos Soares de Oliveira a matou com uma “*mão de pilão*”, e após cometer o crime confrontou-se com Antonio Cabral e Antonio Ferreira da Paixão, que juntamente com Manoel Ramos – irmão da vítima – o prenderam depois de muita resistência. A narrativa de Antonio Ferreira da Paixão mostra toda a fúria de Domingos Soares, naquela manhã de novembro:

estando ele testemunha trabalhando em sua roça no lugar denominado Buritizinho aí chegou Manoel Ramos chamando a ele testemunha para ir acudir a irmã dele que seu marido Domingos estava acabando-a (...) e chegando ao lugar denominado Passagem da Serrada onde mora o dito Domingos, encontrou a este no terreiro com uma mão de pilão ensangüentada, nas mãos, e sobre uma cama estava sua mulher estendida morta e com a cabeça toda ensangüentada Ao ver ele testemunha Domingos perguntou-lhe *se vinha acabar com ele*, ao que ele testemunha respondeu, perguntando-lhe o que ele queria, e Domingos lhe respondeu que havia morto sua mulher porque era sua e que neste dia já tinha esfaqueado a mais de um e levado um tiro de outro, e por isso fizessem dele o que quisessem, então ele testemunha avançando sobre ele para o prender, ele ameaçou-o com a

²⁰⁵ DPDOR/AFC. Processo-crime. nº. 000.038. 19/10/1850. fl. 10v, 12v., 13. O processo não apresenta uma conclusão definitiva. Pede-se a prisão do réu, mas isso não ocorreu, nestas folhas podem ser encontradas as pronuncias e as vistas do promotor.

mão de pilão, que ele testemunha evitou defendendo-se com o cano da espingarda, e nisto Domingos largando a mão de pilão correu por detrás²⁰⁶

Vê-se pelo depoimento que Antonio Ferreira da Paixão saiu de sua roça, no Buritizinho, armado com uma espingarda. Talvez, porque previsse que haveria resistência do agressor. Talvez, tenha sido influenciado pelo irmão da vítima. Talvez, Domingos fosse realmente uma pessoa violenta, dada a agressões com frequência. Não importa porque razão Antonio da Paixão foi armado, o importante é que ele estava armado e que, esta situação, revelava o grau de tensão social do mundo sertanejo. As testemunhas não sabiam o real motivo do assassinato, pois a mulher de Domingos era conhecida como trabalhadeira. O juiz perguntou à Antonio Paixão se a vítima era “capaz”, ao que ele respondeu que “era muito capaz e que o próprio Domingos reconhecia isto, tanto que sendo ele muito preguiçoso era sustentado por ela que lhe fazia as vezes de mãe”²⁰⁷. Talvez esta fosse uma situação insuportável para Domingos: ser sustentado pela mulher, e às vezes, isso era acintosamente dito por sua esposa e sua sogra. Humilhações recíprocas que resultaram na morte de Emiliania Ramos, conflitos em família.

José Joaquim dos Santos “natural de Coração de Jesus” morador no distrito de Contendas, lavrador, de aproximadamente quarenta anos, vizinho da vítima disse que “quanto à capacidade da falecida, sendo seu vizinho, sabia que era muito honesta como mulher casada, nunca tendo ouvido dizer nada a seu respeito.” Era uma senhora “*honest*”, boa esposa, boa vizinha e trabalhadora, então, porque Domingos Soares de Oliveira a matou. Apesar, de todas as pressuposições já feitas, jamais saberemos. As testemunhas afirmavam com toda certeza que havia sido o marido, pois muitas vieram acudir a vítima, embora não conseguissem evitar o assassinato. Estevão Soares Lima retratava a situação de modo um pouco diferente de Antonio Ferreira da Paixão.

em um dos dias de novembro do ano passado, antes do romper do dia, a filha dele testemunha que morava em casa de Domingos Soares, e que chama-se Maria, veio a sua casa, que é vizinha da do réu, chamar a ele testemunha para acudir Emiliania que seu marido estava matando; ele (...) saiu de carreira e vendo desde sua casa o movimento das pancadas (...); e chegando à dita casa, o réu saía conduzindo uma menina nos ombros; então ele testemunha vendo no chão Emiliania e examinando e apalpando a cabeça dela sentiu umedecer a mão e percebeu que era sangue, *e estando a dita mulher em hábitos menores* foi chamar sua mulher para vir socorrer a dita Emiliania de fato veio ela e pondo esta na cama pouco depois a mesma faleceu.²⁰⁸

A vida dos moradores das comarcas do sertão era exposta abertamente. Aspectos sobre a moral e os costumes vinham a tona nos depoimentos das testemunhas. Eram todos vizinhos, compartilhavam as alegrias e tristezas da vida diária. O depoimento de Estevão Soares

²⁰⁶ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.185. 16/01/1874. fls.: 14v., 15.

²⁰⁷ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.185. op. cit. fls.: 15.

²⁰⁸ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.185. op. cit. fls.: 16v., 17.

Lima, assim como o anterior, entravam nos aspectos morais do comportamento da vítima. Soares a havia encontrado já morta “em hábitos menores”.

4.5. Crimes planejados: emboscadas, tocaiais e encomendas.

Na virada do ano de 1862, foi assassinado o lavrador Aniceto na freguesia de Santo Antonio de Boa Vista, distrito da Vila de Contendas. O motivo aparente desse assassinato foi a disputa pela propriedade de uma porca. Motivo aparente, pois a real motivação para o assassinato foi honra ofendida. Segundo os depoimentos das testemunhas esses não eram os únicos motivos para que João José Marques, conhecido como João Cravo, matasse o lavrador Aniceto. Já havia entre eles desavenças antigas, e a disputa pela porca apenas forneceu uma razão a mais para o crime.

Todas as testemunhas são unânimes, Aniceto era um trapaceiro. Comprara uma enxada de João Marques, mas não pagara e nem tampouco restituira o bem negociado. Foram ouvidas seis testemunhas e todas afirmam que o réu e a vítima não tinham boas relações. Esses depoimentos desenham o perfil de uma comunidade rural, eram todos lavradores. Esses depoimentos também deixam entrever uma das formas mais usuais de assassinatos nos sertões do Brasil: a tocaia.

Delmiro Fernandes de Sousa vinte anos, lavrador, casado, morador no Caco de Santana natural da freguesia de São José do Gorutuba ao ser interrogado a respeito da morte de Aniceto, declarou em seu depoimento que “sabia por que lhe chegou a noticia de ter morto o cadáver de Aniceto e logo foi lá e viu o cadáver morto com uma balada que lhe tinha entrado nas costas na altura da pá e saiu sobre o peito direito...”²⁰⁹, essa é a primeira das evidencias de um crime de tocaia, a vítima é morta pelas costas. O juiz prossegue na inquirição, perguntando se a testemunha sabia quem tinha matado o lavrador Aniceto, a testemunha:

Respondeu que sabia por lhe ter dito a mulher de Domingos Martins Pereira, que fora João Cravo. E sendo perguntado mais se sabia qual motivo de ter matado João Cravo a Aniceto de tal respondeu que sabia por lhe ter dito Gregório de tal que foi a causa por uma duvida que tiveram por ameia de uma porca. E sendo perguntado mais se sabia que Gregório de tal também era cúmplice nesse assassinio. Respondeu que não sabia e nem viu falar (...)²¹⁰

Venâncio Alves Silva Rosa dezoito anos, lavrador, casado, morador no Caco da Santana, natural desta mesma freguesia “prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado” e:

“sendo perguntado se sabia que no dia primeiro de janeiro fora morto Aniceto de tal; respondeu que sabia, por que o viu morto com uma balada que o tinha entrado na pá e saiu sobre o peito direito, e sendo perguntado mais se sabia quem tinha sido o autor do assassinio na pessoa de Aniceto de tal, respondeu que sabia por lhe ter dito Cândida

²⁰⁹ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.100. 07/01/1862. fls.: 5v.

²¹⁰ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.100. 07/01/1862. fls. 5, 5v., 6.

mulher de Domingos Martins Pereira; e que fora João Cravo. E sendo perguntado mais se sabia qual foi a causa de João Cravo assassinar a Aniceto de tal, respondeu que sabia por ouvir dizer que fora por meia de uma porca que eles tiveram uma ruína a respeito. E sendo perguntado mais se sabia que Gregório era cúmplice nesse assassinio. Respondeu que não sabia e nem viu dizer, só sim que fora João Cravo quem tinha assassinado a Aniceto de tal (...)²¹¹

Os outros depoimentos são uniformes e regulares em afirmar que fora João José Marques quem havia matado a Aniceto, mas acrescentam novos elementos à trama dizendo que a morte foi planejada. No depoimento de Gregório Antonio da Cruz começamos a descobrir que o réu e a vítima já tinham pendências antigas que de acordo com o “código do sertão” precisavam ser resolvidas de modo violento. Diz Gregório Antonio da Cruz que:

sabia por lhe ter dito o mesmo réu João Cravo que saindo a Aniceto com uma porca amarrada, o dito João Cravo não querendo que ele a conduzisse ele sempre seguiu com ele e aí se achava Gregório Antonio da Cruz ouviu todas as razões deles ambos, e partiram cada qual em direção de suas casas, *nesse ínterim volta João Cravo e vem tocalhar a Aniceto em uma travessa de mato e estando ele na tocalha vem vindo Aniceto encontra com João Borges Rego, ele tocalhante viu que ali não podia conseguir seus destinos mudou a tocalha para adiante ao pé da roça de Domingos Martins Pereira, foi quando veio passando só a Aniceto teve ele então lugar dar-lhe o tiro com uma bala seca sobre as costas* que ele caiu coçando quando recebeu o tiro tudo isso disse-me o mesmo João Cravo depois que isso fez, e que estava vingado da porca e de uma enxada que não lhe quis pagar(...)²¹²

O crime aparentemente banal revela todo um estratagema de morte. O crime é cometido pelas costas, pressupõe uma forma de vingança, o ocultamento, o acompanhamento dos passos da vítima, o conhecimento de seus hábitos e rotinas, em resumo, o estudo do local, dos hábitos da vítima, a ausência de testemunhas e a satisfação de um interesse pessoal, requer paciência e planejamento. A vingança é completa quando o autor do delito não é descoberto, mas se deixa conhecer através dos boatos e do falatório que corre entre os vizinhos, pois é necessário saber, mesmo que indiretamente, quem foi o autor, pois a tocaia é um ato traiçoeiro, mas deve impor respeito e medo na vizinhança. Apesar de todos os depoimentos indicarem que João José Marques era o autor do crime, e de haver uma sentença ordenando sua prisão o processo termina sem sabermos se realmente o assassino foi preso e cumpriu a pena cominada no artigo 193 Código Criminal. Acrescentamos os depoimentos de Domingos Martins Pereira que também revelam o ardil do planejamento do crime.

Nem todos os crimes foram praticados de modo espontâneo e fortuito. Havia os crimes planejados. As tocaias e as encomendas de morte que ocorreram com certa regularidade, os poderosos e mesmo a gente simples utilizou-se dessa estratégia para eliminar os seus desafetos. Podemos considerar este um dos aspectos mais relevantes da criminalidade no Médio sertão do São Francisco

²¹¹ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.100. 07/01/1862. fls. 6, 6v., 7.

²¹² DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.100. 07/01/1862. fls. 7, 7v., 8.

pouco investigado pelos autores que, direta ou indiretamente, estudaram os crimes nessa região da província. Tracemos aqui as características desse tipo de crime.

No ano de 1869 dois crimes planejados foram praticados na vila de Guaicuí. Maria Senhorinha de Jesus arquitetou, segundo os autos, a morte de seu marido João Teles Guimarães por meio de engenhoso plano que envolveu “camaradas” de seu próprio marido, aqueles em que ele supostamente confiava. Domingos Siqueira Cardoso assassinou a Casimiro Leite Santos de modo planejado, porém de forma menos sutil. O primeiro crime ocorreu em janeiro, o segundo em abril. Em menos de três meses a vila foi sacudida por dois homicídios planejados: uma encomenda e uma tocaia.²¹³

Apesar do planejamento, os crimes encomendados não se assemelham às tocaias. Pois as tocaias também poderiam ser fruto de encomendas feitas pelos adversários. O que distingue a encomenda da tocaia seriam os métodos de praticar o delito. A tocaia pressupõe a execução às escondidas, à noite, sem testemunhos, pode ou não envolver conhecidos da vítima. O crime encomendado poderia ser praticado às claras ou às escondidas, de dia ou de noite, geralmente por pessoas estranhas à vítima. Embora seja possível argumentar que todos eram, numa localidade isolada como as vilas, arraiais, cidades dos sertões conhecidos e estranhos, parentes, vizinhos, mas estas condições não impediam a realização das tocaias ou encomendas, pois os dois tipos pressupõem a recompensa.

Esta era outra característica da tocaia e da encomenda: o assassino seria bem recompensado pelos seus serviços. O assassino também possuía qualidades especiais para essa tarefa. Profissional, isto é, já havia cometido outros crimes desta ou de outra ordem, perigoso e temido, pois provocava arruaças e desordens constantes, “valentão”, pois não temia as autoridades. Silencioso, pois não fazia comentários desnecessários. Profissional, desordeiro, arruaceiro, perigoso, estranho à comunidade, famoso e corajoso. Este era o perfil geral dos criminosos contratados. Mas, por outro lado, poderia o oposto deste tipo, uma pessoa comum da própria localidade, contudo, deveria possuir uma de todas as qualidades, tinha que ser corajoso. Historiadores, cientistas sociais, viajantes estrangeiros e nacionais que estiveram pelas bandas do São Francisco denotam essas características dos criminosos que praticaram crimes planejados. Ressaltaram também uma outra, eram todos ou quase todos pretos, pardos, negros ou mulatos. Eram mestiços.

Em janeiro de 1851 foi assassinado Francisco José Salgueiro. Segundo o auto de corpo de delito, o crime havia ocorrido “na tarde do dia oito do corrente mês pelas sete horas” na fazenda do Carmo na Barra do Rio das Velhas distrito de Montes Claros de Formigas. O homicídio cometido, em janeiro 1851, contra Francisco José Salgueiro exemplifica a dificuldade da justiça em punir os criminosos no norte da Província de Minas Gerais e, de modo geral, nos sertões do Brasil império.

²¹³ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.139. 08/01/1869; DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.142. 28/03/1869.

Novamente encontramos uma outra vítima na fazenda do Capitão Antonio Hipólito Gomes de Magalhães. O próprio capitão Hipólito informava ao subdelegado que Francisco José Salgueiro fora morto em uma tocaia. Dizia o capitão que

Eu ignorando quem seja Inspetor do Quarteirão deste lugar, acontecendo ontem 8 do corrente as Ave Maria *darem um tiro de tocaia* no miserável filho do José Francisco Salgueiro; de nome Francisco Salgueiro, e este deu Alma ao Criador na mesma noite do dito dia, e como este delito foi feito na fazenda do Carmo aonde mora a minha mana D. Emiliana Angélica Gomes de Magalhães; e esta neste instante me dá parte deste acontecimento; e pede-me gente para conduzir o cadáver do morto para o enterrar no Cemitério; acho ser do meu dever levar ao conhecimento de V. S. uma vez que não há inspetor, para V. S. pôr suas vistas benfazejas sob o Direito da Lei, e da Justiça para ver se vem no conhecimento do tal Monstro praticador de tão bárbaro assassino; e decerto se a esperada justiça não socorrer em atos tais, pessoa alguma não contará com aquela segurança individual que a lei garante; a qualquer individuo. Ilmo. Sr. Subdelegado V. S. deve pôr as suas vistas em Deus, e também no povo fazendo policiar sob o malfeitores: queira V. S. por sua bondade e honra, perdoar-me as minhas expressões, que só são nascidas da palavra caridade, com meu próximo; o ser isto praticado na casa em casa da minha mana, eu neste instante a ver o Morto, e caso o seu corpo possa esperar a sua decisão, não o mando enterrar senão amanhã. Deus guarde a V. S. por dilatados anos. Fazenda do Muinho 9 de janeiro de 1851. Ilmo. Sr. e Alferes Subdelegado do Chefe de Policia Eugenio de Sousa Terra.

Antonio Hipólito Gomes de Magalhães.²¹⁴

O capitão Antonio Hipólito aproveitava a ocasião para expressar um descontentamento que provavelmente fosse, por um lado, fruto de uma certa ineficácia da justiça para descobrir e punir os criminosos, e por outro, uma forma de reafirmar o seu poder e status social perante a comunidade da Barra do Rio das Velhas. Poderia também expressar os temores e insegurança constantes vivenciados pela população livre do sertão norte-mineiro. De qualquer forma, o capitão Hipólito queixava-se de certo abandono por parte das autoridades policiais da região quando afirmava “decerto se a esperada justiça não socorrer em tais atos, pessoa alguma não contará com aquela segurança individual que a lei garante; a qualquer individuo.” Porém, moderava suas críticas, pois estava se dirigindo a um representante da justiça “Ilmo. Sr. Subdelegado V. S. deve pôr as suas vistas em Deus, e também no povo fazendo policiar sob o malfeitores: queira V. S. por sua bondade e honra, perdoar-me as minhas expressões, que só são nascidas da palavra caridade, com meu próximo.” Esta não era a primeira vez que ocorria um crime nas terras do capitão e seus familiares, nem a era a primeira vez que ele fazia críticas ao sistema judiciário.

A vítima estava indo para sua roça quando foi assassinada. Segundo o depoimento de Torquato Nunes de Azevedo Francisco Salgueiro foi morto com um tiro “*dado de emboscada no caminho da roça do mesmo finado*”, o tiro veio do mato. Esta era uma das características das emboscadas e crimes encomendados: o ocultamento do algoz. Este tipo de crime geralmente era cometido à noite ou ao raiar do dia. Acrescente-se que o crime era cometido pelas costas, os autos de

²¹⁴ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.039. 29/01/1851.

corpos de delito evidenciam que na maioria dos casos as vítimas foram alvejadas com armas de fogo pelas costas. As emboscadas e encomendas ainda tinham uma peculiaridade: o réu não era identificado pelas investigações dificultando a pronúncia, a formação da culpa, o indiciamento e a condenação ou absolvição. Mas, mesmo nestes casos o subdelegado ou delegado era obrigado a remeter o processo ao juiz municipal de acordo com o Regulamento nº. 120 de 31 de janeiro de 1842 art. 289 “*Os Delegados e Subdelegados, que tiverem pronunciado ou não pronunciado algum réu, remeteram imediatamente o Processo ao Juiz Municipal do respectivo termo para sustentar ou revogar o despacho de pronúncia ou não pronúncia.*”²¹⁵

O procedimento formal resolvia, por um lado, o andamento burocrático da justiça, mas, por outro, não satisfazia os objetivos do poder judiciário de vigiar e punir os criminosos. O processo seguia assim seus trâmites pelo labirinto da burocracia judiciária saindo do distrito da Barra do Rio das Velhas para a sede do termo a Vila de Montes Claros, onde ficaria arquivado. Mais um crime impune. O assassinato de Francisco Nunes de Azevedo seguiu os moldes do processo descrito anteriormente. Mas é possível apreender novos elementos para caracterizar tanto os tipos de crimes como a ação – ou melhor – a inação da justiça no sertão do médio São Francisco. Vejamos o processo e as formalidades judiciais do caso.

Na noite de dezenove de novembro de 1851, foi encontrado o cadáver de Francisco Nunes de Azevedo com “chumbo e bala na coxa e na cabeça” no lugar chamado Retiro, da Fazenda Capim Puba. Ao tomar conhecimento do crime subdelegado do distrito da Barra do Rio das Velhas determinou a pronta execução do auto de corpo de delito ocular para apurar o autor de semelhante delito. Convocava para peritos Henrique da Cunha Sanguinete e Cipriano Souto da Silva por “ter sido este o próprio que fez a cura ao paciente”. Estes procedimentos e formalidades legais eram exigidos pelo Código de Processo Criminal, pela Reforma de 1841 e demais dispositivos legais, que já discutimos. Como se verá adiante os instrumentos e técnicas de investigação criminal no século XIX eram muito rudimentares. Os agentes da justiça, basicamente, contavam com os depoimentos das testemunhas para averiguar a autoria dos crimes. No caso do assassinato de Francisco Nunes de Azevedo foram elas que forneceram os poucos indícios disponíveis à justiça.²¹⁶

Um outro detalhe interessante sobre as testemunhas: a maioria era parda. A primeira delas, “Selestino José Marques pardo, solteiro, natural e batizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Curimatahy e morador na Fazenda do Tamburil deste distrito onde vive em companhia de sua mãe de idade que disse ter vinte e cinco anos pouco mais ou menos” disse “que não sabia quem foi o delinqüente e não têm ouvido dizer a pessoa alguma”²¹⁷ quem teria colaborado ou cometido o crime. Faustino José da Silva pardo, casado, natural e batizado nesta freguesia de Nossa Senhora do

²¹⁵ CLIB de 1842. Tomo V, Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843. pp. 93-94

²¹⁶ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.040. 03/02/1851. fls. 5, 5v.

²¹⁷ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.040. 03/02/1851. fls. 6, 6v.

Bom Sucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas e morador no lugar denominado “Bebedor”, onde vive de criar e lavar, de vinte e nove anos “pouco mais ou menos”, também de nada sabia. José Francisco Salgueiro, possivelmente, pai de Francisco José Salgueiro morto um mês antes, apontava em seu depoimento prováveis autores para o assassinato de Francisco Nunes de Azevedo, um homônimo da vítima e, inclusive, a própria testemunha, segundo a voz pública. Afirmava a testemunha que tem ouvido dizer a muitas pessoas:

uns dizem ter sido dado o tiro por *Norberto José Sirino* outras que fora **Francisco Nunes de Azevedo**, outras que fora mandado dar por *peessoas moradoras na Mumbuca e até culpam a ele testemunha* e têm ouvido também dizer que fora *Liberato Nunes de Azevedo*, a outros que fora *Maricota viúva do finado José Nunes*, mas que ele testemunha no todo ignora quem [seja] o delinquente assim como os motivos que houveram para o delito, e que à quem tem ouvido contar os fatos que jurou sempre lhe tem dito que o *próprio ofendido é que se queixa suspeitar das pessoas declaradas* e mais não disse (...) ²¹⁸

O depoimento de José Francisco Salgueiro tornava o caso intrigante, ao colocar em dúvida a credibilidade dos depoimentos testemunhais, pois se até a vítima e a testemunha, poderiam ter cometido o delito e havia uma constelação de pessoas, das quais o “*próprio ofendido*” se queixava e suspeitava terem contra ele impulsos ou planos para matá-lo. Como identificar nos depoimentos os fatos e os boatos acerca dos crimes praticados? O depoimento de Ciriaco José Marques acrescentava mais uma informação no intrincada trama desse homicídio. Dizia ele que “*passando em casa dele Dorothea Nunes [disse] que Francisco Nunes de Azevedo tinha levado o tiro e que ainda havia mais dois jurados para se matar*” ²¹⁹, a testemunha antecipava à justiça diretamente que outras encomendas e tocaias estavam para acontecer, mas ao que parece, essa indicação não foi investigada. As testemunhas iam, em um movimento crescente, envolvendo outros indivíduos nas teias da justiça, foi o que aconteceu com a testemunha Dorothea Cândida.

4.6. As Testemunhas: o avanço da perícia criminal.

Segundo Marc Bloch, os testemunhos são sempre motivos de controvérsias. Posto que, a relação entre o observador, o objeto e a percepção e concepção do objeto nem sempre é unívoca, isto é, a ciência e o cientista não conseguem apreender a totalidade das dimensões do objeto, consegue apenas estabelecer recortes limitados e parciais para a compreensão da realidade observada. Neste sentido, o testemunho por mais fidedigno que ele possa ser, ele será sempre uma percepção unilateral e parcial da realidade observada pelo cientista. ²²⁰ Nesta linha de raciocínio, os depoimentos das

²¹⁸ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.040. 03/02/1851. fls. 6v., 7, 7v.

²¹⁹ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº 000.040. 03/02/1851. fls. 9v.

²²⁰ Para uma discussão mais pormenorizada sobre o valor epistemológico do testemunho em História confira os trabalhos de: BLOCH, Marc. *Introdução à História*. – Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. Especialmente, o Capítulo II – A Observação Histórica, item II – Os testemunhos, pp. 110-116, e BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 18 ed. trad., Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1999. Particularmente, o Capítulo I – Os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana. pp. 35-69.

testemunhas nos processos-crime do século XIX, serão analisados e retrabalhados, com as maiores reservas possíveis. Não obstante, as limitações implícitas nos testemunhos históricos não impossibilitam a compreensão, mesmo que parcial, da realidade vivida pelos moradores do sertão do São Francisco, na medida em que nos valem do “método indiciário” desenvolvido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg²²¹ que permite “reconstituir” por meio de pequenos traços, referências, indícios e pormenores os quadros mais amplos dos valores socialmente aceitos por uma sociedade determinada. Os testemunhos de livres, escravos e libertos estão pontilhados julgamentos de valor, com percepções éticas e morais da sociedade escravista vigente. Esses juízos de valor descortinam a visão que a sociedade brasileira, e mineira, em particular, possuía sobre si mesma e os padrões que orientavam as condutas e comportamentos sociais.

Obviamente, os testemunhos devem ser encarados de modo assimétrico, pois os valores que são considerados como regra para os homens livres, ricos ou pobres, não eram os mesmos que orientavam as ações e comportamentos de escravos e libertos. Embora, cativos e mancípios pudessem se apropriar desses valores como um mecanismo tático ou estratégico para a convivência e sobrevivência em um ambiente socioeconômico com um “alto grau de tensão social”, como salientou Peter Burke.²²²

As concepções de família, poder, honra, amor, ódio, religiosidade, amizade e companheirismo, liberdade, enfim, de justo e injusto passam pela composição e posição ocupada pelos agentes históricos da sociedade em foco. Todos esses valores eram compreendidos de modo assimétrico, expressando as diferenças sociais existentes no sertão do São Francisco. Levar em consideração esses pressupostos permite aquilatar as relações sociais desenvolvidas no sertão norte mineiro e avançar no entendimento das relações entre a justiça e a sociedade. Uma sociedade híbrida e mestiça, em que a absorção dos valores dominantes não se efetiva de modo unívoco e automático, mas pelo contrário passou por inúmeros processos de reelaboração de acordo com as contingências da vida cotidiana.

Em primeiro de fevereiro de 1840 foi assassinado Clemente José da Costa na vila de Montes Claros de Formigas, comarca do Rio de São Francisco, pelo escravo Manoel cabra. O Capitão Joaquim Pereira de Vasconcellos, o juiz de paz suplente, mandou proceder ao auto de corpo de delito no cadáver da vítima com o intuito de saber a causa da morte e de averiguar se no corpo poderiam ser encontrados alguns indícios que conduzissem ao assassino. Periciaram o corpo da vítima os peritos Estevão Duarte do Nascimento e Francisco Antonio de Nazaré. Durante a realização do auto de corpo de delito estavam presentes o escrivão do juízo de paz – Tiburtino de Paula e Souza –, o juiz de paz suplente, os peritos, as testemunhas – Felipe Ferreira Santiago e Valeriano Martins de Santana – e a

²²¹ Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: o paradigma de um método indiciário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²²² BURKE, Peter. *Sociologia e História*. 2. ed. trad. Fátima Martins. Porto: Edições Afrontamento (1. ed. de 1980).

mulher da vítima. Nesta ocasião o juiz perguntou à esposa da vítima, Claudina Baptista de Campos, quem poderia ter cometido aquele crime, e ela:

respondeu que não sabia, e perguntando-lhe mais se ao menos desconfiava de alguma pessoa, respondeu que o dito seu marido só tinha inimizade com Manoel cabra *escravo de sua mãe e mais herdeiros*, e que bem podia ser este o autor do assassino porque havia dormido nessa noite em sua casa oculto.²²³

Sutilmente, a esposa da vítima, avança considerações incriminatórias acerca do comportamento suspeito do escravo Manoel cabra que “*havia dormido nessa noite em sua casa oculto*”. Estas conjecturas fizeram com que os olhares da justiça se voltassem para o cativo como o criminoso potencial e típico. A esposa da vítima ainda acrescentava que:

como seu marido tivesse [que] sair cedo a ver um Pari vizinho a casa, no tempo que saía observou um vulto que estava deitado em uma varanda fora e examinando conheceu ser perfeitamente o escravo Manoel e encaminhando o dito seu marido ao Pari lá levava o tiro em saindo do dito Pari²²⁴

O juiz, a partir das suposições da esposa da vítima e dos exames realizados pelos peritos, declarava em seu despacho procedente o auto de corpo de delito e pedia ao escrivão do juízo de paz que: “*expeça as convenientes ordens para a captura do indiciado e faça sumário de testemunhas, passando mandado para serem pessoas vizinhas do lugar do delito que tenham notícia do crime e seu autor.*”²²⁵ A partir desse momento, na vida do escravo Manoel começaria mais um ciclo de adversidades. Vamos acompanhar essa trama de sofrimento e morte. A primeira testemunha a depor foi Manoel Pires da Cunha casado, natural da vila e freguesia de São José de Formigas, arcebisado da Bahia, e morador nos subúrbios da freguesia, onde vive de lavouras, idade de 24 anos pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, que prometeu dizer o que soubesse sobre o crime cometido contra Clemente José da Costa. O juiz perguntando sobre o conteúdo dos autos disse a testemunha que:

sabe por ver o corpo do finado Clemente José da Costa estragado de chumbo de que morreu e que *sabe por ouvir dizer* que esta morte fora feita no dia mês e ano recontado no auto de corpo de delito *pelo cabra Manoel escravo da casa* com um tiro porém que não sabe as circunstancias e nem a causa da morte e quanto ao delinqüente só sabe por ouvir dizer aos vizinhos e pessoas da casa do morto e mais não disse e nem aos costumes²²⁶

A testemunha confirma as suposições da mulher da vítima. No entanto, o seu depoimento baseia-se em informações colhidas junto aos vizinhos e membros da casa do próprio

²²³ DPDOR/AFGC. Processo-crime. n°. 000.013. cx. 01, 01/02/1840. folha 1v.

²²⁴ DPDOR/AFGC. Processo-crime. n°. 000.013. cx. 01, 01/02/1840. Fl. 1v, 2. Pari era uma armadilha para caça de animais.

²²⁵ DPDOR/AFGC. Processo-crime. n°. 000.013. cx. 01, 01/02/1840. Fl. 3v.

²²⁶ DPDOR/AFGC. Processo-crime. n°. 000.013. cx. 01, 01/02/1840. Fl. 2v.

falecido, naquilo que os depoentes costumavam chamar de “voz pública”, “voz corrente” ou fato “público e notório”, informações que circulavam com um grau muito relativo de ciência dos acontecimentos. Mas, na falta de uma ciência criminal ou ciência forense a justiça não tinha muito o fazer sendo, portanto, compelida a aceitar e chancelar credibilidade a esses depoimentos independente de seu grau de certeza e exatidão. O depoimento aponta ainda um outro aspecto complexo: o depoente não sabia “as circunstâncias e nem a causa da morte”, ou seja, não tinha a menor idéia do que teria motivado o assassinato. Então, como tornar esse depoimento relevante para o deslindamento do crime, de suas causas, e da descoberta de seu autor? O padrão de regularidade nos depoimentos, essa foi a principal estratégia jurídica para validar e creditar um depoimento que em si mesmo não possuía nenhuma evidencia concreta do ato delituoso. Vejamos como o enredo e a trama judiciária irão envolver o escravo Manoel cabra.

A segunda testemunha Norberto Gonçalves Pereira casado, natural e morador nesta freguesia de São José de Formigas, onde vive de sua lavoura e criar ao gado vacuum e cavalar, de idade de trinta e dois anos pouco mais ou menos, testemunha jurada aos santos evangelhos, prometeu dizer tudo o que soubesse a respeito do assassinato de Clemente José da Costa, e ao ser inquirida disse:

que andando ele testemunha no campo no dia recontado no auto de corpo de delito chegando a casa de sua mãe aí achava o paciente Clemente José da Costa todo traspassado de chumbo e esvaindo-se em sangue e que conduzido a esta Vila pouco mais ou menos falecera do tiro por ser em lugares mortais (...) *e que é público e notório* que esta morte fora feita por Manoel cabra escravo da casa da sogra do mesmo finado *e que ele testemunha assim o acredita*, pois que desde então desaparecera o mesmo cabra até hoje *e mais porque aparecendo na casa do morto um chapéu de couro pessoas que o conheciam como o Vigário desta freguesia disseram que era o próprio chapéu do dito cabra* e que não sabe que o dito Clemente tivesse inimizade com pessoa alguma *só sim que ouviu dizer que dias antes tinha esbordado a mãe do dito cabra* e mais não disse e perguntado aos costumes *disse ser primo em primeiro grau da mulher do morto*.²²⁷

O assassinato de Clemente José da Costa fornece algumas pistas de como os crimes eram desvendados no século XIX. Neste caso, os indícios eram a atitude supeita do escravo, o seu chapéu encontrado na cena do crime, reconhecido pelo “Vigário desta freguesia”, o seu desaparecimento após delito, e aquilo que a testemunha considerava mais importante: o senhor do Manoel havia “esbordado a mãe do dito cabra”. Todas essas circunstancias teriam, segundo a testemunha, motivado o crime. Mas um outro fato teria contribuído ou facilitado a execução do crime o escravo mantinha relações muito próximas com a vítima e sua família. Aliás, o fato do senhor do escravo ter agredido a mãe do escravo também pode ter sido um motivado decisivamente a atitude de Manoel cabra.

²²⁷ DPDOR/AFGC. Processo-crime. nº. 000.013. cx. 01, 01/02/1840. fls. 4., 4v.

O juiz de Paz, Bernardino da Rocha Queirós, pronunciava o escravo Manoel cabra como incurso nas penas da lei de 10 de junho de 1835, mandando lançar no seu nome no rol dos culpados e o obrigando a prisão e livramento. A lei de 10 de junho, produzida no contexto da Revolta dos Malês ocorrida na Bahia e 1835, impunha a pena de morte a todos os escravos que matassem ou ferissem seus senhores feitores e administradores e suas famílias.²²⁸ Infelizmente, não sabemos se o escravo foi executado, pois o processo termina sem fornecer essa informação. Sabemos apenas que o réu foi pronunciado.

Dez anos depois encontramos outros dois escravos envolvidos num crime de morte. Simeão Ribeiro da Silva, subdelegado da vila de Montes Claros, expediu mandado ao Dr. Carlos José Verciani para fizesse o exame de corpo de delito no escravo Vicente crioulo gravemente ferido em uma querela com outro escravo de nome Luiz, crioulo do capitão Joaquim Alves Sarmento. O escravo Vicente foi esfaqueado e morreu. Instaurou-se o processo para apurar as circunstâncias e razões do crime, especialmente porque envolvia dois escravos, dois bens, dois instrumentos de trabalho, e um deles havia falecido. Os familiares de Joaquim Alves Sarmento, proprietários do escravo exigiam reparação do dano.

Os depoimentos das testemunhas sobre o caso não eram muito claros quanto às motivações do crime. O primeiro depoente “Julião Ribeiro da Paixão natural do arraial de São Domingos, termo da cidade de Minas Novas, idade de cinqüenta anos pouco mais ou menos, viúvo, morador desta vila que vive do ofício de sapateiro”, fornece algumas pistas para entendermos o conflito entre os escravos Luiz e Vicente. Em seu depoimento o sapateiro disse:

sabe por ver e presenciar que na noite em que fora esfaqueado o escravo Vicente crioulo, antes do acontecimento seriam nove horas da noite ele testemunha achando-se em casa de Maria Gomes na Rua do Urubu desta vila e achando-se também o assassinado Vicente, em conversações com ele testemunha e a dita Maria Gomes, pouco depois aí chegou Luiz cabra escravo do falecido capitão Joaquim Alves Sarmento, estando da parte de fora da casa ele testemunha o mandou entrar o qual assim o fez, e nesta ocasião viu o mesmo estar com duas facas de ponta metidas na cintura na frente, e depois de alguns momentos saiu da dita casa o crioulo Vicente, e o dito Luiz o acompanhou, e mais nada observou nessa noite e que no dia imediato então soube, por ser boato geral que o dito Luiz cabra fora esperar o Vicente na ponte do Rio desta vila e aí lhe dera as facadas constantes do Auto de Corpo de Delito²²⁹

A testemunha não revela a razão que detonou o confronto e resultou no trágico desfecho. Mas a testemunha descortinou um fragmento da vida cotidiana dos escravos na região sãofranciscana: a liberdade de ir e vir, ou melhor, uma das muitas dimensões cotidianas de liberdade de mobilidade. O depoente afirma que viu e presenciou os dois escravos na casa de Maria Gomes na

²²⁸ DPDOR/AFGC. processo-crime. nº. 000.013. cx. 01, 01/02/1840. fls. 6v., 7. Quanto à lei de 10 de junho veja: CLIB de 1835. Lei de 10 de junho de 1835, pp. 5-6.

²²⁹ DPDOR/AFGC. processo-crime. nº. 0032. 30/04/1849, folhas 7v., 8, 8v., 9.

noite do crime, “achando-se em casa de Maria Gomes na Rua do Urubu desta vila e achando-se também o assassinado Vicente, em conversações com ele testemunha e a dita Maria Gomes, pouco depois aí chegou Luiz cabra escravo do falecido capitão Joaquim Alves Sarmiento...”. O testemunho também revela sutilmente as intenções do escravo Luiz quando afirma “nesta ocasião viu o mesmo estar com duas facas de ponta metidas na cintura...”. Embora, em momento algum o depoente afirme explicitamente que Luiz estava premeditando matar o escravo crioulo Vicente, é o que se deduz de seu depoimento. Mas por que Luiz cabra matou Vicente crioulo? Provavelmente nunca saberemos com exatidão. O próximo depoimento de Maria Gomes, dona da casa onde os dois escravos se encontraram, talvez, forneça maiores esclarecimentos. Ela narrava o Luiz tinha chegado a sua casa a noite dizendo “você está aqui muito sossegada e pode rezar pela alma de seu compadre Vicente”, e disse mais

Maria Gomes de Azevedo natural e moradora desta vila, viúva, idade quarenta anos pouco mais ou menos que vive de fiar algodão e suas agências (...) que sabe que no trinta de abril do corrente ano chegara em casa dela testemunha Maria Pessoa e lhe disse ‘você está aqui muito sossegada e pode rezar pela alma de seu compadre Vicente que está quase a expirar de umas facadas’, disse mais ela testemunha que *sabe por ver* que antes desta noite o referido escravo Luiz se achava na chácara de seu senhor, e muitas vezes vinha nesta vila e que depois deste assassino não o tem visto mais nesta vila e antes lhe consta que se retirara.²³⁰

A vida de vizinhança vai aos poucos se desenhando nos depoimentos, as relações de parentesco artificial, compadrio, comadrio e afilhamento, e as afinidades de amizade e de inimizades se evidenciam nas narrativas. Os fatos e acontecimentos banais, graves ou espetaculares circulam de boca-em-boca. A voz corrente, o público conhecimento e o notório saber são as formas que os moradores das zonas rurais desprovidos dos meios de comunicação regular dos jornais, semanários e revistas utilizavam-se para difundir as notícias. Os jornais no norte de Minas apareceram muito tardiamente. Há uma coleção encadernada na Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da UNIMONTES, porém a coleção abarca apenas os anos finais do século XIX. Supomos que terão existido outros jornais, mas que por razões que ignoramos estes jornais não chegaram resistir à incúria, ao tempo, aos extravios, enfim, não dispomos desta fonte extremamente útil para o conhecimento da opinião pública dos montesclarenses e dos moradores da região. Imperava o “diz-que-me-diz”, a boataria e o boca-a-boca entre os membros desta comunidade. Supomos que os membros letrados e abastados da região tinham acesso aos meios de comunicação de outras localidades, mas infelizmente

²³⁰ DPDOR/AFGC. processo-crime. nº. 0032. 30/04/1849, folhas 9, 9v., 10.

não localizamos nenhuma evidencia concreta. De qualquer forma a circulação informal das notícias durante muito tempo supriu essa lacuna na vida social do sertanejo.²³¹

Por ora, vale dizer que as notícias circulavam lenta e informalmente. Nos processos-crimes podemos evidenciar essa informalidade por meio dos depoimentos de testemunhas e outros envolvidos nos crimes de homicídio. Retornemos ao assassinato de Vicente crioulo. No depoimento seguinte acompanhamos a regularidade e a padronização da formação da culpa. Na construção do processo vai se desenhando a culpabilidade de Luiz cabra, porém ainda sem elucidar as motivações que levariam dois escravos, parceiros de infortúnio a uma situação extrema, opondo pessoas pertencentes ao mesmo status social. Vejamos o depoimento de Francisco Alves Landim.

Francisco Alves Landim natural da freguesia do Rio Manco, termo da cidade de Diamantina, solteiro, idade sessenta anos pouco mais ou menos que vive de suas agências disse que sabe que na noite do dia (...) vinte e nove de abril do corrente ano ele testemunha de sua porta viu e presenciou o escravo Luiz do capitão Joaquim Alves Sarmento junto com Vicente crioulo escravo de Clemente da Motta ambos estavam perto dele testemunha e nada diziam um para o outro e observou que *o dito Luiz se achava armado de um facão na mão e duas facas na cintura em cada um dos lados sendo uma aparelhada de prata e outra aparelhada de latão*, e ao recolher-se ele testemunha para dentro de sua casa ali os deixou, mais ouviu ele testemunha uma voz que conheceu perfeitamente ser do dito Luiz que dizia – *você já se vai? Ao que respondeu o falecido Vicente crioulo que ainda não, pois que ia ver um barril ao que lhe disse o dito Luiz, pois vá que eu o vou esperar na ponte aonde temos que conversar*, e no dia seguinte logo que ele testemunha se levantou ouviu *uma voz geral do povo da rua* em que soava que o dito Luiz havia esfaqueado ao referido Vicente no mesmo lugar da ponte de cujas facadas falecera, e mais não disse.²³²

Uma evidencia irrefutável, a maioria dos crimes cometidos nas zonas rurais do Brasil tanto na época colonial como na imperial recorriam a instrumentos cortantes – facões, facas, machados, cutelos, enxadas, etc, - ou a porretes, achas de lenhas, pedaços de pau, enfim, a madeira ou então às armas de caça ou pequenas – espingardas, arcabuzes, pistolas, etc, - raros foram os casos em que o assassino matou a vítima com suas próprias mãos. Muitas vezes, as armas eram instrumentos de trabalho ou utilizados para a sobrevivência, ou para proteção contra animais selvagens, que como ressaltamos eram muito abundantes no norte de Minas, especialmente no início do século, como narravam o viajantes.

Embora hoje possa parecer altamente ameaçador, o fato de dois escravos estarem sozinhos à noite na vila ou saindo dela, e um deles estar fortemente armado, representando um ameaça concreta para um deles, no século XIX, andar e estar armado era rotineiro e usual, pelas razões que já mencionamos. Pode-se dizer que Vicente não suspeitava ou temia que fosse sofrer um atentado contra

²³¹ DPDOR/UNIMONTES. O Correio do Norte traz algumas matérias publicadas que indiretamente retratavam o problema, embora este periódico tivesse um caráter liberal não publicando matérias a respeito da escravidão, ele noticiava os crimes e acontecimentos relativos à “boa sociedade” da época. O jornal circulou por um curto período 1882-1884.

²³² DPDOR/AFGC. processo-crime. nº. 0032. 30/04/1849, folhas 10, 10v., 11, 11v.

a sua vida, a menos que houvesse algum precedente que o colocasse de sobreaviso, mas pelo desfecho dos acontecimentos esse precedente parece que não existia ou o escravo Luiz foi suficientemente sutil em não transparecer suas macabras intenções. De qualquer forma, estar e andar armado, mesmo que proibido para os escravos²³³, era um fato comum, um costume comum.

Voltemos aos depoimentos, e vejamos até que ponto os fatos puderam ser esclarecidos. Ou seja, por que o escravo Luiz cabra matara ao escravo Vicente crioulo? Esta pergunta é inquietante, pois como tem notado a historiografia recente havia um pressuposto aceito de que os escravos eram solidários em quase todas as circunstâncias de suas vidas, unidos que estavam pelo sofrimento e jugo da escravidão. As coisas realmente não eram bem assim. A versão da testemunha Maria do Nascimento não esclarece muito os fatos. Ela simplesmente informava que Vicente esteve na casa de sua mãe e que Luiz cabra esteve na casa do depoente Francisco Landim. Revelando a mobilidade dos escravos da região.²³⁴ Apesar dos depoimentos das testemunhas não indicarem efetivamente evidência de que o escravo Luiz tivesse matado ao cativo Vicente crioulo. O réu Luiz cabra foi pronunciado incurso no art. 192 do código criminal. Afinal, era um homicídio entre escravos, nenhuma pessoa livre havia sofrido violência. Não havia porque recorrer à lei de 10 de junho e seus rigores. Embora o escravo tenha sido condenado às custas, à 1000 açoites e trazer no pescoço ferro de gancho por espaço de um ano.

Em 20 de agosto de 1849 foi instaurado um processo-crime para investigar morte de dois soldados: João Luiz Baptista e Domiciano José de Carvalho. Faremos aqui um resumo deste assassinato. Embora as vítimas mencionadas na autuação fossem apenas duas, no auto de corpo de delito aparecem mais duas pessoas não mencionadas na autuação vítimas de ferimentos, são elas: os soldados Manoel Inocência da Cruz e João Maninho de Souza. No auto de corpo de delito declararam os soldados Inocência da Cruz e João Maninho ao juiz municipal e órfãos substituto que, os interrogou, que os ferimentos ocorreram porque “na ação de efetuar a prisão do assassino Domiciano José de Carvalho que tinha perpetrado a morte no soldado João Luiz Baptista em seguimento de flagrante delito em que iam do mesmo réu, posto este em fraqueza e resistência empregaram todos os meios a fim de efetuarem a diligencia, e nesta mesma ocasião receberam as ofensas examinadas.” Este é um caso típico de resistência à prisão. Após os exames dos corpos das vítimas o juiz passou a interrogar as testemunhas para averiguar os fatos e para formar a culpa. O primeiro interrogado foi Marcelino Gonçalves de Siqueira. Vejamos se o depoente esclarece as razões deste conflito.

Marcelino Gonçalves de Siqueira natural do distrito do Bomfim deste termo morador desta vila casado, idade de trinta e nove anos que vive do ofício de sapateiro (...), e prometeu

²³³ As posturas, e demais legislações proibiam ao escravo portar ou utilizar qualquer arma defesa. Assim como proibia que eles estivessem circulando à noite pelas ruas dos arraiais, vilas e cidades ou seus subúrbios, mas como se vê a lei não era cumprida.

²³⁴ DPDOR/AFGC. processo-crime. nº. 0032. 30/04/1849, folhas 12, 12v.

dizer somente a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado (...) perguntado a ele testemunha pelo conteúdo nos autos de corpo de delito retro feito nos cadáveres do soldado João Luiz Baptista, e Domiciano José de Carvalho, disse que sabe por ouvir dizer e ser público nesta vila que o finado Domiciano José de Carvalho insultara a um soldado de nome João Luiz Baptista, e este lhe dera umas pranchadas, e passado pouco tempo na noite do dia dezenove de agosto do corrente ano o referido Domiciano pela meia noite pouco mais ou menos foi a casa aonde costumava passear onde morava Maria Delgado e insultou ao dito soldado não só com palavras mas com pedradas na janela de forma tal que o obrigou a sair para repelir os insultos que lhe cometia o dito Domiciano e neste ato o dito Domiciano deu uma punhalada no referido soldado em cima do peito, e não se recorda se do direito ou esquerdo, o certo é que durou poucos instantes de vida porque desta punhalada foi que lhe resultou a morte e que nessa mesma noite tratando as autoridades das necessárias pesquisas descobriram ser o assassino o dito Domiciano, o qual fora preso ao entrar em casa pelos soldados da linha aqui destacados e fora conduzido a porta do Delegado de Polícia o Alferes José Fernandes Pereira Correia junto com o punhal ainda ensangüentado com a roupa salpicada do sangue da vítima, e que mandando o dito Delegado recolhê-lo a cadeia o dito assassino em fuga, e verdade é que ela testemunha achando-se em sua casa deitado na rua do Pedregulho era mais de meia noite ouviu um barulho de pessoas que iam na carreira que logo divulgou serem soldados pelos tinidos das espadas e com gritarias de dizendo = pega, pega e ao amanhecer levantando-se ele testemunha ouviu dizer que os soldados tinham prendido o Domiciano por ter este morto a um soldado, e que tratando de fugir que os soldados o acompanharam até um quintal aberto em umas capoeiras dos herdeiros do finado Jacinto das Mascarenhas, e que aí embaraçando-se o assassino nas Malvas e pela resistência que fez morreu ficando dois soldados feridos um de nome Manoel Invencio da Cruz e outro João Maninho, e que ele testemunha dirigindo-se as ditas capoeiras viu e presenciou ao referido assassino morto e ainda com as pernas embaraçadas nas Malvas com cutiladas na cabeça, e não viu no corpo por se achar vertido, e mais não disse...²³⁵

Uma das testemunhas mais importantes para a averiguação dos acontecimentos era Maria Leopoldina de Faria, pois o soldado João Luiz Baptista estava em sua casa na noite de sua morte. Provavelmente, os dois fossem amasiados tendo em vista que a testemunha era solteira. Vale destacar ainda que ela era natural de Paracatu, o evidencia que a fluidez e mobilidade dos homens e mulheres livres pobres no sertão sãofranciscano. Esta testemunha, assim como outras, passou a viver em Montes Claros a partir momento em que a vila foi assumindo um papel de destaque político e econômico na região. Encontramos pessoas provenientes pequenos distritos ou outras comarcas vivendo na vila. Vejamos o que Maria Leopoldina acrescentou ao depoimento de Marcelino Gonçalves Siqueira, e especialmente, se eles se conheciam ou eram vizinhos.

“Maria Leopoldina de Faria natural da cidade Paracatu, moradora desta vila, idade de vinte e oito anos que vive de suas costuras (...) e prometeu dizer somente a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado (...) E perguntada pelo conteúdo nos autos de corpo de delito, sobre as mortes do soldado João Luiz e Domiciano, disse ela testemunha que sabe por ver que na noite do dia dezenove de agosto próximo passado do corrente ano achando-se em casa dela testemunha, e já deitado o soldado João Luiz Baptista pela meia noite pouco mais ou menos estando o dito soldado dormindo este acordara com o barulho que

²³⁵ DPDOR/AFGC. Processos-crime. n°. 000.034. 20/08/1849. Folhas 8, 8v., 9, 9v., 10.

fazia na porta o Domiciano batendo com pedras, e desfazendo ao dito soldado [ininteligível], e de uma vez o dito soldado levantou-se com a espada, abriu a porta e deu uma pranchada no dito Domiciano, o qual retirou-se e o dito soldado tornou a recolher-se fechando a porta e a poucos instantes voltou o referido Domiciano continuando com os mesmos insultos tanto que obrigou ao dito soldado João Luiz a levantar-se segunda vez e saiu para a parte de fora da porta da rua com a espada para repelir os insultos que lhe fazia o dito Domiciano, e ela testemunha ficou deitada no seu quarto, e a pouco instantes chegou o cadete Felício perguntando a ela testemunha se sabia para onde tinha ido o dito soldado João Luiz ao que lhe respondeu que não sabia e ela testemunha levantando-se chegou o comandante da Força e mais pessoas e o Delegado, e perguntaram a ela testemunha se sabia quem havia assassinado o soldado João Luiz com uma punhalada na esquina da casa de Daniel Pereira da Costa, ao que ela testemunha respondeu que decerto havia ser o Domiciano de tal que a poucos instantes tinha vindo desafiar e insultar ao dito soldado e que não era outro, pois que ela testemunha bem conheceu a sua fala quando o insultava com as palavras, e batia com pedras na porta = sabe mais ela testemunha que nessa mesma noite os soldados prenderam ao dito Domiciano ao entrar em casa com o punhal na mão ensangüentado, e fora conduzido a porta do Delegado, e ela fora chamada para dizer se conhecia que aquele era o assassino e com efeito viu e presenciou o referido Domiciano preso (...) e com o punhal ensangüentado e a roupa do corpo salpicada de sangue da vítima, o que não podia negar ser o próprio assassino visto as respostas que dava ao comandante quando este lhe perguntava para que matastes o meu soldado? Assassino! E ele respondia que não sabia o que fez e concluídas as perguntas, ordenou o delegado que o conduzissem para a cadeia e quando se foi retirando os soldados com ele assassino este pôs-se em fuga pelo longo da rua em direção ao do Pedregulho; e os soldados o acompanharam, e ela testemunha recolheu-se para sua casa, e logo que amanheceu o dia soube que os soldados na diligência que fizeram para prender o assassino o foram pegar nas capoeiras de um quintal aberto dos herdeiros do finado Jacinto das Camarinhas, aonde em resistência embaraçando as pernas em umas Malvas efetuaram a diligência ficando morto o assassino, saindo feridos os soldados Manoel Invencio da Cruz e João Maninho; e por ouvir dizer sabe mais que o assassino levou algumas cutiladas, mais que o seu corpo foi conduzido inteiro, e vestido com a roupa com que estava. E mais não disse...²³⁶

Por que os insultos contra o soldado João Luiz? Por que uma provocação no meio da noite, na casa de sua provável amasia? O depoimento da testemunha mais uma vez não esclarece as motivações do crime. Pode-se apenas inferir. Possivelmente, Domiciano estivesse apaixonado por Maria Leopoldina, mas ela não corresponderia aos investimentos amorosos. Possivelmente, o soldado usando de sua farda e autoridade tivesse abusado em algum momento desta condição ofendendo ou humilhando a Domiciano. Possivelmente, Domiciano sentisse inveja ou rancor pelo prestígio que João Luiz possuía na vila. Todas essas possibilidades são verossímeis, mas nunca saberemos porque realmente Domiciano matara o soldado João Luiz. Mesmo não sabendo os porquês deste crime ele se tornar revelador das percepções que o sertanejo tinha da justiça e de seus agentes.

Os depoimentos de todas as testemunhas convergiram para o fato de que Domiciano insultara a vítima gerando conflito e a morte da vítima. Ressalta a testemunha Irene de Souza que ela estava em sua casa quando chegou Domiciano e queria entrar pela janela, e achando na casa o soldado

²³⁶ DPDOR/AFGC. Processos-crime. 000.034. 20/08/1849. fls. 10v., 11, 11v., 12, 12v, 13.

João Luiz de “Maria de tal”, vizinha à casa de Irene, e ouvindo o incomodo de Domiciano disse a ela testemunha que fechasse a janela, fazendo isso passou o réu a insultar ao soldado João Luiz que tentando repelir os insultos foi ofendido com um punhal falecendo. Momentos depois o réu sendo perseguido por outros soldados e preso. Após alguns esclarecimentos tentou novamente fugir e na perseguição e resistência acabou sendo ferido mortalmente.²³⁷

A reverencia, a obediência e o temor da autoridade policial não se adequavam à figura destemida do sertanejo. O sertanejo enfrentava os poderes constituídos fossem eles encarnados pelas autoridades e representantes do Estado ou fossem eles representados pelos poderosos locais. A resistência de Domiciano a autoridade e mesmo à prisão são exemplares para o entendimento das percepções que os homens e mulheres pobres do médio São Francisco possuíam da justiça durante o século XIX. O sertanejo era indômito, como a própria natureza com qual convivia. A documentação está repleta de evidências gerais e pontuais acerca do *ethos* do sertanejo, como estamos demonstrando. O Estado, por meio do poder judiciário enfrentou serias dificuldades para se fazer sentir e ser interiorizado. O soldado Domiciano José de Carvalho foi condenado, incurso no art. 116 e 192, porém o processo não esclarece se o réu estava preso cumprindo a pena.

4.7. Solidariedade, conflito e consenso nas comarcas do sertão.

As relações sociais entre livres, libertos e cativos comportavam momentos de solidariedade, consenso, conflito e negociação. Os processos criminais apresentam inúmeras evidências dessas práticas. Liberdade e cativo são os dois pólos distintos e antagônicos, principais que geravam relações sociais tensas e de enfrentamento.

Na manhã do dia nove de abril de 1846, a rotina da Fazenda Santa Cruz e de seus moradores seria perturbada por um desses momentos de tensão e enfrentamento entre o feitor Eleutério José dos Reis e o escravo Albino cabra. O escravo, segundo as testemunhas e informantes, naquela manhã seria castigado pelo feitor. Mas, Albino cabra não estava disposto a ser açoitado. Ele reagiu de maneira surpreendente, embora previsível matando o seu algoz com uma “formidável facada”. O temor e a revolta contra o castigo físico explicam em parte a reação, embora o processo não esclareça nitidamente porque o escravo reagira desta maneira. A explicação centralizada apenas no temor do castigo físico não dá conta da complexidade da ação de Albino cabra.

Reflitamos um pouco mais vagarosamente a respeito do caso, pois ele elucida os comportamentos e os valores vigentes na sociedade escravocrata brasileira oitocentista. Considerarmos que nenhum escravo ignorava a gravidade de matar um homem livre, especialmente após 1835. Os escravos sabiam muito bem que isso resultaria em retaliações legais e privadas. Albino

²³⁷ DPDOR/AFGC. Processos-crime. 000.034. 20/08/1849. fls. 13 a 15v.

matara o feitor por motivações mais profundas. Uma outra motivação que ajuda a entender o seu ato seria a resistência e a revolta contra o poder de mando que o feitor simbolizava, mas essa motivação ainda não condensa a dinâmica de relação entre livres e cativos no século XIX. Para entender a atitude de Albino é necessário encaixá-la no quadro de referências mais amplo, imaginar a dinâmica relação cotidiana numa fazenda no médio sertão do São Francisco.

Parece que seria mais um dia daqueles tranquilos e quentes de abril. Joaquim Pires conversava cordial e calmamente com “Justino de tal filho de Maria Rosa” no “terreiro” de Francisco Duarte de Mello, na freguesia de Bomfim, distrito de Montes Claros de Formigas em 1839. Mas, aquele dia não terminaria tranquilo, cordial e calmo na vizinhança. A conversa entre o filho de Maria Rosa e Joaquim fluía sem alteração, até chegou ao terreiro Pedro Martins e *sem razão aparente* assassinaria a Joaquim Pires.

Esta é a cena descrita pelas testemunhas oculares do assassinato. Os depoimentos são uniformes e uníssonos. Pedro Martins chegara ao local e *sem nenhuma discussão, insultos e alterações* entre ele e a vítima, avançou sobre Joaquim Pires e o assassinou diante de toda a vizinhança à luz do dia, eram duas horas da tarde. Como explicar um comportamento dessa natureza? Todas as testemunhas foram unânimes não havia um *motivo imediato*. O crioulo João Baptista de Oliveira, 31 anos, solteiro, criador e lavrador, na localidade, disse em seu depoimento que:

sabe por ver e presenciar que no dia oito de abril do corrente ano pelas duas horas da tarde pouco mais ou menos no lugar denominado São Lamberto distrito desta Vila que Pedro Martins morador no mesmo lugar *assassinou de propósito acintemente matara*, matara com uma facada sobre o peito esquerdo a Joaquim Pires, *e que foi tão acintemente, que o mesmo Pires corria evadindo-se do agressor por se achar desarmado*; mas este o perseguiu até o matar, e disse mais que tanto a participação do Inspetor, como a do Promotor Público, a que se refere o Auto de Corpo de Delito junto, é o mesmo verdade, *pois que nem o matador tinha dúvida com o morto*, o qual era homem pacífico, e na ocasião da morte conversava com Faustino de tal filho de Maria Rosa, *e sendo presente o matador toma-lhe uma pequena satisfação, e apesar de que o morto não lhe respondesse palavra alguma insultante, contudo o matou...*²³⁸

As razões, as motivações, as causas dos crimes, em essência, são historicamente irrecuperáveis. O fenômeno violento ou criminoso não pode ser captado na sua originalidade. Especialmente, se considerarmos que um crime podia ser longa e meticulosamente planejado. Uma desavença, uma rixa, um descontentamento, uma afronta ou uma “dúvida” podia ser cultivada com zelo e paciência, aguardando o momento considerado oportuno para o revide, para a cobrança de satisfação. Nesta hora não importava que fosse de dia ou de noite, com ou sem testemunhas, na frente de estranhos ou vizinhos. Mas, em cada situação destas o peso e a significação do ato teria maior ou menor conseqüência para os litigantes.

²³⁸ DPDOR/FGC. Processo-crime N°. 000.012. 20/04/1839. fls.: 6, 6v., 7.

O homem urbano civiliza-se. Adquiri certos hábitos e costumes que, forçosamente, estão, na maioria das vezes, em consonância com a lei, a norma. O homem urbano torna-se cordial e cordato, por força externa doma ou tem adestrada suas paixões e instintos; o sertanejo segue os impulsos, reage em conformidade com os seus sentimentos e emoções, isso não significa que um age racionalmente e o outro não, mas que os padrões e níveis de racionalidade são distintos. O crime, às vezes, é questão de honra, às vezes, é questão de dinheiro, às vezes, um compromisso moral ou político.

Os crimes do Médio sertão do São Francisco possuíam todos esses ingredientes temperados pelo calor da região. É preciso entender que existia uma ampla rede de relações de cooperação, sujeição e mandonismo implícitas nas vidas desses sujeitos históricos. Esses camponeses pautavam suas relações por padrões de convivência que para os homens urbanos eram estranhas e incompreensíveis. O amor não correspondido, muitas vezes não era tolerado. Os níveis de tolerância eram bem diferentes naqueles núcleos rurais isolados do sertão do São Francisco.

O sertanejo não se parece com o homem urbano em nada. Suas casas, sua alimentação, seu vestuário, seu linguajar, seu modo corporal, tudo conduz à diferenciação. São homens, nisso se igualam. Mas as condutas morais, éticas e estéticas são distintas. Maria Sylvia de Carvalho Franco desenhou muito precisamente a distinção entre o campo e a cidade, entre o sertanejo e o citadino. Iremos nos deter na discussão empreendida por ela para classificarmos o *modus vivendi* e *operandi* da vida sertaneja, apesar do arcabouço teórico weberiano.²³⁹

Cada coisa da vida sertaneja tem sua importância: os animais, as pessoas, os bens, as roças, as amizades, as inimizades, o amor – não o amor de corte ou burguês – mais o amor sertanejo, cheio de vaís-e-vens. Até que um dia a fuga da casa paterna acontece à noite. A professora Maria Sylvia investigou a violência, por meio dos processos criminais, no interior de São Paulo abarcando quatro importantes dimensões da vida comunitária: as relações de vizinhança, as relações de família e as relações de trabalho, as relações lúdicas, e em todas elas constatou a violência como um fator constitutivo das relações sociais comunitárias.

De modo geral, as constatações a que chegou são válidas para o caso da região de Montes Claros de Formigas durante o século XIX. Pois, ao analisarmos os processos criminais chegamos às mesmas conclusões. Os sertanejos do Médio Sertão do São Francisco em suas relações sociais domésticas, de lazer, de trabalho e de vizinhança comportaram-se de modo muito semelhante aos camponeses da região estudada pela autora. Inclusive, as imperícias na elaboração do processo e a impunidade também eram marcas presentes na aplicação da justiça naquela localidade. A maioria das vezes os réus não eram presos, nem cumpriam as penas cominadas. As formalidades prescritas no Código do Processo nem sempre eram obedecidas.

²³⁹ FRANCO, Maria Sylvia de. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed., São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

O caso de Joaquim Pires e Pedro Martins é um exemplo, entre muitos, em que verificamos estas características da justiça no século XIX. No depoimento das testemunhas percebemos as relações de vizinhança, estavam todos no “terreiro de Francisco Duarte, após o almoço, conversando, aparentemente, em clima de cordialidade. O que realmente impressiona é que o assassinato fora cometido na frente de todos. Mesmo as testemunhas consideraram uma afronta esse procedimento, “assassinou de propósito, acintemente matara”, ou seja, ocorreu uma quebra do código.

As comunidades rurais, em que as relações de vizinhança permitem um nível de proximidade extremo entre os moradores, estabeleciam o justo e o injusto, o tolerável e o intolerável, fixando costumes. Nas palavras de Carvalho Franco:

Essa violência atravessa toda a organização social, surgindo nos setores menos regulamentados da vida, como as relações lúdicas, e projetando-se até a codificação dos valores fundamentais da cultura.²⁴⁰

Os ajustamentos violentos eram uma das formas de reequilibrar um consenso quebrado. Depreende-se dos depoimentos que a atitude de Pedro Martins era duplamente condenável pelas normas costumeiras e pelas normas legais. No sertão, como demonstrou Maria Sylvia, há uma racionalidade inerente aos atos violentos. Essa racionalidade passava pela sanção da comunidade aos atos e comportamentos de seus membros. É paradoxal, mas mesclavam-se cooperação, solidariedade, consenso com disputa, conflito e luta aberta. Refletir um pouco acerca dos depoimentos das testemunhas e dos procedimentos de construção de uma versão dos fatos violentos nos auxilia a compreender melhor esse universo social sertanjo

4.8. As armas e armadilhas do crime e da justiça.

Discutimos os problemas enfrentados pelo poder judiciário para se consolidar na região norte de Minas Gerais. O ordenamento jurídico-político brasileiro desenvolveu suas armas e artimanhas assim como os criminosos. As armas que o poder judiciário consolidava como a lei, o aparato policial, os sistemas prisionais, entre outras, se constituíram em armadilhas nas quais se enredaram os agentes do poder indisciplinados, ineptos e despreparados assim como os criminosos que violavam a normas e leis produzidas pela justiça. Os mecanismos desenvolvidos pelo poder judiciário abarcavam três níveis: o administrativo, o policial e o judiciário. Esses níveis como vimos nem sempre foram eficazes no combate ao crime, em suma, como arma poderosa do processo civilizador.

As armas do crime e dos criminosos foram as mais variadas, mas todas elas estavam ligadas à vida e à experiência cotidiana dos moradores do sertão norte-mineiro. Neste ponto este

²⁴⁰ Idem, ibidem, p. 27.

trabalho corrobora os dados encontrados por Jonice Procópio dos Reis e Alysson de Jesus que constataram ser paus, porretes, achas de lenha, facas, facões, foices, cutelos, enxadas instrumentos de trabalho utilizados no trato com a agricultura e com a criação de animais. Não podemos concordar, especialmente com o professor Alysson que o crime e a violência tenham forjado identidades sertanejas, esta é uma armadilha na qual análise da documentação não nos permite cair. Acreditamos, ao contrário, que foram nas relações de convivência cotidiana nas roças, lavouras e criatórios que forjou uma identidade sertaneja. Evidenciamos que os diversos e constantes contatos nestas situações é que proporcionaram solidariedades e confrontos violentos. As razões, motivações ou disputas pelos recursos materiais e sociais, e não apenas as circunstâncias – as rixas, bate-bocas, ciúmes – teriam impellido os sertanejos ao intercurso violento. Concordamos que diante de uma circunstância de confronto era praticamente impossível recuar.

Outra armadilha corriqueira na análise da criminalidade, do crime e da violência nestes estudos refere-se à interpretação que os escravos e libertos faziam de seu cotidiano. Os escravos respondiam de modo agressivo e violento, pois estavam envolvidos por um sistema de exploração social muito bem caracterizado por Suely Robles Reis de Queiroz como essencialmente violento. A violência do sistema era respondida com violência, pois acreditamos que nenhum escravo julgaria que ser castigado, em qualquer momento, fosse algo “justo”. A idéia, ou conceito do castigo justo foi sendo paulatinamente introduzido pelos juristas e moralizadores do século XIX. O escravo apenas se apropriou de uma concepção que poderia trazer-lhe mais um recurso para se subtrair à injustiça do escravismo.

Por outro lado, as relações entre libertos, escravos e livres, mesmo em circunstâncias de solidariedade na família, no trabalho, no lazer ou nos momentos de confrontos violentos não eliminavam ou ocultavam o fato de que todos e cada um individualmente ocupavam posições sociais distintas, e que em correspondência a elas cada um arcaria com as conseqüências de seus atos nas diversas situações cotidianas. Ou seja, o fato do liberto Irineo ter auxiliado homens livres a cometer um crime não implicava, em momento algum, que ele pudesse subtrair-se às relações de dependência e submissão do mundo dos livres. Aos escravos cabia cumprir, mesmo que não o quisessem, as ordens de seus senhores, e via de regra, isso aconteceu. Quando um homicídio era planejado e executado com a participação de um escravo, ele não o fazia apenas por solidariedade a seu senhor que era também seu “compadre”, ele o fazia porque era imperativo das relações entre senhores e escravos.

Conhecer as relações de dependência, submissão e solidariedade entre livres, escravos e libertos em comunidades rurais como a de Montes Claros e sua região possui interesse em si para compreender as maleabilidades e especificidades da sociedade construída no norte de Minas, em que as relações de submissão, dependência e solidariedade tornam-se chaves para entender as “cumplicidades”, as “intimidades” e os padrões de convivência. Equivale dizer que não eram essas

relações que limitavam ou dificultavam a coesão, ao contrário, elas o sustentavam a coesão social, pois se tivéssemos uma maioria de libertos e escravos insubmissos, com certeza, a escravidão e os padrões de convivialidade por ela sustentados não teriam persistido até a abolição. Procuramos neste estudo caminhar em outra direção. Intentamos verificar como a justiça lidou com a criminalidade e o crime sem, contudo, reificar o poder judiciário, ao invés disso, apontamos suas limitações internas e externas à uma eficácia total.

Considerações finais

Esperamos que ao longo dos capítulos precedentes as principais linhas de força deste estudo tenham ficado mais ou menos nítidas. Aqui, cabe apenas uma retomada das idéias centrais e um entrelaçamento final.

A historiografia que estuda a organização do Estado nacional brasileiro tem enfatizado três hipóteses para a sua compreensão histórico-social. Na primeira, o Estado é visto como a agência social reguladora, ordenadora e que impõe todos os seus preceitos, valores e normas de conduta à sociedade que os acata. Na segunda, o Estado é entendido como mero executor dos princípios, normas e valores ético-morais das elites locais e regionais que dele apossaram e que o modelam de acordo com os seus interesses pessoais e de grupo. Na terceira, misto das duas primeiras, o Estado é compreendido como uma instância social mediadora e controladora da sociedade civil, mas que serve aos interesses de um ou mais grupos de elite que, fazendo ou não parte dele, o manipulam e dirigem sempre em consideração aos seus valores e princípios ético-morais.

A historiografia parte da premissa de que o Estado é um representante de grupos ou classes e, às vezes, se opõe a outros grupos e classes que não tem representação no Estado como os homens pobres livres e os escravos. Estas hipóteses consideram a participação dos grupos/camadas/classes sociais marginais, via regra, residuais. Sua participação, poder decisão e influência nos rumos do Estado e da sociedade seriam irrelevantes, ou quando muito, parcialmente significativos. No capítulo 1 esboçamos estas hipóteses, mas, sempre procurando destacar que em todas elas há um elemento que limita a própria ação do Estado brasileiro que, necessariamente, não se relaciona apenas com o fato de que o Estado seria um representante das elites políticas brasileiras e mineiras. Este fator limitante estaria ligado, muito mais, às dificuldades que o Estado teve em impor o monopólio jurídico, graças ao despreparo dos agentes do poder estatal do judiciário para atuar em prol dos interesses e princípios gerais do Estado. Em virtude disso assistimos às freqüentes disputas internas no campo do poder judiciário que resultavam em descrédito e desconfiança por parte dos grupos/camadas/classes socialmente marginalizadas.

Estes dois fatores foram, relativamente, demonstrados no Capítulo 2, onde analisamos os discursos e posições dos representantes do poder executivo e judiciário. Os “donos do poder” viram-se impotentes diante das limitações em constituir um sistema judiciário e prisional. Tais fatos, provavelmente, aos olhos das camadas subalternas teriam sido interpretados como um sinal de fragilidade para proteger e garantir os direitos, obrigações e deveres exarados na constituição de 1824. A conhecendo ou não. Pois, se o Estado não tinha condições de manter os criminosos presos ou quando muito de capturá-los como poderia proteger os “cidadãos” dos desmandos dos poderosos locais. Somam-se a estes dois fatores as disputadas entre os mandatários privados locais que ora se

associavam aos membros do poder judiciário, ou seja, a corrupção e os abusos de poder ampliavam o sentimento de fragilidade e insegurança social. Tais fatos eram mais alarmantes nas regiões do Brasil onde a vigilância era menos ostensiva, como nas comarcas do sertão.

No capítulo 3 procuramos mostrar um panorama destas regiões, onde o poder judiciário penetrou lenta e gradualmente, e com algumas resistências locais. As comarcas do sertão, à diferença das comarcas do centro e do sul da província, com padrões econômicos, políticos e sociais vinculados por relações pessoais, patrimoniais e clientelísticas forçaram o judiciário a assumir uma feição muito próxima daquilo que a historiografia qualificou como um “Estado-representante”, delineado na primeira hipótese. Neste sentido é exemplar o caso de Joaquim Jose de Azevedo que não só fugiu da prisão como vivia, com o conhecimento de todos, em Januária “jogando cartas em casa”. As elites locais quase não figuraram nos processos-crimes de homicídio. Por um lado, poderíamos supor que a elite não cometesse crimes de morte, por outro lado, poderíamos supor que os processos-crimes nunca foram instaurados ou se foram não chegaram a ser concluídos. Ou então, como dissemos no capítulo 4, os problemas das elites locais nas comarcas do sertão foram resolvidos na esfera privada.

Assim, quando nos debruçamos sobre os processos-crimes somente encontramos as pessoas comuns, livres pobres e escravos cometendo crimes de morte. Inclusive, alguns com o explícito caráter de tocaias ou encomendas. Os homicídios praticados pelos moradores de Montes Claros, Coração de Jesus, São José do Gorutuba, Contendas, Brejo das Almas e tantas outras localidades circunvizinhas à sede da comarca, que durante boa parte do século XIX foi Montes Claros, se desenrolaram entre homens e mulheres pobres livres e escravos. E, diga-se de passagem, muitos ficaram sem solução, ou não foram punidos ou simplesmente não se encontrou evidências suficientes para punir ninguém. Os crimes de homicídio praticados por iguais e entre iguais não mereceram, é que nota nas fontes, muita atenção do poder judiciário. E mesmo que merecesse não haveria cadeias para encarcerar os condenados, e mesmo quando houve eles fugiram delas como mostramos no capítulo 2. O sistema prisional era muito precário e insuficiente para os avultados crimes das comarcas do sertão. Os homens e mulheres pobres que foram vítimas ou seus parentes de homicídios confirmam as hipóteses dos historiadores que estudaram a região solidariedade e consenso, solidariedade e conflito isso marcou o cotidiano dos grupos sociais marginais no sertão do médio São Francisco.

Mas os momentos de solidariedade não somente aparecem entre livres e escravos, escravos e escravos. Aparecem no cotidiano dos desvalidos em geral, entre vizinhos, amigos, parentes consanguíneos e artificiais. Sempre que na calada da noite alguém pedia socorro “me acuda” “me acuda que estou morto” aparecia um vizinho ou inspetor de quarteirão que era parente, vizinho, compadre ou amigo para socorrer. Ou seja, a solidariedade e o conflito caminharam na vida destes moradores lado a lado. O vizinho solidário de hoje, era o assassino de amanhã. Graças à indistinção e

proximidade social que os uniam e, na qual, conviviam esses homens e mulheres irrompiam conflitos constantes que resultaram em homicídios.

Os escravos que cometeram esse tipo de crime, no nosso entendimento, não se opunham conscientemente ao “sistema escravista”. Eles, assim como os homens e mulheres pobres, defendiam valores pessoais como coragem, valentia, destemor, honra que em momento algum poderiam ser afrontados sem uma resposta à altura, como salientou Maria Sylvia de Carvalho Franco, havia sim um “código do sertão”. E mais, o fato de estarem tão próximos da vida de homens livres somente exacerbava a distância que havia entre uns e outros, isso também foi um fator que contribuiu para os conflitos entre livres, libertos e escravos. Não obstante, as inconsistentes tentativas da elite local em estabelecer padrões mais civilizados e cordatos de comportamento. Sim, inconsistentes à medida que as posturas municipais que proibiam o “uso de armas defesas” não eram cumpridas e todos carregavam um tipo qualquer de arma faca, facão, punhal, pistola etc., e com elas agrediam-se mutuamente na hora de uma “dúvida”. A dúvida era um princípio a defender, e quando todas as palavras calavam o conflito começava resultando em injúrias, lesões e mortes. Demonstrar que os conflitos intersubjetivos graves entre os grupos sociais marginais foram resolvidos também na esfera privada, assim como os conflitos e problemas da elite foi uma das decorrências deste estudo. Em síntese demonstrar que a justiça, num como noutro caso, encontrou dificuldades para fazer valer os princípios gerais de imparcialidade, igualdade, de retribuição, de pessoalidade das penas, etc., nas comarcas do sertão do médio São Francisco.

Enfim, se algum mérito este estudo possui, certamente é o de constatar, infelizmente, que as estruturas organizacionais do Estado brasileiro em aproximadamente um século e meio após a proclamação da República passou por mudanças formais e não substanciais no atendimento das demandas sociais dos grupos marginalizados de nosso país, revelando mais permanências do que rupturas em nosso.

Fontes

Manuscritas.

Universidade Estadual de Montes Claros

Divisão de Pesquisa e Documentação Regional
Arquivo do Fórum Gonçalves Chaves
Processos Criminais: 1833-1873

Arquivo Público de Mineiro (Secção Provincial)

Fundo: Presidência da Província. Série: Correspondência recebida.

Sub-série: Magistratura, PP1/18: 1831-1838

Sub-série: Polícia, PP1/24: 1842, 1878, 1887

Sub-série: Câmaras Municipais, PP1/33: 1838-1841

Imprensas

Coleção das Leis do Império do Brasil: 1808-1880.

Coleção das Decisões do Governo do Império: 1808-1880

Disponível no site: <http://www2.camara.gov.br>.

Acessos entre os anos de 2003 e 2006.

Relatórios do Ministério da Justiça, 1825-1880

Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais: 1837-1880

Disponível no site: <http://www.uchicago.br>.

OBRAS DE REFERÊNCIA

Coleção das Leis do Império do Brazil de 1832. Parte Primeira. Actos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874. Especialmente: Lei – 20 de novembro de 1832. Manda executar o Código Criminal. pp. 186-242.

Coleção das Leis do Império do Brazil de 1841. Parte Primeira. Tomo 4., Seção 32. Actos do Poder Legislativo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874. Especialmente: Lei – 20 de novembro de 1841. Reformando o Código do Processo Criminal, pp. 101-122.

BRASIL. ATO ADICIONAL. Lei N°. 16 – de 12 de agosto de 1834.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO. Carta de Lei – de 25 de Março de 1824.

PESSOA, Vicente A. de Paula. Reforma Judiciária. Lei n°. 2033 de 20 de setembro de 1871, e Decreto n°. 4824 de 22 de novembro de 1871. 2. ed. com anotações, esclarecimentos, todos os avisos e jurisprudência dos tribunais, até hoje. Maranhão: Tipografia de Antonio Pereira Ramos d'Almeida & C., 1880.

CORDEIRO, Carlos Antonio. Novíssimo Assessor Forense Reformado ou Formulário de Todas as Ações Conhecidas no Fôro Brasileiro. Tomo 1. Ações Criminaes. Sétima Edição. Revista, melhorada e augmentada com muitos termos e ações diversas segundo a legislação vigente por um jurisconsulto. Rio de Janeiro: Em casa dos Editores-proprietários Laemmert & C., 1888.

FERRÃO, F. A. F. da Silva. Theoria do Direito Penal Aplicada ao Código Penal Português Comparado Com o Código do Brasil, Leis Pátrias, Códigos e Leis Criminais dos Povos Antigos e Modernos. volume 1, offerecida a S. M. I. o Sr. D. Pedro II. Imperador do Brazil. Lisboa: Typographia Universal, 1856.

MÜLLER, Daniel Pedro, 1775-1842. Ensaio d'Quadro Estatístico da Província de São Paulo: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3. ed., facsimilada. Introdução de Honório de Sylos. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

VIDAL, Luiz Maria. Código Criminal Resumido e Simples Elementos do Processo Criminal. Rio de Janeiro: em casa dos Editores proprietários Eduardo e Henrique Lammert, 1876.

Referências

Livros

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 7. ed., rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Semírames Pedrosa de. Frutas nativas do cerrado: caracterização físico-química e fonte potencial de nutrientes. In SANO, Sueli Matiko, ALMEIDA, Semírames Pedrosa de. (Ed.) Cerrado: ambiente e flora. Planaltina/ Brasília: EMBRAPA, 1998.

ANASTASIA, Carla Junho. Vassalos Rebeldes: violência coletiva nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. trad., Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1989. Veja também: HOBBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil; texto confrontado com o da edição de 1711, com estudo biobibliográfico, por Affonso Escagnole Taunay, nota bibliográfica de Fernando Sales, vocabulário e índices antroponímico, toponímico e de assuntos de Leonardo Arroyo. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

ARENDT, Hannah. Da violência. Trad., de Maria Claudia Drummond Trindade: Brasília: Editora da UNB, 1985.

BARRETO, Tobias. A questão do poder moderador e outros ensaios brasileiros. Hildon Rocha seleção e coordenação. Introdução de Evaristo de Moraes Filho. Petrópolis: Editora Vozes, Brasília: INL, 1977.

BATISTA, Dimas José. Cativos e Libertos: escravidão em Franca entre 1825-1888. Diss. Franca: FHDSS/UNESP, 1998.

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

BERGER, Peter L, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 18 ed. trad., Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1999.

BIEBER, Judy. Power, patronage, and political violence: State Building a Brazilian Frontier, 1822-1889. Nebraska: University of Nebraska Press, 1999

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. – Edição revista, aumentada e criticada por Étienne Bloch. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade civil: para uma teoria geral da política. trad. Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. “Nação” in Dicionário de Política. Tradução Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coord. da tradução João Ferreira, Revisão Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 2. ed. Brasília: EDUNB/Gráfica Editora Hamburg Ltda.1986.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. “Nacionalismo” in Dicionário de Política. Tradução Carmen C. Varrialle, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luis Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coord. da tradução João Ferreira, Revisão Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. 2. ed. Brasília: EDUNB/Gráfica Editora Hamburg Ltda.1986.

BONAVIDES, Paulo Paes de Andrade. História Constitucional do Brasil. 3. ed. Rio Paz e Terra, 1991.

BOTELHO, Ângela Vianna. Dicionário Histórico Brasil: colônia e império. Belo Horizonte: O Autor, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais. SP: USP- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1994.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e nação no Brasil do século XIX. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e nação no Brasil do século XIX. In CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da América. Série Pós-Graduação, nº. 14, São Paulo: USP, 1997.

BOXER, Charles Ralph. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. trad. Nair de Lacerda. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BURKE, Peter. Sociologia e História. 2. ed. trad. Fátima Martins. Porto: Edições Afrontamento (1. ed. de 1980).

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. trad. Alberto Lopes, Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz (Org.). Crime e castigo. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, maio de 1986. (Coleção Papéis Avulsos, v. 1).

BRIOSCHI, Lucila R et. al. Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais século XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

CALEIRO, Regina Célia Lima. História e crime: quando a mulher é a ré, Franca 1890-1940. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

CALMON, Pedro. História do Brasil. vols. 1, 2 e 3. 4. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, 1779-1825. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana Os métodos da história: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 3. ed. tradução João Maia, Rio de Janeiro: Graal, s/d.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Daniel de. A formação histórica das Minas Gerais. Rio de Janeiro: MEC/Departamento de Imprensa Nacional/Serviço de documentação. 1956.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1986.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A Milícia Cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850. Brasília: Editora Nacional, 1977.

CHACON, Vamireh. História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. 2. ed. revista e aumentada, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, v. 5, 1985.

COLARES, Zezé, YVONNE, Silveira. Montes Claros de ontem e de hoje. 2. ed. v. 1, Montes Claros: Gráfica Giordani Editora Ltda, 1999.

COSTA, Carlos Antonio Ribeiro da. Cor e Criminalidade: Estudo e Análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Editora da UFRJ, 1995.

COSTA, Iraci del Nero da. Populações Mineiras sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Brasília: Editora da UNB, c1982.

DaMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DINIZ, Antonio Gabriel. Dados para a história de Curvelo. v. 2. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1975.

DINIZ, Domingos, MOTA, Ivan Passos Bandeira da, SILVA, Brenno Álvares da. Pirapora: um porto na história de Minas. Belo Horizonte; Projeto Gráfico e Editoração Interativa Design e Comunicação, 2002.

DONE, Marcela Delle. Teorias sobre a cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DUQUE, Gonzaga. Revoluções brasileiras: resumos históricos. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/GIORDANO, 1998.

- ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. v.2. trad. Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e Notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- FAORO, Raimundo. Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 2 vols. 5. ed., Porto Alegre: Globo, 1979.
- FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo: Editora Ática S.A, 1994.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed., São Paulo: Edusp, 2001.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. Escravidão, criminalidade e cotidiano: Franca 1830-1888. Diss. Franca: FFDSS/UNESP, 2003.
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 2. ed. trad., Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 15. ed. Trad. de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FLORY, Thomas. El Juez de Paz y el Jurado en el Brasil Imperial, 1808-1871: control social y estabilidad política en el nuevo Estado. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- FRANCO, Maria Sylvia de. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed., São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Ilustração em cores de Cícero Dias, desenhos de Antonio Montenegro. 30. ed., Rio de Janeiro: Record, 1995.
- FREIRE-MAIA, Newton. A ciência por dentro. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: o paradigma de um método indiciário. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Grandes e pequenos senhores de escravos no Paraná 1800-1830. São Paulo: IPE/USP – Seminário Permanente da Família e da População no Passado Brasileiro. ANPUH – Núcleo de São Paulo. Documento para discussão, 1987
- GRINBERG, Keila. Liberata: a lei da ambigüidade, as ações de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric J. Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Tradução Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- HOBBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780. trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOLANDA, S. B. de. História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. Tomo II, vol. 1º., 6. ed., São Paulo: Difel, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Herança Colonial: sua desagregação. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, 1º. Volume, O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. 6. ed., São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 9-67.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. 17. reimp. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. trad., de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JESUS, Alysson Luiz de Freitas. O Sertão Oitocentista: violência, escravidão e liberdade no norte de Minas Gerais – 1830-1888. Diss. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

JOSÉ, Oiliam. A abolição em Minas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, s/d.

JOSÉ, Oiliam. Historiografia mineira (esboço). Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1959. (Coleção Estudos Brasileiros, 2).

KELSEN, Hans. O problema da justiça. Tradução de João Baptista Machado. 3. ed. Coleção Ensino Superior. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAGES, José Antonio. Para aprender e ensinar a história de Ribeirão Preto. mimeo, s/d.

Le GOFF, Jacques. (comp.). História: novos problemas. Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia. 3. ed., revista, refundida e ampliada. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.

LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem; escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

LENHARO, Alcir. As Tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEPSCH, Igo F. Solos: formação e conservação. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

LEWIN, Linda. Surprise heir: illegitimacy, patrimonial rights and legal nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821. volume 1. California: Stanford University Press, 2003.

LIMA JUNIOR, Augusto de, 1889-1970. A capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.

LIMA, Nísia Trindade. Um Sertão chamado Brasil: intelectuais e representações geográficas da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ: UCAM, 1999.

LOCKE, John. Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano. Tradução Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2. ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978. pp. 33-90.

LOVEJOY, Paul E. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Tradução Regina A. R. F. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACEDO, José Norberto. Fazendas de gado no vale do São Francisco. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1952.

MACHADO, Maria Helena P. T. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo Brasiliense, 1987

MACHADO, Maria Helena P. T. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, EDUSP, 1994.

MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil colonial. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978. (Brasiliense, v, 45).

MALERBA, Jurandir. O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX. Maringá: EDUEM, 1999.

MALERBA, Jurandir. Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. Maringá: EDUEM, 1994.

MARCILIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1973.

MARSON, Izabel Andrade. O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Access, 1994.

MATTOSO, Ser escravo no Brasil. Tradução James Amado. 3. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MATTOSO, Kátia M. de Q. Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec. Salvador: SMEC, 1978.

MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1995

MESGRAVIS, Laima. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599? – 1884) (Contribuição ao estudo da assistência social no Brasil). São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas, 3).

MEZA, René Salinas. El ideário femenino chileno, entre la tradicion y la modernidad, siglos XVIII al XIX. Estudos Cedhal, São Paulo, n.º 8, 1993.

- MICHAUD, Yves. A violência. Trad., L. Garcia. 1. ed. São Paulo: Atica, 2001.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. EMBRAPA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: SPI – Sistema de Produção de Informação, 1999.
- MORELLI, Jonice dos Reis Procópio. Escravos e crimes: fragmentos do cotidiano, Montes Claros de Formigas no século XIX. Diss. Belo Horizonte: FFCH/UFG, 2002.
- MOURA, Antonio de Paiva. História da violência em Minas Gerais. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1983.
- NASCIMENTO, Waldinice M. Para onde pende a balança: a aplicação da justiça em Goiás – 1830-1890. Diss. Goiânia: UFG, 1997.
- NOVAIS, Fernando Antonio. Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema colonial (1777-1808). 6. ed., São Paulo: Hucitec, 1995
- OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da Sudene (1960-1980). Diss. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- ORBIGNY, Alcide d'. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. de David Jardim, apresentação de Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: UFG, 2001.
- PASUKANIS, E. A teoria geral do Direito e o Marxismo. Trad. S. Martins. Coimbra: Centelha. 1977
- PAULA, Augusto Hermes de. Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes. v 1. Montes Claros, 1979.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- PIRES, Simeão Ribeiro. Gorutuba e a bala de ouro. Belo Horizonte: Barvalle Indústria Gráfica Ltda., s/d.
- POCOCK, J. G. A. Linguagens do ideário político. Tradução Fábio Fernandez. São Paulo: Editora da USP, 2003. (Clássicos, 25).
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder e o Socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- PRADO JUNIOR, Caio. 1907-1990. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO JUNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. Prefácio de Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Cor e Criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. trad., de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

SALDANHA, Nelson. Notas para uma teoria da violência. Revista Brasileira de Filosofia. v. XXXVI, fasc. 146, abril/maio/jun. 1987.

SALES, Apolônio. Companhia hidroelétrica do São Francisco [S.I]: ELETROBRAS, 1968. – Clelma.

SALES, Apolônio. O Rio São Francisco. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1942.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Editora AnnaBlume, 1999.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. Economia e escravidão em Goiás colonial. Tese. FFLCH/USP, 1980.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. A queima de documentos da escravidão. Maceió: Secretaria de Comunicação Social, 1988.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Preços de escravos na província do Paraná: 1861-1887 (estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos). Diss. Curitiba:UFPR, 1974.

SANTOS, Márcio. As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Ulderico Pires dos. Teoria e prática das ações cíveis. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

SEREBRENICK, Salomão. Condições Climáticas do Vale do São Francisco. Comissão do Vale do São Francisco, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da.(org.) Teorias da história. São Paulo: Cultrix, 1976.

SILVA, Mozart Linhares da. Do império da lei às grades da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SISSON, S. A. Galeria dos brasileiros ilustres. 2v. Brasília: Senado Federal 1999.

SOREL, JORGE. Reflexiones sobre la violencia. Edición aumentada com un alegato en pro de Lênin. Colección Grandes Obras. Santiago do Chile: Ediciones Ercilla, 1935.

SOUZA, Bernardino José de. Ciclo do carro de bois no Brasil. Cia Editora Nacional, São Paulo, 1958.

TAUNAY, Affonso de Escagnolle. História das Bandeiras Paulistas. Tomo I, 3. ed., São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

URBIM, Carlos. Os farrapos. Porto Alegre: Zero Hora, 2001.

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. São Paulo: Difel, 1978.

VAS, Braz Batista. Guerra do Paraguai: Uma Reflexão Sobre A Estrutura Logística Do Exército Brasileiro De 1864 A 1870. Unesp – FHDSS, Franca, 2000. Dissertação de Mestrado.

VASCONCELOS, Diogo de, 1843-1927. História Média das Minas Gerais. Prefácio de Francisco Iglesias, introdução de Basílio de Magalhães. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VELLASCO, Ivan de Andrade. As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais – século 19. Bauru: EDUSC; São Paulo: ANPOCS, 2004.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VIANNA, Urbino de Sousa. Monografia do Município de Montes Claros: breves apontamentos históricos, geographicos e descriptivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

VIANNA, Urbino. Bandeirantes e sertanistas baianos. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

VIEIRA, Maria Rosa. O Juiz de Paz, do Império aos nossos dias. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Império da lei ou da corte? In Revista USP, São Paulo, - completar a referência.

ZEMELLA, Mafalda. O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: USP, 1951.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza através dos processos penais. Tese. Niterói: ICHF/UFF, 1984.

Artigos

ALGRANTI, Leila Mezan. Os registros da Policia e seu aproveitamento para a história do Rio Janeiro: escravos e libertos. Revista de História. São Paulo, (119):115-125, jul./dez. 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan, Criminalidade escrava e controle social no Rio de Janeiro (1810-1821). Estudos Econômicos, São Paulo, V. 18, nº. Especial, 1988.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. A população escrava em Minas Gerais. In Revista Eletrônica História do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v. 3, n. 1, jan/jul. 1999.

ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. Rio de Janeiro: Dados – Revista de Ciências Sociais. vol. 45, nº. 4, 2002, pp. 677-704.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. Belo Horizonte. Revista do Departamento de História, 9(1989): 74-85.

BAKAJ, Branca Borges Góes. Lei do ventre livre, lei dos sexagenários e lei áurea: a grande trilogia abolicionista. In R. Inf. Legis. Brasília, ano 25, nº. 98, abr/jun. 1998.

BELLINI, Ligia. “Por amor e por interesse: a relação senhor/escravo em cartas de alforria.” In REIS, João José. (org.). Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BERNARDES, Lysia, CAVALCANTI, Maria. “Notas sobre o clima da bacia do São Francisco.” Revista Brasileira de Geografia: Rio de Janeiro, ano XIII, nº. 3, jul./set., 1951, pp. 473-489.

BIEBER, JUDY. O sertão mineiro como espaço político (1831-1850). In Estudos. Goiânia: v. 29, mar. 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. In BIB, Rio de Janeiro, nº. 32, 2º. Semestre de 1991, pp. 49-61.

CASADEI, Thalita de Oliveira. A autoridade policial e o escravo. Mensário do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 9(6): 11-14, 1978

COSTA, Iraci del Nero da, PIRES, Julio Manuel. O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação. in *Estudos Avançados*, 14(38), 2000, pp. 87-120.

COSTA, I. Del N. da. História e Demografia. In Revista de História, nº. 109, São Paulo: FFLCH/USP, 1977.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. in HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Dir.) História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, 2º. Volume, O Brasil Monárquico: dispersão e unidade. 5. ed., São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 9-67.

CERQUEIRA, Daniel, LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. Rio de Janeiro: Dados – Revista de Ciências Sociais. vol. 47, nº. 2, 2004, pp. 233-269.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “A fundação de um império liberal” in HOLANDA, Sérgio Buarque de(Org.). História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Tomo. II, v. 1, 4. ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

DUPRAT, Catherine. Punir e curar – em 1819, a prisão dos filantropos. São Paulo: Revista Brasileira de História. v. 7, nº. 14, mar./ago., 1987

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, Cultura e Escolarização em Minas Gerais no século XIX. In VIDAL, Diana Gonçalves, SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. (Orgs.). A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República. BH: Autêntica, 1999.

FERREIRA, Joel Antonio. Não há escravo, nem livre (GI 3, 28b): superação da assimetria social. Fragmento Cultural, Goiânia, v. 12, nº.4, jul/ago, 2002, pp. 717-738.

GODOY, Marcelo Magalhães, SILVA, Leonardo Vianna da. Artes manuais e mecânicas na Província de Minas Gerais: um perfil demográfico de artífices e oficiais. BH: LPH Revista de História, n°. 9, 1999, pp. 59-111.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo. São Paulo: IPE/USP – Seminário Permanente da Família e da População no Passado Brasileiro. ANPUH – Núcleo de São Paulo. Documento para discussão, s/d.

LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica de Minas Gerais no período colonial. Revista Brasileira de Estudos Políticos. BH: UFMG (58):15-62, 1984

MACHADO, M. H. P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, n°. 16, mar./ago. 1988.

MAGALHÃES, Marize Arguri. Relações Brasil-Inglaterra no 1°. Império (Reconhecimento da Independência, Abolição do Tráfico e Tratado de Comércio). In Revista de História, São Paulo: 45(92), 465-473.

MARSON, Isabel Andrade. “O ‘cidadão criminoso’ o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o segundo reinado”. in Simpósio Histórias de Liberdade – cidadãos e escravos no mundo moderno. Unicamp/IFCH, 1988.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. Revista de Cultura Vozes. Petrópolis: Vozes, 74(1):39-48, jan./fev. 1980.

MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Cedeplar, UFMG, 1982.

MATTOS, Odilon Nogueira de. *A Guerra dos Emboabas*. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). História Geral da Civilização Brasileira: Tomo I – A Época Colonial, V.1 – Do Descobrimento à Expansão Territorial. 13°. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MATTOSO, Kátia Queirós. Para uma história social seriada da cidade do Salvador no século XIX. In Simpósio Nacional dos Professores de História, 8°. Aracajú, 1975. A Propriedade rural. São Paulo: ANPUH, 1976. v. 3, pp. 1023-1025.

PINHEIRO, Paulo Sérgio, IZUMINO, Eduardo A., FERNANDES, Maria Cristina Jakimiak. Violência Fatal: conflitos policiais em São Paulo (1981-1989). In Revista USP, mar/abr/maio, 1991, pp. 95-112

REIS, Bruno W. P. História e Ciências Sociais: notas sobre o uso da lógica, teorização e crítica. in História quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

Revista do Archivo Público Mineiro. “A comarca de Paracatu em 1826”. Ano IV, Fascículos III e IV, 1889, pp. 559-565.

Revista do Archivo Público Mineiro. “Esboço histórico do município de Januária.”, ano XI, Fascículos I, II, III e IV, 1906, pp. 373-397.

ROMARIZ, Dora de Amarante. “O gado na expansão geográfica do Brasil.” Boletim Geográfico: Rio de Janeiro, ano VI, n°. 60, março, pp. 1471-1475.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco – trechos de um diário de viagem*. Rio de Janeiro: RIHGB, v. 167, 1. ed. 1933, p. 359.

SILVA, Moacir M. F. “A propósito da palavra ‘sertão’”. *Boletim Geográfico*: Rio de Janeiro: ano VIII, nº. 90, setembro, pp. 637-644.

SCHWARTZ, Stuart B. Resistance and accommodation in Eighteenth-Century Brazil: the slaves view of slavery. In *Hispanic American Historical Review*, volume 57, nº. 1, February de 1977, pp. 69-81.

VALVERDE, Orlando. “Divisão regional do Vale do São Francisco”. *Revista Brasileira de Geografia*: Rio de Janeiro, ano VI, nº. 2, abril/junho, 179-218.

VALVERDE, Orlando. “Dois ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa”. *Revista Brasileira de Geografia*: Rio de Janeiro, ano VI, nº. 4, out./dez, 509-526.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. pp.13-107

ZUBARAN, Maria Angélica. Escravos e a justiça: as ações de liberdade no Rio Grande do Sul, 1865-1888. in *Revista Catarinense de História*: Santa Catarina, nº. 4, 1996, pp. 87-103.

Anexos

(Gráficos referentes às tabelas dos processos-crimes de 1833-1880)

ANEXO 1

ANEXO 2

ANEXO 3

ANEXO 4

ANEXO 5

ANEXO 6

ANEXOS

(Gráficos referentes aos processos-crimes, vítimas 1833-1880)

ANEXO 7

ANEXO 8

ANEXO 9

ANEXO 10

ANEXO 11

Tempo aproximado de duração dos processos-crimes, 1830-1850.

Data do delito(1)	Data do processo(2)	Última data do Processo	Meses intervalo(1)/(2)	Anos conclusão
10/11/1833	02/12/1833	19/09/1836	01	02 anos
09/07/1833	14/03/1835	15/03/1853	20	18 anos
24/04/1835	16/06/1835	30/05/1836	02	01 ano
20/10/1835	21/10/1835	24/09/1836	00	01 ano
28/11/1835	20/12/1835	06/04/1837	01	02 anos
10/03/1834	10/02/1836	22/04/1837	01	01 ano
1505/1836	03/06/1836	27/02/1855	01	19 anos
20/04/1838	30/07/1838	25/03/1841	03	03 anos
13/12/1838	23/01/1839	00/12/1854	13	15 anos
08/04/1839	20/04/1839	27/02/1855	00	16 anos
31/01/1840	01/02/1840	23/02/1853	00	13 anos
14/08/1841	16/08/1841	08/01/1849	00	08 anos
02/10/1841	02/10/1841	23/02/1853		12 anos
12/06/1841	10/01/1842	08/08/1843	07	01 ano
02/06/1842	10/06/1842	25/05/1843	00	01 ano
NC	17/05/1843	22/04/1844		01 ano
08/11/1844	11/11/1844	03/03/1853		09 anos
26/08/1845	16/09/1845	27/02/1855	01	10 anos
10/04/1846	10/04/1846	14/05/1847	00	01 ano
20/04/1846	04/05/1846	19/05/1847	01	01 ano
NC	24/07/1846	28/07/1846		
13/04/1846	26/08/1846	07/01/1847	04	01 ano
00/08/1846	08/09/1846	27/02/1855	01	09 anos
19/06/1847	30/06/1847	27/07/1855	00	08 anos
01/10/1847	02/10/1847	10/03/1855	00	08 anos
19/07/1848	20/07/1848	09/06/1849	00	01 ano
18/07/1848	29/07/1848	30/10/1848	00	
13/09/1848	13/09/1848	09/03/1849	00	01 anos
05/00/1848	02/12/1848	10/03/1853		06 anos
29/04/1849	30/04/1849	13/05/1851	00	02 anos
21/01/1849	18/05/1849	30/09/1851	04	02 anos
19/08/1849	20/08/1849	22/10/1849	00	
20/08/1849	27/08/1849	04/08/1855	00	06 anos
01/06/1848	11/01/1850	11/01/1850	18	
NC	27/04/1850	21/02/1853		03 anos
NC	19/10/1850	11/03/1855		05 anos
Total dos processos			36	

Fonte: DPDOR/AFGC, Processos criminais de 1833-1850.